PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY, AND USES OF THE PAST

N.º 20 (2025)





This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

As normas de publicação podem ser encontradas em: http://www.praticasdahistoria.pt/pt.

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY, AND USES OF THE PAST

N.º 20 (2025)

www.praticasdahistoria.pt

Práticas da História

Conselho Editorial

Alice Santiago Faria [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç)]

Ana Lucia Araujo [Department of History, Howard University]

Elisa Lopes da Silva [Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território (IHC — NOVA FCSH / IN2PAST)]

Inês Nascimento Rodrigues [Centro de Estudos Sociais (CES-UC)]

José Miguel Ferreira [IHC — NOVA FCSH / IN2PAST]

José Neves [IHC — NOVA FCSH / IN2PAST]

Margarida Rendeiro [CHAM – NOVA FCSH/UAç e Universidade Lusíada]

Matheus Serva Pereira [Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa)]

Noemi Alfieri [CHAM – NOVA FCSH/UAç]

Pedro Martins [IHC — NOVA FCSH / IN2PAST]

Rui Lopes [IHC — NOVA FCSH / IN2PAST]

Sandra Ataíde Lobo [CHAM – NOVA FCSH/UAç]

Víctor Barros [IHC — NOVA FCSH / IN2PAST]

Conselho Científico

Alessandro Portelli [Università di Roma La Sapienza]

António M. Hespanha [Universidade Nova de Lisboa] †

Enzo Traverso [Cornell University]

Fernando Catroga [Universidade de Coimbra]

Fernando Rosas [Universidade Nova de Lisboa]

Francisco Bethencourt [King's College London]

Henrique Espada Lima [Universidade Federal de Santa Catarina]

João Luís Lisboa [Universidade Nova de Lisboa]

Lilia Moritz Schwarcz [Universidade de São Paulo]

Luís Trindade [Universidade de Coimbra]

Maria de Lurdes Rosa [Universidade Nova de Lisboa]

Robert Rowland [ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa] †

Rui Bebiano [Universidade de Coimbra]

Sérgio Campos Matos [Universidade de Lisboa]

Simona Cerruti [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris]

Verónica Tozzi [Universidad de Buenos Aires]

Composição de capa: Lais Pereira

Fotografia da capa: *Untitled*, Nuno Silas, 2015. Cortesia do artista

Índice

Editorial

Retrospetivas (digitais) sobre a historiografia africana: descolonização, imprensa africana e os usos do conhecimento 7

Noemi Alfieri

Artigos

Decolonization and Functionality of Knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), 1956 to 1980 19

Oladipupo Olugbodi e Olufunke Adeboye

Contos tradicionais de Angola: nacionalismo, cultura e gênero em Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta 49

Luiz Augusto Pinheiro Leal, Maianne Caroline da Silva e Silva e Carlos Henrique Silva Lobo

A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo 83

Carolina Bezerra Machado

Kenneth Onwuka Dike as an Atlantic Historian: An Alternative History of the Formative Years of African Historiography 111

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito

"Monangamba" e "Poema da alienação" na concretização do ideário da *Mensagem* 161

José Gueleka Kapetula

Ensaios

Monsieur l'agent, sachez que l'histoire ne se confisque pas aux enfants car elle se niche dans leurs maisons et leurs jeux 181

Emma Ben Aziza

Outros artigos

Duelo y restitución: Michel de Certeau, *criatura textual*. Ecos de un diálogo furtivo 193
Florencia Levín

Entrevistas

Associação Tchiweka de Documentação 223
Noemi Alfieri

Djass – Associação de Afrodescendentes 231
Noemi Alfieri

Marissa J. Moorman from *Africa is a Country* 239
Noemi Alfieri

NGAPA 245
Noemi Alfieri

Testemunho

Passages and Destinations, Utopian Migrations 251
Nuno Silas

Recensões

Alexandra Reza, *Anticolonial Form: Literary Journals at the End of Empire* 253
Daniela Spina

Manuel Loff e Miguel Cardina, eds., *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória* 261
Sílvia Correia

Robert Houghton, ed., *Playing the Middle Ages: Pitfalls and Potential in Modern Games* 267
Tess Watterson

Editorial
Retrospetivas (digitais) sobre a historiografia africana: descolonização, imprensa africana e os usos do conhecimento

Noemi Alfieri*

L'ancien assis se repose
sous le bougainvilliers tâchant le blanc
et par dessus les bruits de trottinettes, il fume
et me dit
dans un nuage calme
que ma nostalgie de l'ancien garantit la mort à petit feu
de ma capacité de goûter à ma propre humanité.
Emma Ben Aziza

A história da produção do conhecimento em África é um tema que tem despertado cada vez mais interesse, no contexto de uma crescente consciência sobre a globalização desigual do pensamento intelectual. Focando-se na era das descolonizações em África, um número cada vez maior de investigadores tem-se debruçado sobre a historiografia e as

* Noemi Alfieri (noemialfieri@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0914-273X. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Av. Berna 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal. Este trabalho foi realizado com o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do contrato 2022.00377.CEECIND/CP1725/CT0034, "Mapping anti-colonial networks through literature. Transnational connections of African thinkers in the reconfiguration of space and thought (1950s - 70s)" (https://doi.org/10.54499/2022.00377.CEECIND/CP1725/CT0034)

suas manifestações e leituras na imprensa periódica (em panfletos, revistas, jornais ou boletins), oferecendo importantes contribuições para a compreensão da relação entre os media e a emancipação, a democracia política, a liberdade de escolha e a consciência histórica.

Este número temático da revista *Práticas da História*, "Retrospetivas (digitais) sobre a historiografia africana: descolonização, imprensa africana e usos do conhecimento", reflete sobre as possibilidades e os constrangimentos epistemológicos contemporâneos na escrita da história. Acolhe contributos que se debruçam sobre revistas africanas (a nível de imprensa periódica académica, literária, artística e avulsa) publicadas entre as décadas de 1950 e 1980, bem como sobre as histórias subjacente a essas publicações. O nosso principal objetivo foi o de reunir textos que explorassem leituras divergentes, contestadas e em disputa da descolonização e da construção de futuros para o continente africano e as suas diásporas. Por essa razão, este volume inclui também entrevistas, contribuições artísticas e ensaios de – ou em colaboração com – artistas e agentes culturais. Guiaram-nos diversas perguntas transversais, entre as quais: de que forma estão as plataformas on-line a fomentar um reposicionamento, uma reavaliação e uma reinterpretação do conjunto de saberes situados oriundos de África? Que possibilidades se abrem para o futuro? De que forma os processos de preservação e recirculação digital da historiografia africana – incluindo as suas implicações na produção de conhecimento em África e nas suas diásporas, nos domínios das artes, da literatura e da investigação – impactam o espaço público e o fortalecimento de vozes comunitárias?

No ano em que se assinala o 50.º aniversário das Independências dos PALOP, estas interrogações e debates adquirem um significado particular. Com o objetivo de alargar a discussão sobre o sentido da descolonização política nestes países e em Portugal, este volume apresenta textos e contribuições visuais de investigadores, académicos e artistas de diferentes gerações e origens, maioritariamente oriundos de várias regiões do Continente ou das suas diásporas históricas. Na chamada de trabalhos, incentivou-se a apresentação de perspetivas mais matizadas sobre a historiografia nacionalista como entidade estática ou conceito estanque que dominou, por um

extenso período, a narração histórica sobre a época. Se o Pan-Africanismo e a Negritude revolucionaram o panorama político do continente, eles continuaram a gerar disputas enquanto projetos intelectuais e literários. Por estas razões, propusemo-nos desafiar conceptualizações correntes dessa historiografia como sendo "colonial", "tradicional", "radical", "eurocêntrica", "Afrocêntrica" ou "Afrocentrada". Este volume é, também em função disso, marcado não só por uma abordagem interdisciplinar, mas também pelo multilinguismo e pela pluralidade de perspetivas.

No artigo "Decolonization and Functionality of Knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), 1956 to 1980", Olufunke Adeboye e Oladipo Olugbodi analisam o percurso da mais antiga revista académica de história da Nigéria, sublinhando a sua contribuição para a descolonização do conhecimento e para a contestação das narrativas coloniais sobre África. Os autores destacam o papel desempenhado pelo *JHSN* entre 1956 e 1980, mostrando a forma como esta publicação serviu de plataforma para que historiadores africanos afirmassem perspetivas endógenas e apoiassem movimentos nacionalistas, embora falhando na tarefa de garantir o que os autores consideram ser a "relevância prática" do saber histórico junto da sociedade em geral.

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito, em "Kenneth Onwuka Dike as an Atlantic Historian: An Alternative History of the Formative Years of African Historiography", revisita momentos-chave da história colonial anglófona a partir de *Trade and Politics in the Niger Delta*, de Dike. O artigo procura desafiar leituras teleológicas e nacionalistas da historiografia africana, destacando a posição de Dike no espaço intelectual do Atlântico Negro e a sua contribuição para uma narrativa histórica transatlântica que transcende os enquadramentos coloniais. O texto de Brito aborda, por fim, as contribuições de mulheres académicas no campo da historiografia no contexto anglófono da época.

Alguns autores optaram por abordar a literatura no seu cruzamento com a história, as representações de género, as culturas locais e os contextos de ensino, como é o caso de Luiz Augusto Pinheiro Leal, Maianne Caroline da Silva e Carlos Henrique Silva Lobo. No artigo "Contos tradicionais de Angola: cultura e género em Óscar Ribas,

Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta", os autores analisam representações da realidade angolana durante o período colonial, com atenção à narração literária, mas também aos papéis e representações de género na sociedade colonial. A comparação que estabelecem enriquece o debate sobre as tensões entre contestação, denúncia e resistência durante o processo de descolonização política, abordando também a questão da representação e os seus limites.

No seu texto, Carolina Bezerra Machado reflete também sobre representações literárias, entendendo a literatura como ferramenta de trabalho para os(as) historiadores(as), sobretudo quando entendida como "escrita do real", tal como propõe no caso de Pepetela. "A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo" traça, assim, um possível percurso –através da narrativa do escritor angolano – da história colonial até ao impacto da guerra civil, passando pela resistência anticolonial e a Independência. Partindo de outro ponto de vista, José Gueleka Kapetula traz a literatura para o contexto educativo ao abordar, em "«Monangamba» e «Poema da Alienação» na concretização do ideário da *Mensagem*", a relevância da obra de António Jacinto no contexto da educação em Angola. Kapetula aprofunda o debate em torno do papel do kimbundu na produção literária da "Geração *Mensagem*".

Emma Ben Aziza, em "Monsieur l'agent, sachez que l'histoire ne se confisque pas aux enfants car elle se niche dans leurs maisons et leurs jeux", navega entre questões de representação, distorções e apagamentos históricos promovidos pelo Ocidente, convocando analogias vegetais, a poesia e as memórias pessoais entre França e Tunísia para refletir sobre a história e as experiências diaspóricas.

A secção "Entrevistas" reúne conversas com associações, plataformas e revistas que têm contribuído para estas discussões e, frequentemente, levado a cabo ações concretas. Entrámos nestas conversas conscientes de que cada um dos nossos interlocutores ofereceria perspetivas distintas, partindo de diversas geografias: Portugal, Angola, Estados Unidos e África do Sul. Nesta secção, debatemos as relações entre media e emancipação, democracia política, liberdade de escolha, consciência coletiva, processos de preservação digital e recirculação da historiografia de

África e da sua diáspora com a *Djass – Associação de Afrodescendentes* (https://djass.pt), a *Associação Tchiweka de Documentação* (https://www.tchiweka.org), a revista *NGAPA* (https://www.revistangapa.com) e a plataforma *Africa is a Country* (https://africasacountry.com).

No final de cada entrevista, pedimos aos nossos interlocutores que nos recomendassem um livro, um filme ou um disco que oferecesse aos leitores deste volume um itinerário digital adicional. As sugestões incluem: *Africa* de Ismaël Lô; *Independência* (2015), que faz parte do projeto "Angola – Nos Trilhos da Independência"; o filme *Rostov-Luanda* (1997), de Abderrahmane Sissako; *A Town with Music*, de Ohali, com letras de Toy Boy; *Caricatura*, de Gil H. Saurana; e o documentário *Fuckin' Globo*, de Kamy Lara.

Abrimos e fechamos este número com a fotografia *Untitled*, de Nuno Silas, que, como o próprio explica na secção "Testemunho", recorre à imagem digital para re-contar histórias no tempo pós-colonial. Trata-se de uma ferramenta de memória, resistência e imaginação. A fotografia estabelece uma ligação com os artigos, ensaios e conversas aqui reunidos, abrindo contemporaneamente espaço para que reflitamos sobre "migrações utópicas". Convida-nos a pensar criticamente sobre a contemporaneidade, o destino e os movimentos migratórios numa era marcada por tensões históricas e constrangimentos políticos.

Por fim, este volume reúne contribuições de jovens investigadores e artistas, na esperança de que os seus olhares possam oferecer novas perspetivas sobre temas de grande relevância para as sociedades contemporâneas.

Agradecemos a todos os autores e colegas que contribuíram para dar vida a este número temático. Esperamos que este seja um dos espaços onde possamos refletir criticamente sobre as narrativas históricas e ficcionais, os seus efeitos no(s) presente(s) e os nossos futuros coletivos.

Referência para citação:
Alfieri, Noemi. "(Digital) Retrospectives on Historiography from Africa: Decolonization, the African Press, and the Uses of Knowledge". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 7-11. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.42413.

Editorial
(Digital) Retrospectives on Historiography from Africa: Decolonization, the African Press, and the Uses of Knowledge

Noemi Alfieri*

L'ancien assis se repose
sous le bougainvilliers tâchant le blanc
et par dessus les bruits de trottinettes, il fume
et me dit
dans un nuage calme
que ma nostalgie de l'ancien garantit la mort à petit feu
de ma capacité de goûter à ma propre humanité
Emma Ben Aziza

The history of knowledge production in Africa is a rising topic in the backdrop of growing awareness of the uneven globalization of intellectual thought. Focusing on the era of decolonization in Africa, a growing number of scholars are especially exploring historiography as read in periodicals such as pamphlets, magazines, journals, or newspapers, providing important

* Noemi Alfieri (noemialfieri@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0914-273X. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Av. Berna 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal. This publication was carried out with the support of FCT – Foundation for Science and Technology, under the Grant 2022.00377.CEECIND/CP1725/CT0034 "Mapping anti-colonial networks through literature. Transnational connections of African thinkers in the reconfiguration of space and thought (1950s - 70s)" (https://doi.org/10.54499/2022.00377.CEECIND/CP1725/CT0034)

impetus for understanding the link between media and emancipation, political democracy, freedom of choice, self-awareness, and selective association.

This special issue of *Práticas da História*, focusing on "(Digital) Retrospectives on Historiography from Africa: Decolonization, the African Press, and the Uses of Knowledge", reflects on contemporary epistemological possibilities and constraints in the writing of history. We welcomed both contributions that dwell on African journals (scholarly, literary, artistic and ephemeral periodicals) from the 1950s to 1980s, and on the histories behind said periodicals. Our main objective was to gather contributions exploring different and contested visions of decolonization and future-making for the African continent and its diasporas. For this reason, this volume also includes interviews, artistic contributions, and essays by artists and practitioners. We were moved by several cross-cutting questions, such as: how are online platforms fostering a re-positioning, re-calibrating and re-thinking of bodies of knowledge from Africa? What potentialities lie in the future? How do the processes of digital preservation and recirculation of historiography from Africa – including their implications for Africa-based and African diasporic knowledge production in the arts, literature, and scholarship – impact the expansion of the public arena and community empowerment?

In the 50th year of the PALOP's Independences, these interrogations and debates gain particular significance. Aiming to broaden the discussion about the meaning of political decolonisation in these countries and Portugal, this volume features texts and images authored by scholars, academics and artists of different generations and backgrounds, primarily from various regions of the Continent or its historical diasporas. In our call for papers, we encouraged submissions offering nuanced perspectives on 'nationalist historiography', rather than conceiving it as a monolithic or static concept that dominated historical narratives of the decolonization period for a considerable time. If Pan-Africanism and *Négritude* revolutionized the political assets of the Continent, they remained contested as intellectual projects. For these reasons, we aimed to challenge the current conceptualisations of such historiography as being either 'colonial', 'traditional', 'radical', 'Eurocentric', 'Afrocentric', or

'Africa-centred'. This volume is, therefore, not just marked by interdisciplinarity, but it also features multilingualism and multiple perspectives.

In their paper "Decolonization and Functionality of Knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria (JHSN)*, 1956 to 1980", Olufunke Adeboye and Oladipo Olugbodi reflect on the path of Nigeria's oldest academic historical journal, analysing its contribution to the decolonization of knowledge and in challenging colonial narratives about Africa. The authors highlight the journal's role from 1956 to 1980, highlighting its role as a platform for African historians to assert indigenous perspectives and support nationalist movements, however failing to ensure the practical relevance of historical knowledge to broader society.

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito, in "Kenneth Onwuka Dike as an Atlantic Historian: An Alternative History of the Formative Years of African Historiography", revisits some key moments of Anglophone colonial history, its features and main actors in the first half of the 20th Century, starting from Dike's *Trade and Politics on the Nigerian Delta*. He highlights what he considers to be Dike's position within the Black Atlantic intellectual space, as well as his contribution to a transatlantic historical narrative, transcending colonial frameworks. Furthermore, Brito's text approaches the contribution of women scholars to historiography in the English-speaking context of that time.

Some colleagues opted for approaching literature at its intersection with history, gender representation, local culture and teaching contexts, as this was the case for Luiz Augusto Pinheiro Leal, Maianne Caroline da Silva and Carlos Henrique Silva Lobo. In "Contos tradicionais de Angola: cultura e gênero em Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta", they analyze representations of Angolan realities in colonial times, with special attention to literary narrations, but also gender representations and roles in the colonial society. Their comparison enriches the debate about the tensions between contestation, denunciation and resistance during political decolonization, bringing to the table the issue of representation and its limits. In her text, Carolina Bezerra Machado also reflects on literary representations, understanding literature as a tool for

the historian(s), especially when intended as a "writing of the real", as she intends Pepetela's writing to be deeply related to Angolan history. "A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo" therefore establishes a possible path, through the Angolan writer's narrative, from colonial history to the impact of civil war, passing through anticolonial resistance and Independence. Starting from another point of view, José Gueleka Kapetula brings literature to the educational context, approaching, in "'Monangamba' e 'Poema da Alienação' na concretização do ideário da *Mensagem*", the relevance of António Jacinto's literary work within the applied context of Angolan education. Kapetula deepens the discussion about the role of kimbundu in the literary production of the "Geração *Mensagem*" (lit: *Mensagem's* generation).

Emma Ben Aziza, in "Monsieur l'agent, sachez que l'histoire ne se confisque pas aux enfants car elle se niche dans leurs maisons et leurs jeux" navigates issues of representation, western historical distortions and obliterations, calling in vegetal analogies, poetry and personal memories between France and Tunisia. She does so to reflect about History and diasporic experiences.

The "Interviews" section gathers conversations with associations, platforms and journals that have contributed to these discussions and often led to concrete actions. We entered these conversations aware that each one would offer different perspectives, starting from different locations: Portugal, Angola, the US and South Africa. In this section, we discuss the relationship between media and emancipation, political democracy, freedom of choice, collective consciousness, digital preservation processes, and the recirculation of historiography from Africa and its diaspora with *Djass – Associação de Afrodescendentes* (https://djass.pt), *Associação Tchiweka de Documentação* https://www.tchiweka.org), *NGAPA Revista* (https://www.revistangapa.com) and *Africa is a Country* (https://africasacountry.com).

At the end of our discussions, we asked our interviewees to recommend a book, film or record to give readers of these volumes an additional digital itinerary. This includes Ismael Lo's *Africa, Independência* (2015), which is part of the project "Angola – Nos Trilhos da

Independência"; Abderrahmane Sissako's film *Rostov-Luanda* (1997); *A Town* with music by Ohali and lyrics by Toy Boy; *Caricatura* by Gil H. Saurana, and the documentary *Fuckin' Globo* by Kamy Lara. We open and close with Nuno Silas's *Untitled* photography, which, as he explains in the "Testimony" section, uses digital imagery to retell histories in postcolonial times. It is understood as a tool of memory, resistance, and imagination. This photograph echoes the articles, essays, and conversations in this volume, while also opening up space for reflection on "utopian migrations". It invites us to critically engage with contemporaneity, destiny, and movement in an era of historical tensions and political constraints.

Last but not least, this volume brings together contributions from young scholars and artists in the hope that their perspectives will offer new approaches to issues that are highly relevant in contemporary societies.

Thanks to all the authors and colleagues who helped bring this special issue to life. We hope it will be one of the spaces in which we can critically reflect on historical and fictional narratives, their effects on the present(s) and our collective futures.

Referência para citação:
Alfieri, Noemi. "(Digital) Retrospectives on Historiography from Africa: Decolonization, the African Press, and the Uses of Knowledge". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 13-17. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.42413.

Práticas da História, n.º 20 (2025): 19-48

Oladipupo Olugbodi and Olufunke Adeboye

Decolonization and Functionality of Knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), 1956 to 1980

This study examines transformations in the decolonization and functionality of knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) from 1956 to 1980. In its early years, the Journal sought to recover Africa's rich past while developing research methodologies that advanced decolonization and addressed the needs of a society negotiating national identity. By the 1970s, however, its articles reflected an expanded decolonization discourse but showed limited engagement with Africa's pressing economic challenges. This raises a critical question: why did epistemic decolonization advance without parallel concern for knowledge functionality? Situating this problem in the pre-digital context of African historiography, the article interrogates how one of Africa's earliest historical journals functioned both as a site of intellectual decolonization and as a medium for shaping emancipatory knowledge before the digital revolution, thereby contributing to broader debates in this special issue.
Keywords: JHSN; knowledge decolonization; epistemic functionality; African historiography; historical practice.

Descolonização e funcionalidade do conhecimento no *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), 1956 a 1980

Este estudo examina as transformações nos processos de descolonização e na funcionalidade do conhecimento no *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), entre 1956 e 1980. Nos seus primeiros anos, o JHSN tinha como objetivo revelar a rica história do continente africano enquanto desenvolvia metodologias de investigação que facilitassem o processo de descolonização e respondessem às necessidades de uma sociedade em busca da construção de uma identidade nacional. No entanto, os artigos publicados na década de 1970 deixaram de abordar os desafios económicos fundamentais enfrentados pelo continente africano na época. Essa transformação levanta uma questão crítica: por que motivo a ampliação do discurso sobre a descolonização ocorreu sem uma preocupação correspondente com a funcionalidade do conhecimento? Ao situar este problema no contexto pré-digital da historiografia africana, este artigo interroga algumas das principais preocupações deste número temático, demonstrando como uma das primeiras revistas históricas de África funcionou tanto como um espaço de descolonização intelectual quanto como um instrumento de produção de conhecimento emancipatório antes da revolução digital.
Palavras-chave: JHSN; descolonização do conhecimento; funcionalidade epistémica; historiografia africana; prática histórica.

Decolonization and Functionality of Knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), 1956 to 1980

Oladipupo Olugbodi and Olufunke Adeboye*

Introduction

The journey towards the decolonization of knowledge in Africa has been a longstanding struggle, rooted in the nineteenth century when African cultural nationalists such as Samuel Johnson and Otunba Payne emerged to challenge pervasive Eurocentric narratives that denied Africa its rightful place in history. These pioneers sought to craft a more authentic portrayal of Africa's past, contradicting scholars like C.G. Seligman, who argued that the civilization of Africa was externally induced.[1] Such Eurocentric perspectives later prompted a cultural nationalism movement in Nigeria during the 19th century.[2] This cultural nationalism movement eventually evolved into a formidable force following World War II, as irrefutable evidence was mobilized to dismantle the myth of European superiority over Africans. Nationalism ignited fierce aspirations for

* Oladipupo Olugbodi (dipo.olugbodi@yahoo.com). https://orcid.org/0009-0004-7391-8506. Department of History & Strategic Studies, School of Postgraduate Studies, University of Lagos, Akoka, Yaba, Lagos State, Nigeria; Olufunke Adeboye (oadeboye@unilag.edu.ng) https://orcid.org/0000-0003-4319-1022. Department of History & Strategic Studies, Faculty of Arts, University of Lagos. Original article: 30-04-2024; Revised version: 29-07-2025; Accepted: 30-07-2025.

1 Edith R. Sanders, "The Hamitic Hypothesis; Its Origin and Functions in Time Perspective," *The Journal of African History* 10, n.º 4 (1969): 521; Nigel Eltringham, "Invaders Who Have Stolen the Country: The Hamitic Hypothesis, Race and the Rwandan Genocide," *Social Identities* 12, n.º 4 (July 2006): 425-426.

2 Ayodeji Olukoju, "The Dynamics of Cultural Nationalism in Colonial Nigeria," in *Nigerian Peoples and Cultures*, eds. Akinjide Osuntokun and Ayodeji Olukoju (Lagos: Department of History and Strategic Studies, University of Lagos, 1997), 298-301.

independence, positioning the study of African history as an essential intellectual tool in the struggle.[3] The emergence of professionally trained Nigerian historians in the 1950s solidified the foundation for the decolonization of knowledge, as nationalists passionately demanded insights into Africa's illustrious past, ensuring that the scholarship produced resonated powerfully with societal aspirations.

Pioneer Nigerian academic historians such as Kenneth Dike, Saburi Biobaku, Jacob Ade Ajayi, and Bolanle Awe dedicated themselves to the reconstruction of Africa's historical narrative, and were supported by esteemed British Africanists such as Abdullahi Smith (formerly Henry Fredrick Charles Smith) and J.D. Fage. Significant milestones in this dispensation included the establishment of the National Archives in Nigeria (formerly Nigerian Records Office) in 1954 and the establishment of the Historical Society of Nigeria (HSN) in 1955. The HSN thereafter launched the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) in 1956.[4] The focus of this article is on the JHSN, which was the flagship publication of the HSN and the oldest historical journal in Nigeria, serving as a pivotal platform for advancing African historiography. Therefore, it is essential to examine the journal's role in the decolonization and functionality of knowledge from its inception to 1980, the year of its silver jubilee.

Decolonization and Functionality of Knowledge

Knowledge decolonization is a critical intellectual and cultural movement that attempts to challenge the dominance of Western epistemic culture that imposes its ways of knowing and understanding the world on other systems. As a movement that evolved from anticolonial struggles, it seeks to dismantle the lingering effects of colonial power structures within academic, social, and cultural systems, while calling for the validation and elevation of diverse epistemologies, particularly those rooted in indigenous, African, and non-Western traditions. Central to this movement is the recognition

3 Toyin Falola and Saheed Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History* (New York: University of Rochester Press, 2010), 22.

4 Falola and Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 23-24.

that knowledge production has often been shaped by historical inequalities, privileging certain voices while marginalizing others. By rethinking educational curricula, research methodologies, and intellectual frameworks, knowledge decolonization strives to create a more inclusive and equitable landscape that respects the richness and diversity of human understanding.

In a world marked by cultural interconnectedness and pluralism, the decolonization of knowledge offers an opportunity to confront biases, celebrate diversity, and engage in a more comprehensive understanding of the past. It is not merely a critique of existing systems but a forward-looking effort to reimagine knowledge in ways that empower all communities.[5] To counteract such perspectives, which are propagated by scholars like Friedrich Hegel and Margery Perham, African historians and Africanists engaged in a continuous effort to reconstruct the African past. This endeavour, known as the decolonization of knowledge, entails critically examining and reevaluating narratives shaped by European colonial viewpoints. The Africa-centered perspective is essential to presenting decolonized knowledge about Africa, highlighting Africans as active subjects rather than passive objects of research. Ndlovu-Gatsheni emphasizes that Africans must pursue epistemic freedom defined as "the right to think, theorise, interpret the world, develop own methodologies and write from where one is located and unencumbered by Eurocentrism."[6] By generating knowledge from within, Africans can foster originality and contribute to a more diverse global knowledge economy. Scholars like Nelson Maldonado-Torres and Toyin Falola resonate with the call to dismantle power imbalances in knowledge production between the Global North and developing countries.[7] This conceptual lens constitutes the foundation from which to assess how the JHSN contributed to reconstructing African narratives and centering African epistemologies.

5 Ngũgĩ wa Thiong'o, *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature* (London: James Currey, 1986), 16; Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, *Decoloniality as the Future of Africa* (Bamenda, Cameroon: Langaa RPCIG, 2018), 39; Walter D. Mignolo, *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options* (Durham, NC: Duke University Press, 2011), 8.

6 Sabelo Ndlovu-Gatsheni, "The Dynamics of Epistemological Decolonization in the 21st Century: Towards Epistemic Freedom," *Strategic Review for Southern Africa* 40, n.º 1 (2018): 17.

7 Nelson Maldonado-Torres, "On the Coloniality of Being," *Cultural Studies* 21, n.º 2-3 (March/May 2007): 257-263; Toyin Falola, *Decolonizing African Studies: Knowledge Production, Agency, and Voice* (New York: University of Rochester Press, 2022), 519-521.

Knowledge functionality, on its part, entails that knowledge produced has to reflect the core realities of the environment in which it is produced and must be essential for the economic, social, political, and mental integration of individual learners into national society, just as it should visibly and palpably benefit the development of the immediate environment. Therefore, knowledge or educational functionality meets the practical and developmental needs of its learners and society. It transcends academic boundaries of generating knowledge just for its sake and extends into practical projects, prioritizing progress and development for Africa.[8] The knowledge generated through the integration of academic and practical approaches must be relevant to the growth of learners in that environment and must prioritize the development of that environment before addressing broader concerns. Furthermore, this knowledge should bridge the epistemic past and present that have connections to chart a course for the future.

In *Knowledge and the State of Nature*, Edward Craig approaches the concept of knowledge from a functionalist and genealogical standpoint. He argues that the concept of "knowledge" evolved as a tool for human communities to identify reliable informants — knowledge producers whose testimonies could be trusted for practical decision-making and survival. According to Craig, knowledge is not merely an abstract or detached philosophical ideal, but rather a concept shaped by its utility in helping communities navigate their environments effectively. The emphasis placed on *knowledge functionality* — that knowledge must reflect and address the economic, social, political, and developmental realities of its context — aligns with Craig's claim that knowledge serves communal, practical needs. This perspective modifies the notion of knowledge as an end in itself and instead foregrounds its role in promoting individual and communal progress. However, the definition takes Craig's genealogical insight and applies it directly to the education of and developmental practice in Africa. It moves beyond Craig's philosophical genealogy to argue that academic inquiry should explicitly

8 Falola, *Decolonizing African Studies*, 516.

be integrated with practical, community-oriented projects that benefit the immediate environment. Moreover, while Craig focuses primarily on epistemology in a general human context, the emphasis on knowledge as a tool for socioeconomic integration and societal development sharpens the political and developmental stakes of knowledge production in African postcolonial contexts. In short, Craig's functional account of knowledge provides a strong philosophical underpinning for the subject of the functionality of knowledge in the JHSN and the definition above, which posits that knowledge in African history/studies must be locally grounded, practically relevant, and developmentally oriented.[9]

The Birth of the JHSN and Its Early Years

The establishment of the *Journal of the Historical Society of Nigeria* finds its roots in the establishment of new universities after World War II and the dynamic emergence of modern African historiography. This intellectual movement is deeply entwined with the nationalist fervour that swept across Africa, particularly in the aftermath of World War II. For many Africans, the war served as a profound revelation. It unmasked the fallibility of their colonial masters, dismantling the myth of their invincibility. The longstanding colonial narrative that dismissed Africans' capacity for self-governance was vehemently opposed as Africans and their nationalist leaders clamoured for independence. To execute this struggle, an intellectual vanguard composed of historians and scholars from other relevant disciplines arose, providing critical momentum for the national cause.[10]

The establishment of JHSN was preceded by the founding of Nigeria's premier university, the University College, Ibadan (later University of Ibadan) in 1948. From its inception, one of the courses the university offered was History. However, the curriculum reflected a European bias, focusing predominantly on European presence and activities in Africa.[11]

9 Edward Craig, *Knowledge and the State of Nature: An Essay in Conceptual Synthesis* (Oxford: Oxford University Press, 1999).

10 Goran Hyden, "The Failure of Africa's First Intellectuals," *Transition*, n.º 28 (January 1967): 14-18; Toyin Falola and Saheed Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 22-24.

11 Falola and Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 22.

This paradigm began to shift with the arrival of Kenneth Dike, the first Nigerian to earn a PhD in History. Upon completing his studies at King's College London, Dike returned to Nigeria with a visionary mission: to champion the development of African history and establish platforms for its dissemination. Dike was appointed to the University of Ibadan, where he spearheaded transformative reforms. Central to his reforms was the introduction of courses within the Department of History that focus on African agency.[12] By so doing, Dike laid a scholarly foundation for the decolonization of knowledge about Nigeria and Africa from an academic perspective.

Kenneth Dike believed that producing scholarly works on African history would provide nationalists with tangible evidence to highlight the richness of the African past, demonstrating the existence of kingdoms and empires in pre-colonial times.[13] However, his vision extended beyond these foundational ideas. To further advance the study and documentation of African history, Dike, in collaboration with Abdullahi Smith and others, founded the Historical Society of Nigeria and launched its flagship publication, the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN).[14] Additionally, Dike contributed to establishing the National Archives in Nigeria, laying essential groundwork for the systematic reconstruction of Africa's historical narrative.

The JHSN, founded by the HSN in 1956, was managed by Abdullahi Smith and Kenneth Dike, both of whom ensured its dedication to advancing African historiography. In its inaugural year, the journal clearly articulated its aim and purpose as follows:

> The journal has been started as part of the publications policy of the society (HSN)-- a policy which includes the quarterly publications of the Society's Bulletins, and it is hoped, the

12 Falola and Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 22-23.

13 Apollos O. Nwauwa, "K.O. Dike and the New African Nationalist Historiography," in *Emergent Themes and Methods in African Studies: Essays in Honor of Adiele E. Afigbo,* eds. Toyin Falola and Adam Paddock (Trenton, New Jersey: African World Press, 2009), 157–176.

14 Kenneth Dike, "African History Twenty-Five Years Ago and Today," *Journal of the Historical Society of Nigeria* (*JHSN*) 10, n.º 3 (December 1980): 13-14.

> occasional publication of monographs on various aspects of Nigerian history. The purpose of the Journal is to stimulate interest in the study of history in Nigeria and to provide a vehicle for the publication of papers relating to the problems of history and history teaching in this country.[15]

It follows from the above that garnering, producing, disseminating, and sustaining interest in the knowledge of Nigerian history was the goal of the JHSN. Although in the 1950s the journal's publications often portrayed Africans as the object of research, efforts to position them as active participants began to take shape during this time. A significant shift began to emerge in the 1960s, as these trained scholars increasingly acknowledged the value of incorporating local perspectives into their research. This period saw a growing collaboration between African researchers and international scholars, highlighting the importance of amplifying authentic African voices within academic discourse.

Several of the articles published during the journal's first years of existence sometimes focused on European colonization of Nigeria. Notable examples include Kenneth Dike's "John Beecroft, 1790-1854: Her Brittanic Majesty's Consul to the Bights of Benin and Biafra 1849-1854", J. C. Anene's "The Protectorate Government of Southern Nigeria and the Aros 1900-1902", A.H.M. Kirk-Greene's "Von Uechtritz's Expedition to Adamawa, 1893", and A. Salubi's "The Establishment of British Administration in the Urhobo Country (1891-1913)".[16] While these works offered insights into certain aspects of Nigeria's history, they predominantly centered on Europeans as the main subjects of study. Nonetheless, the 1950s also saw the emergence of research focusing on Africa's pre-colonial history and with Africans as subjects.

15 n/a, "PREFACE," *JHSN* 1, n.º 1 (December 1956): 1.

16 Kenneth Dike, "John Beecroft, 1790-1854: Her Brittanic Majesty's Consul to the Bights of Benin and Biafra 1849-1854," *JHSN* 1, n.º 1 (December 1956): 5-14; J.C. Anene, "The Protectorate Government of Southern Nigeria and the Aros 1900-1902," *JHSN* 1, n.º 1 (December 1956): 20-26; A.H.M. Kirk-Greene, "Von Uechtritz's Expedition to Adamawa, 1893," *JHSN* 1, n.º 2 (December 1957): 86-98; A. Salubi, "The Establishment of British Administration in the Urhobo Country (1891-1913)," *JHSN* 1, n.º 3 (December 1958): 184-209.

Prominent examples from this era include T.O. Ogunkoya's "The Early History of Ijebu", A.J.H. Goodwin's "Archaeology and Benin Architecture", R. Mauny's "Akori Beads", and B.E.B. Fagg's "The Nok Culture in Prehistory".[17]

However, the dominant features during the period were methodologies or policies aimed at shaping historical research and education. This focus seemed to reflect a deliberate effort to establish a solid foundation for historical research and teaching in Nigeria. Supporting this claim were articles like S.O. Biobaku's "The Problem of Traditional History with Special Reference to Yoruba Traditions", M.C. English's "What History Does the Nigerian Pupil Need?", R.E.O. Akpofure's "Textbooks and the Teaching of African History in Nigeria", and Henry Fredrick Charles Smith's "Source Material for the History of the Western Sudan".[18]

The 1950s marked a foundational period in the research and teaching of Nigerian history, signaling the early stages of intellectual decolonization. The historians that emerged from the 1950s were different from the 19th-century non-academic Nigerian historians in the sense that they were trained historians (understood historical methodology and the critical analysis of source materials). Scholars such as M.C. English and Henry Fredrick Charles Smith emphasized the need for historical study in Nigeria to reflect the realities of the Nigerian environment, advancing a deliberate effort to decolonize knowledge about Africa.[19] During this decade, the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) played a pivotal role in laying the groundwork for more rigorous and expansive scholarship in the decades that followed.

17 T.O. Ogunkoya, "The Early History of Ijebu," *JHSN* 1, n.º 1 (December 1956): 48-58; A.J.H. Goodwin, "Archaeology and Benin Architecture," *JHSN* 1, n.º 2 (December 1957): 65-85; R. Mauny, "Akori Beads," *JHSN* 1, n.º 3 (December 1958): 210-214; B.E.B. Fagg, "The Nok Culture in Prehistory," *JHSN* 1, n.º 4 (December 1959): 288-293.

18 S.O. Biobaku, "The Problem of Traditional History with Special Reference to Yoruba Traditions," *JHSN* 1, n.º 1 (December 1956): 43-47; M.C. English, "What History Does the Nigerian Pupil Need?," *JHSN* 1, n.º 2 (December 1957):111-118; R.E.O. Akpofure, "Textbooks and the Teaching of African History in Nigeria," vol. 1, n.º 2 (December 1957): 138-144; H.F.C. Smith, "Source Material for the History of the Western Sudan," *JHSN* 1, n.º 3 (December 1958): 238-248.

19 English, "What History Does the Nigerian Pupil Need?", 111-117; H.F.C. Smith, "School Certificate History Syllabuses in Nigeria," *JHSN* 1, n.º 2 (December 1957): 119-129.

The methodological and policy foundations established in the 1950s enabled a surge in scholarship that foregrounded African agency and narratives in the 1960s. Notable contributions from this period include J.S. Boston's "Notes on Contact between the Igala and the Ibo," J.F.A. Ajayi's "Nineteenth Century Origins of Nigerian Nationalism," R.S. Smith's "Ijaye, the Western Palatinate of the Yoruba," Tekena Tamuno's "Some Aspects of Nigerian Reaction to the Imposition of British Rule," and Kola Folayan's "Egbado to 1832: The Birth of a Dilemma."[20] Although Nigerian history gained prominence within the JHSN during the 1960s, this period also saw a narrowing of focus. Broader studies of African history, prevalent in the 1950s, receded as histories of the colonial period became the dominant theme in Nigerian historiography.[21]

The JHSN in the 1970s and 1980

The 1970s marked a shift in the approach to decolonizing knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN). The decade further broadened the scope of inquiry. Greater attention was given to economic and social histories, which complemented political narratives. Studies of Africa's economic past underscored the viability of indigenous economies tailored to local needs, cultures, and environments. Similarly, research into social history highlighted Africa's vibrant civilizations and social institutions, countering Eurocentric narratives that portrayed the continent as devoid of an advanced culture.

Articles on economic history published in the JHSN include Babatunde Lawal's "The Igbo-Ukwu 'Bronzes': A Search for the Economic Evidence", Wale Oyemakinde's "The Pullen Marketing Scheme: A Trial

20 J.S. Boston, "Notes on Contact between the Igala and the Ibo," *JHSN* 2, n.º 1 (December 1960): 52-58; J.F.A. Ajayi, "Nineteenth Century Origins of Nigerian Nationalism," *JHSN* 2, n.º 2 (December 1961): 196-210; R.S. Smith, "Ijaye, the Western Palatinate of the Yoruba," *JHSN* 2, n.º 3 (December 1962): 329-349; Tekena Tamuno, "Some Aspects of Nigerian Reaction to the Imposition of British Rule," *JHSN* 3, n.º 2 (December 1965): 271-294; Kola Folayan, "Egbado to 1832: The Birth of a Dilemma," *JHSN* 4, n.º 1 (December 1967): 15-33.

21 This is evident in the journal articles of JHSN published in the 1960s. Accessibility of colonial documents in both national and metropolitan archives made this possible.

in Food Price Control in Nigeria, 1941–1947", A.E. Afigbo's "Trade and Trade Routes in Nineteenth Century Nsukka", and G.O. Ogunremi's "The Nigerian Motor Transport Union Strike of 1937".[22] Similarly, significant studies in social history included J.A. Adedeji's "The Church and the Emergence of the Nigerian Theater, 1866–1914", G.O. Olusanya's "Julius Ojo Cole: A Neglected Nigerian Nationalist and Educationist", Onigu Otite's "Historical Aspects of the Sociology of the Bendel State of Nigeria", and Walter Ofonagoro's "Notes on the Ancestry of Mbanaso Okwaraozorumba, Otherwise Known as King Jaja of Opobo, 1821–1891".[23]

Another important trend in the 1970s was the increased emphasis on Nigerian history. Although the journal featured studies on other parts of Africa, Nigerian themes dominated its content. African resistance to colonial rule remained prominent, as it had been in earlier decades. Overall, the colonial period was the most studied era during this time, with a relative decline in focus on precolonial history compared to the pre-1970 period when nationalism was a driving concern.

A persistent challenge in the JHSN from its inception in 1956 to 1980 was the limited attention given to women's history. Greater exploration of women's roles is necessary to fully understand their contributions to Africa's development. The few works addressing women's history during this period include Felicia Ekejiuba's "Omu Okwei, the Merchant Queen of Ossomari: A Biographical Sketch", A.E. Afigbo's "Revolution and Reaction in Eastern Nigeria: 1900–1929 (The Background to the Women's Riot of 1929)", and Agnes Akosua Aidoo's

22 Babatunde Lawal, "The Igbo-Ukwu 'Bronzes': A Search for the Economic Evidence," *JHSN* 6, n.º 3 (December 1972): 313-321; Wale Oyemakinde, "The Pullen Marketing Scheme: A Trial in Food Price Control in Nigeria, 1941-1947," *JHSN* 6, n.º 4 (June 1973): 413-423; A.E. Afigbo, "Trade and Trade Routes in Nineteenth Century Nsukka," *JHSN* 7, n.º 1 (December 1973): 77-90; G.O. Ogunremi, "The Nigerian Motor Transport Union Strike of 1937," *JHSN* 9, n.º 2 (June 1978): 127-144.

23 J.A. Adedeji, "The Church and the Emergence of the Nigerian Theater, 1866-1914," *JHSN* 6, n.º 1 (December 1971): 25-45; G.O. Olusanya, "Julius Ojo Cole: A Neglected Nigerian Nationalist and Educationist," *JHSN* 7, n.º 1 (December 1973): 91-101; Onigu Otite, "Historical Aspects of the Sociology of the Bendel State of Nigeria," *JHSN* 9, n.º 1 (December 1977): 37-61; Walter Ofonagoro, "Notes on the Ancestry of Mbanaso Okwaraozorumba Otherwise Known as King Jaja of Opobo, 1821-1891," *JHSN* 9, n.º 3 (December 1978): 145-156.

"Asante Queen Mothers in Government and Politics in the Nineteenth Century".[24] Similarly, the history of children was scarcely studied, with Adefunke Oyemade's "The Care of Motherless Babies: A Century of Voluntary Work in Nigeria" being the sole contribution.[25] It was not until the 1990s that women's history gained greater prominence in Nigerian historiography, with the call for further inclusion persisting. The study of children and childhood only began to attract attention in the twenty-first century.

Changes in the *Journal of the Historical Society of Nigeria*

Aspects and Changes in the Decolonization Process

The decolonization of knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) was a continuous process. The principal distinction between the intellectual decolonization efforts of the 1950s–60s and those of the 1970s–80s lies in the broadening of strategies and methodologies used to challenge colonial knowledge systems.[26] In the latter decades, more emphasis was placed on emerging fields such as economic and social history, leading to an expanded production of scholarship that explored these aspects of Africa's past. Prominent works reflecting the decolonization agenda in the 1950s and 1960s include T.O. Ogunkoya's "The Early History of Ijebu", R. Mauny's "Akori Beads", I.A. Akinjogbin's "Agaja and the Conquest of the Coastal Aja States, 1724–30" and "The Oyo Empire in the 18th Century—A

24 Felicia Ekejiuba, "Omu Okwei, the Merchant Queen of Ossomari: A Biographical Sketch," *JHSN* 3, n.º 4 (June 1967): 633-646; A.E. Afigbo, "Revolution and Reaction in Eastern Nigeria: 1900-1929: (The Background to the Women's Riot of 1929)," *JHSN* 3, n.º 3 (December 1966): 539-557; Agnes Akosua Aidoo, "Asante Queen Mothers in Government and Politics in the Nineteenth Century," *JHSN* 9, n.º 1 (December 1977): 1-13.

25 Adefunke Oyemade, "The Care of Motherless Babies: A Century of Voluntary Work in Nigeria," *JHSN* 7, n.º 2 (June 1974): 369-371.

26 This is an observation by the authors. Moreover, it should not be a surprise that African historiography will develop better with time as new branches and sub-branches are introduced and new approaches or methodologies incorporated. Also see Muyiwa Okuseinde, "Ideological Issues in African Historiography," in *Issues in Historiography,* ed. O.O. Olubomehin (Ibadan: College Press and Publishers Ltd., 2001), 58-60.

Reassessment", and Paul Ozanne's "Notes on the Later Prehistory of Accra".[27] For example, T.O. Ogunkoya's "The Early History of Ijebu" reflects the knowledge decolonization agenda by centering indigenous oral traditions, local perspectives, and African agency in reconstructing Ijebu history, challenging Eurocentric narratives and colonial historiography that marginalized African voices and epistemologies. It exemplifies the reclaiming of historical authorship by African scholars rooted in community knowledge systems. Also, R. Mauny's "Akori Beads" highlights African material culture as a valid source of historical evidence, thereby valuing indigenous African artifacts and trade networks in reconstructing precolonial history beyond Eurocentric textual sources. It challenges colonial assumptions by recognizing African agency in global exchanges and cultural production. These studies emphasized Africa's rich precolonial heritage, countering narratives that minimized African achievements before European incursion in the nineteenth century and subsequent colonization of the continent.

Another important strand of the decolonization process was the demonstration of African agency during the colonial period. This was more pronounced in the 1960s and 1970s. This approach sought to restore African voices and actions to historical narratives that had long depicted Africans as passive subjects of colonial rule. Relevant JHSN contributions in this vein include Philip A. Igbafe's "The Benin Water Rate Agitation, 1937–1939: An Example of Social Conflict", Tekena N. Tamuno's "Some Aspects of Nigerian Reaction to the Imposition of British Rule", A.E. Afigbo's "Revolution and Reaction in Eastern Nigeria: 1900–1929 (The Background to the Women's Riot of 1929)", G.O. Ogunremi's "The Nigerian Motor Transport Union Strike of 1937," and Obaro Ikime's "The Anti-tax Riots in Warri Province, 1927–1928".[28] Philip A. Igbafe's "The Benin Water Rate Agitation,

27 Ogunkoya, "The Early History of Ijebu," 48-58; Mauny, "Akori Beads," 210-214; I.A. Akinjogbin, "Agaja and the Conquest of the Coastal Aja States, 1724-30," *JHSN* 2, n.º 4 (December 1963): 545-566; Paul Ozanne, "Notes on the Later Prehistory of Accra," *JHSN* 3, n.º 1 (December 1964): 3-23; I.A. Akinjogbin, "The Oyo Empire in the 18th Century – A Reassessment," *JHSN* 3, n.º 3 (December 1966): 449-460.

28 Philip A. Igbafe, "The Benin Water Rate Agitation, 1937-1939: An Example of Social Con-

1937–1939" demonstrates African agency during the colonial period by showcasing how the people of Benin organized protests, mobilized public opinion, and negotiated with colonial authorities to resist imposed policies, asserting their rights and influencing governance despite colonial domination. It highlights Africans as active participants in shaping their political and social realities. Another example is G.O. Ogunremi's "The Nigerian Motor Transport Union Strike of 1937," which demonstrates African agency during the colonial period by illustrating how Nigerian workers collectively organized and executed a nationwide strike to challenge colonial labor policies, assert their economic rights, and influence public policy. It underscores the strategic use of unionism as a tool for resistance and self-determination under colonial rule.

By the 1970s, the study of diverse aspects of Africa's past became even more pronounced in the JHSN. Both the precolonial and colonial economic and social histories of Africans were explored, underscoring the centrality of Africans in shaping their historical trajectories. Some studies highlighting Africa's viable precolonial economy include Thurstan Shaw's "Early Agriculture in Africa," which discusses Africa's viable precolonial economy by providing archaeological evidence of sophisticated indigenous farming systems, domestication of crops, and regional trade, thereby challenging colonial narratives of African economic primitiveness. It underscores the continent's capacity for sustainable agricultural development long before European contact. Other studies include Marion Johnson's "Cloth on the Bank of the Niger" and Deji Ogunremi's "Human Porterage in Nigeria in the Nineteenth Century—A Pillar in the Indigenous Economy". Works examining Nigeria's colonial economic history include Wale Oyemakinde's "The Impact of the Great Depression on the Nigerian Railway and Its Workers" and "The Nigerian General Strike of 1945", and G.O. Ogunremi's "The Nigerian Motor

flict," *JHSN* 4, n.º 3 (December 1968): 355-373; Tekena N. Tamuno, "Some Aspects of Nigerian Reaction to the Imposition of British Rule," *JHSN* 3, n.º 2 (December 1965): 271-294; Afigbo, "Revolution and Reaction," 539-557; Ogunremi, "The Nigerian Motor Transport Union Strike," 127-144; Obaro Ikime, "The Anti-tax Riots in Warri Province, 1927-1928," *JHSN* 3, n.º 3 (December 1966): 559-573.

Transport Union Strike of 1937".[29] Wale Oyemakinde's "The Impact of the Great Depression on the Nigerian Railway and Its Workers" highlights how Nigerian railway workers responded to economic hardship through collective action, strikes, and union activities to defend their rights and livelihoods.

In the realm of social history, significant contributions included R.J.M. Blackett's "Return to the Motherland: Robert Campbell, a Jamaican in Early Colonial Lagos", Gbadebo Gbadamosi's "Odu Imale: Islam in Ifa Divination and the Case of Predestined Muslims", Onigu Otite's "Historical Aspects of the Sociology of the Bendel State of Nigeria", Ogbu U. Kalu's "The Battle of the Gods: Christianization of Cross River Igboland, 1903–1950", and J.A. Adedeji's "The Church and the Emergence of the Nigerian Theatre, 1866–1914".[30] For example, Ogbu U. Kalu's "The Battle of the Gods" and J.A. Adedeji's "The Church and the Emergence of the Nigerian Theatre" show how Africans engaged with, adapted, and reshaped Christianity and missionary institutions to reflect indigenous beliefs, aesthetics, and cultural expressions. Both works highlight the creative appropriation and transformation of foreign religious and cultural forms, revealing Africans as active participants in shaping their spiritual and artistic landscapes.

The expansion of historical subfields during this period was partly a response to the limitations of nationalist historiography pioneered by the Ibadan School of History. Over time, the Ibadan School's focus on

29 Thurstan Shaw, "Early Agriculture in Africa," *JHSN* 3, n.º 3 (December 1966): 143-191; Marion Johnson, "Cloth on the Bank of the Niger," *JHSN* 3, n.º 3 (December 1966): 353-363; Deji Ogunremi, "Human Porterage in Nigeria in the Nineteenth Century—A Pillar in the Indigenous Economy," *JHSN* 8, n.º 1 (December 1975): 37-59; Wale Oyemakinde, "The Impact of the Great Depression on the Nigerian Railway and Its Workers," *JHSN* 8, n.º 4 (June 1977): 143-160; Ogunremi, "The Nigerian Motor Transport Union Strike," 127-144; Wale Oyemakinde, "The Nigerian General Strike of 1945," *JHSN* 7, n.º 4 (June 1975): 693-710.

30 R.J.M. Blackett, "Return to the Motherland: Robert Campbell, a Jamaican in Early Colonial Lagos," *JHSN* 8, n.º 1 (December 1975): 133-143; Gbadebo Gbadamosi, "Odu Imale: Islam in Ifa Divination and the Case of Predestined Muslims," *JHSN* 8, n.º 4 (June 1977): 77-93; Otite, "Historical Aspects of the Sociology of the Bendel State of Nigeria," 37-61; Ogbu U. Kalu, "The Battle of the Gods: Christianization of Cross River Igboland, 1903-1950," *JHSN* 10, n.º 1 (December 1979): 1-18; Adedeji, "The Church and the Emergence of the Nigerian Theater," 25-45.

glorifying heroic African figures became repetitive.[31] In the 1970s, the Zaria School of History emerged, introducing Marxist ideologies and methodologies that prioritized economic analysis and class conflict.[32] This shift is evident in JHSN studies addressing labor movements and strikes, which examined resource conflicts between elites and the masses. Simultaneously, the Lagos School of History challenged the conservative tendencies of the Ibadan School, while other scholars advocated for increased attention to the social lives of Africans, further advancing the development of social history.[33] These intellectual movements collectively influenced the JHSN's content and shaped historical scholarship in Nigeria, ultimately deepening and expanding the process of knowledge decolonization.

JHSN and the Functionality of Knowledge

The functionality of historical knowledge lies in its capacity to illuminate present challenges and contribute to shaping a better future of national development. Following the 1960s, Nigeria's focus shifted from the pursuit of political independence and the affirmation of a rich precolonial past to the quest for economic and socio-cultural autonomy.[34] The oil boom of the early 1970s soon gave way to economic mismanagement and dependence on a mono-economy. The economic difficulties of the 1970s laid the groundwork for the coups and counter-coups of the early 1980s, eventually culminating in the implementation of the Structural Adjustment Program (SAP).

Given this trajectory, economic historians arguably should have prioritized the imperative of economic diversification and explored

31 Falola and Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 41

32 J.I. Dibua, "The Idol, Its Worshippers, and the Crisis of Relevance of Historical Scholarship in Nigeria," *History in Africa* 24 (1997): 123-128; Falola and Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 235-236.

33 Akinjide Osuntokun, "Lagos School of History: An Exploratory Discourse - 4," *The Nation Newspaper*, https://www.google.com/amp/s/thenationonlineng.net/lagos-school-of-history-an-exploratory-discourse-4/amp/ (last accessed 20 June 2024); Falola and Aderinto, *Nigeria, Nationalism, and Writing History*, 68-70.

34 Interview with Mr. James Denapo Iroko, retired Director of Education, Education District II, Lagos State, Nigeria, 14 May 2015; Interview with Mr. Timothy Adeyemi, retired Vice-Principal in Lagos State, 15 May 2015.

Nigeria's comparative advantages, drawing lessons from historical precedents. Similarly, historical scholarship might have more robustly engaged with the continent-wide challenges of political despotism by examining African political thought and systems suited to national contexts. On the socio-cultural front, greater efforts could have been made to interrogate and decolonize African cultural spheres. However, these observations are made with the benefit of hindsight. At the time, the principal aim of the JHSN was to foster an understanding and appreciation of Nigerian history. Nevertheless, the urgency of economic development and the imperative of maximizing national potential were clear, and a more explicit engagement with these themes could have bolstered the journal's contribution to national development in the decades following independence.

It is therefore pertinent to assess the functionality of knowledge in the JHSN between 1956 and 1980. The 1950s and 1960s were pivotal in the context of independence movements across Africa. Kwame Nkrumah famously argued that political independence was a necessary precursor to other forms of progress.[35] The JHSN's contributions during this period were closely aligned with nationalist aspirations. The introduction of African history at the University of Ibadan by Kenneth Dike in the mid-1950s marked the beginning of systematic Africa-centered historical scholarship in Nigeria. Although historical research was still nascent, the journal published works that demonstrated Africa's precolonial civilizations, contributing meaningfully to nationalist fervor by uncovering Africa's historical achievements, as evidenced in earlier cited works.

The 1970s, however, presented a different set of challenges. While relevant studies appeared, such as Walter Rodney's "The Year 1895 in Southern Mozambique: African Resistance to the Imposition of European Colonial Rule" and Kofi Owusu-Mensa's "Prince Owusu-Ansa

35 Etim E. Okon, "Kwame Nkrumah: The Fallen and Forgotten Hero of African Nationalism," *European Scientific Journal* 10, n.º 17 (June 2014): 59; *The Nation*, "Seek ye first the political kingdom...," *The Nation Newspaper*, 17 April 2022, https://thenationonlineng.net/seek-ye-first-the-political-kingdom/ (last accessed 21 June 2024).

of Asante, 1823–1884".[36] The period demanded a more direct engagement with pressing economic, socio-cultural, and political issues. A few works made inadvertent contributions to developmental discourse, including Paul Lovejoy's "Long-distance Trade and Islam: The Case of the Nineteenth Century Hausa Kola Trade", Ade Fajana's "Colonial Control and Education: The Development of Higher Education in Nigeria, 1900–1950", and Wale Oyemakinde's "Railway Construction and Operation in Nigeria, 1895–1911: Labour Problems and Socio-economic Impact".[37] However, in general, JHSN scholarship during the 1970s did not sufficiently connect historical inquiry to contemporary realities, thereby weakening the critical link between past and present.

Silver Jubilee of the JHSN and the Issue of the Functionality of Knowledge

The Historical Society of Nigeria celebrated its silver jubilee on Monday, 29 September 1980.[38] This occasion provided an opportunity to reflect on both the achievements and shortcomings of the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) and Nigerian historiography more broadly. Among the remarkable accomplishments was the successful introduction and institutionalization of African history in Nigeria, a marked departure from earlier practices before Kenneth Dike's pioneering efforts at the University College, Ibadan. Another key achievement was the growing alignment between historians and social scientists, which fostered multidisciplinary and interdisciplinary research.[39] In

36 Walter Rodney, "The Year 1895 in Southern Mozambique: African Resistance to the Imposition of European Colonial Rule," *JHSN* 5, n.º 4 (June 1971): 509-536; Kofi Owusu-Mensa, "Prince Owusu-Ansa of Asante, 1823-1884," *JHSN* 9, n.º 3 (December 1978): 23-44.

37 Paul Lovejoy, "Long-distance Trade and Islam: The Case of the Nineteenth Century Hausa Kola Trade," *JHSN* 5, n.º 4 (June 1971): 537-547; Ade Fajana, "Colonial Control and Education: The Development of Higher Education in Nigeria, 1900-1950," *JHSN* 6, n.º 3 (December 1972): 323-340; Wale Oyemakinde, "Railway Construction and Operation in Nigeria, 1895-1911: Labour Problems and Socio-economic Impact," *JHSN* 7, n.º 2 (June 1974): 303-324.

38 S. Afolabi Toye, "Address by the Acting Vice-Chancellor, Professor S. Afolabi Toye, at the Formal Opening of the Silver Jubilee Celebrations of the Historical Society of Nigeria, Monday 29 September, 1980," *JHSN* 10, n.º 3 (December 1980): 3-6.

39 J.F. Ade Ajayi, "The Historical Society in Nigeria: Presidential Address," *JHSN* 10, n.º 3 (December 1980): 7-10.

addition, significant historiographical themes that contributed to the decolonization of knowledge were emphasized. These included responses to colonial historiography, nineteenth-century Nigerian political history, African reactions to colonial rule, and the integration of Nigerians and their economy into the global economic system. The training of history educators for schools was also acknowledged as an important contribution of both the JHSN and professional historians.[40]

However, several gaps in both the journal and Nigerian historiography became visible. Insufficient attention had been given to decentralized states in Africa, and the lack of funding for historical studies was a persistent challenge. Furthermore, Nigerian historians generally avoided certain themes, such as pre-nineteenth-century Nigerian history, biographies, comparative history, and contemporary history. The findings of historical research largely remained confined to the academy. As Kenneth Dike observed, "It cannot be overemphasized that the progress [in historical practice] so far made is essentially among scholarly circles; outside the university walls, ignorance of African history persists and old prejudices die hard."[41] Jacob Ade Ajayi also gave his opinion about the JHSN and Nigerian historical practice when he stated:

> Our best achievement has been in the universities. We have had some impact on the profession of history educators in the schools, but the Association of History Teachers is yet to flourish and develop the right relationships with the Historical Society. Similarly, while we have maintained close relations with traditional historians, we cannot say that our Society or our writings have had the same direct impact on the masses in the rural areas who constitute the majority of our people.[42]

40 Ajayi, "The Historical Society in Nigeria: Presidential Address," 7-10.

41 Dike, "African History Twenty-Five Years Ago and Today," 25.

42 Ajayi, "The Historical Society in Nigeria," 7.

Ajayi's concern about the limited impact of historical scholarship beyond the university setting drew attention to the pressing need for public-oriented historical education. A notable response to this challenge, even before Ajayi's statement above, was the *Tarikh* project. *Tarikh*, a magazine-style publication initiated in the late 1960s by the Historical Society of Nigeria, was specifically designed to bridge the gap between academic history and secondary school teaching. Its content was tailored to the curriculum and written in an accessible style, making it suitable for students and teachers alike. By focusing on themes relevant to African history and highlighting indigenous sources, *Tarikh* aimed to promote historical awareness at the grassroots level and counter colonial-era distortions that lingered in post-independence educational materials.[43] Thus, while the JHSN maintained a scholarly orientation, *Tarikh* served as a complementary medium that sought to fulfill the functional role of history in Nigerian society. Its creation underscored the Society's recognition of the importance of engaging younger generations and broadening the societal relevance of historical knowledge beyond academic elites.

Nevertheless, it does show that while the JHSN and Nigerian historians were able to produce and narrowly disseminate knowledge on Nigerian and African history, ensuring and sustaining societal interest in the discipline remained a challenge. The gaps in the practice of history at the time of the jubilee required serious attention. The issue was not the insignificance of past achievements, but rather the need for Nigerian historians at the time to remain dynamic and responsive as societal contexts evolved. While it was a significant accomplishment to demonstrate to foreign audiences that Africa possessed a rich and complex past, the fervent nationalism of the 1950s and 1960s had gradually given way to new priorities—namely, human capital development, enhanced social welfare, and broad-based economic advancement within

43 Historical Society of Nigeria, *Tarikh: Magazine of African History for Schools* 1, n.º 1 (Ibadan: Historical Society of Nigeria, 1967); B. O. Oloruntimehin, "Historical Research and Nation-Building in Nigeria," *Tarikh* 5, n.º 1 (1978): 15–25; Segun Osoba, "The Role of Historians in National Development," *Tarikh* 4, n.º 2 (1976): 2–10; J. F. Ade Ajayi, *Teaching African History in Schools* (Ibadan: Ibadan University Press, 1968).

Nigeria and other African states. Although the economic situation in 1980 was not as dire as it is today (forty-five years later), there were already concerns about economic stability.

A critical impediment to the discipline's progress was the lack of widespread public knowledge, interest, and support for historical scholarship. Effective research demands financial, material, and moral backing, yet even the most innovative historical inquiries struggled to gain traction due to the prevailing perception of the discipline outside academia. Jeremiah Dibua has aptly characterized this predicament as a "crisis of relevance."[44] Similarly, Michael Omolewa reported G.O. Olusanya's explanation on the challenge with historical scholarship in Nigeria in the decades following independence:

> He [Olusanya] contended that the state of historical scholarship was very poor; that the historical profession was no longer valued by the society that had gone increasingly materialist, and that historical research seemed to have ceased to exist. Professor Olusanya, however, believes that this tragic situation is transitional. He recalls that the relevance of the historian was never in question twenty years ago when Africans were in dire need of a psychological instrument to establish the point that Africans could administer their affairs; and that indeed Africans had a respectable past .... He [Olusanya], however, raised the question of the limitations of the historian who is reluctant to be a publicist, who hesitates to comment on national issues, and who refuses to write in non-professional periodicals, journals, and magazines.[45]

The preceding discussion suggests that the principal challenge faced by the JHSN and Nigerian historical scholarship more broadly

44 Dibua, "The Idol, Its Worshippers, and the Crisis of Relevance of Historical Scholarship in Nigeria."

45 G.O. Olusanya (Discussion Leader) and Michael Omolewa (Rapporteur) during the silver jubilee celebrations of the HSN on September 29, 1980. The topic of discussion by G.O. Olusanya was "A Critique of the Social Role of the Nigerian Historian," *JHSN* 10, n.º 3 (December 1980): 151.

was the functionality of knowledge. The issue was not the quality of historical research or the success of decolonizing African historiography, but rather the nature of the knowledge produced, the methods of its dissemination, and the scholarly network beyond the ivory tower. Contrary to Olusanya's assertion that historical research had virtually ceased to exist, evidence from the JHSN indicates that contributions became increasingly rigorous and methodologically sophisticated with each successive decade. The core problem, however, was the continuous process of knowledge decolonization without a corresponding emphasis on the functionality of knowledge during the period under study. Several factors contributed to this imbalance, including the thematic focus of historical research and the modes of dissemination, branding, and marketing of historical knowledge. These shortcomings fueled the crisis of relevance within the discipline and discouraged significant investment in the field.

The thematic orientation of historical research is crucial to the advancement of the discipline. The past should not be studied in isolation. Historical inquiry at some point should engage with contemporary societal challenges. A significant proportion of Nigerian historiography should be informed by present-day realities. Even when research is conducted on topics without direct contemporary influence, efforts should be made to establish connections between past events and current circumstances. Such linkages enrich present-day discourse by illustrating historical precedents and parallels.

Equally important is how historical knowledge is disseminated. While formality and academic rigor are valuable, they should not be the sole modes of engagement. Historians must broaden their intended audiences beyond university scholars and government officials to include early learners, primary and secondary school students, and the general public. The traditional formal approach should be complemented by more informal, engaging, and accessible methods, especially for non-academic audiences. Moreover, non-written forms of historical expression should be explored, including collaborations with scholars from other disciplines to facilitate verbal, artistic, and multimedia presentations of historical knowledge. In

this context, strategies such as branding, packaging, public relations, audio-visual pedagogy, promotion of learner innovation, public history initiatives, and broader networking are critical to effective dissemination.

The economic downturn of the 1980s profoundly affected all sectors of Nigerian life, including education.[46] This economic hardship contributed to the decline of historical scholarship, leading to the suspension of JHSN publication in 1985 due to declining patronage. The journal remained inactive for two decades, resuming publication in 2005 on a biennial basis and stabilizing only in the 2010s. According to Terhemba Wuam, who served as Assistant Secretary of the Historical Society of Nigeria from 2011 to 2013, the challenges from 1985 to 2005 stemmed from the loss of foundational scholars, diminished publication support from publishers, and broader economic difficulties.[47] Even after resumption, the journal continued to struggle with irregular publication bouts and an unsustainable subscription model.[48]

Conclusion

Since its revival in 2005, the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) has maintained a strong focus on historical inquiry while increasingly incorporating contemporary history. Recent contributions—such as those by Youpele Banigo on Ijo identity politics, Torese Agena on environmental degradation, B.I. Orji on the Igbo apprenticeship system, and Eyitope Ogunbodede on public education—demonstrate the journal's engagement with current issues shaping African societies.[49] These studies highlight how historical perspectives can illuminate

46 Interview with Toyin Falola, Professor of History, University of Texas at Austin, USA, 24 December 2020; Interview with Mr. James Denapo Iroko; Interview with Mr. Timothy Adeyemi.

47 Interview with Terhemba Wuam, Assistant Secretary of the Historical Society of Nigeria from 2011 to 2013 and History lecturer at Kaduna State University, 25 June 2024.

48 Interview with Terhemba Wuam, 25 June 2024.

49 These articles, Youpele Banigo's "Ijo Ultimate Autochthony: Still an Unanswered Question", Torese Agena's "The Relationship Between Economic Activities and Environmental Degradation in Africa", B.I. Orji's "Apprenticeship System among the Igbo in Lagos, Nigeria: Modalities, Preferences and Development since the Post-War Era", and Eyitope Ogunbodede's "Public Education in the Twenty-First Century: A Reappraisal of Nigerian Education", were published by the JHSN in the years 2005, 2007, 2021, and 2018 respectively.

present-day challenges in identity, economy, environment, and education. Nigerian historian Tunde Decker attributes the rise in contemporary historical research to a growing commitment to addressing societal problems. He advocates for broader thematic inclusion—especially in areas like social and intellectual history—and stresses that the true value of such research lies in its practical impact on policymaking and development.[50] While thematic diversity is important, the journal must also prioritize research that responds directly to Nigeria's most pressing concerns.

Finally, within the scope of this study, it is evident that the process of knowledge decolonization remains ongoing. Decolonizing knowledge about Africa played a pivotal role in nationalist struggles and has continued to be significant well beyond the attainment of independence. While knowledge decolonization is vital for Africa's development, the functionality of knowledge is equally critical. The discipline of history will struggle to achieve the relevance it covets in Nigerian society if it fails to resonate with the lived realities and tangible experiences of its people. The contributions from historians must extend across diverse societal strata— students, laypersons, academia, private organizations, and public institutions alike. The *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN) grappled with the challenge of ensuring the functionality of knowledge during the period under review. However, the rise of contemporary historical scholarship from the mid-1980s and 1990s was reflected in the journal's revival in 2005, partially addressing this issue.[51] Going forward, the journal should further engage with insights from pre-colonial and colonial histories to inform contemporary challenges. Greater emphasis is also needed on proposing viable solutions to pressing national issues such as nation-building, economic development, and the erosion of societal values, while maintaining a balanced engagement with diverse historical themes. In this context, the vision

50 Interview with Tunde Decker, a Nigerian historian and a member of the Historical Society of Nigeria, 10 May 2025.

51 J.H. Pongri, I.O. Ediba, and A.A. Yakubu, "The Relevance of History in the Context of Nigeria's Contemporary Challenges," *Gombe Journal of Historical Studies* 1, n.º 1 (2021): 1.

of knowledge decolonization as advocated by scholars such as Sabelo Ndlovu-Gatsheni and Toyin Falola can only be fully realized through practical knowledge functionality and the integration of indigenous languages into educational systems. However, the intricate matters of language and details of the nature of the JHSN post-1980s warrant exploration in another discourse.

BIBLIOGRAPHY

Adedeji, J. A. "The Church and the Emergence of the Nigerian Theater, 1866-1914." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 6, n.º 1 (December 1971): 25-45.

Adeyemi, Timothy. Interviewed by Oladipupo Olugbodi. Ikorodu, Lagos State, 15 May 2014.

Afigbo, A. E. "Revolution and Reaction in Eastern Nigeria: 1900-1929: (The Background to the Women's Riot of 1929)." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 3 (December 1966): 539-557.

-----. "Trade and Trade Routes in Nineteenth-Century Nsukka." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 7, n.º 1 (December 1973): 77-90.

Aidoo, Agnes Akosua. "Asante Queen Mothers in Government and Politics in the Nineteenth Century." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 9, n.º 1 (1977): 1-13.

Ajayi, J. F. A. "Nineteenth Century Origins of Nigerian Nationalism." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 2, n.º 2 (December 1961): 196-210.

-----. *Teaching African History in Schools*. Ibadan: Ibadan University Press, 1968.

-----. "The Historical Society in Nigeria: Presidential Address." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (December 1980): 7-10.

-----. "A Critique of Themes Preferred by Nigerian Historians." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (December 1980): 33-39.

Akinjogbin, I.A. "Agaja and the Conquest of the Coastal Aja States, 1724-30." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 2, n.º 4 (December 1963): 545-566.

-----. "The Oyo Empire in the 18th Century—A Reassessment." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 3 (December 1966): 449-460.

Akpofure, R.E.O. "Textbooks and the Teaching of African History in Nigeria." Vol. 1, n.º 2 (December 1957): 138-144.

Anene, J.C. "The Protectorate Government of Southern Nigeria and the Aros, 1900-1902." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 1 (December 1956): 20-26.

Atanda, J.A. "The Historian and the Problem of Origins of Peoples in Nigerian Society." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (December 1980): 69-77.

Biobaku, S. O. "The Problem of Traditional History with Special Reference to Yoruba Traditions." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 1 (December 1956): 43-47.

Blackett, R.J.M. "Return to the Motherland: Robert Campbell, a Jamaican in Early Colonial Lagos." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 8, n.º 1 (December 1975): 133-143.

Boston, J.S. "Notes on Contact between the Igala and the Ibo." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 2, n.º 1 (December 1960): 52-58.

Craig, Edward. *Knowledge and the State of Nature: An Essay in Conceptual Synthesis*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Decker, Tunde. Interviewed by Oladipupo Olugbodi. Via Phone Call, 20 May 2025.

Dibua, J. I. "The Idol, Its Worshippers, and the Crisis of Relevance of Historical Scholarship in Nigeria." *History in Africa* 24 (1997): 123-128.

Dike, Kenneth. "John Beecroft, 1790-1854: Her Brittanic Majesty's Consul to the Bights of Benin and Biafra 1849-1854." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 1 (December 1956): 5-14.

-----. "African History Twenty-Five Years Ago and Today." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (December 1980): 13-14.

Ekejiuba, Felicia. "Omu Okwei, the Merchant Queen of Ossomari: A Biographical Sketch." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 4 (June 1967): 633-646.

Eltringham, Nigel. "Invaders Who Have Stolen the Country: The Hamitic Hypothesis, Race and the Rwandan Genocide." *Social Identities* 12, n.º 4 (July 2006): 425-426.

English, M. C. "What History Does the Nigerian Pupil Need?" *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 2 (December 1957): 111-117.

Fagg, B.E.B. "The Nok Culture in Prehistory." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 4 (December 1959): 288-293.

Fajana, Ade. "Colonial Control and Education: The Development of Higher Education in Nigeria, 1900-1950-" *Journal of the Historical Society of Nigeria* 6, n.º 3 (December 1972): 323-340.

Falola, Toyin. *Decolonizing African Studies: Knowledge Production, Agency, and Voice*. New York: University of Rochester Press, 2022.

Falola, Toyin. Interviewed by Oladipupo Olugbodi. Via Phone Call, 24 December 2020.

Falola, Toyin, and Saheed Aderinto. *Nigeria, Nationalism, and Writing History*. New York: University of Rochester Press, 2010.

Folayan, Kola. "Egbado to 1832: The Birth of a Dilemma." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 4, n.º 1 (December 1967): 15-33.

Garrard, T. F. "Studies in Akan Goldweights: The Origin of the Goldweight System (Part I)." *Transactions in the Historical Society of Ghana* 13, n.º 1 (June 1972): 1-20.

-----. "Studies in Akan Goldweights: The Origin of the Goldweight System (Part II)." *Transactions in the Historical Society of Ghana* 13, n.º 2 (December 1972): 149-162.

-----. "Studies in Akan Goldweights: The Origin of the Goldweight System (Part III)." *Transactions in the Historical Society of Ghana* 14, n.º 1 (June 1973): 1-16.

-----. "Studies in Akan Goldweights: The Origin of the Goldweight System (Part IV)." *Transactions in the Historical Society of Ghana* 14, n.º 2 (December 1973): 149-168.

Gbadamosi, Gbadebo. "Odu Imale: Islam in Ifa Divination and the Case of Predestined Muslims." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 8, n.º 4 (June 1977): 77-93.

Goodwin, A.J.H. "Archaeology and Benin Architecture." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 2 (December 1957): 65-85.

Historical Society of Nigeria. *Tarikh: Magazine of African History for Schools*. Vol. 1, n.º 1. Ibadan: Historical Society of Nigeria, 1967.

Hountondji, Pauline. "Knowledge of Africa, Knowledge by Africans: Two Perspectives on African Studies." *RCCS Annual Review* 1, n.º 1 (2009): 121.

Hyden, Goran. "The Failure of Africa's First Intellectuals." *Transition*, n.º 28 (January 1967): 14-18.

Igbafe, Philip A. "The Benin Water Rate Agitation, 1937-1939: An Example of Social Conflict." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 4, n.º 3 (December 1968): 355-373.

Ikime, Obaro. "The Anti-tax Riots in Warri Province, 1927-1928." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 3 (December 1966): 559-573.

Iroko, James. Interviewed by Oladipupo Olugbodi. Ikorodu, Lagos State, 14 May 2014.

Johnson, Marion. "Cloth on the Bank of the Niger." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 3 (December 1966): 353-363.

Kalu, Ogbu U. "The Battle of the Gods: Christianization of Cross River Igboland, 1903-1950." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 1 (December 1979): 1-18.

Kirk-Greene, A. H. M. "Von Uechtritz's Expedition to Adamawa, 1893." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 2 (December 1957): 86-98.

Lawal, Babatunde. "The Igbo-Ukwu 'Bronzes': A Search for the Economic Evidence." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 6, n.º 3 (December 1972): 313-321.

Lovejoy, Paul. "Long-distance Trade and Islam: The Case of the Nineteenth Century Hausa Kola Trade." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 5, n.º 4 (June 1971): 537-547.

Maldonado-Torres, Nelson. "On the Coloniality of Being." *Cultural Studies* 21, n.º 2-3 (March/May 2007): 257-263.

Mauny, R. "Akori Beads." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 3 (December 1958): 210-214.

Mignolo, Walter. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options.* Durham, NC: Duke University Press, 2011.

Ndlovu-Gatsheni, Sabelo. "The Dynamics of Epistemological Decolonization in the 21st Century: Towards Epistemic Freedom." *Strategic Review for Southern Africa* 40, n.º 1 (2018): 17.

-----. *Decoloniality as the Future of Africa.* Bamenda, Cameroon: Langaa RPCIG, 2018.

Nwauwa, Apollos. "K.O. Dike and the New African Nationalist Historiography." In *Emergent Themes and Methods in African Studies: Essays in Honor of Adiele E. Afigbo,* edited by Toyin Falola and Adam Paddock, 157–176. Trenton, New Jersey: African World Press, 2009.

Ofonagoro, Walter. "Notes on the Ancestry of Mbanaso Okwaraozorumba Otherwise Known as King Jaja of Opobo, 1821-1891." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 9, n.º 3 (December 1978): 145-156.

Ogunkoya, T.O. "The Early History of Ijebu." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 1 (December 1956): 48-58.

Ogunremi, Deji. "Human Porterage in Nigeria in the Nineteenth Century—A Pillar in the Indigenous Economy." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 8, n.º 1 (December 1975): 37-59.

Ogunremi, G.O. "The Nigerian Motor Transport Union Strike of 1937." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 9, n.º 2 (June 1978): 127-144.

Okon, Etim E. "Kwame Nkrumah: The Fallen and Forgotten Hero of African Nationalism." *European Scientific Journal* 10, n.º 17 (June 2014): 59.

Okuseinde, Muyiwa. "Ideological Issues in African Historiography." In *Issues in Historiography,* edited by O.O. Olubomehin, 58-60. Ibadan: College Press and Publishers Ltd., 2001.

Oloruntimehin, B. O. "Historical Research and Nation-Building in Nigeria." *Tarikh* 5, n.º 1 (1978): 15-25.

Olukoju, Ayodeji. "The Dynamics of Cultural Nationalism in Colonial Nigeria." In *Nigerian Peoples and Cultures*, edited by Akinjide Osuntokun and Ayodeji Olukoju, 298-301. Lagos: Department of History and Strategic Studies, University of Lagos, 1997.

Olusanya, G.O. "Julius Ojo Cole: A Neglected Nigerian Nationalist and Educationist." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 7, n.º 1 (December 1973): 91-101.

-----. "A Critique of the Social Role of the Nigerian Historian." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (December 1980): 151.

Osoba, Segun. "The Role of Historians in National Development." *Tarikh* 4, n.º 2 (1976): 2-10.

Osuntokun, Akinjide. "Lagos School of History: An Exploratory Discourse - 4." *The Nation Newspaper*, last accessed 20 June 2024. https://www.google.com/amp/s/thenationonlineng.net/lagos-school-of-history-an-exploratory-discourse-4/amp/.

Otite, Onigu. "Historical Aspects of the Sociology of the Bendel State of Nigeria." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 9, n.º 1 (December 1977): 37-61.

Owusu-Mensa, Kofi. "Prince Owusu-Ansa of Asante, 1823-1884." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 9, n.º 3 (December 1978): 23-44.

Oyemade, Adefunke. "The Care of Motherless Babies: A Century of Voluntary Work in Nigeria." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 7, n.º 2 (June 1974): 369-371.

Oyemakinde, Wale. "The Pullen Marketing Scheme: A Trial in Food Price Control in Nigeria, 1941-1947." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 6, n.º 4 (June 1973): 413-423.

-----. "Railway Construction and Operation in Nigeria, 1895-1911: Labour Problems and Socio-economic Impact." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 7, n.º 2 (June 1974): 303-324.

-----. "The Nigerian General Strike of 1945." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 7, n.º 4 (June 1975): 693-710.

-----. "The Impact of the Great Depression on the Nigerian Railway and Its Workers." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 8, n.º 4 (June 1977): 143-160.

Ozanne, Paul. "Notes on the Later Prehistory of Accra." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 1 (December 1964): 3-23.

Pongri, J. H., I. O. Ediba, and A. A. Yakubu. "The Relevance of History in the Context of Nigeria's Contemporary Challenges." *Gombe Journal of Historical Studies* 1, n.º 1 (2021): 1.

Rodney, Walter. "The Year 1895 in Southern Mozambique: African Resistance to the Imposition of European Colonial Rule." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 5, n.º 4 (June 1971): 509-536.

Salubi, A. "The Establishment of British Administration in the Urhobo Country (1891-1913)." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 3 (December 1958): 184-209.

Sanders, Edith R. "The Hamitic Hypothesis; Its Origin and Functions in Time Perspective." *The Journal of African History* 10, n.º 4 (1969): 521.

Shaw, Thurstan. "Early Agriculture in Africa." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 3 (December 1966): 143-191.

Smith, H. F. C. "School Certificate History Syllabuses in Nigeria." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 2 (December 1957): 119-129.

-----. "Source Material for the History of the Western Sudan." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 1, n.º 3 (December 1958): 238-248.

-----. "Ijaye, the Western Palatinate of the Yoruba." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 2, n.º 3 (December 1962): 329-349.

Tamuno, Tekena. "Some Aspects of Nigerian Reaction to the Imposition of British Rule." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 3, n.º 2 (December 1965): 271-294.

The Nation. "Seek ye first the political kingdom...." *The Nation Newspaper*, 17 April 2022, last accessed 21 June 2024. https://thenationonlineng.net/seek-ye-first-the-political-kingdom/.

Toye, S.A. "Address by the Acting Vice-Chancellor, Professor S. Afolabi Toye, at the Formal Opening of the Silver Jubilee Celebrations of the Historical Society of Nigeria, Monday 29 September, 1980." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (December 1980): 3-6.

wa Thiong'o, Ngũgĩ. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. London: James Currey, 1986.

Wuam, Terhemba. Interviewed by Oladipupo Olugbodi. Via e-mail, 25 June 2024.

Zeleza, P.T. "African Diasporas and Academics: The Struggle for a Global Epistemic Presence." In *The Study of Africa: Global and Transnational Engagements*, edited by P.T. Zeleza, 86-105. Dakar: CODESRIA, 2007.

Referência para citação:
Olugbodi, Oladipupo, and Olufunke Adeboye. "Decolonization and Functionality of Knowledge in the *Journal of the Historical Society of Nigeria* (JHSN), 1956 to 1980". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 19-48. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.37886.

Práticas da História, n.º 20 (2025): 49-83

Luiz Augusto Pinheiro Leal, Maianne Caroline da Silva e Silva e Carlos Henrique Silva Lobo

Contos tradicionais de Angola: nacionalismo, cultura e gênero em Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre cultura e gênero por meio dos contos angolanos de Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta visando interpretar o processo de construção do nacionalismo angolano. Os contos coletados ou produzidos por esses escritores permitem compreender, a partir de aspectos culturais, o protagonismo feminino em relação ao nacionalismo angolano. São analisados os contos disponíveis nas obras *Ecos da minha terra*, de Óscar Ribas; *Vidas novas*, de Luandino Vieira; e *Sô Bicheira e outros contos*, de Alfredo Bobela-Motta. Ao mesmo tempo em que os contos evidenciam o processo de homogeneização linguística, eles carregam consigo a experiência da cultura nativa e das relações de gênero como base de resistência contra a dominação colonial. Essa era uma forma de transmissão de conhecimentos que permitia a circulação de saberes populares no mundo literário e favorecia a reorganização da identidade que constituiria a Angola independente.
Palavras-chave: cultura; gênero; nacionalismo; contos angolanos.

Traditional Tales from Angola: Nationalism, Culture and Gender in Óscar Ribas, Luandino Vieira and Alfredo Bobela-Motta

The purpose of this article is to discuss the relationship between culture and gender through the Angolan short stories of Óscar Ribas, Luandino Vieira, and Alfredo Bobela-Motta, with a view to interpreting the process of constructing Angolan nationalism. The short stories collected or produced by these writers allow us to understand, from a cultural perspective, the leading role played by women in relation to Angolan nationalism. We analyze the short stories available in the works *Ecos da minha terra* (Echoes of My Land) by Óscar Ribas; *Vidas novas* (New Lives) by Luandino Vieira; and *Sô Bicheira e outros contos* (Sô Bicheira and Other Stories) by Alfredo Bobela-Motta. While the stories highlight the process of linguistic homogenization, they also convey the experience of native culture and gender relations as a basis for resistance against colonial domination. This was a form of knowledge transmission that allowed the circulation of popular knowledge in the literary world and favored the reorganization of the identity that would constitute independent Angola.
Keywords: culture; gender; nationalism; Angolan short stories.

Contos tradicionais de Angola: nacionalismo, cultura e gênero em Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta

Luiz Augusto Pinheiro Leal, Maianne Caroline da Silva e Silva e Carlos Henrique Silva Lobo*

Introdução

Como comunidade imaginada, Angola nasce do protótipo da fronteira colonial, da estrutura administrativa herdada do colonizador e do esforço de homogeneização linguística diante da diversidade étnica que caracteriza o território e sua história. Esse fenômeno não é particular ao país. Segundo Anderson[1], trata-se de uma ação comum de se encontrar em outras nações oriundas de experiências coloniais que vivenciaram o processo de consolidação de suas respectivas independências. Tal processo teria como característica "um autêntico entusiasmo nacionalista popular ao lado de uma instalação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do

* Luiz Augusto Pinheiro Leal (augustoleal@ufpa.br). https://orcid.org/0000-0002-0145-5379. Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Rua Augusto Corrêa 01, Campus Universitário do Guamá, Setor Básico, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Bairro Guamá - CEP 66075-110 - Belém - Pará – Amazônia, Brasil; Maianne Caroline da Silva e Silva (maiannecss@gmail.com). https://orcid.org/0009-0002-9564-6498. Universidade Federal do Pará; Carlos Henrique Silva Lobo (machadodeassis1999@gmail.com). https://orcid.org/0009-0006-8254-861X. Universidade Federal do Pará, Bolsista PIBIC/Interior. Artigo original: 1-10-2024; artigo revisto: 28-06-2024; aceite para publicação: 8-07-2025.

1 Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante"[2].

O nacionalismo seria, assim, uma herança da ação colonial evidenciada na manutenção das fronteiras coloniais, na imposição da religião cristã, na valorização da língua do colonizador e de outras estruturas administrativas e ideológicas que poderiam manter a "ordem" social no pós-independência. Assim, o Estado nacional surgia como um espelho do Estado colonial. "Ao lado do velho funcionário distrital, apareceram o médico, o engenheiro agrônomo, o técnico de extensão no campo, o professor, o policial, e assim por diante, todos eles funcionários públicos"[3].

Além desses aspectos do nacionalismo, pautados na língua e na organização administrativa do Estado, cabe observar mais uma delimitação: a relação entre nacionalismo e gênero. McClintock[4] considera que "todos os nacionalismos têm gênero", e isso significa que o lugar de privilégio é sempre voltado para o sexo masculino. Afinal, as nações, mesmo como comunidades imaginadas, não são "fantasmagoria das mentes, mas práticas históricas nas quais a diferença social é tanto inventada como representada"[5]. Tais representações são sempre favoráveis aos homens em detrimento das mulheres. As narrativas sobre as lutas pela nação contam histórias de humilhações e esperanças masculinas. Além disso, "nenhuma nação no mundo dá a homens e mulheres o mesmo acesso aos direitos e recursos do Estado-nação"[6]. Geralmente, as mulheres são apresentadas como símbolos da nação, mas apenas quando são mortas na luta pela autonomia nacional. Quase nunca são celebradas como lideranças vivas e bem representadas na organização política do país independente.

Com Angola não foi diferente. As representações femininas, em relação ao nacional, tiveram lugares específicos de valorização do heroísmo

2 Anderson, *Comunidades imaginadas*, 164.

3 Anderson, *Comunidades imaginadas*, 166.

4 Anne McClintock, *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial* (Campinas: Unicamp, 2010).

5 McClintock, *Couro imperial*, 517-518.

6 Mcclintock, *Couro imperial*, 518.

feminino. Houve mulheres que escaparam do tradicional vínculo ao espaço doméstico e à maternidade e se constituíram como heroínas nacionais. Nzinga Mbande[7] e Deolinda Rodrigues[8] são exemplos significativos nesse sentido. A primeira foi apresentada como uma referência de resistência aos colonizadores portugueses. A segunda, sendo militante política e fundamental articuladora anticolonial, teve sua imagem reconhecida e valorizada após ter seguido um caminho tradicionalmente destinado aos homens: as armas. Sendo assassinada nesse contexto, Deolinda passou a ser apresentada, na história oficial de Angola, como uma heroína nacional[9]. Contudo, outras representações femininas não alcançaram as mesmas visibilidades. Mulheres anônimas, guardiãs de saberes e memórias sobre a vida cultural de Angola, somente poderiam ser encontradas em perspectivas literárias.

A língua e a história oficial, além da administração e das armas dos colonizadores, foram instrumentos que garantiram não apenas a dominação colonial, mas se mantiveram após a independência de Angola. Contudo, ainda no processo de lutas pela independência, a produção literária sobre o país evidenciava que a cultura e as relações de gênero também dariam base para se constituir o que viria a ser o nacionalismo angolano. Elas carregavam em si os elementos culturais do colonizador, mas também expressavam identidades e ações culturais dos colonizados. Através do estudo de contos produzidos por autores de diferentes origens, relacionados com a cultura popular ou com o cotidiano das lutas anticoloniais, analisamos algumas produções literárias sobre Angola. Observamos que, ao mesmo tempo em que os contos evidenciam o

7 Identificada pelos portugueses como a "Rainha" do Matamba, foi uma líder que se destacou no enfrentamento da colonização portuguesa e na disputa pelo comércio de cativos na região de parte do que viria a constituir Angola no século XVII. Luiz Augusto Pinheiro Leal, "Outras heroínas", *in* África: entretecendo perspectivas, ed. Luis Nicolau Parés e Fábio Baqueiro Figueiredo (Salvador: Edufba, 2024).

8 Intelectual e militante angolana que ajudou a organizar o Movimento Popular de Libertação de Angola e foi assassinada, juntamente com outras mulheres, quando decidiu pegar em armas na luta contra a colonização portuguesa. Luiz Augusto Pinheiro Leal e Daélem Maria Rodrigues Pinheiro, "O exílio sem regresso: uma análise do diário de Deolinda Rodrigues na luta pela independência de Angola", in *Paz, Direitos e Novas Redes – III Conferência Internacional Ativismos em África*, ed. Luiza Nascimento dos Reis e Luca Bussotti (Recife: UFPE, 2022).

9 Leal, "Outras heroínas", 162-168.

processo de homogeneização linguística, eles carregam consigo a experiência da cultura nativa e das relações de gênero como uma das bases de resistência contra a dominação colonial. Tratava-se de uma forma de transmissão de conhecimentos que não passavam pelas páginas da imprensa colonial, mas permitiam uma circularidade de saberes populares, no mundo literário, que favorecia a reorganização da identidade que viria a constituir a Angola independente.

Neste artigo selecionamos contos disponíveis nas obras *Ecos da minha terra*[10], de Óscar Ribas; *Vidas novas*[11], de Luandino Vieira; e *Sô Bicheira e outros contos*[12], de Alfredo Bobela-Motta. Cada obra apresenta particularidades em relação à condição feminina. Contudo, algumas delas nos permitem verificar com mais atenção a situação social e cultural das mulheres dentro do processo de colonização: elas revelam o privilégio atribuído aos homens através da lógica do patriarcado. Antes de tratarmos das obras, cabe apresentar os nossos intelectuais: o angolano Óscar Ribas e os portugueses Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta, interessados pela libertação de Angola.

Oscar Ribas e os episódios "transplantados da vida real"

Óscar Bento Ribas nasceu em Luanda em 17 de agosto de 1909. Filho de pai português, Arnaldo Gonçalves Ribas, natural da Guarda (Portugal), e de mãe angolana, Maria da Conceição Bento Faria, natural de Luanda. Sendo bastante dedicado aos estudos, Ribas dominava os diferentes níveis da língua portuguesa. Estudou os anos primários e secundários em Luanda. Após uma estadia em Portugal, onde estudou aritmética comercial, regressou a Angola e empregou-se na Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade. Residiu sucessivamente nas cidades de Novo Redondo (atual Sumbe), província do Kwanza Sul, e Benguela, em Ndalantando. Também residiu na província de Bié. O emprego na Direção dos Serviços de Fazenda possibilitou a Ribas

10 Óscar B. Ribas, *Ecos da minha terra: dramas angolanos* (Luanda: Edições Maianga, 2004).
11 José L. Vieira, *Vidas novas* (Luanda: Nzila, 2006).
12 Alfredo B. Motta, *Sô Bicheira, e outros contos* (Lisboa: Edições 70, 1978).

viagens por quase todo o interior de Angola[13]. O contato com diversas experiências culturais lhe favoreceu a coleta inicial de material para sua produção intelectual.

Óscar Ribas tornou pública a sua produção intelectual através da publicação das novelas[14] *Nuvens que passam*, *Resgate de uma falta*, *Flores e espinhos. Lirismo, Ensaio e contos*. Em um segundo momento de suas produções, o autor revelou interesse sobre temáticas culturais. Ribas lançou ao público *Uanga (feitiço): Romance folclórico angolano* e *Ecos da minha terra: Dramas angolanos*. Ainda no período em que Angola estava imersa no processo colonial, Ribas se dedicou ao registro dos costumes populares angolanos. Religiosidade, alimentação, associações populares, danças carnavalescas e literatura tradicional angolana estavam no foco de interesse do estudioso. Surgem a partir desse interesse as obras, *Ilundo: Divindades e ritos angolanos*; *Missosso, I vol. Literatura tradicional angolana*; *Missosso, II vol.*; *Missosso, III vol.*; *Alimentação regional angolana*; *Izomba. associativismo e recreio*; *Sunguilando: Contos e instantâneos*; *Quilanduquilo. Contos e instantâneos*; *tudo isto aconteceu. Romance autobiográfico*; *A praga*; *Cultuando as musas. Poesias*; *Dicionário de regionalismos angolano*; *Temas da vida angolana. Aspectos sociais e culturais*.

Diferente do movimento folclórico europeu, que considerava as práticas populares sujeitas ao desaparecimento, "Ribas compreendia certos costumes, que definia como 'tradicionais', como sobrevivências ou cristalizações do passado"[15]. Elas deveriam ser modernizadas, em sua perspectiva, pois iriam incluir Angola na modernidade. Veremos adiante que tal perspectiva tinha um sentido particular às limitações de produção do intelectual angolano. Defender abertamente a autonomia

13 David E. Calivala, "Óscar Ribas: uma viagem etnográfica em torno do romance *Uanga (feitiço)*" (tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 2015), 3.

14 Conforme observado por David E. Calivala (2015), Óscar Ribas deu início à sua trajetória literária com a publicação de duas novelas. Entretanto, foi a partir de seu interesse pela cultura popular angolana que emergiram obras de cunho etnográfico, como *Ilundo: Divindades e ritos angolanos* e *Temas da vida angolana: Aspectos sociais e culturais*, entre outras produções significativas do etnógrafo.

15 Andrea Marzano, "Angola: apontamentos para uma história social da cultura", *Africana Studia* 34 (2020): 14.

cultural, em meio ao processo colonial, seria passível de grave censura pelos colonizadores. Cabe considerar que a fundamentação teórico-ideológica de Ribas evidencia as condições de produção de conhecimento de seu tempo, segundo Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco:

> Ribas foi influenciado por uma visão histórico-filosófica positivista, que o levou a usar determinadas categorias, como as de "raças adiantadas" e "raças atrasadas", o que, entretanto, não invalida, de maneira alguma, sua grande contribuição como artesão etnográfico de Angola [...] Embora tenha vivido até 2004, Ribas teve sua escrita e sua forma de pensar marcadas, principalmente, pelo contexto histórico da primeira metade do século XX, período em que o positivismo e o evolucionismo ainda influenciaram muitas visões e conceitos não só em Angola, mas em outras partes do mundo. Isso explica o fato de que categorias de conhecimento como "atraso", "decadência", "gentes ignaras", "não civilizados", "incultos" tenham sido usadas por ele para descrever a sociedade angolana negra[16].

Assim, a produção literária de Óscar Ribas, apesar de, como muitos críticos apontaram, ter fundamentos e matrizes do ideário positivista, revela uma preocupação sincera de registrar e preservar os costumes populares dos angolanos. Estes, por sua vez, constituem as raízes da identidade nacional do país. Ainda segundo Secco, Óscar Ribas estruturou em suas obras uma coletânea de provérbios e cosmologias com o intuito principal de assegurar a transmissão dos conhecimentos ancestrais. Estes já eram repassados de geração em geração, em especial por mulheres idosas das aldeias, mas poderiam se perder com o tempo. A preocupação de Ribas com a preservação da cultura local era pautada em sua observação sobre as transformações dos costumes e a introdução de novos hábitos, impostos pelo processo de colonização, que estava contribuindo para o desaparecimento de muitas práticas e saberes populares.

16 Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco, "Óscar Ribas e as literaturas da noite", *Navegações* 3, n.º 2 (2010): 193-195.

Sendo Ribas um assimilado, trabalhava a serviço da administração portuguesa como folclorista. Ele não manteve uma vida política ativa durante o processo de luta armada em Angola. Pelo contrário, recebeu benfeitorias e méritos do governo português por seu trabalho de pesquisa sobre cultura popular. Segundo Sousa, "ele próprio tinha a nítida noção que era usado como contraponto à contestação intelectual da época, enquanto exemplo de um escritor mulato a quem a Administração da Colônia disponibiliza meios para trabalhar"[17]. Como intelectual angolano, Óscar Ribas viveu entre dois mundos: o português e o angolano, movendo-se em um espaço de ambiguidades. Outros intelectuais, também assimilados, se encontravam nessa situação. No contexto literário da época, a poesia era a forma que predominava. A partir das décadas de 1950 e 1960, as temáticas mais recorrentes na produção literária angolana passaram a centrar-se em questões políticas relacionadas com a soberania nacional. Óscar Ribas, contudo, escolheu trilhar um caminho distinto de resistência ao processo colonizador. Longe de seguir as tendências de luta no campo do conhecimento, ele se empenhou "na afirmação de uma angolanidade que explora nas suas diferentes vertentes: literatura oral, religião tradicional e estudo da língua quimbundo"[18]. Tal estratégia resultou em uma extensa e diversificada produção literária e etnográfica sobre a cultura popular angolana.

Diferente da lógica colonial, que valorizava a sustentabilidade do poder através de representações masculinas no campo do saber, Ribas valorizou, como fontes sobre a cultura popular angolana, as vozes femininas. A maior parte da sua produção intelectual foi fundamentada em depoimentos de mulheres que faziam parte do seu convívio. Em muitas de suas obras, Ribas apresenta agradecimentos às suas colaboradoras. Foram as vozes dessas mulheres que o ajudaram na passagem da oralidade para a escrita. No ano de 1952, o autor já se encontrava impossibilitado de manter individualmente as suas investigações. Além da cegueira, que o acometeu ainda muito cedo, havia o empecilho de

17 Maria Teresa de Jesus Cardoso Pinto de Sousa, "Óscar Ribas: a oralidade que se escreve" (tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 2009), 44.

18 Sousa, "Óscar Ribas: a oralidade que se escreve", 41.

não saber falar algumas das línguas do interior de Angola. Eram suas primas, tias, amigas e esposa que narravam e traduziam histórias para o etnógrafo. No final de cada conto, Óscar Ribas quase sempre situa o leitor sobre qual pessoa contribuiu com a narrativa. Em *Ecos da minha terra*, o autor inicia seu livro agradecendo às pessoas que contribuíram com seus estudos. Eram todas mulheres:

> À memória das minhas inesquecíveis colaboradoras – Maria da Conceição Bento Ribas Faria (minha mãe), Rita Manuel (sogra de meu irmão Joaquim), Virginia Francisca dos Santos (sogra de meu irmão Mário), Adelina João Rodrigues (amiga íntima de minha mulher) – a cuja dedicação tanto devo pela extraordinária prestação de narrativas, informações para o arquivo e divulgação da cultura angolana, a minha reiterada homenagem e gratidão, pois suas participações representam o pilar de minha obra[19].

A referência a todas essas mulheres nos convida a refletir sobre a literatura e sua capacidade transformadora. Por meio de contos, como os presentes na obra de Óscar Ribas, diversas experiências culturais angolanas foram registradas e disponibilizadas para gerações seguintes. Esses contos, transmitidos oralmente, desempenharam um papel crucial na preservação da cultura e na resistência à colonização. Cabe então compreender, a partir da análise de um de seus importantes escritos, o papel das mulheres nesse contexto de redescoberta da identidade angolana e a imagem do feminino disposta nas suas narrativas. A obra escolhida foi *Ecos da minha terra*, pois buscava evidenciar "dramas da vida angolana", como bem identifica o subtítulo dado pelo autor. Os contos disponibilizados na obra revelavam uma Angola periférica e desolada, tocada pela violência da colonização. Sobre o material coletado, e sua ambientação, o autor apresentava um alerta: "Os contos, ou, antes, dramas, que enfeitam esta obra, não reproduzem o produto de

19 Ribas, *Ecos da minha terra: dramas angolanos*, 6.

imaginação, mas episódios transplantados da vida real"[20]. Haveria uma crítica ao projeto colonial na ênfase dada à dramaticidade das experiências que seriam relatadas.

Ecos da minha terra: questões de gênero além da literatura

Ecos da minha terra foi publicado originalmente em 1952 e apresenta o cenário cultural de Angola em dois períodos: o pré-colonial e o colonial. Conforme Pereira[21], a obra simboliza uma importante descrição do contexto angolano a partir de uma reunião de contos que mostram a reprodução da violência e da exclusão social numa Angola periférica e desolada pela colonização. O passado pré-colonial, apresentado em alguns dos contos, seria uma estratégia utilizada pelo autor para a afirmação da identidade angolana. Segundo Chaves, "nesse novo tempo de aspereza, nostalgicamente se impõe como recurso o regresso a um período outro, onde se podiam plantar as sementes de uma nova ordem"[22]. O livro é constituído por dez contos: *Damba Maria, Mbangu a musungu, Gente do mar, O ladrão e o feiticeiro, Noite de saudades, Hebu, Miado que enternece, Qual dói mais? A praga* e *Os humildes.* Neste artigo, será analisado o conto *Damba Maria* por seu potencial de informações que evidenciam as relações de gênero, classe e raça no contexto colonial de Angola. O conto foi narrado a Óscar Ribas, ainda em sua infância, por uma amiga de sua mãe, então recém-chegada de Benguela. Depois, Ribas voltou a ouvir a mesma narrativa, já na juventude, por uma prima sua que também havia vivido na mesma cidade. O contexto da narrativa do conto *Damba Maria* é o período colonial. Sua ambientação estaria situada nos arredores da vila de Catumbela, sede de um grande mercado, como explicita o autor:

> Na época em que discorreu este episódio, a pitoresca vila de Catumbela constituía um grande mercado, aonde numerosas

20 Ribas, *Ecos da minha terra: Dramas angolanos*, 11.

21 Márcio Roberto Pereira, "Espaços de violência e do exílio social em *Ecos da Minha Terra*", *in Anais do 12.º Congresso Internacional ABRALIC – Centro, Centros: Ética, Estética* (Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2011).

22 Rita Chaves, "O passado presente na literatura angolana", *Scripta* 3, n.º 6 (2000): 248.

> caravanas de negros, carregados de borracha, cera, marfim, mel e outros gêneros gentílicos, acorriam na mira de permutar com o europeu, recebendo, em troca, a apreciada aguardente, pólvora, armas, fazendas e outros produtos. Mas a escravatura – essa mácula do passado – formava o manancial mercantil, tão propício ao branco como ao preto[23].

No trecho citado, o narrador descreve a paisagem da vila ligada ao comércio de vários produtos. O conto tem como protagonista Damba Maria, uma mulher que foi vendida por seu tio e acabou amancebada com um colono. Sua vida era marcada pela servidão severa ao seu senhor. No conto, Maria é descrita como uma mulher negra e submissa, uma "mercadoria pensante", um "farrapo de alma" cuja obediência era a única coisa a oferecer no mundo em que vivia. Na voz do narrador, era disso que dependia sua sobrevivência. Mesmo assim, "apesar da servidão, Maria não deixou de ascender ao primeiro degrau do Progresso: com o convívio, a tanga foi substituída por panos, e a higiene preencheu uma lacuna nas suas obrigações"[24]. Observa-se que a tanga, vestimenta tradicional é incluída no conto como um elemento de atraso. Durante o processo de colonização, era preciso diferenciar os colonizados assimilados dos indígenas. O controle das vestimentas era utilizado como um elemento de diferenciação. Percebe-se que a imposição de normas culturais e sociais transformou profundamente a identidade dos povos colonizados, especialmente das mulheres. Além disso, os indígenas, para a administração portuguesa, eram vistos como selvagens, primitivos e incultos. Por isso, o termo indígena também foi utilizado para manter distinções raciais, sociais, culturais e econômicas nas colônias. A segregação racial era uma forma de garantir os privilégios exclusivos aos colonizadores.

Óscar Ribas, sendo um etnógrafo nascido em contexto colonial, reflete em sua obra os ideais daquele contexto. Em seus argumentos

23 Ribas, *Ecos da minha terra: dramas angolanos*, 17.

24 Ribas, *Ecos da minha terra*, 17.

aparecem a valorização de categorias coloniais hierarquizadoras, a exemplo do progresso e da civilização. A substituição das vestimentas nativas pelas europeias não foi apenas um fenômeno estético, mas uma estratégia de controle social e de apagamento cultural. A administração portuguesa estabeleceu rígidas distinções entre os assimilados e os indígenas, utilizando a linguagem colonial para classificar os últimos como selvagens. Essas distinções foram reforçadas por meio da imposição da vestimenta, de calçados e da língua portuguesa. Os elementos culturais angolanos eram vistos como símbolos de atraso e, consequentemente, seu uso justificaria a segregação. Ribas, ao narrar que a "tanga foi substituída por panos", insere-se nesse contexto discursivo, reforçando uma visão de progresso atrelada à europeização das vestimentas das mulheres angolanas. Era uma forma de subjugação colonial do corpo feminino. Como observa Silva:

> O processo de colonização intensifica e impõe "modelos e jogos de hegemonia e poder" para a sustentação da dominação, buscando "civilizar" as mulheres e/ou "arrancá-las" do estado "selvagem" e introjetá-las mais profundamente no estado de silenciamento e de subalternização[25].

A ideia de avanço civilizatório, longe de ser neutra, serviu para legitimar hierarquias raciais e sociais dentro das colônias. As mulheres, especialmente, foram alvo central desse processo, pois suas roupas e comportamentos eram vistos como marcadores de uma incivilidade que deveria ser erradicada. O controle de seus corpos, por meio da vestimenta, simbolizava não apenas sua subjugação, mas também a própria conquista colonial. Como Silva atesta[26], a colonização operava por meio da imposição de códigos europeus, transformando profundamente as relações sociais e identitárias das populações subordinadas. Dessa forma,

25 Assunção de Maria Sousa Silva, "Marcas de gênero na literatura angolana e são-tomense", *in* Áfricas e suas relações de gênero, org. Fonseca e Oliveira (São Paulo: Edições Áfricas e Ancestre, 2019), 71.

26 Silva, "Marcas de gênero", 2019.

ao analisar a posição de Ribas como escritor assimilado, torna-se essencial compreender como sua obra reflete os dilemas e contradições de seu tempo. Entre dois mundos, sua escrita carrega as marcas do pensamento colonial, reforçando a ideia de que a modernidade exigia a renúncia aos símbolos tradicionais. Assim, percebemos que a realidade de Maria, retratada no conto, ilustra as muitas situações de violências vividas pelas mulheres angolanas no contexto da dominação portuguesa. Buscou-se arrancar à força suas identidades e dignidades, pois isso fazia parte do processo de colonização.

No conto, a narração situa-nos no momento em que a vida de Maria sofre uma reviravolta com a chegada inesperada de um patrício[27]. Embora fosse membro da elite angolana e possuidor de muitos bens, tratava-se de um homem negro. Durante uma caçada, ele procurou matar a sede na propriedade onde Maria residia. Ao trazer-lhe água, Maria pediu que erguesse o chapéu, pois iria despejar o líquido ali. Incrédulo, o homem rico interpretou o gesto como um insulto. Ao perceber a sua indignação, Maria, trémula, tentou explicar que o copo estava reservado exclusivamente ao colono, por ordem dele. Humilhado, o patrício afastou-se.

> Pelo caminho, passou lesto, seu cérebro irradiava fogo. Ah! Beber água pelo chapéu, ele, o possuidor de várias xitacas, o patrão de vários escravos! Mulheres não lhe faltavam: as concubinas ascendiam a dez, e quando lhe apetecia, era só procurar outras! Os brancos apertavam-lhe a mão e tratavam-no por amigo! Ah! Nunca ninguém o desfeiteara! Ninguém, ninguém! Só aquela negra, aquela matumba, o ferira com a desconsideração Maldita cretina[28]!

A indignação do patrício era reflexo de uma sociedade que excluía e diferenciava pela cor da pele. A negação do copo que servia apenas

27 Forma como Óscar Ribas se referia a outro angolano, mesmo sendo de classe abastada. "Era um patrício, mas um senhor, respeitável pela espessura de bens". Ribas, Ecos da minha terra, 18.

28 Ribas, *Ecos da minha terra*, 19.

ao branco revelava que todo o dinheiro que o caçador possuía não lhe conferia o direito de ser equiparado a um colono europeu, considerado racialmente superior. A colonização possibilitou que pensamentos como estes constituíssem uma dura realidade para a vida dos angolanos, mesmo os já assimilados. Sobre esse tema, Bhabha situa a complexidade da identidade em contextos coloniais a partir de Frantz Fanon[29]. Para ele, o processo psicológico empreendido pelo colonizador ao colonizado apresenta a divisão e a ambivalência da identidade. Isso significa que ela, na percepção de Fanon, vivenciada em espaços coloniais, passa por uma constante fragmentação. Não é fixa. Trata-se de uma condição em que sujeitos subalternos são frequentemente excluídos e silenciados. Afinal, "A luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado"[30].

Fanon[31], por sua vez, além de denunciar o colonialismo, procurou, através da psicanálise, compreender os pressupostos teóricos, a alienação extrema e os conflitos impostos pela colonização aos sujeitos dominados. Nessa lógica psíquica, o autor lança a pergunta "o que quer o homem negro?". No processo de desenraizamento e apagamento de memórias, os sujeitos colonizados ficam em um espaço de não lugar. Ser negro é ter o olhar do outro direcionado para si, um olhar que oprime. Nesse meio, o colonizado carrega o peso do fetichismo, da diferença, situações que o afastam de si na tentativa de assimilar o que é do outro sem nunca poder fazer parte deste mundo. Na tentativa de fazer parte do mesmo mundo do colonizador, e com o peso do racismo, fetichismo e exotismo, o patrício buscou meios para se vingar da situação experimentada junto a Maria. Esta que, obediente ao seu patrão, o humilhou ao servir água em seu chapéu.

O ato de Maria, que apenas seguia ordens, foi determinante para o fim trágico que teria na narrativa. Ao refletir sobre o episódio experimentado,

29 Homi K. Bhabha, "Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial", *in O local da cultura* (Florianópolis: repositório institucional da UFSC, 1998), 104-170.

30 Bhabha, "Interrogando a identidade", 71.

31 Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, trad. Renato da Silveira (Salvador: Edufba, 2008).

Maria logo compreendeu que algo ruim poderia lhe acontecer, pois havia ferido a integridade e honra daquele homem. Maria relembra sua infância e como foi vendida pela primeira vez por seu tio. Sua infância é descrita como uma fase de liberdade, onde podia brincar com outras crianças sem medo. Mas seu tio a levou para a cidade, com a promessa de roupas novas, e a vendeu. Daí as expressões "mercadoria pensante" e "farrapo de alma", delimitadas por Ribas, tenham se fixado no pensamento atribuído a Maria.

Este trecho é crucial para entender o contexto de Angola na transição da primeira para a segunda metade do século XX. Retomando a argumentação de Rita Chaves, o passado é retratado na literatura angolana como uma forma de retomada cultural e identitária pelos intelectuais do país. O conto *Damba Maria* se destaca por essa relevância. Sobre essa questão, Chaves considera que:

> No corpo desse programa, a noção de passado aparecerá também em ligação com a infância, fase da vida em que o desenho da exclusão social se revela atenuado. Para além da referência ao estreito contato com a mãe, matriz primordial na literatura de Angola, seja a própria, seja como metonímia da terra africana, o universo infantil é retomado como um mundo em comunhão, onde o código da cisão não tinha se projetado[32].

O impreciso interior de Angola, de onde Maria era oriunda, é referenciado como um lugar onde a colonização não chegou de forma direta. Todavia, nesse dia, Maria percebeu que foi vendida: "Maldito tio! Maldito tio que a vendera! Maldita raça que não amava seus filhos!"[33]. No conto, a protagonista lembra como chegou à casa de seu senhor e como sua inocência foi destruída, tendo sido ela transformada em sua amante. A história de Maria ilustra a realidade vivida por muitas mulheres negras que foram violentadas pelo colonizador de todas as formas possíveis. No fim, Maria é vendida por seu amo ao caçador, a

32 Chaves, "O passado presente na literatura angolana", 248.

33 Ribas, *Ecos da minha terra*, 24.

quem ela ofereceu água em um chapéu. A imagem do feminino disposta nesse conto retrata a vida da maioria das mulheres negras que viveram em momentos de exclusão e escravidão. Apesar de a protagonista deste conto ser uma mulher, sua trajetória no período não teve o final feliz que muitos estão habituados a ler nos contos ocidentais. O patrício, após comprar ela do colono, a mata em um ato de vingança. Mais do que uma questão racial ou de classe, a ação inclui uma ação de feminicídio. O caçador não poderia fazer o mesmo com o colono branco. Contudo, o privilégio de ser homem e rico permitia que ele pudesse fazer o que quisesse com o corpo feminino sob dominação colonial. A interseccionalidade entre classe, raça e gênero se evidenciava como mais um elemento a ser considerado nas abordagens sobre a história das mulheres angolanas.

Observamos, a partir desse conto, que a coleta de contos realizada por Ribas favoreceu os estudos em torno da influência colonial na cultura angolana, abrindo possibilidades para compreender as relações de gênero no país. Desse modo, Óscar Ribas foi um intelectual que prestou grande contribuição na recolha etnográfica dos aspectos da cultura angolana, tornando-se um dos precursores da literatura moderna em Angola. Os contos recolhidos têm possibilitado que sejam construídas narrativas em torno das temáticas de relações entre cultura e gênero, em virtude dessas histórias conterem fatos das vivências, costumes, referências históricas, valores, ancestralidade e modos de conduta. Segundo Carmen Lúcia Tindó Secco, "os novos intelectuais de Angola, em 1948, e a revista *Mensagem*, em 1951, evidenciaram a necessidade de redescobrir Angola"[34]. Por meio da coleta de contos de tradição oral, Ribas voltou-se ao passado, buscando uma Angola livre da influência do colonizador, conforme almejavam os intelectuais que rompiam com Portugal.

Além disso, Óscar Ribas ficou conhecido por seu trabalho de coleta de contos, canções, provérbios, adivinhas, rituais religiosos, poesias,

34 Secco, "Óscar Ribas e as literaturas da noite": 195.

estórias, tendo se destacado os três volumes de *Missosso*[35]. A expressão que dá título às obras consiste em "uma forma especial e absolutamente angolana de contar estórias da terra, povoadas por homens e animais da terra, cortadas por cantos da terra e penetradas por entes misteriosos"[36]. Essa forma narrativa, profundamente enraizada na cultura popular, provê a matéria-prima que alimenta e enforma a oralitura produzida por Ribas. Como trata-se de um elemento que permeia toda a obra de Ribas, cabe uma explicação sobre este conceito. Conforme Fonseca[37], a palavra oralitura designa o ponto de transição onde a oralidade, em sua fluidez e efemeridade, se estabiliza no registro escrito, preservando a memória coletiva por meio da palavra. A autora propõe uma dialética intrínseca entre oralidade e oralitura, em que a primeira atua como um vasto repositório ancestral, sustentado pelas práticas de transmissão intergeracional, enquanto a segunda se apresenta como ferramenta de fixação, transformação e circulação desses saberes na esfera literária. Nesse sentido, a oralitura exerceria um papel fundamental não apenas na preservação, mas sobretudo na renovação contínua dos elementos constitutivos da tradição oral, inaugurando novas perspectivas e ressignificações no panorama literário angolano. Foi desse modo que a história de Damba Maria, transmitida inicialmente apenas através da oralidade, chegou até os dias atuais. Ribas foi o responsável por transformá-la em oralitura. Vejamos agora como outros intelectuais, em condições distintas da de Óscar Ribas, lidaram com a abordagem de gênero e cultura relacionada ao contexto colonial angolano.

Os contistas portugueses simpatizantes pela libertação: Luandino e Bobela-Motta

José Vieira Mateus da Graça, natural de Portugal, mudou-se para Angola ainda criança, mas se consolidou como um autor angolano de

35 T. Wittmann, "O realismo animista presente nos contos africanos: (Angola, Moçambique e Cabo Verde)" (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012), 64.

36 Laura Cavalcante Padilha, *Entre voz e letra: O lugar da ancestralidade na ficção angolana no século XX* (Niterói: EDUFF, 2007), 54.

37 Maria Nazareth Soares Fonseca, "Literatura e oralidade africanas: mediações", *Revista Mulemba* 14, n.º 2 (2016): 12-23.

coração e militância. Sua adesão ao MPLA colocou-o na vanguarda da resistência anticolonial, tornando-se um pioneiro na literatura de oposição que desafiava a cultura imposta e valorizava a identidade angolana. Luandino Vieira reformulou a língua oficial, incorporando o kimbundu em suas produções literárias. Segundo Bergamo, a inclusão seria uma forma de conferir uma voz às populações e ecoar as estratégias presentes nas obras de suas referências brasileiras na literatura[38]. Em entrevista a Joelma Santos, Luandino destaca a influência de autores brasileiros como Jorge Amado, Guimarães Rosa e Manuel Bandeira na sua visão de mundo e narrativa. Ressaltou, em especial, a importância do negro na literatura e a complexidade ética de obras como *Grande sertão: veredas*[39]. A linguagem e a temática que abordou em suas obras consolidam sua contribuição para a literatura e a construção da identidade angolana. Sua estética literária testemunhava a luta por liberdade.

A trajetória de Luandino Vieira, imbricada no turbulento contexto sociopolítico angolano, atingiu um ponto crítico com sua prisão sob acusações de atividades subversivas. A experiência se revelou definidora tanto para sua vida pessoal quanto para o desenvolvimento de suas obras literárias. O escritor foi submetido a um regime de encarceramento que se estendeu por doze anos, entre 1959 e 1972, incluindo uma significativa passagem pelo Campo de Concentração do Tarrafal, por oito anos. Foi assim que Luandino viu sua escrita transmutar-se em um instrumento de resistência e denúncia contra a opressão colonial. A iminência da morte e as condições extremas da prisão teriam influenciado bastante a produção literária de Luandino[40]. Contrariamente ao esperado, a experiência extrema, ao invés de silenciar sua voz, intensificou o desenvolvimento de sua escrita, transformando-a em um poderoso instrumento de resistência e denúncia contra o sistema colonial.

38 Edvaldo Bergamo, "Diálogos atlânticos: Jorge Amado e Luandino Vieira", *Histórias, Histórias* 1 (2013): 193-194.

39 Joelma G. dos Santos, "A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor [Entrevista de José Luandino Vieira]", Revista Investigações 21, n.º 1 (2008): 279–290. https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1388.

40 Claudia Zortea, "O estilo tardio na obra *Nós, os do Makulusu* de Luandino Vieira", *Revista Crioula* 14 (2014): 3.

Durante a experiência no Tarrafal, sob duras condições, o autor manteve um diário clandestino registrando notas pessoais e documentos. Essa estratégia gerou a matéria-prima para suas obras subsequentes, denunciando as violências e tiranias do regime colonial[41]. As principais obras de Luandino refletem a temática da formação da identidade nacional angolana. Esse tema consiste em um dos fundamentos da literatura angolana, que ressalta a necessidade de reinterpretar o passado como forma de protesto contra a desvalorização das culturas e identidades nativas promovida pelas iniciativas coloniais. Essa reinterpretação histórica fortaleceria o sentimento de pertencimento e resistência cultural dos angolanos.

Alfredo Jorge de Macedo Bobela-Motta, por sua vez, "chegou em 1924 a Angola para chefiar o remoto posto de Baía dos Tigres, iniciando uma carreira administrativa que terminaria dezesseis anos depois com o seu regresso a Portugal em 1940"[42]. Uma década depois, retornou a Angola como jornalista (1953-1965), destacando-se na promoção cultural. Durante esse período, adotou uma postura antifascista e de apoio ao nacionalismo angolano. Testemunhou em defesa de poetas perseguidos pelo regime, como António Jacinto, Luandino Vieira e António Cardoso, condenados a 14 anos de prisão no Tarrafal. Por suas posições antifascistas, foi preso e forçado a abandonar o jornalismo pela PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Mesmo assim, ele continuou colaborando clandestinamente com a resistência sob o pseudônimo de Luís Vilela. Com a queda do totalitarismo em Portugal, Alfredo Bobela-Motta passou a exercer atividades políticas em Angola. Em sua militância, integrou o primeiro diretório do Movimento Democrático de Angola e, após a independência, foi um dos fundadores da União dos Escritores Angolanos[43].

A semelhança entre as obras de Alfredo Bobela-Motta e de Luandino reside na utilização de uma linguagem que focaliza personagens periféricos como recurso para expor as atrocidades relacionadas à luta

41 Lisa Vasconcelos, "A escrita e o arquivo: apresentando *Papéis da prisão*, de Luandino Vieira", *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 27 (2022): 21-22.

42 Alfredo Motta, *Não adianta chorar: contos coloniais* (Luanda: África Editora, 1977).

43 Motta, *Não adianta chorar*, 1977.

pela libertação. De modo mais amplo, denunciavam os horrores do colonialismo promovido pelo sistema português. Essa afinidade temática e estilística entre os dois autores reflete a forte influência do modernismo e do neorrealismo, especialmente entre a Geração Mensagem II[44]. Conforme Loureiro, os membros possuíam a característica de empregar uma linguagem vernacular, permeada por hibridismos, para realçar as crueldades do Estado colonial[45]. Com o crescimento do nacionalismo angolano, o Estado português adotou diversas estratégias ideológicas, além das repressivas, para preservar a hegemonia do colonialismo luso. Entre elas estava a divulgação do lusotropicalismo, uma teoria do brasileiro lusófilo Gilberto Freyre que enfatizava a integração harmoniosa entre os povos de origem portuguesa e a cultura tropical. Além disso, foram promovidas práticas reformistas adotadas por Salazar no período pós-guerra[46]. Havia uma batalha no campo do conhecimento e a produção literária e intelectual era uma arma importante.

A análise do termo "pretoguês", acentuado por Tania Macêdo para caracterizar a forma pejorativa com que os colonizadores se referiam à linguagem híbrida, revela-se essencial para compreender a estratégia artística empregada por autores como Luandino e Alfredo. Essa apropriação, ao contrário de diluir a identidade angolana, atua como uma reafirmação, inscrevendo-a numa corrente de modernidade que emergiu por meio da resistência cultural[47]. Macêdo argumenta que a língua, ligada à identidade, é insubstituível na expressão cultural; portanto, tentativas de sintetizar a identidade angolana mediante códigos externos resultam em representações imprecisas. Ao manipularem o português e integrarem elementos da língua

44 A Geração Mensagem II corresponde à segunda fase da revista *Mensagem*, publicada a partir de 1948. Ela representa uma mudança significativa em relação à fase inicial. Enquanto a Geração I valorizava a expressão cultural e a afirmação da identidade angolana de forma sutil, dentro dos limites do regime colonial, a Geração II, nos anos 1950, destacou-se pelo crescente engajamento político e nacionalista de seus autores. Eles passaram a usar a literatura como meio de resistência e denúncia das injustiças coloniais. Diana Gonçalves Loureiro, "História do conto angolano: da ruptura à independência" (tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande, 2017). https://ppgletras.furg.br/dissertacoes-e-teses/publicacoes-de-2017/11590tese-historia-do-conto-angolano-da-ruptura-a-independencia.

45 Loureiro, "História do conto angolano", 276-278.

46 Juliana C. Bosslet, "A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)" (dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1998).

47 Tania Macêdo, "O pretoguês e a literatura de José Luandino Vieira", *Alfa: Revista de Linguística* 36 (1992): 173.

angolana, esses autores constroem um mosaico. Este consistiria na promoção de um sentimento nacionalista que utilizava os moldes literários como instrumentos de protesto e afirmação cultural no contexto da independência.

A análise dos textos revela que a utilização do vocabulário local como elemento estético não se limita a uma mera escolha estilística, mas constitui um ato de resistência e denúncia da opressão colonial. Ao fazê-lo, os autores inscrevem-se em um movimento de afirmação da identidade nacional dentro do contexto da modernidade literária. A partir dessa premissa, desdobra-se uma série de reflexões sobre a complexa identidade angolana. Nelas, as formas literárias emergem como um veículo de protesto contra o conflito político e identitário que se manifesta entre a cultura portuguesa dominante e a cultura angolana subordinada, mas em busca de sua independência e expressão.

A construção de instrumentos de pesquisa e reflexão mais aprimorados configura-se como uma etapa essencial para a análise comparativa dos contos. Ao estabelecer um paralelo entre suas coletâneas, observa-se uma disparidade significativa na produção de Luandino, cuja obra é marcada por uma produção prolífica, destacada por títulos como *A cidade e a infância: contos* (1960), *Duas histórias de pequenos burgueses* (1961), *Luuanda* (1964), *Vidas novas* (1968) e *Duas estórias* (1974), entre outros[48]. Em contrapartida, Bobela-Motta possui apenas dois volumes de contos: *Não adianta chorar (contos coloniais)* (1979) e *Sô Bicheira e outros contos* (1978)[49]. Enquanto as publicações de Luandino circulavam no mesmo período de sua produção, as coleções de Bobela-Motta foram lançadas após a independência, embora alguns contos remetam à década de 1920. Essa contextualização histórica evidencia a necessidade de uma análise que leve em conta as diferentes influências políticas que moldaram a produção literária de cada autor, refletindo as condições específicas em que suas obras foram concebidas.

A análise detida das narrativas provenientes de duas coletâneas – *Vidas novas*[50] (1962) de Luandino Vieira, e *Sô Bicheira e outros*

48 Loureiro, "História do conto angolano", 434.

49 Rita Chaves, "A literatura e o império lusitano: silêncio e palavra em tempos de exceção", *Revista Brasileira de História* 43, n.º 93 (2023): 77-78.

50 Vieira, *Vidas novas*, 2006.

contos[51] de Bobela – revela uma teia de representações culturais e de gênero presentes em graus variáveis em cada obra. Ao privilegiarem os musseques[52] como *locus* narrativo central, as narrativas expõem a vitalidade da cultura local e a proeminente participação da figura feminina no tecido social desses bairros populares angolanos. Imersos no cotidiano das comunidades, ambos os autores engendram diálogos intrincados entre elementos da tradição, reavivados por uma linguagem evocativa de um passado partilhado, e as características multifacetadas da modernidade angolana. Essa abordagem instiga uma reflexão aprofundada sobre as heranças multifacetadas da colonização portuguesa e, sobretudo, a contínua influência da colonialidade nas dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam o período pós-independência em Angola.

Portanto, os escritores Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta são referências no que diz respeito à exposição do cotidiano cultural ou político de Angola no contexto das lutas pela libertação. As suas coleções de contos, mesmo sendo publicadas em temporalidades distintas e sob condições diversas, tinham em comum o interesse em ressaltar elementos populares da identidade angolana. A base do nacionalismo angolano estava assentada tanto nas heranças administrativas coloniais como no uso da própria língua do colonizador. Em relação a esta, em tempos diferentes, os escritores listados aqui elaboraram estratégias que permitiram enfatizar a cultura nativa, em sua diversidade, com as tensões experimentadas no contexto em que viviam. A atenção sobre a relação entre gênero e cultura nos permitirá observar tensões oriundas do abuso do poder e das heranças coloniais em Angola. Vamos aos autores e suas obras.

Vidas novas, de Luandino Vieira

A história do conto "Dina", em *Vidas novas*, escrito por Luandino durante seu exílio na prisão do Tarrafal (1962), está enraizada no contexto da

51 Motta, *Sô Bicheira, e outros contos*, 1978.

52 O termo "musseques" designa os bairros periféricos urbanos de Angola, especialmente em Luanda. Estas áreas caracterizavam-se por habitações precárias, infraestruturas deficientes e exclusão social. O seu surgimento tem raízes históricas nas desigualdades geradas pelo colonialismo e na urbanização acelerada.

luta da população angolana. Luandino inicia descrevendo a personagem principal, Dina, moradora no Musseque Santa Rosa, sentada na porta da cubata[53], coçando as pernas enquanto as moscas a atormentam. Essa imagem evoca um ambiente de pobreza e precariedade, evidenciando o cenário da dura realidade vivida pela população angolana sob o regime colonial. Essa cena inicial é coberta por uma atmosfera de violência e opressão, retratada por passagens como "tiros dentro das noites, muitas vezes gritos de cubatas invadidas, choros e asneiras, e mais tiros, e depois ainda o fugir de passos, o correr de jipes com soldados de metralhadora disparando à toa"[54]. Essas descrições não apenas expõem a brutalidade da repressão, mas também dialogam com os eventos que alimentaram a resistência e a luta pela independência. Assim, a narrativa de Luandino transforma-se em um poderoso testemunho da resistência e da resiliência angolana diante da opressão colonial.

Dina era uma jovem órfã que teve a infância marcada pela violência policial. A polícia lhe roubou os pais aos cinco anos de idade, deixando-a traumatizada. Em vez de encontrar o apoio e a proteção para superar este trauma, Dina foi acolhida pela cafetã Mabunda. Ela, que poderia ser sua protetora, a inseriu em um ciclo contínuo de exploração, apresentando-a, como um destino inevitável, a prostituição. A dinâmica entre Dina e Mabunda é caracterizada por uma relação perversa. Mabunda exerce manipulação psicológica através de cobranças incessantes, críticas cruéis e pressão constante para que Dina se submeta às exigências dos clientes. Justificava suas ações com a necessidade de garantir a própria sobrevivência e a de Dina. A mentalidade de Mabunda, imersa em um conformismo insensível à violência que a rodeia, demonstrava uma alienação em relação ao impacto de suas ações e à perpetuação de um sistema de exploração que aprisiona tanto a ela quanto a Dina. Conforme Vieira:

53 Termo de origem angolana que designa habitação tradicional construída com materiais naturais, como barro, madeira e palha. Em Luandino Vieira, a palavra expressa vínculos com a resistência cultural.

54 Vieira, *Vidas novas*, 7.

> A velha, xacatando seu passo antigo, passava a vida no quintal, panela e comida, não podia ainda ver que lá fora tudo está mudado agora. E mesmo que as orelhas dela ainda ouviam os gritos das pessoas acordadas com porradas nas portas ou os berros dos homens caçados a tiro, ela só falava isso eram confusões desses rapazes bandidos, malandros, fabricantes de quimbombo, gente que não respeitava mais-velhos[55].

A figura de Mabunda corporifica a internalização da violência estrutural e do sistema opressor, manifestando-se como um mecanismo de perpetuação de ciclos de abuso que a personagem principal busca desmantelar. Tal representação evoca, outra vez, as profundas reflexões de Fanon acerca da alienação sofrida por indivíduos negros que, compelidos pela busca de aceitação dentro de uma sociedade racista, adotam "máscaras brancas" como estratégia de sobrevivência e ascensão social[56]. A notória incompreensão da personagem Mabunda em face da inquietação de Dina e da luta empreendida pelos moradores, que ela desqualifica como ações de "marginais", ilustra essa alienação e a assimilação de valores opressivos. Essa dinâmica evidencia a maneira pela qual o sistema opressor, através de mecanismos sutis e explícitos, fragmenta comunidades. Ele alimenta conflitos internos que, por sua vez, obstaculizam a formação de uma resistência coletiva e coesa visando uma transformação social.

Dina é atormentada por sentimentos de repulsa às interações sexuais com os soldados: "tinha qualquer coisa dentro dela que não aceitava [...] bem no fundo, na pele dela e na carne dela, um bicho que não conhecia, não sabia, torcia-se, mexia, refilava"[57]. O nojo que ela sente não é apenas superficial, mas enraizado. Tratava-se de uma reação visceral à exploração e à violência associadas à presença militar. As memórias das atrocidades cometidas, representadas por imagens vívidas de corpos e sangue, intensificam esse sentimento de repulsa. O cheiro de

55 Vieira, *Vidas novas*, 8.

56 Fanon, *Pele negra*, 2008.

57 Vieira, *Vidas novas*, 8.

sola e de suor da tropa, a cada passagem, torna-se um gatilho sensorial que trazia à tona a sua desumanização. A cada experiência que Dina passava, crescia a sua insatisfação e fortalecia a decisão de buscar uma saída para sua situação, rejeitando a continuidade de tanto sofrimento.

Em meio a tristeza e raiva, Dina é confrontada com a perseguição e o assassinato de um homem negro por agentes do Estado. Essa violência age como uma abertura de ferida, reacendendo as dolorosas memórias da perda de seus pais, também vítimas fatais da violência estatal. A imagem do pai morto e o sofrimento da mãe falecendo em uma cabana ressoavam intensamente[58]. Essa confluência de dor e raiva a impulsiona a uma ação impulsiva e corajosa. Dominada por uma fúria visceral, ela se lança em meio à multidão, confrontando os policiais. Apesar de ser espancada e presa, esse ato de rebelião marca um ponto de inflexão em sua vida. A agressão sofrida paradoxalmente acalma o "bicho" interior que a atormentava, simbolizando a libertação de um ciclo de opressão. Ao despertar na viatura policial, experimenta um alívio e toma a firme decisão de romper com seu passado. Renunciou ao vínculo com os soldados, um ato que representa a conquista da sua própria liberdade, mesmo em meio à prisão física:

> — Nunca mais! Juro! Com estes gajos, nunca mais!
>
> E como assim o trovão do princípio da chuva, deixou sair num berro grande toda a raiva que lhe enchia na vida:
>
> — Nunca mais! Juro!
>
> O polícia ao lado do chofer, sem mesmo se mexer, falou só:
>
> — Tá xalada, a gaja!
>
> E estava. Xalada e feliz dessa coisa nova a disparar dentro dela[59].

A narrativa imerge o leitor num ambiente carregado pela repressão e pelas tensões inerentes à independência, revelando a capacidade dos

58 Vieira, *Vidas novas*, 9.
59 Vieira, *Vidas novas*, 11.

habitantes de moldar o seu próprio destino e transformar a realidade opressiva que os cerca. No caso específico de Dina, a violência manifesta-se em múltiplas facetas, tanto no plano individual quanto no coletivo. A violência individual emerge da exploração a que Dina é submetida. Ela se sentia violada em cada ato de se deitar com soldados em troca de sustento. Paralelamente, a violência policial ressoava na opressão sistemática imposta aos moradores dos musseques. A dominação colonial, nesse contexto, emerge como um processo complexo e abrangente que permeia as diversas dimensões da vida do colonizado. Manifestava-se em formas de exclusão como a discriminação racial e de gênero, que relegam determinados grupos a uma posição de inferioridade em relação ao homem branco. Essa dinâmica é reforçada pela cultura patriarcal da sociedade colonial. Ela perpetua hierarquias de poder e marginaliza ainda mais as mulheres e outros grupos vulneráveis. Nesse cenário, a resistência de Dina e dos habitantes dos musseques representa não apenas uma luta pela sobrevivência, mas também um ato de afirmação identitária e de contestação às estruturas opressoras coloniais.

A leitura social de Bobela-Motta

"Sô Bicheira", da coleção *Sô Bicheira e outros contos*, aborda de forma intensa os movimentos de guerra colonial e a precarização das relações de gênero. Seu conteúdo parece refletir a necessidade de conscientizar a população sobre essas condições. Dona Rosa ingressa na casa de Sô Bicheira como empregada doméstica e cozinheira, e aos poucos passa a dormir com ele. A relação entre Dona Rosa e Sô Bicheira é complexa, marcada por uma dinâmica de poder ambígua. Embora sua posição social seja incerta, ela é tratada com respeito por alguns e considerada como simples amante por outros. Rosa, por sua vez, aceita a situação, tolerando até a violência, em troca do conforto material que o companheiro lhe oferece. Para Bicheira, haveria uma certa banalização dessa experiência, que parecia já rotineira na sua vida. Em parte, a situação de Rosa lembra a de Damba Maria, quando ao amasiamento com "patrão".

Para Motta, Rosa teria uma relativa "sorte", em contraste com o infortúnio de suas irmãs Marta e Conceição. "E, no seu caso, ela não se podia queixar da sorte. Tinha sido, mesmo, a menos desafortunada das três irmãs Xarenga: a Marta, abandonada pelo homem, morrendo de uma hemoptise no Pavilhão de Isolamento, a Conceição vendendo-se diariamente num casebre do Bairro Operário"[60]. Havia algo de natural na precarização da vida da mulher em um contexto marcado pela herança colonial. Apesar de Rosa ter sua ocupação em um hotel, onde recebia um conto de reis – um valor vantajoso em comparação aos três contos anteriormente pagos a uma empregada branca que renunciou[61] – Rosa, assim como suas irmãs Marta e Conceição, permaneceria sujeita às mesmas estruturas opressivas. Essa disparidade salarial e a própria necessidade de trabalhar para sustentar o filho, após o abandono, ilustram a complexa interseccionalidade entre gênero, classe e raça[62]. Essa lente analítica evidencia que a discriminação não se limita à identidade racial, mas se agrava para mulheres negras, confrontadas com o peso cumulativo do racismo e do sexismo. A situação de Rosa, portanto, demonstra a persistência da dominação colonial na lógica da colonialidade. Essa consistia em práticas que, mesmo após a independência formal dos países colonizados, continuariam a moldar as relações sociais, econômicas e de poder, perpetuando desigualdades profundas em torno das relações de gênero, raça e classe.

No intrincado cenário da guerra de libertação, a trajetória de Pedro, filho de Sô Bicheira e de Rosa, emerge como um microcosmo das complexidades ideológicas e pragmáticas que permeavam o conflito. Sua adesão à causa nacional, imbuída de um fervor revolucionário, manifesta-se em sua incessante pregação por uma ordem social equitativa, na qual o poder emanaria dos operários e camponeses, prometendo uma redistribuição justa da riqueza e uma aplicação generosa da justiça. Longe de simplificar a narrativa, Pedro corporifica um retrato

60 Motta, *Sô Bicheira*, 16.

61 Motta, *Sô Bicheira*, 23.

62 Kimberlé Crenshaw, "A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero", em *Cruzamento: raça e gênero*, 1, n.º 1 (Brasília: Unifem, 2004), 7-16.

multifacetado da realidade bélica, revelando a significativa atuação de grupos paramilitares na luta. A descrição de suas conquistas, alcançadas inclusive com o uso de armamento precário, como armas sem carregador, sublinha a notável determinação e capacidade de organização que caracterizavam esses grupos. Episódios específicos, como a audaciosa tomada da base militar liderada por "China"; a estratégica ocupação das bases na zona do aeroporto sob o comando do "Batalha de Angola", com o auxílio de um canhão sem recuo; e a meticulosa "limpeza" da Pousada, reduto dos savimbistas, por um pequeno contingente adicionam camadas de profundidade à compreensão da dinâmica e da brutalidade da guerra, delineando um panorama vívido e complexo da resistência[63].

A nota de rodapé do autor, ao evocar a memória de figuras como o "Comandante Cowboy" e o "Comandante da Batalha de Angola", lança luz sobre a intrincada rede de atores e dinâmicas que moldaram o contexto político angolano da época[64]. Ao sugerir uma conexão entre as ações dessas milícias e a complexa conjuntura local, o autor insinua um envolvimento mais profundo do que o usualmente reconhecido na historiografia oficial, possivelmente influenciando, ou sendo influenciado, pela retomada da hegemonia do poder por atores com ligações a mercenários portugueses. A situação precária de Pedro, refugiado próximo a uma mangueira e ansiando por vestimentas limpas para se reintegrar às suas unidades, ilustra o impacto do conflito no plano individual, expondo as dificuldades enfrentadas pelos combatentes para manterem a integridade física e garantirem a continuidade das operações em meio ao caos reinante. A captura de Rosa por um jipe militar sul-africano, a caminho de entregar o auxílio vital a Pedro, precipita a narrativa em um clímax de incerteza, evidenciando a onipresença da ameaça externa e a vulnerabilidade das linhas de apoio à resistência local. Conforme a narrativa:

63 Motta, *Sô Bicheira*, 29-30.

64 Motta, *Sô Bicheira*, 28-29.

— Para onde é a ida?

— Vou... Mesmo na cidade... Na casa de uma amiga.

Revistaram-lhe a maleta

— A tua amiga usa roupa de homem?

— É. É do filho. Ela está doente.

Aceitaram-lhe a explicação e deixaram-na a seguir. Mas ficaram aparados

a observar-lhe os movimentos[65].

A súbita e desesperada manobra de Rosa redireciona a atenção dos soldados inimigos para seu filho. A representação gráfica da morte de Pedro, traduzida na perturbadora imagem do "fruto apodrecido desprendendo-se do galho"[66], transcende a mera descrição de um evento trágico, erigindo-se como uma metáfora inerente à dominação colonial e à desumanização infligida à população, na qual a vida é descartável e sem valor intrínseco aos olhos do opressor. A narrativa utiliza a tragédia de Pedro como um veículo contundente para expor as cicatrizes profundas e persistentes da colonização, bem como o privilégio do patriarcado na ordem colonial. O conto, tal como os que foram analisados anteriormente, retrata a sujeição feminina durante o processo de dominação portuguesa. Mulheres indígenas não tinham voz nem vez. Damba Maria, Dina e Rosa, em suas tragédias pessoais, vivenciaram relações hierarquizadas de gênero, raça e classe. Bem distante das imagens de Nzinga Mbandi e Deolinda Rodrigues, as personagens dos contos representam as muitas mulheres angolanas que desapareceram em seus múltiplos sofrimentos anônimos.

Os resultados da análise dos contos indicam uma intrincada relação entre as dinâmicas culturais, em especial as de gênero, e as estruturas patriarcais profundamente enraizadas, que, por sua vez, refletem a aspereza da vida legada pelo processo de colonização. A explicitação

65 Motta, *Sô Bicheira*, 36.

66 Motta, *Sô Bicheira*, 37.

destas interconexões visa fomentar uma maior conscientização sobre as forças que moldam a realidade social. Nesse contexto, as produções artísticas em questão elegem os musseques como palco central, retratando o cotidiano da população com o objetivo de trazer à tona as simbologias do presente que suscitam reflexões sobre o impacto duradouro da colonização e, mais especificamente, sobre a persistência da colonialidade no período pós-independência, revelando como o passado continua a moldar as experiências e as relações sociais contemporâneas.

A convergência entre as trajetórias de Luandino Vieira e Bobela-Motta reside em uma pluralidade de aspectos, desde suas origens portuguesas em solo angolano até o notório enfoque estilístico de suas narrativas, elementos estes que se manifestam como vetores cruciais na resistência dos sujeitos líricos e personagens por eles retratados. Indaga-se, portanto, sobre os catalisadores que impulsionaram estes intelectuais a se identificarem profundamente com a causa nacional angolana. A resposta reside em suas vivências singulares: ambos foram indivíduos que, transcendendo os limites da intelectualidade formal, emergiram nas periferias, partilhando o cotidiano daqueles que viriam a personificar os protagonistas de suas narrativas. Esta imersão precoce nas lutas populares, a percepção visceral das aflições que assolavam Angola, engendrou um profundo sentimento de identificação com a causa angolana. Esta se traduziu em um engajamento literário que transcendeu a mera representação, configurando-se como um ato de solidariedade e resistência. Esta se manifestava tanto no plano estético, ao subverter cânones e dar voz aos silenciados, quanto no âmbito crítico-social, ao expor as chagas da opressão e fomentar a reflexão sobre a complexa realidade.

Considerações finais

Óscar Ribas, mesmo não sendo um militante anti-colonial perseguido pela PIDE, teve uma importância imensa para a organização cultural do processo de independência. Seus trabalhos foram cruciais para o conhecimento daqueles intelectuais e artistas que buscavam, naquele

período, redescobrir Angola em um passado distante da influência portuguesa nas terras angolanas. O escritor utilizou as brechas do sistema colonial para divulgar saberes culturais e ajudar na afirmação da identidade nacional de Angola. Com essa estratégia, ele conseguiu alcançar os diferentes setores da sociedade angolana. Partilhou informações sobre a cultura popular que a colonização havia tentado suprimir. Ribas acabou desempenhando um papel fundamental na resistência cultural, mesmo sem estar diretamente envolvido com a luta armada. Se era difícil a situação de Óscar Ribas, como angolano e assimilado, em relação à produção de conhecimento, o mesmo parecia ocorrer em outra perspectiva. Os escritores portugueses Luandino e Bobela, por serem engajados em favor da liberdade, sofreram as sanções do sistema colonial. A arma dos três era a produção do conhecimento por meio da arte literária.

As narrativas de Óscar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta, apesar de suas particularidades estilísticas, convergem num ponto crucial: a exploração da intrínseca ligação entre cultura e relações de gênero. Elas dizem muito sobre as tradições culturais angolanas, sobre a colonização e mesmo sobre a colonialidade após a independência. Óscar Ribas, através da meticulosa reinterpretação de práticas e narrativas ancestrais orais, presentes nos *missossos*, legou um acervo fundamental para a compreensão do *ethos* angolano. Assim, "o trabalho de Ribas foi um dos que intensamente colaboraram para ajudar a configurar um perfil identitário de Angola"[67]. Luandino Vieira e Bobela-Motta, por sua vez, regressam aos valores tradicionais visando levar a população colonizada a estranhar as relações de poder em que se encontram submetidas. Verifica-se que tanto os autores quanto os personagens representam sujeitos silenciados e oprimidos, vivenciando situações em que forças opressoras convergem para a manutenção da sua condição subalterna. Estes dão ênfase ao caráter político da independência de Angola, onde os moldes literários surgem como caminho de protesto diante do conflito político-identitário entre a cultura portuguesa e a diversidade cultural angolana.

67 Wittmann, "O realismo animista", 64.

Relacionar os contos de autores com características tão distintas foi uma tarefa desafiadora. O foco temático em cultura e gênero nos permitiu refletir sobre aspectos que articularam elementos da colonização, em transição para a independência, com a permanência da colonialidade. Caberia pensar de que modo os instrumentos da colonização, como a língua portuguesa, poderiam ser utilizados, de forma criativa, visando combater o sistema colonial e a colonialidade resultante. Os autores analisados nos deram caminhos. Caberia utilizar as armas do opressor, mas adaptadas para o uso e interesse nativo. Os saberes tradicionais, transmitidos através da oralidade, poderiam se constituir naquilo que conhecemos hoje por oralitura. Se Óscar Ribas, diferentemente de Luandino Vieira e Bobela-Motta, foi mais fiel aos detalhes culturais que ele observou ou coletou de terceiros, os dois outros autores conseguiram apresentar observações sobre suas respectivas experiências entre os naturais de Angola: seus textos são repletos de práticas e saberes culturais. No caso deste artigo, nossa atenção foi focada na temática das relações entre cultura e gênero a partir de contos produzidos sobre Angola. De modo mais particular, sobre as condições femininas no contexto em que o patriarcado europeu estava sendo imposto pelas instituições coloniais e se mantendo após o processo de independência. O campo do conhecimento era o campo de batalha. A oralitura foi uma estratégia. A escrita, chamada de híbrida ou de pretoguês, foi a arma.

FONTES

Motta, Alfredo B. *Sô Bicheira e outros contos*. Lisboa: Edições 70, 1978.

Ribas, Óscar B. *Ecos da minha terra: dramas angolanos*. Luanda: Edições Maianga, 2004.

Vieira, José L. *Vidas novas*. Luanda: Nzila, 2006.

BIBLIOGRAFIA

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Bergamo, Edvaldo. "Diálogos atlânticos: Jorge Amado e Luandino Vieira". *Histórias, histórias* 1 (2013): 187-198. https://core.ac.uk/download/pdf/231230234.pdf.

Bhabha, Homi K. "Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial". *In O local da cultura*, 104-170. Florianópolis: Repositório Institucional da UFSC, 1998. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1577.

Bosslet, Juliana C. "A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)". Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1998.

Calivala, David E. "Óscar Ribas: uma viagem etnográfica em torno do romance *Uanga* (*Feitiço*)". Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 2015.

Chaves, Rita. "O passado presente na literatura angolana". *Scripta* 3, n.º 6 (2000): 245-257. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6165988.

Chaves, Rita. "A literatura e o império lusitano: silêncio e palavra em tempos de exceção". *Revista Brasileira de História* 43, n.º 93 (2023): 61-83. https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-05.

Graduação em Estudos Africanos e Representações da África 1 (2017): 104-114. https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4383.

Crenshaw, Kimberlé. "A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero". *Cruzamento: raça e gênero* 1, n.º 1 (2004): 7-16. https://aiaangola.org/wp-content/uploads/2024/05/Kimberle-Crenshaw-interseccionalidade.pdf.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Traduzido por Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

Fonseca, Maria Nazareth Soares. "Literatura e oralidade africanas: mediações". *Revista Mulemba* 14, n.º 2 (2016): 12-23. https://doi.org/10.35520/mulemba.2016.v8n15a5327.

Leal, Luiz Augusto Pinheiro. "Outras heroínas: protagonismo cultural e político feminino no contexto da independência de Angola". *In* África: entretecendo perspectivas, organizado por Luis Nicolau Parés e Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: Edufba, 2024.

Leal, Luiz Augusto Pinheiro, e Daélem Maria Rodrigues Pinheiro. "O exílio sem regresso: uma análise do diário de Deolinda Rodrigues na luta pela independência de Angola". *In Paz, Direitos e Novas Redes – III Conferência Internacional Ativismos em África*, organizado por Luiza Nascimento dos Reis e Luca Bussotti. Recife: UFPE, 2022.

Loureiro, Diana Gonçalves. "História do conto angolano: da ruptura à independência". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande, 2017. https://ppgletras.furg.br/dissertacoes-e-teses/publicacoes-de-2017/11590tese-historia-do-conto-angolano-da-ruptura-a-independencia.

Macêdo, Tania. "O pretoguês e a literatura de José Luandino Vieira". *Alfa: Revista de Linguística* 36 (1992): 171-176. https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3917.

Marzano, Andrea. "Angola: apontamentos para uma história social da cultura". *Africana Studia* 34 (2020): 13-31. https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/10502.

McClintock, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Motta, Alfredo. *Não adianta chorar: contos coloniais*. Luanda: África Editora, 1977.

Padilha, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana no século XX*. Niterói: EDUFF, 2007.

Pereira, Márcio Roberto. "Espaços de violência e do exílio social em *Ecos da Minha Terra*". *In Anais do 12.º Congresso Internacional Centro – Centros – Ética, Estética*. Curitiba: UFPR, 2011.

Santos, Joelma G. dos. "A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor [Entrevista de José Luandino Vieira]". *Revista Investigações* 21, n.º 1 (2008): 279–290. https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1388

Secco, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. "Óscar Ribas e as literaturas da noite: a exímia arte de sunguilar". *Navegações* 3, n.º 2 (2010): 193-199. https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/8441.

Silva, Assunção de Maria Sousa. "Marcas de gênero na literatura angolana e são-tomense". *In* Áfricas e suas relações de gênero, organizado por Fonseca e Oliveira, 67-83. São Paulo: Edições Áfricas e Ancestre, 2019.

Sousa, Maria Teresa de Jesus Cardoso Pinto de. "Óscar Ribas: a oralidade que se escreve". Tese de doutorado, CLEPUL, Lisboa, 2009.

Vasconcelos, Lisa. "A escrita e o arquivo: apresentando *Papéis da prisão*, de Luandino Vieira". *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 27 (2022): 17-26. https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/866.

Wittmann, T. "O realismo animista presente nos contos africanos: Angola, Moçambique e Cabo Verde". Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

Zortea, Claudia. "O estilo tardio na obra *Nós, os do Makulusu* de Luandino Vieira". *Revista Crioula* 14 (2014): 1-10. https://doi.org/10.11606/issn.º1981-7169.crioula.2014.83485.

Referência para citação:

Leal, Luiz Augusto Pinheiro, Maianne Caroline da Silva e Silva, e Carlos Henrique Silva Lobo. "Contos tradicionais de Angola: nacionalismo, cultura e gênero em **Ó**scar Ribas, Luandino Vieira e Alfredo Bobela-Motta". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 49-83. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.39191.

Práticas da História, n.º 20 (2025): 83-110

Carolina Bezerra Machado

A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como a produção literária angolana, a partir de romances do escritor Pepetela, amplia as possibilidades de repensarmos a historiografia. Durante as lutas de independência, a literatura foi um espaço de crítica social, afirmação nacional e combate à colonização. Após a independência, teve lugar um movimento de crítica ao Estado, que tornou possíveis novas abordagens sobre Angola, para além de uma história única. É, sobretudo, sobre esse segundo momento que irei me deter. Compreende-se, nesse sentido, que a literatura se constitui como um documento histórico, sujeito a disputas discursivas e campos de força. As vivências individuais e o imaginário ganham um novo olhar, agora mais atento às subjetividades, que influenciam diretamente também as narrativas historiográficas. O artigo problematiza a riqueza epistemológica que pode surgir do entrecruzamento entre história e literatura, principalmente ao encararmos esta última como uma escrita do real, entranhada de história.
Palavras-chave: Angola; história de Angola; historiografia; escrita do real; Pepetela.

Writing Angolan History and the Challenges Posed by Literature

This article aims to reflect how Angolan literary production expands the possibilities of rethinking historiography, starting from Pepetela's novels. During the struggles for independence, literature served as a space for social critique, national struggle, and resistance to colonization. After independence, a movement of criticism of the State emerged, enabling new approaches to Angola beyond a single, unified history. I will mostly focus on the latter. In this sense, literature is understood as a historical document, subject to discursive disputes and fields of power. Individual experiences and the imaginary acquire a renewed perspective, now more attentive to subjectivities, which also directly influence historiographical narratives. The article problematizes the epistemological richness that may arise from the intersection between history and literature, particularly when we regard the latter as a form of writing that represents the real, deeply entangled with history.
Keywords: Angola; Angolan history; historiography, writing of the real; Pepetela.

A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo

Carolina Bezerra Machado*

Introdução

> Seremos cada vez mais a levarmos a literatura às últimas consequências – portanto, às consequências a que deve ser levada a grande literatura –, seremos cada vez mais filhos da sociedade angolana e enteados do Estado angolano[1].

A passagem acima, declarada por Luandino Vieira[2], faz referência às críticas produzidas pelos escritores angolanos à formação do Estado em Angola. Ainda que as denúncias ao autoritarismo dos dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) sejam anteriores à própria constituição do Estado[3], a literatura do pós-independência

* Carolina Bezerra Machado (bezerra.carolina@ufabc.edu.br). https://orcid.org/0000-0002-2751-0786. Universidade Federal do ABC, Alameda da Universidade, s/n.º - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo - CEP: 09606-045, São Paulo, Brasil. Os debates apresentados ao longo do artigo foram inicialmente desenvolvidos na minha tese de doutorado, Relações de poder em Angola: uma leitura dos romances de Pepetela (1975-2005), apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019. Artigo original: 2-11-2024; artigo revisto: 18-07-2025; aceite para publicação: 26-07-2025.

1 Luandino Vieira, in *Michel Laban, Angola: Encontro com escritores*, vol. 1 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991), 428.

2 Escritor angolano, agente do processo de independência de Angola ao lado do MPLA. Em 1961 foi preso no "Processo dos 50" e posteriormente transferido para a prisão de Tarrafal, sendo libertado apenas em 1972. Após a independência participou ativamente do governo, ocupando diversos cargos políticos.

3 Ver: Jean-Michel Mabeko-Tali, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962–1977)*, vol. 1 (Luanda: Nzila, 2001).

enseja uma projeção pública das críticas ao desenvolvimento de um Estado corrupto e autoritário. Os escritores, por vezes envolvidos com o MPLA, tanto durante as movimentações pela libertação quanto na ocupação de cargos políticos no processo de construção do Estado, ora se afastaram do movimento, ainda durante o período colonial, ora foram incorporados ao governo pela proximidade com o próprio MPLA. Isso se deveu à composição social que formou o movimento, sobretudo, com militantes e adeptos provindos das camadas urbanas e letradas, contrários às posições mais exacerbadas do ponto de vista étnico e racial. Havia uma relação muito íntima entre os escritores e o poder político, o que possibilitou ainda a criação da União dos Escritores Angolanos (UEA) em 1975.

Embora essa relação não seja peculiar a Angola, é válido ressaltar a participação de escritores angolanos no processo de construção do Estado. Estes faziam parte de um grupo social com formação superior e um nível alto de instrução, o que possibilitou a incorporação deles na estrutura administrativa e burocrática do novo governo. O nível de escolaridade de Angola também era muito baixo e constituía uma preocupação para quem assumia o país. Do mesmo modo, a escassez de mão de obra qualificada para diversos setores em Angola levava ao improviso no sistema político[4]. Diante desse cenário, grande parte dos literatos angolanos passaram a ocupar os principais cargos políticos, sendo cada vez mais absorvidos pela estrutura burocrática do MPLA[5]. Ressalta-se ainda que grande parte dos escritores angolanos se identificavam com as pautas nacionalistas do MPLA. Pepetela[6], inclusive, afirma que a escrita de *O cão e os caluandas* (1985) foi caótica, em meio às diversas obrigações que tinha no governo,

4 Ricardo Soares de Oliveira. *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil* (Lisboa: Tinta-da-china, 2015), 54.

5 É fundamental ressaltar que o primeiro presidente do país, Agostinho Neto, era médico mas também poeta. Para além dele, podemos destacar: Pepetela (vice-ministro de Educação), Uanhenga Xitu (ministro da Saúde), Manuel Rui (ministro da Informação), António Jacinto (ministro da Educação e Cultura), Manuel Pacavira (ministro dos Transportes). Além desses, diversos outros ocuparam cargos administrativos no novo governo, dentre eles: Luandino Vieira – diretor do Instituto Angolano de Cinema; Boaventura Cardoso – membro do Conselho Nacional de Cultura. Em: Silvio Carvalho Filho, *Angola: história, nação e literatura (1975–1985)* (Curitiba: Editoras Prismas, 2016), 44-45.

6 Escritor angolano, guerrilheiro e vice-ministro da Educação no pós-independência.

e que, por isso, escreveu o livro com estórias variadas, mudando por diversas vezes a narrativa e causando a impressão de uma quebra entre os episódios, ainda que seja considerado um romance pelo autor[7].

Ao nos voltarmos para a produção do imediato pós-independência de Angola, notamos que, do ponto de vista editorial, a aproximação com o governo por parte dos escritores foi harmoniosa de um modo geral. Até 1982, com a publicação do livro *Quem me dera ser onda* (1982) de Manuel Rui, houve um silêncio sobre a vida pós-independência do país. Prendiam-se ao que os uniu, à luta contra o colonizador, ao anti-imperialismo e à denúncia do neocolonialismo[8]. Para Michel Laban, a posição ocupada pelos escritores no pós-independência se deve a alguns aspectos que estão ligados diretamente à nova posição ocupada pela figura do escritor em Angola. Se antes ele era visto como um objeto do sistema colonial, agora ele passa a ser visto como sujeito do Estado angolano e à frente dos projetos políticos da sociedade, à medida que faz parte dessa reconstrução nacional. As responsabilidades adquiridas com a ocupação desses espaços levaram muitos a questionarem-se sobre as possíveis crises que poderiam ocorrer com a publicação de críticas por membros do partido. Devemos lembrar que o país atravessava uma guerra civil que durou de 1975 a 2002. Por mais que muitos escritores não concordassem com alguns rumos tomados pelo MPLA, sabiam que, ao levantarem-se para criticar, poderiam contribuir para agravar ainda mais a situação frente aos outros grupos que disputavam o poder – para Laban, "essa posição implicava a perda de uma faixa da liberdade, a perda da autonomia do sentido crítico"[9].

Cabe ainda destacar o que Pepetela denominou de "autocensura". Para o escritor, a crítica tardia pela literatura também provinha de uma censura indireta praticada pelos próprios literatos, uma vez que eram eles

7 Entrevista realizada por Frank Marcon com o escritor Pepetela, na cidade de Luanda, Angola, nos dias 13 e 14 de novembro de 2003, às 17h, no Espaço Bahia. Para a entrevista completa, ver: Frank Nilton Marcon, "Leituras transatlânticas: diálogos sobre identidade e o romance de Pepetela" (tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005).

8 Carvalho Filho, *Angola: história, nação e literatura*, 41.

9 Michel Laban, "Angola: escritores e poder político em Angola desde a independência", União dos Escritores Angolanos, acessado 20 de fevereiro de 2019,

os principais responsáveis pela publicação dos livros através de instituições como a União dos Escritores Angolanos (UEA) e o Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD). Até a década de 1980, essas instituições eram as responsáveis pela produção e circulação dos livros, assim como pela negociação com a publicação no exterior. Através de uma comissão de leitura, composta pelos escritores da UEA, escolhiam-se os livros a serem publicados. Todavia, como afirma Pepetela, por mais que as instituições responsáveis pelas publicações fossem em certa medida controladas pelo Estado, visto que os recursos derivavam do governo, não havia censura política, mas sim uma "autocensura". Os escritores, de fato, pensavam nas responsabilidades e nos possíveis perigos de criticar o MPLA. Ao lembrarmos os próprios impasses que Pepetela teve quando da publicação de *O cão e os caluandas*, em que por fim as células do partido decidiram que o livro não era contrarrevolucionário[10]. Desse modo, Laban chama a atenção para os limites que, sutilmente, eram colocados sobre a produção literária, deixando clara a ligação entre os escritores e o poder político[11].

Dentro desse cenário, as primeiras obras de crítica ao MPLA surgem utilizando os recursos da ironia e do humor, o que não significa de fato uma ruptura com aquele sistema político, pois não buscavam romper com o partido. Como apontado, a primeira obra foi *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui (1982). O escritor nesse momento fazia parte do governo como ministro da Informação e trazia uma crítica ainda dentro de um caráter reformista, que não buscava romper com o MPLA mas chamar a atenção para algumas práticas desvirtuosas dentro do regime político[12]. O romance conta a história de uma família que resolve criar um porco em seu apartamento no sétimo andar de um prédio no centro de Luanda. Se a princípio podemos nos enganar com a construção de uma narrativa que aparenta inocência pela narrativa, logo percebemos que o autor recorre à ironia para realçar as dificuldades que a sociedade passava em seu cotidiano, retratando as estruturas corruptas do Estado[13].

10 Marcon, entrevista a Pepetela.

11 Laban, "Angola: escritores e poder político".

12 Inocência Mata, "Literatura e política em Angola hoje", *Matraga* 19, n.º 31 (2012): 83-98.

13 Laban, "Angola: escritores e poder político".

A escolha do nome do porco "Carnaval da Vitória", por exemplo, faz referência ao desfile carnavalesco de 1978 que passou a ser assim denominado. Buscando desvincular a data do carnaval de uma festa litúrgica e promover um novo sentido para a festa popular, Agostinho Neto rapidamente escolheu uma nova data para a festança, que passou a ser o dia 27 de março, uma alusão à expulsão dos sul-africanos do território angolano em 1976, marcando a derrota da FNLA e a vitória do MPLA[14]. Por outro lado, podemos reconduzir ainda a escolha de Manuel Rui à euforia da retomada do carnaval de rua que marcou 1978 em contraste com os problemas internos na estrutura do regime, ressaltando as dificuldades alimentares existentes. Pois a escolha de criar um porco no apartamento era para conseguir fugir do "peixefritismo" como único alimento possível entre os populares[15].

Se, por um lado, o governo exaltava o Carnaval da Vitória, na prática diária da população apareciam as derrotas cotidianas. A escassez de alimentos em Luanda, a linguagem política que impregnava a capital angolana em um sentido retórico, a corrupção generalizada, principalmente com o crescimento do comércio clandestino, e a prática autoritária presente em diferentes instâncias e diluída nas práticas sociais do cotidiano aparecem pela primeira vez retratadas pela literatura através do livro de Manuel Rui.

Portanto, quando *O cão* e os *caluandas* (1985), de Pepetela, é publicado, já é possível um diálogo da sua obra com outros escritores que estão começando a refletir sobre os rumos da política angolana após a independência. Destacam-se *Os anões e os mendigos* (1985), de Manuel dos Santos Lima, e *Na Mbanza do Miranda* (1985), de Arnaldo Santos. Assim, por mais que Pepetela afirme que naquele momento abordar claramente os problemas estruturais de Angola seria muito difícil[16], a crítica já estava presente, mas dentro de limites que o escritor angolano conhecia e nos quais se manteve. Escrevia como um militante que objetivava corrigir comportamentos, e não romper com o MPLA.

14 Andrea Marzano, "'Nossa dança, nossos pais, nossos filhos': apontamentos para uma história social do carnaval luandense", *Revista TEL* 7, n.º 2 (2016): 67-88.

15 Manuel Rui, *Quem me dera ser onda* (Rio de Janeiro: Ghriphus, 2005).

16 Marcon, entrevista a Pepetela.

Reconhecer esse papel que a literatura teve na vida política do país é fundamental para também refletirmos sobre o quanto a leitura desses romances a contrapelo possibilita apontar para uma outra dimensão na sua escrita. Se por vezes as narrativas foram combativas contra o colonizador, no momento pós-independência assumem a vanguarda de crítica, mesmo que interna, a um regime de Estado que se estabeleceu pós-1975. Desse modo, nos ajudam a refletir sobre a entrada de novos sujeitos e novas narrativas nos romances da década de 1980, o que contribui para repensarmos a história angolana por outras chaves. As subjetividades contidas nesses livros e as histórias por vezes silenciadas possibilitam romper com uma perspectiva que homogeneizava a história do país em torno do controle que o MPLA buscava sobre a história da independência do país.

Ao nos voltarmos para a história do pós-independência em Angola, somos envolvidos pelas disputas políticas e sociais que vinham desde o colonialismo. A assinatura do cessar-fogo, em 1975, entre os três principais grupos envolvidos nas lutas de libertação e Portugal foi o primeiro passo para a tentativa de reconstrução do país, assim como para a construção de uma identidade nacional[17]. Todavia, como se sabe, isto não foi suficiente para garantir o fim do conflito armado, que então se transformava em guerra civil.

Ainda que o MPLA tenha assumido o governo como um partido único, estava longe de constituir uma homogeneidade política no país, o que fica evidente pelas inúmeras dissidências que ocorreram ao longo do tempo[18]. O interesse em escrever a história do país a partir da perspectiva do colonizado, como podemos ver no livro *A história de*

17 Referência ao Acordo de Alvor assinado em 1975 e que pretendia a formação de um governo de transição formado pelos três principais movimentos de libertação do país: a UNITA, o MPLA e a FNLA. Ver: Kelly Araújo, "Um só povo, uma só nação: o discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola" (dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005), 47.

18 Destaca-se, ainda durante o período colonial, as revoltas que apontam para as dissidências internas do MPLA: a Revolta de Jibóia (1969), primeira grande manifestação contrária às hierarquizações do movimento; a Revolta do Leste (1972), sob a liderança de Daniel Chipenda; a Revolta Ativa (1974), que defendia uma maior abertura democrática no MPLA; e a Revolta Nitista (1977), liderada por Nito Alves, já no período pós-independência. Ver: Mabeko-Tali, *Dissidências e poder de Estado*, 135-136.

Angola, organizado por Pepetela e que fez parte dos projetos do Centro de Estudos Angolanos, não foi fortuito[19]. Havia o interesse em escrever uma história e constituir uma ideia de nação amparadas nos interesses do MPLA, em que este figurasse como vanguarda do processo de independência.

Devemos ressaltar o quanto, em Angola, a história eleita para a construção identitária da nação se centrou na memória política da luta de libertação, tendo sido essa memória selecionada a partir do MPLA, e deixando ainda de fora as dissidências internas e as tensões existentes. Mais do que isso, a memória construída em torno da experiência da luta de libertação, tornada oficial pelo MPLA, continua a iluminar o passado, a guiar a atual vida política e a projetar o futuro, sem deixar muito espaço para outras narrativas. A produção historiográfica no país foi tardia, assim como o avanço das ciências sociais, o que contribuiu para desenvolvimento de uma história oficial contada a partir do MPLA[20].

Nascido como um movimento que lutava pela libertação de Angola, o MPLA se destacou pela preocupação, desde os tempos de guerrilha, com um projeto nacionalista. Foi o único dos três movimentos a investir em um novo projeto nacional após a independência, distante dos tradicionalismos defendidos outrora[21]. Embora o movimento também acreditasse, nesse período, que a consciência nacional deveria ser forjada na luta, havia uma tentativa constante de trazer discussões políticas para dentro das suas reuniões, incitando uma reflexão para a construção de uma identidade nacional comum frente à diversidade cultural existente em Angola[22]. A institucionalização da cultura no país era uma das principais propostas do MPLA que, para o efeito, lançou mão da criação da União dos Escritores Angolanos (UEA), que reuniu

19 Para mais sobre a produção dessa obra, ver: Fábio Baqueiro Figueiredo, "Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos" (tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2012).

20 Para mais, ver: Marcelo Bittencourt, "História contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas", em *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação* (Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000), 161-185.

21 Marcelo Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", em *Tradições e modernidades*, ed. Daniel Aarão Reis *et al.* (Rio de Janeiro: FGV, 2010), 138.

22 Araújo, "Um só povo, uma só nação", 73.

a ampla maioria dos escritores de Angola, incentivando a sua produção e investindo no papel preponderante da literatura para a consolidação de um projeto nacional. Mas essa iniciativa não quer dizer que esse projeto de nação não tenha sido constituído dentro de fragilidades.

A construção da nação no pós-independência: "Você julga que isso ainda é terra de colono?"

Ao nos valermos de referenciais conceituais como nação, nacionalismo e identidade nacional cabe desenvolver uma breve análise acerca do que esses termos implicam e como nos podem ajudar a compreendermos a vida social e política angolana. A ideia de nação que conhecemos hoje está vinculada, sobretudo, à modernidade, à medida que está atrelada a uma ideia de Estado e corpo político representando um todo. Todavia, a imprecisão sobre o conceito de nação ainda faz parte de um debate amplo. A Revolução Francesa marca um importante momento em que tivemos, claramente, a união da tríade Estado, nação e povo. Para Hobsbawm, o ideal de povo soberano surgido nesse momento vinculou indubitavelmente a nação ao território, mas, por outro lado, não é claro o que constitui "um povo". Para o historiador, não "há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma 'nação' em bases linguísticas, étnicas [...] que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo"[23]. A formação dos Estados nacionais, portanto, é vista como um fato historicamente ocorrido, mas os debates em torno do que é uma nação enquanto expressão de nacionalidade ainda levantam questionamentos.

É evidente, para Hobsbawm, que esses fatores étnicos, linguísticos e religiosos existentes entre um determinado grupo contribuem para que esse processo de unidade seja mais fácil. Assim, tanto os Estados como os movimentos nacionais, ao mobilizarem certas variantes de um vínculo coletivo já existente (por ele chamado de protonacionalismo), tornam esse ideal mais natural, o que levou às primeiras interpretações sobre o conceito. Mas, como o historiador defende, esse *a priori* não é

23 Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1780* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990), 32.

fundamental para que existam laços para o surgimento de um Estado-nação, noções que permitiram o tema ser revisitado e questionado a partir da década de 1970[24]. Historiadores como Eric Hobsbawn, Ernest Gellner e Benedict Anderson exploraram a construção cultural que cercava o nascimento das nações. Os símbolos, memórias e tradições passaram a ser valorizados como meios utilizados para a afirmação e legitimação nacional. Nesse sentido, longe de ser algo natural, para esses intelectuais a nação é construída e imaginada a partir de diferentes interesses.

Nas palavras de Benedict Anderson, um dos intelectuais mais influentes sobre o assunto desde a década de 1980, a nação é uma "comunidade imaginada"[25], pois os membros de uma nação estão ligados por laços comunitários que os aproximam, por mais que a maioria desses homens nem sequer se conheçam. Há, nesse caso, um desejo de se manterem próximos a partir de componentes variados. Todavia, isso não quer dizer que a ideia de nação seja ilusória e irreal, mas que entre signos e valores que estão amparados nas concepções subjetivas existem também as dimensões objetivas que lhe atribuem formas concretas. Ou seja, quando Anderson tensiona ser a nação "imaginada", esta não deve ser interpretada no sentido de inventada, mas no sentido de termos que nos voltar para o imaginário que mobiliza, inclusive, as ações políticas, para compreendermos a concepção fraterna que guarda o termo e aproxima pessoas tão distantes[26]. Ao conceituar as nações como "fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem serem analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns", Hobsbawm formula a principal crítica desses intelectuais aos estudos anteriores sobre o tema[27]. A partir desse

24 Hobsbawm, *Nações e nacionalismos*.

25 Em diálogo com as pesquisas de Ernest Renan, para quem a nação já teria sido referida como algo imaginário à medida que a sua essência está pautada sobre um desejo compartilhado de vida coletiva em que as noções sobre raça, língua e religião não seriam suficientes para compreendermos e definirmos a nação.

26 Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional* (São Paulo: Ática, 1989), 14-15.

27 Hobsbawm, *Nações e nacionalismos*.

momento importa compreender de que forma as pessoas se relacionam e se envolvem com a ideia de nação, tal como é representada em sua cultura nacional. Compreende-se que, por mais que a ideia de nação seja formulada a partir de interesses políticos e a partir de um pequeno grupo da elite, as noções de lealdade e identificação à nação só podem ser analisadas a partir do modo como as pessoas transformam essas ideias em significados que dialogam com as noções de identidade[28].

A este propósito, Partha Chatterjee é um dos principais questionadores da noção de nação amparada nas concepções políticas ocidentais. Para o cientista político indiano, uma leitura do tema a partir de Anderson leva-nos a considerarmos o "mundo pós-colonial como meros consumidores da modernidade" europeia. Por mais que Chatterjee reconheça a importância da Europa para o desenvolvimento da ideia de nação, ele argumenta que a imaginação nacionalista da Ásia e da África "baseia-se não em uma identidade, mas em uma diferença em relação às formas 'modulares' da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno". Ou seja, o nacionalismo criado dentro de uma perspectiva anticolonial passa a criar o seu "próprio campo de soberania" muito antes das lutas políticas pela independência[29].

A partir dessa perspectiva, Chatterjee defende que os nacionalistas africanos e asiáticos dividiam o mundo das instituições e das práticas sociais em dois domínios: o material e o espiritual. Enquanto o primeiro se apresentava em um nível "externo", a partir dos estudos da economia, política, ciência e tecnologia, dominados pelo Ocidente, o espiritual, por sua vez, fazia parte de um domínio "interno", responsável por moldar as identidades culturais. É a partir desse ponto que o cientista político defende o desenvolvimento de um projeto de cultura nacional moderno, mas não ocidental. Assim, afirma que se nos prendermos aos "textos convencionais, em que a história do nacionalismo

28 Compreende-se identidade como um conceito móvel, "uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto". Ver: Cecília Azevedo, "Identidades compartilhadas. A identidade nacional em questão", em *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, ed. Rachel Soihet e Martha Abreu (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009), 43.

29 Partha Chatterjee, "Comunidade imaginada por quem?", em *Um mapa da questão nacional*, ed. Gopal Balakrishnan (Rio de Janeiro: Contraponto, 2000), 229.

começa a partir da disputa pelo poder político, [perdemos] de vista a dinâmica desse projeto histórico"[30].

A partir destas perspectivas, podemos notar o quanto as leituras sobre a nação propostas nos romances de Pepetela estão em diálogo com uma literatura que, historicamente, tem como característica fundamental escrever/pensar a nação angolana a partir dos seus fatores internos, por mais que também se valha de recursos e signos externos. O processo de criação de identidades perpassa fundamentalmente o ato de imaginá-la em contraponto aos registros das escritas coloniais ao valorizar os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo[31]. Essa escolha possibilita que fiquemos atentos aos novos signos, costumes e tradições encenados nos romances angolanos. Podemos, assim, ampliar as complexidades existentes no processo de criação do país ao nos deparamos com um rico processo de construção simbólica que traz à tona novos elementos para o desenvolvimento da nação.

O trecho em destaque abaixo faz parte de um diálogo entre Aníbal, o grande herói de *A geração da utopia* (1992), e Orlando, namorado de Judite, filha de Sara – jovem estudante, frequentadora da CEI (Casa dos Estudantes do Império) e envolvida com os movimentos nacionalistas. Compõe ainda o último capítulo do romance (com o título "O templo"), que cronologicamente se desenrola a partir de 1991:

> Até mesmo no seio das grandes famílias se mantinha a divisão de estatuto social entre os que tinham sido donos de escravos e os descendentes de escravos, entre os filhos da casa e os filhos do quintal. Eram conversas e *makas* que acompanharam a minha meninice no bairro operário, sei do que falo. Isso deixou ressentimentos, marcou os comportamentos, dividiu a elite[32].

30 Chatterjee, "Comunidade imaginada por quem?", 231.

31 Frank Nilton Marcon, "Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola", *História Revista* 16 (2011): 39.

32 Pepetela, *A geração da utopia* (São Paulo: Leya, 2013), 371.

Nesse momento, os personagens envolvidos estão conversando sobre os rumos políticos do país, principalmente com a aproximação das eleições[33]. É um debate que traz considerações interessantes acerca do nacionalismo angolano, do passado colonial e das divisões sociais que se estabeleceram no país e que até então seriam responsáveis pelas desigualdades existentes, de acordo com a narrativa do romance. Aníbal apontava para alguns dos problemas sociais de Angola que contribuíram para a formação da nação e do Estado angolano, inclusive, chamando a atenção para a cisão que há dentro da elite angolana, a urbana e a tradicional[34]. Nesse sentido, é válido retomarmos o trabalho de conclusão que Aníbal defendeu em seu curso de Filosofia e História, ainda na época da Casa dos Estudantes do Império[35]. Ele, após "uma análise política e social do período colonial do século XIX"[36], teria chegado à conclusão de que a "burguesia nacional angolana" teria sido desmontada pelo Estado português, o que teria dificultado o processo de conscientização da sua diferença, assim como o desenvolvimento de uma autonomia política baseada nos pressupostos liberais da Revolução Francesa[37]. Esse desmonte seria analisado mais tarde por Aníbal, em diálogo com Orlando:

> O termo crioulo presta a confusão e por isso não gosto dele. Talvez o adjetivo angolense fosse mais correto. De qualquer modo, essa camada social misturada culturalmente e até mesmo racialmente era a única capaz de olhar para a frente e unir o país, porque era a única com uma ideia de nação. Mas estava demasiado marcada pela sua própria trajetória ambígua. Tinham sido os intermediários da colonização, embora gritando contra ela. Reclamavam a defesa da raça negra e desprezavam os direitos das

33 Em 1992 teríamos as primeiras eleições multipartidárias em Angola.

34 Pepetela, *A geração da utopia*, 372.

35 Esse momento se passa no primeiro capítulo do romance.

36 Pepetela, *A geração da utopia*, 20.

37 Pepetela narra o quanto sua tese pareceu uma provocação ao regime colonial. Por isso, inúmeras vezes foi chamado à PIDE. Pepetela, *A geração da utopia*, 20.

> populações do interior, considerando-as incivilizadas. Exigiam autonomia e, ao mesmo tempo, beneficiavam da dependência[38].

A partir dos debates historiográficos, podemos ver como essa posição se reflete nas crises internas do MPLA que, de acordo com Christine Messiant, iriam além das diferenças étnicas[39]. Pois, estas tensões resultariam de uma luta pelo poder político, pautada sobretudo pelas diferenças presentes na elite angolana, envolvidas pelas diferenças culturais e sociais desenvolvidas historicamente, especialmente durante a colonização portuguesa. Poderíamos, assim, considerar a existência de uma elite mais antiga, composta por mestiços e negros, os "assimilados", descendentes de uma elite instalada em Luanda há muitos anos, e uma nova elite, majoritariamente negra, em que o contato com a administração colonial portuguesa seria mais recente[40]. Essas diferenças, como aponta Aníbal no romance, foram cruciais para as crises políticas internas que decorreram após a independência.

Portanto, quando a historiadora angolana Conceição Neto chama a atenção para "as fronteiras por dentro da nação", que trazem para o primeiro plano "os desequilíbrios regionais, sociais e étnicos" que continuam sendo um desafio para a construção de uma angolanidade[41] no pós-independência, ela propõe demonstrar as contradições ainda existentes dentro do espaço territorial angolano, constituídas entre o período colonial e o pós-colonial. Por isso, a realidade nacional angolana deve ser pensada a partir das fronteiras que cruzam o seu processo de formação, que se inicia ainda durante a fase da colonização. Nesse sentido, traz reflexões também sobre a ausência de uma burguesia nacional angolana, do mesmo modo que Aníbal.

Enquanto o controle dos meios de produção permanecia sob o domínio dos portugueses, durante o período colonial, qualquer tentativa

38 Pepetela, *A geração da utopia*, 371.

39 Christine Messiant, "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition I", *Lusotopie* 1 (1994): 155-210.

40 Messiant, "Angola, les voies de l'ethnisation".

41 Maria Eugénia da Conceição Neto, "As fronteiras por dentro da nação: divisões étnicas, socioeconómicas e sociopolíticas numa perspectiva histórica", comunicação apresentada na conferência *Angola: a crise e o desafio democrático*, Luanda, 24-26 de agosto de 1992.

de predomínio de uma burguesia nacional angolana forte era impedida. Essa realidade ainda é agravada pela restrição do acesso ao ensino, a baixa industrialização e desenvolvimento tecnológico[42]. Desse modo, não há como imaginar a construção da nação angolana após a independência sem levar em consideração o processo histórico que formou a sociedade. O fosso social entre diversos setores sociais foi tecido ao longo da historicidade do país.

Ao levarmos em consideração esses debates, quando Pepetela constrói, em sua narrativa, uma crítica que considera os fatores históricos para a formação da nação, ele vai além das críticas maniqueístas em que prevalece uma interpretação que prioriza os condicionamentos externos como principais responsáveis pelos problemas pré e pós-independência, ou mesmo a centralidade étnica[43]. O escritor lança luz sobre um debate que só posteriormente viria a ser mais desenvolvido pelas ciências sociais. Como salienta Bittencourt, a inserção de Angola no cenário conflituoso da Guerra Fria acabou favorecendo uma análise histórica que dá particular destaque aos condicionantes externos pelos problemas do país, discurso que seria inclusive adotado por políticos do MPLA, que utilizariam essa retórica para justificar as dificuldades enfrentadas por seu governo[44].

Assim, ao encontro de um discurso que vinha sendo reforçado ao longo da década de 1990, Pepetela chama a atenção da camada intelectualizada da sociedade para os problemas que vinham sendo enfrentados, principalmente pela permanência da guerra. A partir dos seus personagens, o escritor aponta para os desvios de um grupo social que esteve à frente das lutas pela independência e que era o único que tinha possibilidades de implementar a mudança, por estar ciente das marcas de desigualdade que formaram a sociedade angolana, causando ressentimentos e problemas, como se torna evidente na fala de Aníbal:

42 Neto, "As fronteiras por dentro da nação", 6-7.

43 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", 130.

44 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", 130.

> Mas os intelectuais tinham obrigação de se aperceberem deles desde o princípio e terem conseguido superá-los. No entanto, carregavam o pecado original, os privilégios do passado. E como todos os cristãos, tinham de se mortificar pelo pecado que carregavam dos antepassados. Tornaram-se intelectuais com vergonha de o ser. Não exerceram o seu papel de intelectuais, aqueles que mostram o caminho. Chegaram ao ponto de aceitar serem considerados por alguns ditos dirigentes como inimigos de classe por terem estudado mais que os outros. E batiam no peito, *mea culpa, mea culpa*. Quando os intelectuais se demitem, é evidente que a sociedade perde o norte, vai buscar outros valores, geralmente à mediocridade. Esse é o problema que estamos com ele[45].

As "fronteiras" que existem em Angola aparecem nesse romance em uma perspectiva social e historicamente construída. Diferente de *Mayombe* (1980), em *A geração da utopia* (1992) a questão nacional não vai muito além dos debates étnicos e raciais. Por outro lado, no romance criticam-se as escolhas que os novos dirigentes do país fizeram, apontando para as responsabilidades deles de conduzir o país após a independência. Do mesmo modo, aponta-se para a renúncia dos intelectuais em liderar um movimento que pudesse levar a uma Angola menos desigual, principalmente ao apontar os desvios políticos desse grupo ao longo do caminho, que não renunciava aos seus privilégios sociais conquistados após a independência. Assim, de diferentes formas, os romances de Pepetela retratam as permanências indesejáveis do tempo colonial que ainda contribuem para as diferenças existentes no país. Também apontam, por outro lado, as responsabilidades dos angolanos que lideravam os movimentos nacionalistas.

Um nacionalismo que ainda aparece fraturado, como vimos, mesmo entre os membros do Estado. Escrito entre 1979 e 1985, *O cão e os caluandas* (1985) é marcado por uma narrativa irônica, que traz um discurso em que se destacam as fraturas regionais e raciais ainda insistentes

45 Pepetela, *A geração da utopia*, 373.

em Angola. Por meio da construção de personagens de origem do Catete, região de Angola em que nasceu Agostinho Neto, considerada por muitos críticos ao MPLA como um espaço em que as ideias do partido tinham grande força, somos remetidos às permanências de algumas ideias que nos apontam para as diferenças sociais ainda existentes no cotidiano dos indivíduos:

> Desde que o colono bazou, passou ainda pouco tempo. Mas como querem que se ponha esta babilônia em ordem se aqui vivem malanjinos, ilhéus, ambakas, umbundos, quiocos e até mesmo mulatos? Dos brancos já nem se fala, é uma confusão de brancos de vários cambiantes, angolanos (dizem!), suecos, franceses, soviéticos, brasileiros, cubanos, portugueses... nos kikongos que sonham tornar Luanda na nova capital do novo Reino do Kongo (julga que não lhe conheço os intentos?). E os lingalas então, os recentíssemos angolanos? Isto é uma Babilônia ingovernável, uma Torre de Babel. (...) De quem é a culpa? A gente não trabalha, dizem os não filhos da terra. Mas nós, os genuínos, sabemos que o problema reside na diversidade da população. Não é possível: malanjino com ambaka e bailundo não dá. Só servem para estragar, sujar, não são civilizados. Daí vem o drama todo. Se me deixassem, expulsava daqui todos os não genuínos, todos, esses é que empestam a cidade. Ia ver que num mês Luanda era uma cidade orgulho nosso[46].

O destaque dado ao trecho acima tem novamente como objetivo problematizar alguns pontos fundamentais para compreendermos Angola após a independência. Primeiro, ao ressaltar que os preconceitos ainda existentes no país são narrados a partir de um personagem que se identifica com a tradição dos homens do Catete, o escritor permite novamente uma alusão às diferenças entre a teoria e a prática no pensamento político de pessoas próximas ao MPLA. Outra questão,

46 Pepetela, *O cão e os caluandas* (Lisboa: Dom Quixote, 2006), 18.

pertinente à passagem escolhida, aponta para o quanto o problema da construção de uma identidade nacional angolana não tinha apenas o colonialismo como entrave, o grande problema residia ainda na diversidade linguística, étnica, regional e racial que não deixou de existir. Assim, as histórias narradas nos romances propõem tornar visíveis as diferenças na vida cotidiana da população. A angolanidade do branco continua sendo constantemente contestada. Nos romances, os angolanos "genuínos" seriam aqueles de pai e mãe angolanos, nascidos em Angola.

Dentro da mesma história do trecho acima, o narrador-personagem evidencia o quanto os brancos, e os que antes eram tratados com privilégios, vinham acompanhados de desconfianças. Ao falar sobre os cães, que nos tempos coloniais eram utilizados pela polícia portuguesa, diz: "E então? Estes cães serviam para guardar as casas dos colonos, não deixavam entrar nenhum bumbo[47] que não fosse criado da casa. Mordiam os negros, rosnavam nos mulatos, lambiam as mãos dos brancos."[48] Em tom de ironia, o escritor vai destacar a permanência dos conflitos, pois, segundo o narrador, o Cão já teria o "vírus do ódio ao negro, da desconfiança ao mulato, do respeito ao branco". Ou seja, não importavam as mudanças políticas que fossem feitas ou a educação que lhe fosse ofertada, o Cão iria "morrer racista", pois "filho de cobra é cobra"[49], afirma o narrador a Malaquias, um dos personagens do livro que defendia que o fato de o Cão ter nascido após a independência o livraria dos preconceitos do colono.

Uma série de fatores que contradizem a ideia de unidade nacional são apresentados como persistentes na sociedade. Chama ainda a atenção, nesse romance, o quanto os "homens do mato"[50] serão constantemente retratados ao longo da narrativa como inferiores pelos personagens da cidade de Luanda: "Uns camponeses ignorantes que apanharam a boleia da independência para viver numa cidade, a confundirem ordem com burocracia." E o funcionário de uma das repartições do governo continua:

47 Termo pejorativo para referir-se a pessoas negras.

48 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 20

49 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 20.

50 Referência pejorativa àqueles que são do interior de Angola.

"Mas essa gente não percebe nada da arte de governar um país, pudera, a maior parte veio do mato agora e do Zaire"[51].

É notório o quanto as políticas coloniais se impuseram às novas relações sociais e de poder mesmo após a Independência. O fosso social entre a cidade e o mato na sociedade angolana, existente até hoje, ainda pode ser pensado a partir dos projetos de colonização e de desenvolvimento educacional, tecnológico e social implementados pelo colonizador. Essas políticas demarcaram não apenas "uma separação física entre as zonas rurais e as principais áreas colonizadas [...]; pois era um fosso cosmológico que encontrava equivalente na dicotomia bárbaro/civilizado"[52]. Desse modo, a "modernidade colonial" ainda se fazia presente nas divisões sociais e nas cargas de preconceito existentes em Angola após a independência, conforme é denunciado nos romances de Pepetela.

Ao nos voltarmos para o período colonial, Luanda é claramente vista como uma cidade segregada, sobretudo após a imigração de europeus colonizadores a partir da Segunda Guerra Mundial. As tensões raciais e sociais, incentivadas pela política administrativa portuguesa, intensificaram os preconceitos principalmente nos espaços de convivência, como cinemas, restaurantes e praias[53]. Essa estratificação social baseada em pressupostos de modernidade irá permanecer, tal como podemos ver retratado nos romances de Pepetela escritos após a independência. A partir deles, temos contato com uma narrativa sensível às "clivagens não só geográficas, mas sobretudo culturais", em que as diferenças não se davam apenas entre europeus e os nativos, mas entre os próprios angolanos.[54] Certamente, os anos coloniais tiveram grande

51 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 12.

52 Pepetela, *O cão e os caluandas*, 12

53 No caso dos cinemas, Washington Nascimento afirma que existiam salas para "civilizados" (brancos, crioulos e "novos assimilados"), que seriam localizadas em áreas nobres de Luanda e salas para os "não civilizados", localizados em áreas mais periféricas da cidade. Além disso, existiam também diferenças nos filmes exibidos. Ver: Washington Nascimento, *Homens e mulheres do mato em uma cidade segregada* (no prelo). Para mais sobre o assunto, ver tese do mesmo autor: Washington Santos Nascimento, "Gentes do mato: os 'novos assimilados' em Luanda (1926-1961)" (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013).

54 Nascimento, "Gentes do mato".

influência na vida social e cultural que estava em construção após a independência. Por mais que politicamente Angola tenha se tornado um país livre, as amarras culturais implantadas pelo colonizador ainda mantinham raízes mais difíceis de serem suplantadas. E são essas sensibilidades sociais que apenas a memória, a literatura e as artes, de um modo geral, podem realçar e trazer à baila as problematizações de uma época. Enquanto a história oficial do Estado ignorava essas diversidades e os preconceitos ainda existentes, os romances de Pepetela contribuíam para conhecermos a sociedade angolana dentro das suas complexidades.

Todavia, através da literatura de Pepetela aqui analisada, notamos que a partir de *O c*ão e os *caluandas* as críticas à sociedade angolana após a independência não ficaram exclusivamente restritas às heranças coloniais. Não era mais possível entender que os problemas angolanos enfrentados pela sociedade naquela altura seriam derivados apenas do período colonial. O desejo de construção de uma nação socialista apresentava impeditivos claramente identificáveis entre os personagens construídos pelo autor. Se antes se entendia a possível construção de uma sociedade socialista como ferramenta de superação das contradições existentes na sociedade angolana, nos romances aqui abordados já não há essa esperança.

A partir dos sujeitos em seus romances, Pepetela vai reconstruir uma série de estórias que têm como objetivo apontar para os desvios políticos-sociais do país. É a traição a um projeto de nação que não se daria somente entre as cúpulas do governo, embora essas tenham papel de destaque na construção dessa nação, mas também entre os homens que se relacionam com o Estado e, mais, entre a sociedade. Assim, seus romances lançam luz para as permanências, ambiguidades, avanços e recuos na construção da nação angolana, compreendendo que não é um projeto acabado, mas que se refaz no tempo e nos novos desafios após a independência.

É interessante, ainda, buscarmos compreender, a partir das leituras dos romances de Pepetela, o quanto o projeto de uma identidade nacional criada após a independência terá sucesso na sociedade. O MPLA,

logo após a independência, irá liderar um projeto nacionalista que terá como objetivo romper com todo o passado colonial, inaugurando um novo tempo, pautado ideologicamente pelo socialismo. A negação das tradições, retratadas como arcaicas e impeditivas da construção de uma modernidade, constituíram um dos pilares do governo. Todavia, os efeitos dessas posturas entre a sociedade vão realçar o quanto esse projeto conseguiu ser mobilizador na prática cotidiana.

Escrito em 1995, *O desejo de Kianda* retoma o tema a partir de um processo narrativo que se caracteriza em explorar as ambiguidades existentes entre um projeto de construção nacional liderado pelo Estado e o seu nível de aceitação entre a sociedade em geral. Levando em consideração o contexto político do período em que foi escrito o livro, o retorno da guerra após as eleições e as disputas políticas entre os dois principais partidos, o MPLA e UNITA, o romance traz reflexões acerca das divisões que ainda caracterizam a sociedade, fruto também de uma política colonial. A estória se desenvolve em torno das vicissitudes de Carmina Cara de Cu (CCC), membro do MPLA, e seu marido, João Evangelista. A partir deles, nos envolveremos com os debates do período que irão tangenciar as mudanças econômicas em Angola, assim como as políticas com a abertura para o multipartidarismo na década de 1990. Poderemos ver que, rapidamente, Carmina, militante ávida do partido, se acomodará com a economia socialista da mesma forma que, posteriormente, se renderá à abertura para o capitalismo, possibilitando novos meios de enriquecimento para CCC.

A todo tempo, ao longo do romance, aparecem demarcadas as estratificações sociais e econômicas existentes em Angola que, independente do modelo político existente, continuam sendo impeditivas da construção de uma identidade nacional única e unitária. Assim, a partir dos personagens do romance, podemos nos ater às permanências de discursos que apontam para os desafios de construir uma sociedade igualitária e unida, característica de um projeto nacional revolucionário defendido anteriormente:

> Começa a constar que alguns umbundu estão a ser perseguidos pelos populares. Alguns tiveram de abandonar as casas e fugir.
>
> - Quê que esperavam? – disse Carmina.
>
> - Os umbundu não votaram nos nossos inimigos? Agora vão sofrer.
>
> - Nem todos votaram assim, os resultados estão aí para o provar. E eles são também povo, já esqueceste as lições antigas? – disse o marido. – É preciso sempre defender a unidade nacional, um só Povo, uma só Nação.
>
> - São umbundu, deixaram de ser povo!
>
> (...)
>
> - Eles não perseguiram os nossos, fossem os nossos kimbundu ou umbundu ou muíla ou kikongo?
>
> - Pensava que nós éramos diferentes – falou Margarida pela primeira vez. Depois fez um ar de susto por ter irreflectidamente contrariado CCC.[55]

O trecho acima é um diálogo entre Carmina Cara de Cu (CCC) e seu marido, João Evangelista, umbundu[56] por parte de pai, mas kimbundu por parte de mãe e natural de Luanda, o que é significativo para a análise, pois veremos adiante o quanto o pertencimento a áreas mais urbanizadas afetou diretamente as escolhas políticas. Torna-se interessante nos atentarmos para o quanto o discurso pautado em uma nação coesa e harmônica é representado por Pepetela como volátil e frágil em meio aos próprios membros do MPLA. Carmina era dirigente do partido e em um momento de raiva negava a cidadania angolana aos umbundu, se afastando dos pressupostos nacionalistas pregados outrora. Essa posição da personagem se repete em outros momentos, em que por vezes, em lampejos de fúria, Carmina reafirma seus preconceitos e se distancia das ideologias que levaram o movimento ao poder político.

55 Pepetela, *O desejo de Kianda* (Lisboa: Dom Quixote, 2005), 37.

56 Língua bantu falada pelos ovimbundu, congregando cerca de 37% da população angolana.

Ao nos voltarmos para o contexto histórico do período, não devemos ficar surpresos. Como vimos, os debates eleitorais de 1991 estiveram cercados por discursos étnicos, principalmente reforçados pela campanha da União Total pela Independência de Angola (UNITA), que contava com uma base de apoio muito forte dos ovimbundu. Por outro lado, o MPLA buscava se afastar desses componentes étnicos e raciais que os limitavam politicamente, preferindo direcionar a sua campanha para a valorização da paz, da conciliação e dos debates. O tom utilizado era muito mais apaziguador, em uma clara demonstração de diálogo com uma sociedade que vinha cansada de um cenário de guerra[57]. A UNITA mantinha então um discurso de confronto e ameaçador que buscava garantir o eleitorado étnico.

O resultado das eleições trouxe a vitória para o MPLA. Todavia, é fundamental conhecermos esse processo e as estratégias políticas utilizadas pelo partido para podermos refletir posteriormente sobre a cultura política angolana que vinha se modificando. Ao nos voltarmos para a campanha eleitoral do MPLA notamos o quanto esta apresenta um grau maior de profissionalismo do que os outros partidos, utilizando, inclusive, os serviços de uma empresa de *marketing* brasileira[58]. Como estratégia, Bittencourt ressalta que houve a preocupação em escutar a sociedade angolana, montando a campanha a partir dos interesses que viessem à tona nas milhares de enquetes que foram propostas por entrevistadores contratados. Destaca-se, no resultado eleitoral, o indício de uma Angola menos étnica e mais nacionalista[59]. Ainda sob essa perspectiva, os resultados oficiais das eleições também demonstraram que, embora a questão étnica ainda fosse um fator fundamental para

57 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política".

58 Marcelo Bittencourt chama a atenção para a diversificação do quadro de profissionais envolvidos, entre eles jornalistas renomados, cientistas políticos e publicitários voltados para o *marketing* político. Ver: Marcelo Bittencourt, "As eleições de 1992", *Revista TEL* 7, n.º 2 (jul./dez. 2016): 170-192.

59 Algumas das perguntas das pesquisas: "Angola sempre foi governada por alguém do Norte. Está na hora de alguém do Sul ir para o governo de Angola?" Responderam sim 13,2%, não 69,1% e não souberam ou não responderam 17,7%; "A 'Nação Umbundo' sempre foi governada por outros angolanos. Está na hora da 'Nação Umbundo' ir para a presidência?" Responderam sim 17,4%, não 64,4% e não souberam ou não responderam 18,2%". Ver: Bittencourt, "As eleições de 1992", 178.

analisarmos a política angolana, ela não foi determinante, pois outros fatores como a vivência urbana comprovaram ser mais decisivos para a escolha dos candidatos[60].

Ao compreendermos que a construção do nacionalismo angolano deve ser analisada a partir de dois momentos distintos – o da luta de libertação nacional e o da afirmação de novas entidades políticas no contexto pôs-independência –, é fundamental que nos atentemos para os diálogos existentes entre a construção do Estado e a formação de uma identidade nacional em Angola. Através dos romances de Pepetela aqui trabalhados, escritos após a independência, podemos ver o quanto o nacionalismo pode assumir posições de confronto com o Estado, mas também o quanto um ideal de nação pode ser trabalhado e concatenado em prol de uma unidade.

Considerações finais

Ao longo das narrativas de Pepetela escolhidas para o desenvolvimento do artigo, pudemos nos deparar com algumas questões que ainda aparecem como empecilhos à coesão da nação. Temas como etnia, raça e regionalismo, assim como as disputas políticas no país, ainda são muito presentes no pós-independência e ganham novos contornos com os debates entre os personagens. Um dos principais recursos discursivos de Pepetela em seus livros é o uso da polifonia, característica que lhe propicia debater um assunto a partir de diferentes perspectivas, enriquecendo as complexidades existentes em Angola. Essa possibilidade de enxergar a realidade traz novos questionamentos, e as cisões internas aparecem acompanhadas de reflexões que se dão entre os personagens.

Por mais que seja notório que a sociedade angolana já nascia rachada com a independência, visto a permanência de uma guerra civil

60 A UNITA recebeu a maior parte de seus votos das regiões do Planalto Central, Leste e Sudeste do país, mas perdeu votos consideráveis em regiões mais urbanizadas. E há de se considerar que 50 a 60% da população residia em área urbana naquele período. Para mais, ver: Bittencourt, "As eleições de 1992", 187-188.

em Angola[61], os romances de Pepetela parecem se voltar mais para as fissuras dentro do Estado-partido, dentro do governo e das suas franjas, buscando as motivações internas que faziam ruir o projeto nacional almejado. Quando o cenário da guerra aparece nos romances aqui analisados, levando em consideração as diferenças entre uma guerra anterior a 1992 e as novas características da guerra que irrompe após as eleições[62], surge através da perspectiva do sofrimento, da destruição e de uma desumanização. A sociedade como um todo é vítima do conflito que separa famílias, arruína a vida dos jovens e rompe com as esperanças de uma nação livre e independente. As diferenças políticas, principalmente entre a UNITA e o MPLA, não fazem parte da narrativa das suas estórias. A escolha do escritor é a de problematizar o governo, a formação do Estado e as complexidades existentes. É muito mais uma crítica interna a partir de sujeitos que vivem ao redor da máquina burocrática do Estado e do MPLA, embora não haja nenhum questionamento sobre a legitimidade política do movimento ao assumir o poder a partir da independência.

Dessa forma, é interessante considerarmos quanto o MPLA, enquanto único partido no poder, buscou ignorar as clivagens sociais existentes em Angola, e com isso tolher as manifestações raciais, étnicas/"tribalistas"[63] e regionais, muitas vezes enquadrando-as como obscurantistas e ultrapassadas. Os debates sobre o que é ser nacional e o que é nação eram controlados e encobertos por uma narrativa oficial que privilegiava a noção de povo angolano, ignorando as particularidades e subjetividades existentes[64]. Nesse sentido, é fundamental nos

61 Tanto o MPLA quanto a FNLA e a UNITA tiveram seus "contextos históricos construídos na vivência colonial. Uma vivência fragmentada entre regiões com lógicas sociais e econômicas muito distintas e que a ideia de construção da nação não seria capaz de superar". Ver: Marcelo Bittencourt, "Nacionalismo, Estado e guerra em Angola", em *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*, ed. Norberto Ferreras (Rio de Janeiro: FGV, 2015), 145-170.

62 Uma das grandes mudanças no cenário de guerra é a existência de conflitos urbanos no segundo momento, o que vai ser responsável pela aproximação da sociedade civil com as destruições causadas pela guerra: destruição de prédios, embates nas ruas, medo e caos em áreas centrais de Angola. Ver: Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política".

63 Em romances de Pepetela, como *Mayombe*, essa expressão é a mais usual.

64 Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento, "Quatro décadas de independência: da cartilha ideológica às contingências políticas e sociais nos PALOP", *Estudos Ibero-Americanos* 42, n.º 3 (2016): 797-814.

voltarmos para o modo como Pepetela aborda e representa essa relação do nacional em seus romances após a independência.

Através dos personagens de Pepetela percebemos como as ideologias são manobradas com o objetivo de tirar proveito individual. Da mesma maneira, os laços de amizade também são firmados como facilitadores para o engrandecimento pessoal. Embora o MPLA buscasse negar o tradicional, a nomeação política muitas vezes ainda valorizava as proximidades regionais e tribais[65].

Portanto, entre as narrativas aqui analisadas podemos perceber as permanências de preconceitos regionais, étnicos e raciais que não condiziam com os pressupostos defendidos pelo Estado-partido. As limitações ao alcance das ideias nacionais totalizantes, assim como à influência socialista, esbarravam em culturas políticas muito arraigadas em Angola. Portanto, mesmo tendo sido essas obras escritas vinte anos após a independência, dentro de um cenário de crítica da literatura aos desvios do regime político, os personagens de Pepetela continuam levantando questionamentos sobre quem seria angolano. Do mesmo modo, as diferenças existentes no território continuam sendo uma realidade: elas não foram apagadas com a independência.

As mudanças de diretrizes nacionais do MPLA a partir da década de 1990, que deixaram de ser restritas às ideologias socialistas, trouxeram novas relações entre a sociedade e o Estado. O nacionalismo ainda continua sendo um elemento mobilizador que, por incrível que pareça, ganhou ainda mais força a partir do prolongamento da guerra civil[66]. Portanto, a partir destas problemáticas, tornou-se essencial debatermos de modo mais amplo o político nos romances de Pepetela.

65 Bittencourt, "Angola: tradição, modernidade e cultura política", 142.

66 Bittencourt, "As eleições de 1992".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras literárias:

Pepetela. *O desejo de Kianda*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

———. *O cão e os caluandas*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

———. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013.

Rui, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Rio de Janeiro: Ghriphus, 2005.

Obras gerais:

Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

Araújo, Kelly. "Um só povo, uma só nação: o discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola". Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

Azevedo, Cecília. "Identidades compartilhadas. A identidade nacional em questão". Em *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*, organizado por Rachel Soihet e Martha Abreu, 163-178. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

Bittencourt, Marcelo. "História contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas". Em *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, 161-185. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

———. "Angola: tradição, modernidade e cultura política". Em *Tradições e modernidades*, organizado por Daniel Aarão Reis, Hebe Maria Mattos, João Pacheco de Oliveira, Luís Edmundo de Souza Moraes e Marcelo Ridenti, 131-152. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

———. "Nacionalismo, Estado e guerra em Angola". Em *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*, organizado por Norberto O. Ferreras, 145-170. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

———. "As eleições de 1992". *Revista TEL* 7, n.º 2 (julho/dezembro 2016): 170-192.

Bittencourt, Marcelo, e Augusto Nascimento. "Quatro décadas de independência: da cartilha ideológica às contingências políticas e sociais nos PALOP". *Estudos Ibero-Americanos* 42, n.º 3 (2016): 797-814.

Carvalho Filho, Silvio. *Angola: história, nação e literatura (1975–1985)*. Curitiba: Editoras Prismas, 2016.

Chatterjee, Partha. "Comunidade imaginada por quem?". Em *Um mapa da questão nacional*, organizado por Gopal Balakrishnan, 255-271. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Figueiredo, Fábio Baqueiro. "Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos". Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2012.

Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Laban, Michel. *Angola: encontro com escritores*, vol. 1. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1991.

Lima, Manuel dos Santos. *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Mabeko-Tali, Jean-Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962–1977)*. Vol. 1. Luanda: Nzila, 2001.

Marcon, Frank Nilton. "Leituras transatlânticas: diálogos sobre identidade e o romance de Pepetela". Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Marcon, Frank Nilton. "Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola". *História Revista* 16 (2011): 31-51.

Marzano, Andrea. "'Nossa dança, nossos pais, nossos filhos': apontamentos para uma história social do carnaval luandense". *Revista TEL* 7, n.º 2 (2016): 67-88.

Mata, Inocência. "Literatura e política em Angola hoje". *Matraga* 19, n.º 31 (2012): 83-98.

Messiant, Christine. "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition I". *Lusotopie* 1 (1994): 155-210.

Nascimento, Washington Santos. "Gentes do mato: os 'novos assimilados' em Luanda (1926–1961)". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.

Neto, Maria Eugénia da Conceição. "As fronteiras por dentro da nação". Comunicação apresentada na conferência *Angola: a crise e o desafio democrático*, Luanda, 24-26 de agosto de 1992.

Oliveira, Ricardo Soares de. *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil*. Lisboa: Tinta-da-china, 2015.

Santos, Arnaldo. *Na Mbanza do Miranda*. Luanda: INALD, 1984.

Vieira, Luandino. Em *Angola: encontro com escritores*, organizado por Michel Laban. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1991.

Referência para citação:
Machado, Carolina Bezerra. "A escrita da história de Angola e os desafios da literatura ao campo". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 83-110. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.38920.

Práticas da História, n.º 20 (2025): 111-159

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito

Kenneth Onwuka Dike as an Atlantic Historian: An Alternative History of the Formative Years of African Historiography

This article reinterprets *Trade and Politics in the Niger Delta* (1956), one of the major works by the African historian Kenneth Onwuka Dike, not as a foundational nationalist historical production, but as part of an alternative Atlantic historiography from a non-Western perspective. Through a reconstruction of the library mobilized in Dike's book, the study maps a trans-imperial network that spans Black Atlantic intellectual production, infrastructures of historical training, research, communication and archival public policy, and the shifting boundaries of the historical profession in the first half of the twentieth century. Special attention is given to the institutional development of imperial/colonial history as a subfield, the emergence of new social actors in the historical guild in order to reveal the multiple layers of Dike's intervention. The result is a reframing of Dike as an Atlantic historian whose work invites us to rethink the historiographical geographies of decolonization and the plural genealogies of African historical writing.
Keywords: Kenneth Onwuka Dike; history of historiography; imperial/colonial history; Black Atlantic.

Kenneth Onwuka Dike como historiador atlântico: uma história alternativa dos anos formativos da historiografia africana

Este artigo propõe uma releitura de *Trade and Politics in the Niger Delta* (1956), uma das principais obras do historiador africano Kenneth Onwuka Dike, não como uma produção histórica fundacional de cunho nacionalista, mas como parte de uma historiografia atlântica alternativa sob uma perspectiva não ocidental. Mediante a reconstrução da biblioteca mobilizada por Dike, o estudo mapeia uma rede transimperial que abrange a produção intelectual do Atlântico Negro, as infraestruturas historiográficas de formação, pesquisa, comunicação e política pública arquivística, assim como as transformações nas fronteiras da profissão de historiador na primeira metade do século XX. A análise dá atenção especial ao desenvolvimento institucional da história imperial/colonial como subcampo e ao surgimento de novos atores sociais na guilda com o objetivo de evidenciar as múltiplas camadas dessa intervenção historiográfica. O resultado é uma reinterpretação de Dike como historiador atlântico, cuja obra nos convida a repensar as geografias historiográficas da descolonização e as genealogias plurais da escrita da história africana.
Palavras-chave: Kenneth Onwuka Dike; história da historiografia; história imperial/colonial; Atlântico Negro.

Kenneth Onwuka Dike as an Atlantic Historian: An Alternative History of the Formative Years of African Historiography

Mario Eugenio Evangelista Silva Brito*

Introduction

About a decade ago, I conducted a comparative study on Kenneth Onwuka Dike and another West African historian, the Senegalese Cheikh Anta Diop, both widely recognized as pioneers in the development of the historical profession and in the scientific inquiry and reconstruction of Africa's past by Africans themselves[1]. That analysis focused on their respective publications, *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830–1885* (1956) and *L'Afrique noire précoloniale* (1960). It examined how both authors, working within metropolitan research institutions on the eve of the Decolonization wave, contested the prevailing dictum that African history did not exist, except as the history of alien and superior "races" on African soil.

Despite obvious thematic and contextual differences, the works of Dike and Diop can be read, as African historian Bethwell Allan Ogot

* Mario Eugenio Evangelista Silva Brito (m235100@dac.unicamp.br). https://orcid.org/0000-0003-3519-9139. FAPESP Scholar, Universidade Estadual de Campinas, Rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária Zeferino Vaz, CEP: 13083-896, Barão Geraldo Campinas, São Paulo, Brasil. Original article: 17-06-2024; Revised version: 26-07-2025; Accepted: 30-08-2025.

1 See Mario Eugenio Evangelista Brito, "Por uma descolonização da história: a historiografia africana da década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop" (master's thesis, Universidade Federal de Goiás, 2015), http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5531. See Mario Eugenio Evangelista Brito, "Uma leitura desde a diáspora sobre historiografia africana independentista, a década de 1950, os casos de K. O. Dike e C. A. Diop," *Revista Transversos* 10, n.º 10 (2017): 205–35, https://doi.org/10.12957/transversos.2017.29520.

(b. 1929) once observed, as demonstrations "that African history could be written, that it was an academic discipline in its own merit"[2]. Ogot's invocation of their "demonstrative character" is hardly accidental; it signals the shared scientific spirit of the first generation of professional African historians. Yet the ways they applied historical reasoning and argumentation gave rise to substantive distinctions in their historiographical narratives. In my previous research, these divergences were comprehended as early articulations of what would later mature into a type of historical interpretation called "African perspective." Dike's and Diop's works from the 1950s thus anticipated the pluralism that would come to characterize this theoretical-methodological orientation, particularly in its codification through the eighth-volume UNESCO *General History of Africa*, in the 1980s[3].

One of the questions that has caught my attention ever since the beginning of my research is that of the historiographical classification of *Trade and Politics*. This question is provoked by the impression the work does not conform to the ideal type of nationalist historiography, and may instead belong to an alternative lineage of historical writing. What happens if, rather than treating it as the foundational text of the Ibadan Historical School, we were to understand it as one of the final testimonies of a regime of historical production whose origins do not lie in Dike's work, but are rooted before it, instead? In this context, I propose the meaning of *Trade and Politics* to be understood within the framework of an "Atlantic historiography from a non-Western perspective". That is, a regime of historical production shaped by the experience of exile, relocation, displacement[4], and structural inequality in the access to scholarly infrastructures. This regime is situated at what, in the case studied, was intrinsically linked to a site that has

2 See Bethwell A. Ogot, "African Historiography: From Colonial Historiography to UNESCO's General History of Africa," *Groniek* 27, n.º 122 (1993): 71–78, https://ugp.rug.nl/groniek/article/view/16429/13919.

3 For further discussion about the *UNESCO General History of Africa*, see Muryatan Santana Barbosa. "A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)" (PhD dissertation, Universidade de São Paulo, 2012), https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-09012013-165600.

4 See Paul Gilroy, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness* (London: Verso, 1993), 18.

been described as both the "hub of very powerful imperial structures and networks" and the "node in cross-cutting conversations" among non-Western intellectuals from different parts of the globe[5].

I argue that, prior to being positioned as a Nigerian or African historian, Dike occupied the role of a "non-Western" scholar operating within the British metropolitan milieu. Moreover, the relationship between *Trade and Politics* and imperial/colonial historiography —often depicted as historiographical antithesis— should be approached not through the prism of conflict, but through that of connection[6]. This interpretative shift requires a global perspective on the evolution of imperial/colonial history as a discipline, from its late-nineteenth-century inception to its institutional consolidation in the first half of the twentieth century.

This text is structured in three sections. The first section revisits the tropes[7] through which Dike and *Trade and Politics* have been remembered, with particular attention to the debate between African and Africanist historians. It is argued that both competing groups share difficulties in achieving a more adequate understanding of the work and its author. It is within this context that the central question raised previously is addressed more concretely. The second section analyzes the library mobilized by *Trade and Politics*, proposing an interpretative mapping of its citations alongside a reconstruction of the imperial/colonial history subfield as a global phenomenon. The third section explores the network that can be unfolded mainly from Dike's *trajetória socioespacial* (socio-spatial trajectory)[8], incorporating

5 Marc Matera, *Black London: The Imperial Metropolis and Decolonization in the Twentieth Century* (Oakland, CA: University of California Press, 2015), 5.

6 See below, "A Walk Through the Library."

7 I use "trope" as Michel-Rolph Trouillot does, to designate "formulas of silencing" in narratives. See Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past: Power and the Production of History* (Boston: Beacon Press, 2015), 95–107.

8 The expression (*sociospatial trajectory*), as far as I know, was first formulated by Diogo Marçal Cirqueira as a derivation of Milton Santos's category of *formação socioespacial* (*sociospatial formation*) in *Espaço e sociedade* (1979). While Santos developed the concept to explain the mutual constitution of society and space, Cirqueira adapts it to the scale of an individual life-course, emphasizing that people move through a repertoire of places which they experience, signify, and interpret, and that space itself reciprocally shapes their trajectories. See Diogo Marçal Cirqueira, "Entre o corpo e

the perspectives of participant witnesses who held diverse institutional positions —ranging from an account of a Nigerian undergraduate woman student from the interwar period, to a paper by a gatekeeper of the historical profession in the immediate post-World War II era.

A case to reconsider: Trade and Politics

In the academic year of 1950–1, the thesis that would form the basis of the 1956's book *Trade and Politics* was successfully submitted at King's College, University of London[9]. In the preface to the first edition, Dike, by then a professor of History and vice-principal of the University College, Ibadan (the first institution of higher learning in colonial Nigeria) briefly recalled his doctoral years. He thanked Vincent Todd Harlow (1898–1961), Beit Professor at Oxford, and Gerald Sandford Graham (1903–1988), Rhodes Professor at King's College, London, who supervised his dissertation and offered him steady support[10].

A revealing comment on the work appeared in an obituary in *Africa: Journal of the International African Institute*, written by the Africanist historian John Donnelly Fage (1921–2002), who claimed that it: "clearly shows its origin in the imperial history of the day, of which Harlow and Graham were leading British exponents"[11]. Soon after, Jacob Festus Adebisi Ajayi (1929–2014), a scholar often associated with Dike's generation of Nigerian historians, offered a contrasting interpretation in the *Journal of the Historical Society of Nigeria*. Ajayi pointed out that when registering his PhD topic in London, Dike rejected the standard "British Policy Towards...." approach, insisting instead "on a theme focussing on the activities of Africans and requiring the study of Oral Traditions in the

a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos" (master's thesis, Universidade Federal de Goiás, 2010), 42–4, http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1857.

9 University of London Senate Minutes (18 October), 206, quoted in Michael Omolewa, "The Education Factor in the Emergence of the Modern Profession of Historian in Nigeria. 1926–1956," *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (1980): 55, https://www.jstor.org/stable/41971337.

10 Kenneth Onwuka Dike, *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830–1879: An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria* (Oxford: Clarendon Press, 1966), vi.

11 J. D. Fage, "Obituary: Kenneth Onwuka Dike, 1917–83," *Africa: Journal of the International African Institute* 54, n.º 2 (1984): 96, https://ww.jstor.org/stable/1159914.

field"[12]. Although securing approval from supervisors and the university committee was difficult, as Ajayi noted, Dike was the first to have such a topic accepted for a doctorate. Ajayi then concluded that Dike's "resultant work" marked "an important milestone in the evolution of historiography not only in Africa, but also generally"[13].

Fage's account, perhaps laying on a "paternal tone,"[14] stressed that *Trade and Politics* maintained a significant degree of continuity with the subfield in which his supervisors were embedded. Ajayi's version, in contrast, evoked a heroic rupture, highlighting Dike's agency within an environment marked by uneasy relationships both with the faculty, and with metropolitan academic institutions. Both accounts affirm the historiographical significance of *Trade and Politics* and vindicate Dike's overall legacy. Yet their differences reveal a one-sidedness in the framing of his roots and routes[15], which results in an ambivalent classification of Dike as a trailblazer for both African and Africanist historians.

The routes pole, as suggested in Fage's obituary, constructs an image of the historian beginning as "the son of Nzekwe Dike, a merchant," who pursued a translocal education and ultimately emerged as a "considerable" node within an "international academic" network, which was dedicated to the development of African Studies as a distinct field of knowledge[16]. The roots pole, represented by Ajayi's intervention, in contrast, insisted on the educationist and administrator's decisive role in the Africanization and construction of infrastructures to produce knowledge. This would be aimed at promoting "a sense of history as an essential ingredient of national life" in Nigeria. It becomes clear that the route-based representation of Dike's legacy which is emphasized in

12 J. F. Ade Ajayi, "'Towards a More Enduring Sense of History: A Tribute to K. O. Dike' Former President, Historical Society of Nigeria on Behalf of the Historical Society of Nigeria," *Journal of the Historical Society of Nigeria* 12, n.º 3–4 (1985): 1, https://www.jstor.org/stable/44715364.

13 Ajayi, "'Towards a More Enduring Sense of History'", 2.

14 See Eric Williams, *Inward Hunger: The Education of a Prime Minister* (local: Ebenezer Baylis and Son and Trinity Press, 1971[1969]), 46.

15 See Gilroy, *The Black Atlantic*, 5–19.

16 Fage, "Obituary," 96.

Africanist scholarship portrays him as having no agenda beyond the institutionalization of African history internationally. Whereas its root-based African counterpart prizes his militancy and commitment to the nation.

Caught between these poles, *Trade and Politics* appears to be suspended between Scylla and Charybdis: either a product of its author's early nationalist commitments, or a mere academic output for its own sake. On one hand, when interpreted as a nationalist history, *Trade and Politics* risks, somehow unfairly, being exposed to postcolonial critiques. When emplotted in an Africanist viewpoint, its politics seems trivialized[17].

A walk through the library

A reader who is familiar with the early twentieth-century intellectual history of the English-speaking "Black Atlantic" will quickly recognize that the author of *Trade and Politics* appeared to be integrated to some extent within this intercultural and transnational formation. The introduction to the book enlightens it, citing works such as the 1904's reprint of *The Suppression of the African Slave Trade to the United States of America, 1638–1870,* and the first edition of *Black Folk Then and Now: an essay in the history and sociology of the negro race* (1939), both by William Edward Burghardt Du Bois (1868–1963), the unpublished 1938 M. A. Thesis *Africa and the Rise of Capitalism* by Wilson Elbe Williams (191?–1960)[18]. Two landmark works by West

17 About a postcolonial critique, see, for instance, Achille Mbembe, "As formas africanas de auto-inscrição," *Estudos Afro-Asiáticos* 23, n.º 1 (2001): 175–209, https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007.

18 There is no known record of W. E. Williams's birth year. He reported having earned a B. A. from Fisk University in 1935, as stated in a Letter to Du Bois. Based on the average age of enrolment in the so call "Negro colleges" at the time, between 18 and 21 years, and the standard duration of four years of "college work" required to complete a Bachelor of Arts degree, it is reasonable to infer that W. E. Williams was born between 1910 and 1914. About the date of his death, there is a record that says he died on 25 April 1960, as a former professor of economics at Virginia State College. After Howard, he got a Ph. D. from University of Southern California, the title of his thesis was "The Interpretation of Labor Union Motives by the United States Supreme Court". See Wilson E. Williams, Letter to W. E. B. Du Bois, Los Angeles, 25 August 1940, in *W. E. B. Du Bois Papers* (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts, Amherst Libraries, http://credo.library.umass.edu/view/

Indian historians were also cited: *The Black Jacobins* (1938) by Cyril Lionel Robert James (1901–1989), and *Capitalism & Slavery* (1944) by Eric Eustace Williams (1911–1981)[19].

In his analysis of *Trade and Politics*, the historian Ebere Nwaubani claims that Dike engagement with later works, particularly that of Eric Williams, indicates a turn toward "interpretations which were certainly heretical at the time of its publication", namely a "counter-thesis" to the humanitarian explanation of British's abolition of the slave trade, and an argument about the role of African slave labor on the rise of Britain's industrial revolution[20]. Nwaubani makes no comments about Dike's citations of W. E. Williams or C. L. R. James. In addition, regarding Du Bois's works, Nwanbani draws on a fragment from Dike's article "African History and Self-Government," published in series in the newspaper *West Africa*, only to dismiss them as "literature of polemics"[21].

My engagement with these citations in *Trade and Politics* begins where Nwaubani's insightful analysis leaves off. While his reading provides us with a useful point of departure, it is limited in two ways: first, it assumes the African past to be essentially continental, omitting an overseas dimension. For instance, the historical validity of *Black Folk* was criticized as early as its publication by Carter Godwin Woodson (1875–1950), in the *Journal of Negro History*. Woodson pointed out the inadequacy of the sections of Du Bois's book devoted to African history in Africa —which can be read as the shortcoming that, decades later, Dike's "literature of polemics" remark would echo. Yet Woodson

full/mums312-b093-i292. About the data on the students of the "Negro colleges", see Ambrose Caliver, "Collegiate Education of Negroes," *School Life,* March 1941, 183–185, https://books.google.com.br/books?id=WphI2lMFR2QC. About the dissertation thesis, see "Forty-Sixth List of Doctoral Dissertations in Political Economy in Progress in American Universities and Colleges," *The American Economic Review* 39, n.º 5 (1949): 1108–1141, http://www.jstor.org/stable/1810547. And about the notice of his death, see "Notes," *Southern Economic Journal* 28, n.º 2 (1961): 216–225, http://www.jstor.org/stable/1055753.

19 Dike, *Trade and Politics*, 3.

20 Ebere Nwaubani, "Kenneth Onwuka Dike, 'Trade and Politics', and the Restoration of the African in History," *History in Africa* 27 (2000): 232, https://doi.org/10.2307/3172115.

21 Kenneth Onwuka Dike, "African History and Self-Government," *West Africa*, 28 February 1953, 117, quoted in Nwaubani, "Kenneth," 241.

judged that "the author is at his best in dealing with the Negro in the New World", then adding, in the same line, that Du Bois was equally effective when "discussing the race in its connection with the world problems brought upon humanity by traffic in men, slavery, and the industry of imperialism —all the outcome of capitalism"[22].

This connectivity of the race with the world problems provides the framework that may facilitate a more nuanced interpretation of Dike's citation of *Black Folk* and the other works previously listed, which were mentioned in *Trade and Politics.* Moreover, on another level, it draws attention to the parallelism between the "part played by African colonists in the building of the New World"[23], which Dike claimed to be an emergent research trend, and the relevance of his own task, since —on his understanding— "no comprehensive assessment of the African middlemen's position in the Atlantic slave trade exists"[24].

Furthermore, alongside the omission of the part played by African colonists in the building of the New World in Dike's conception of modern African History, Nwaubani's reading does not undertake a systematic examination of the citations in *Trade and Politics*, even within the specific topic he foregrounds. Therefore, what Nwaubani describes as "heretical" historiography —reduced in his text to "Williams' thesis"[25]— may be interpreted more broadly. Since the 1930s, in fact, a loose constellation of "Negro" scholars, working independently yet with some awareness of one another's work, sought to incorporate Karl Marx's ideas into their studies of the "Negro problem" globally[26]. It is hardly surprising that some of these authors appear together in *Trade and Politics*.

22 Carter Godwin Woodson, review of *Black Folk Then and Now*, by W. E. B. Du Bois, *The Journal of Negro History* 24, n.º 4 (1939): 462, https://doi.org/10.2307/2714368.

23 Dike, *Trade and Politics*, 3.

24 Dike, *Trade and Politics*, 4.

25 See, for instance, William A. Darity Jr., "Disposal of an Old Orthodoxy: Reading Eric Williams' Dissertation," *Review (Fernand Braudel Center)* 35, n.º 2 (2012): 169–175, https://www.jstor.org/stable/43551699.

26 W. E. B. Du Bois, review of *Economics and Social Reform*, by Abram L. Harris, *Crisis*, May 1958, 314, https://archive.org/details/sim_crisis_1958-05_65_5. See also Du Bois's citation of "Africa and the Rise of Capitalism", in *Black Folk Then and Now* (New York: Henry Holt, 1940), 137, and Eric Williams's *Capitalism and Slavery* (Capricorn Books, 1996 [1944]), 268, where W. E. Williams's master's thesis and C. L. R. James's *The Black Jacobins* are both cited.

The very existence of this constellation can be seen as a manifestation of a broader regime of historical production, extending beyond this Marxist-oriented scholarship. Understanding this regime, which may reveal an alternative account of the genealogy of Dike's historical thinking, requires, as a preliminary step, a systematic mapping of the intellectual networks reflected in the library which was mobilized in *Trade and Politics*.

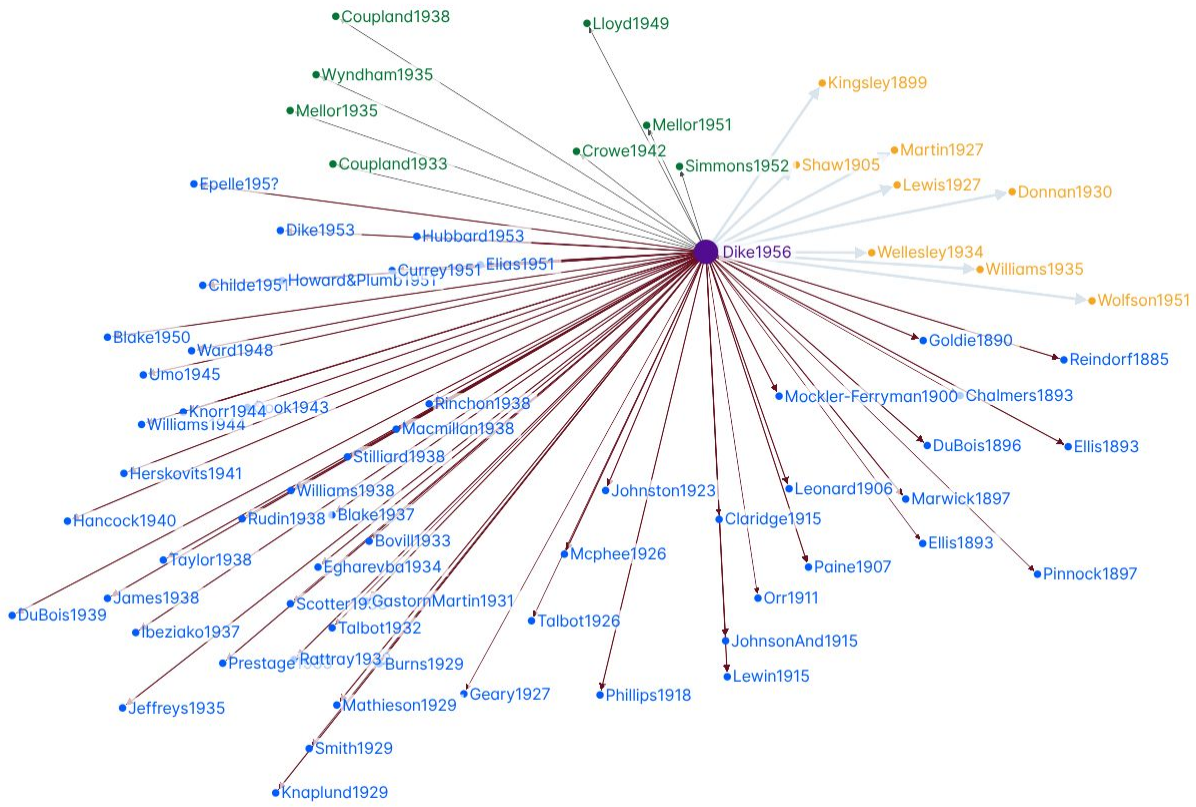


Figure 1 —Network Graph of cited works in *Trade and Politics*.

Figure 1 displays seventy-three citations found in Dike's work, only considering publications from 1885 onwards. This *terminus a quo* is neither arbitrary nor incidental: it coincides with the closing year of *Trade and Politics*' chronological framework and, as we will discuss later, aligns with a broader rupture in the production of history on European expansion. The coloured scheme reflects a typological classification

of cited works, not strictly based on their subject matter, but rather on their metadata (title, place of publication, and selected aspects of authors' backgrounds). In the graphic, green indicates works associated with the orthodoxy of imperial/colonial historiography (eight in total). These publications were typically affiliated with institutions such as Oxford, Cambridge, or the University of London and, therefore, published in England. The authors of these publications were English male nationals. Blue designates works aligned with what may be defined as unorthodox imperial/colonial scholarship (fifty-seven in total), a group that includes publications marked by connections to area studies, interdisciplinarity, non-English authorship, publication outside England, or production by independent or amateur contributors. Finally, orange marks the works authored by women (eight in total), whether academic historians or independent/amateur contributors.

The blue section is by far the most numerous and internally diverse, encompassing, among others, the works we discussed previously. Roughly half of these publications appeared during the interwar period, while eleven were published in North America. Significantly, eleven of the cited authors from this group, including Dike himself (in a single self-citation), were of African descent, with geographic ties spanning the United States, West Indies, and West Africa. This quantitative overview, however, only captures a part of the picture. The following sections undertake a qualitative examination of three groups of cited works and authors, framed within an exploratory global history of historical writing.

The dynamics of institutionalization of imperial/colonial history

From the global perspective deployed in this article[27], the institutional environment underpinning *Trade and Politics*' networks is best

27 See George G. Iggers and Q. Edward Wang, *A Global History of Modern Historiography* (New York: Pearson Longman, 2008); Daniel Woolf (ed.), *The Oxford History of Historical Writing, vol. 4, 1800–1945*, ed. Stuart Macintyre, Juan Maiguashca and Attila Pók (Oxford: Oxford University Press, 2011).

approached by revealing the overlap of two processes: the emergence of history as a modern academic discipline and the subsequent development of imperial/colonial history as a subfield.

The differentiation of the production of historical narrative into "a distinct branch of knowledge with its own principles and methods, and as a profession with its one procedures and institutions"[28] was shaped by the sociohistorical process and conditions of the German-speaking lands in the post-French Revolution and Napoleonic wars. Generally, the institutionalization and professionalization were driven by the expansion of the professoriate amid the ongoing reforms of institutions of higher learning. As an autonomous university discipline with scientific pretensions, history became integrated into the broader process of societal modernization.

In its initial phase, the expansion and dissemination of this modern historiography primarily took place in Europe and in countries of European settlement. Although these institutional processes were diffusionist in character, they followed divergent paths shaped by the specific preconditions of each national context. This resulted in hybrid historiographical traditions. A common feature across these contexts, however, was the exclusion of broad segments of society from academic careers, and, consequently, from a possible participation in the historical profession. Women and those positioned outside the supposed "ethnological unity of the whole"[29] in Europe or in countries of European settlement were frequently barred by formal or informal restrictions, regardless of whether they possessed cultural or economic capital that could have enabled academic achievement. At the same time, even insiders from socially disadvantaged backgrounds were often excluded, as they lacked the economic and cultural capital to access higher education and to benefit from the professional opportunities thereby generated[30].

28 Stuart Macintyre, Juan Maiguashca, and Attila Pók, editors' introduction to *The Oxford History of Historical Writing: vol. 4, 1800–1945* (Oxford: Oxford University Press, 2011), 1.

29 John Robert Seeley, *The Expansion of England: Two Courses of Lectures* (London: Macmillan, 1883), 50. On Seeley, see section below "The presentation program of imperial/colonial history."

30 See Gabriele Lingelbach, "The Institutionalization and Professionalization of History in Europe and the United States," in *Oxford History of Historical Writing*, vol. 4, 89.

Predictably, internal specialization emerged as a subsequent development within the historical profession. The early generalist profile gradually gave way to a variety of specialised fields, which were defined by different criteria: chronological (e.g. ancient, medieval, modern), thematic (e.g. ecclesiastical, constitutional, military, economic) and spatial (e.g. local, national, international). At a smaller scale, each emerging speciality or subfield of teaching and research began to replicate the institutional structure of the discipline within the university in its search for power: each one was engaged in securing funding, obtaining dedicated rooms, establishing recruitment mechanisms, claiming lines in the academic syllabus, days in the academic calendar, space in academic events, pages in scholarly periodicals, and in representation tasks within professional associations and "service institutions"[31]. However, as specialization unfolded under different sociohistorical conditions to those that originally shaped the discipline, much of what can be said about the former does not automatically apply to its subfields.

An examination of the institutional environment surrounding Dike's doctoral research suggests that its supervision in the Faculty of Arts at King's College fell under the Rhodes Chair of Imperial History. This would account for the change that took place between Dike's registration in 1947, when the chair was held by Harlow, and 1949, when it passed to Graham.

The Rhodes Chair of Imperial History was established in 1919, the same year as the Vere Harmsworth Chair of Imperial and Naval History at Cambridge. Unlike the Regius Chairs of Modern History at Oxbridge, founded nearly two centuries earlier through royal endowment, both of these newer professorships were funded by private sources: the Rhodes Chair by the Rhodes Trust and the Harmsworth Chair by the Harmsworth Fund[32].

31 By "service institutions," Lingelbach refers to bodies that support historians in conducting research—such as institutional archives (state or private) and, more contingently, national associations, when they provide tools like printed editions of documents, archival inventories, and similar resources. See "The Institutionalization", 87–88.

32 See "Notes and News," *History* 4, n.º 14 (1919), 85–89, http://www.jstor.org/stable/24399060.

They mimicked the oldest of them all: the Beit Chair of Colonial History, established in 1905 at Oxford. Here, the involvement of two late-nineteenth-century magnates —Cecil Rhodes (1853–1902) and Alfred Beit (1853–1906)— channelled through their philanthropic ventures, was decisive. Their fortunes, largely built on mining activities in invaded African territories, provided the financial backing for the institutionalization of imperial/colonial history as an academic subfield.

In his will, Rhodes emphasized the role of British universities in shaping colonial elites, promoting imperial unity, and fostering solidarity among English-speaking peoples by founding what he termed "Colonial Scholarships"[33]. Beit, a trustee and later chairman of the Rhodes Trust, advocated for curricular reform at Oxford, his alma mater, particularly the inclusion of the history of Britain's overseas dominions. His aim was to cultivate a more accurate knowledge of British history, especially among Rhodes scholarship recipients who started to come to Oxford from all parts of the Empire[34].

From this perspective, the history of the institutionalization of imperial/colonial history appears inseparable from the transformation of the student body within British universities. At another level, the very material possibility of such a transformation was bound to African exploitation.

Whatever the case may be, on the eve of the Second World War, the landscape of the subfield stood as follows:

33 Cecil John Rhodes, *The Last Will and Testament of Cecil John Rhodes with Elucidatory Notes to Which Are Added Some Chapters Describing the Political and Religious Ideas of the Testator,* edited by W. T. Stead (London: Review of Reviews, 1902), 23–27.

34 George Seymour Fort, *Alfred Beit: A Study of the Man and His Work* (London: Nicholson & Watson, 1932), 174.

Table 1 – The Subfield of Imperial/Colonial History before the Second World War

Local	Institution	Nomenclature of the Course/Chair	Holder	Academic Position
Bristol (England)	University of Bristol	Imperial History	Charles Malcolm MacInnes (1891-1971)	Reader
Cambridge (England)	University of Cambridge	"Vere Harmsworth" Imperial and Naval History	Eric Anderson Walker (1886-1976)	Professor
London (England)	University of London	"Rhodes" Imperial History	Arthur Percival Newton (1873-1942)	Professor
London (England)	University of London	Imperial History	Eveline Christiana Martin (1894-1960)	Reader
Oxford (England)	University of Oxford	["Beit"] History of the British Empire	Vincent Todd Harlow (1898-1961)	Lecturer
Aberystwyth (Wales)	University of Wales	Colonial History	Ernest Jones Parry (1908-1992)	Lecturer
Edinburgh (Scotland)	University of Edinburgh	History of the Constitution of the British Empire, etc.	Arthur Berriedale Keith (1879-1944)	Lecturer
St. Andrews (Scotland)	University of St. Andrews	American and Colonial History	Vacant	Lecturer
Kingston (Canada)	Queen's University	"Douglas" Canadian and Colonial History	Reginald George Trotter (1881-1951)	Professor

Source: Data compiled from The Universities Bureau of The British Empire, *The Yearbook of the Universities of the Empire* (London: Bell and Sons, 1938).

The table shows that the first holder of the Rhodes Chair, Arthur Percival Newton, remained in post, while John Holland Rose (1855–1942), the first holder of the Vere Harmsworth chair, was succeeded by Eric Anderson Walker (1886–1976). Newton and Rose served as general editors of *The Cambridge History of the British Empire* (1929–36)[35], regarded as the key reference work of the subfield. Newton also served as editor of the Imperial Studies Series, under the auspices of the Royal Empire Society. Harlow, listed in the table as a Beit Lecturer, would later succeed Newton as Rhodes Chair. At Oxford, Harlow was also active in other initiatives sponsored by the Rhodes Trust. Between 1928 and 1938, he served as the Keeper of the library

35 Alongside Ernest Alfred Benians.

at Rhodes House, a branch of Bodleian Library. Established in 1925, the Rhodes House became, during Harlow's tenure, one of the leading repositories for materials related to imperial affairs[36]. The counterpart to the Rhodes Library at the University of London was the Institute of Historical Research (IHR), the "Librarian Laboratory of History", whose founding was contemporary with the Rhodes Chair[37].

Although London lagged behind Oxford and Cambridge in institutionalizing imperial colonial history, it nonetheless came to host the principal facilities that supported research in the subfield, including the Public Record Office, the British Museum, and IHR. Absent from the table, but nonetheless significant, is its School of Oriental Studies (founded in 1917), later renamed School of Oriental and African Studies (SOAS) after the Second World War, which signaled a growing cross-disciplinary exchange in the subfield. Moreover, the University of London played a significant role in expanding British higher learning institutions overseas. That is evident in the case of Nigeria, particularly after the "1926 Nigerian Education Ordinance."[38]

The table further indicates other sites for the training and research of imperial/colonial history, alongside Cambridge, Oxford, and London. These included universities located in the British Isles but outside England – such as the University of Wales, the University of Edinburgh, and the University of St. Andrews – and an institution located in the "King's Dominions Overseas"[39]. That institution, the Queen's University, was a special case, not just because of its location but also because the Douglas chair was the sole professorship outside the British metropole and only the second to be created (1909-10) in all the Empire. Its first holder was William Lawson Grant (1872–1963), a former Beit lecturer at Oxford[40].

36 Dunelmian 13, "Professor Vincent Harlow: Historian of the Commonwealth," (July, 1962), 195–196.

37 See *Yearbook of the Universities of the Empire*, 1938.

38 See Omolewa, "The Education Factor"; Richard Gray, "Christianity: Trusteeship and Education," in *The Cambridge History of Africa, vol. 7: from c. 1905 to 1940*, ed. Andrew Roberts (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), 182–190.

39 Term as used in *Yearbook of the Universities of the Empire*, 1938.

40 Douglas Chair Has Symbolic Carvings," Queen's University Journal, November 12, 1935, 8. See also Hilda Neatby. Queen's University. Volume 1, 1841–1917: To Strive, to Seek, to Find and Not to Yield, ed. by F. W. Gibson and R. Graham. (McGill-Queen's University Press, 1978), 283-4.

Beyond the geographical scope of the table, the United States likewise became a significant site for the study of imperial/colonial history, primarily in relation to the Thirteen Colonies. Over time, subjects such as the transatlantic slave trade called for, as Elizabeth Donnan suggested, a more explicitly intercolonial approach[41]. This unfolding, however, is part of an unorthodox side of imperial/colonial scholarship, which will be examined later in the text, through the lens of individuals' sociospatial trajectories rather than through the chronicle of institutions. Before doing so it is, however, necessary to clarify the foundational model of orthodox imperial/colonial history as an academic discipline.

The presentation program of imperial/colonial history

Beit was not alone in taking the initiatives that led to the establishment of the first chair dedicated to colonial and imperial history. He was associated with other prominent "self-professed imperialists", such as the radical Tory Leopold Stennett Amery (1873–1955) and the journalist Alfred Milner (1854–1925). All three were devotees of John Robert Seeley's (1834–1895) ideals[42]. It is no coincidence that Hugh Edward Egerton (1855–1927), whose early work *A Short History of British Colonial Policy* (1897) aligned with Seeleyan new interpretation of England's modern history, became the first elected holder of the Beit Chair, a decade after Seeley's death[43].

Seeley belonged to the group of academic historians involved in the creation of the *English Historical Review* (EHR), first published in 1886, alongside figures such as William Stubbs (1825–1901), John

41 "When a collection which should illustrate this traffic was first under consideration the intention was to confine it to the trade to the Thirteen Colonies, but it soon developed that such an attempt would be unsatisfactory, perhaps absolutely misleading. The traffic to the Thirteen Colonies, to the West Indies, and to Spanish America was so closely interwoven that to a certain extent it seemed necessary to treat it as a whole." Elizabeth Donnan, preface to *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America, vol. 1, 1441–1700*, ed. Elizabeth Donnan (Washington, DC: Carnegie Institution of Washington, 1930), V.

42 See Amanda Behm, *Imperial History and The Global Politics of Exclusion: Britain, 1880–1940* (Palgrave Macmillan, 2018).

43 See Wm. Roger Louis, Introduction to *The Oxford History of the British Empire, vol. 5. Historiography*, ed. Robert W. Winks (Oxford: Oxford University Press, 2007).

Emerich Edward Dalberg Acton (1834–1902), George Walter Prothero (1848–1922) and Adolphus William Ward (1837–1924). In this context, the series of lectures delivered by Seeley as the Regius Professor of Modern History to undergraduate students at Cambridge, during the academic year of 1881–82, is regarded as the foundational event of the subfield of imperial/colonial history – not in an institutional sense, as discussed above, but through the formulation of a new historiographical desideratum.

"It is a favourite maxim of mine that history, while it should be scientific in its method, should pursue a practical object"[44]. So begins *The Expansion of England* (1883), the volume in which Seeley's lectures were later published. Like the opening article of the *EHR*, these words register the emergence of a "new historical thinking", attached with "German historical schools", that had sprung "from the shock of the French Revolution"[45]. Yet this renewed interest in *Historismus*, among Seeley and his colleagues, came in a different historical moment. Their concerns were not shaped by revolutionary rupture, but by the subtler anxieties of the 1880s, at "the height of the Victorian achievement"[46]. What was at stake here was less the methodological apparatus of Übungen (seminar) or *Quellenkritik*[47] (source criticism), which Seeley, as a former professor of Latin, might well have been able to theorize, than a metanarrative of power and the power of history[48].

To illustrate this last point, I turn to Dike's narrative of an 1824 incident at Bonny, then the leading slave-trading kingdom of West Africa, which itself relies on the published account of Captain W. F. W. Owen[49]. In Dike's retelling, Owen, acting in the service of the Royal Navy, had

44 Seeley, *The Expansion of England*.

45 Lord Acton, "German Schools of History," *The English Historical Review* 1, n.º 1 (1886): 7–42. http://www.jstor.org/stable/546982.

46 See Peter Burroughs, "John Robert Seeley and British Imperial History," *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 1 (1973): 191–211, doi:10.1080/03086537308582372.

47 See George G. Iggers, "The Intellectual Foundation of Nineteenth-Century 'Scientific' History: The German Model," in *Oxford History of Historical Writing*, vol. 4; Rolf Torstendahl, *The Rise and Propagation of Historical Professionalism* (New York and London: Routledge, 2015).

48 See Gilroy, *Black Atlantic*, 60–61; see Trouillot, *Silencing the Past*, 4–30.

49 See Dike, *Trade and Politics*, 15–17.

ignored protocol by beginning a coastal survey "without further consideration" of King Opubu or "his etiquette", who retaliated by suspending trade with the British[50]. In the negotiations that followed, Opubu delivered a forceful defence of his sovereignty, grounding his authority both in his status as a "brother monarch" of the king of England, and in the ancestral trust of his kingdom[51]. Owen, recording the episode in 1833, dismissed the king's words as mere "rage and exhaustion", while he professed astonishment at the deference British traders showed toward an African ruler[52]. Dike interpreted that "[t]he captain [was] a typical product of the industrial order," whereas "the English traders who cringed to win King Opubu's favour knew the reality of his power"[53]. By the end of the century, however, such recognition of African authority had all but disappeared from the sphere of Atlantic trade and diplomacy, as the Berlin West African Conference made clear. There, Britain assumed "the authority of a protecting power" over the Brights of Benin and Biafra: a telling instance of what some authors have described as the period of "Western supremacy and outright racism"[54] or even a "White-supremacist thermidor" and "a kind of White backlash against abolitionism and emancipation"[55].

If we imagine Seeley confronted with the Bonny episode, he would likely have framed it through a transition between what he named as "old colonial system" and a modern one: thus, the conduct of the traders and the naval officer embodied distinct temporalities. Seeley would have read the crisis at Bonny much as he explained the reasons that led to the conquest of India[56], by pointing out an anarchy antecedent. In this transposition, Owen's blindness to African authority meets with a historical amnesia in Seeley's lectures[57].

50 W. F. W. Owen, *Narrative of a Voyage to Explore the Shores of Africa*, 343–361. Quoted in Dike, *Trade and Politics*, 16.

51 *Narrative of a Voyage* 343–361. Quoted in Dike, *Trade and Politics*, 16.

52 *Narrative of a Voyage* 343–361. Quoted in Dike, *Trade and Politics*, 16.

53 Dike, *Trade and Politics*, 15, 17.

54 Iggers and Wang, *A Global History of Modern Historiography*, 172.

55 Michael O. West, "Global Africa: The Emergence and Evolution of an Idea," *Review (Fernand Braudel Center)* 28, n.º 1 (2005): 94, http://www.jstor.org/stable/40241620.

56 Seeley, *The Expansion of England,* 194–196.

57 On "historical amnesia" and empire, see David Armitage, *The Ideological Origins of the British Empire* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000).

These two temporalities underpinned Seeley's re-interpretation of English history, in which the national territory was imagined as a global entity, and the roots and routes of English nationality were thought in more connected and equitable terms. This did not happen at the level of the individual trajectory, but rather at the level of the state: what was at stake was the new relationship between colonies and the mother-country. A relationship made possible, as Seeley observed, by "Science," which "has given to the political organism a new circulation, which is steam, and a new nervous system, which is electricity"[58].

Equipped with scientific developments, the modern state also acquired a different morality: for it, crime and punishment did not operate in the same way. As Seeley argued, "God who is revealed in history does not usually judge in this way"[59]. Conquests, even when "lawlessly" carried out, were not, in his view, destined to be lost in a later generation; and since "government is never to be confounded with property," states did not necessarily have "a right," still less an obligation, to restore gains "more or less ill-gotten"[60].

Since statehood was the main criterion for a human group to be considered historical, the further a group was from that political organization, the less problematic their conquest appeared, both in terms of conflict and narrative. As Trouillot's account of Henry I and Sans Souci shows, conquest struck twice—first literally, then symbolically[61].

By claiming a scientific approach to history, Seeley sought to consolidate his cultural authority by maintaining an aseptic distance from literary, antiquarian and speculative outputs. Yet it is important to note that his work marked a rupture with historical outputs embodied in travel writing, abolitionist accounts and Romantic narratives, which had previously offered a broader understanding of what constituted history and the purpose of historical writing. In this sense, Seeley was not merely determining what constituted legitimate historical knowledge, but was also offering a means of disempowerment by way of prescribing the forms of pastness.

58 Seeley, *The Expansion of England,* 74.

59 Seeley, *The Expansion of England,* 134.

60 Seeley, *The Expansion of England,* 134–135.

61 Trouillot, *Silencing the Past*, 59.

Finally, it is revealing how Seeley extended his case for the value of colonial history—especially those colonies he described as the outcome of an English exodus—into the narrative of modern English history. He forged the ethnological unity of a "Greater Britain" by invoking a collective identity with his audience, speaking in terms of "we" and "our." I suggest this gesture was made possible only within the restrictive social composition of a Cambridge lecture room in the 1880s. In this moment, the claim to objectivity overlapped with a tacit subjectivity, binding scientific history to the shared assumptions of a narrow elite. Yet his project was soon disregarded by his successor as Regius Professor, Lord Acton, who, as general editor of *The Cambridge Modern History* (1902–1910), "almost totally ignores even European activities in the outside world." Still, Seeley's lectures had planted the seeds for a new specialization—imperial/colonial history—even if it long remained at the "fringe" of the profession[62].

From "Oxford is no longer 'a city of dreaming spires'" to the "Negro Oxford" in the New World

Bolanle Awe (b. 1933) is the only woman historian considered to be of the same generation as Dike, even if she defended her PhD thesis at Oxford in 1964, after Nigeria became independent[63]. In a recent interview, she provided interesting information about the individuals involved in the production of history within British Academia at that time, recalling: "I started African history in Oxford and I was fortunate to have as my supervisor a lady called Margery Perham"[64]. During the Silver Jubilee Congress of the Historical Society of Nigeria, Dike used his keynote address to reflect on the state of African history before

62 J. D. Fage, "The Development of African Historiography," in *General History of Africa, vol I: Methodology and African Prehistory*, ed. Joseph Ki-Zerbo (Oxford: Heinemann, 1995), 33.

63 Also, her dissertation, "The Rise of Ibadan as a Yoruba Power in the Nineteenth Century", unlike those of her fellow countrymen, was never published. See Adeyemi Bukola Oyeniki, "Awe. Bolanle (1933b)," in *Dictionary of African Biography, vol. 1*: *ABACH-BRAND* ed. Emmanuel Akyeampong and Henry Louis Gates Jr. (Oxford: Oxford University Press, 2012), 300–301.

64 Ronke Olawale, "Interview with Bonlanle Awe", 31 October 2019, posted October 2019, by Global Feminisms Project. University of Michigan Library, Deep Blue Repositories, 71 min., 16 sec., https://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/163354.

the Society's creation, illustrating it through his personal encounter with Margery Perham. The episode stemmed from the controversy surrounding his article in *West Africa*, written in opposition to Perham's "British Problems in Africa," published in *Foreign Affairs*. In his recollections, Dike stated Margery Perham as "a towering figure in the area of colonial politics and policies," adding that "her views in this field were greatly respected." Before the publication of his article, West Africa's editor, David Williams, who was a personal friend of Dike, forwarded a draft to Margery Perham. Dike recalled taking a train to Oxford, where they met at her residence and she admitted that her *Foreign Affairs* was flawed and praised his writing. In his own words, they "parted friends"[65].

Dame Margery Freda Perham (1895–1982) belonged to the pioneering generation of English women to receive academic degrees from Oxford[66]. She graduated in History in 1917 from St Hugh's College, a women's college founded in 1886 with the aim of serving students of limited financial means. However, like other women of her time, she received her degree years later, *ex post facto*, when Oxford formally began awarding degrees to women. This recognition allowed her to embark on an academic career. She initially taught at the University of Sheffield, where she first engaged with imperial/colonial history as a subject. This detail is particularly noteworthy. As shown in Table 1, Sheffield had no professorship, lectureship, or readership explicitly dedicated to imperial/colonial history, suggesting that the field may have circulated informally or through broader disciplinary frameworks. Meanwhile, Oxford, though an important site for imperial/colonial history, did not integrate the subject into its women's colleges. This omission suggests both the marginal position of the subfield within the wider discipline and its alignment with Seeley's conception of history as the "school of statesmanship," a domain traditionally framed in gendered terms[67].

65 Kenneth Onwuka Dike, "African History twenty five years ago and today," *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (1980): 13–22, http://www.jstor.org/stable/41971334.

66 See Vera Brittain, *The Women at Oxford: A Fragment of History* (New York: Macmillan, 1960).

67 See Deborah Wormell, *Sir John Seeley and the Uses of History* (New York: Cambridge University Press, 1980), 43. See Brittain, *The Women at Oxford*, 111.

In 1924, Margery Perham returned to St. Hugh's as a tutor. Much of her teaching took place at Rhodes House, then directed by Harlow[68]. Some years later, she secured funding from the Rhodes Trust in the form of a Travelling Fellowship. She had the opportunity to visit diverse regions of Africa between 1929 and 1932. Four years later, she edited the book *Ten Africans* (1936), in which she exchanged, quite possibly for the first time, with a Nigerian woman student at Oxford, one of the contributors to the volume, whose essay I will discuss in detail later.

Margery Perham was not the only woman to supervise a Nigerian doctoral student. Between 1950 and 1951, Eveline Martin, from Northern Ireland[69], played this role for Saburi Oladeni Biobaku (1918–2001), who was working on the thesis "The Egba and their neighbours, 1842–1872"[70]. During the same period, Eveline Martin was also supervising a West Indian woman PhD student, Elsa Vasta Goveia (1925–1980), whose thesis was entitled "Slave Society in the British Leeward Islands 1780–1900," and who happened to be a friend of Dike[71].

In the 1950s, Eveline Martin remained a reader in Imperial History at the University of London (a position she already held by 1938, as Table 1 indicates), until she became a Visiting Professor at University College, Ibadan. She had earned her doctorate under Newton, and her thesis was published as the second volume in the Longman series Imperial Studies, which her supervisor edited[72]. In *Trade and Politics*, Dike cited this book of Eveline as one of the few to address "the character of the association of the coastal kingdoms with European traders" in West African history[73].

68 See Patricia Pugh, "Margery Perham and Her Archive," *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 19 (1991), 212–228, https://doi.org/10.1080/03086539108582856.

69 See Queen Mary University of London, "Dr Eveline Martin, Reader in African & Imperial History, Westfield College," in *Women at Queen Mary Online: A Virtual Exhibition*. Queen Mary, University of London, accessed 1 February 2024, https://women.qmul.ac.uk/virtual/women/atoz/martine.htm.

70 Omolewa, "The Education Factor", 56.

71 Elsa Goveia's memoir, composed c. 1961, posthumously published under the title "A Tribute to Elsa V. Goveia," *Caribbean Quarterly* 30, n.º 3–4 (1984): 2–6, http://www.jstor.org/stable/40653546. About her friendship with Dike, see Mary Chamberlain, "Elsa Goveia: History and Nation," *History Workshop Journal* 58 (2004): 167–190, http://www.jstor.org/stable/25472759.

72 See R. Coupland, review of *The British West African Settlements, 1750–1821: A Study in Local Administration* by E. C. Martin. *History* 13, n.º 49 (1928): 72, http://www.jstor.org/stable/24400511.

73 Dike, *Trade and Politics*, 4.

The other women academic historians cited by Dike were Freda Wolfson, Judith Blow Williams (1890–1956) and Elizabeth Donnan (1883–1955). Freda Wolfson, who appears to have been South African, studied at the University of the Witwatersrand before completing her PhD at King's College, under the supervision of Harlow and Eveline Martin[74], and later became a lecturer in History at University College, Exeter[75]. Judith Williams and Elizabeth Donnan, both Americans, taught at Wellesley College. Although biographical information on these figures is scarce, their inclusion is significant. The interwar years, coinciding with women's enfranchisement, marked a turning point: women began to attain legal parity with men at universities across the British Empire. At Oxford, women had been informally admitted since the late nineteenth century, but it was only in 1920 that they were officially allowed to receive degrees, as Margery Perham's trajectory illustrates. In this context, Vera Brittain, a contemporary Oxford student of Margery Perham's, reflected on the presence of women at the university and emphasized the internationalist pressures that led to the adoption of the so-called "Women's Statute," passed on 17 February 1920[76].

On the other side of the Atlantic, in the United States, the conferral of university degrees to women began significantly earlier. In 1833, Oberlin College, an institution with a strong pastoral and evangelical orientation, located in a "colony" of the same name in Ohio, became the first U.S. college to grant degrees to women[77]. The first woman to earn a doctorate in History, Kate Asaphine Everest (1859–1938)[78], did so sixty years later, in 1893, at the University of Wisconsin[79].

74 See Freda Wolfson, preface to "British Relations with the Gold Coast, 1843–1880" (PhD dissertation, University of London, 1950), https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/.

75 See Freda Wolfson, "A Price Agreement on the Gold Coast-The Krobo Oil Boycott, 1858–1866," *The Economic History Review* 6, n.º 1 (1953): 68–77, https://doi.org/10.2307/2591022.

76 Brittain, *The Women at Oxford*, 152.

77 Anna Julia Cooper, "The Higher Education of Women," *Southland*, April 1891, 186–202, https://dh.howard.edu/ajc_published/28.

78 Her married name was Kate Everest Levi. She was supervised by Frederick Jakson Turner, who also was, in this early period of professional training in History for women, the supervisor of Louise Phelps Kellogg (1862–1942). See Bonnie G. Smith, *The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice* (Cambridge and London: Harvard University Press, 1998), 185–212; John M. Rhea, *A Field of Their Own: Women and American Indian History, 1830–1941* (Norman: University of Oklahoma Press, 2016), 123–162.

79 See William B. Hesseltine and Louis Kaplan, "Women Doctors of Philosophy in History," *The Journal of Higher Education* 14, n.º 5 (1943): 255, https://doi.org/10.2307/1975170.

It was only in the interwar period that the first Black woman earned a doctorate in History: Anna Julia Cooper (c.1858–1964)[80]. Her early education took place at Oberlin College, but her doctorate was not awarded in the United States. Instead, she earned it in 1925 from the *Faculté des Lettres* at the Sorbonne. Approximately four years earlier, another pioneering Black woman, Jeanne Paule Nardal (1896–1985), later known as Paulette Nardal, began her academic journey at the same university. Born in Martinique, Philippe Grollemund claims that Nardal was the first Black woman student at the Sorbonne[81], marking a symbolic milestone that occurred nearly half a century after the admission of the first woman to the *Université de Paris*[82].

Anna Cooper scrutinized some of the same sources in *Les Archives Nationales* (French National Archives), that C. L. R. James would later consult for *The Black Jacobins*. Nevertheless, in "L'attitude de la France à l'égard de l'esclavage pendant la Révolution," her analysis was far removed from James's interpretation of the French Revolution and the colonial question[83].

The Nigerian student whom Margery Perham met and invited to contribute to *Ten Africans* was Kofoworola Aina Moore (1913–2002)[84]. Kofo Moore studied at St. Hugh's College between 1932 and 1935. In her final undergraduate year, she authored an autobiographical essay for the volume. A close reading of this essay would merit an article of its own. Kofo More is recognized as one of the first Nigerian students

80 See Deborah Gray White, introduction to *Telling Histories: Black Women Historians in the Ivory Tower*, ed. Deborah Gray White (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008), 1–27.

81 Philippe Grollemund, "Paulette Nardal, les confidences de la femme des fiertés noires," *FLAME*, Mondes noirs: hommage à Paulette Nardal/Black Worlds: A Tribute to Paulette Nardal, n.º 1, https://www.unilim.fr/flamme/94.

82 Carole Christen-Lécuyer, "Les premières étudiantes de l'Université de Paris," *Travail, genre et sociétés* 4, n.º 2 (2000) : 35–50, https://doi.org/10.3917/tgs.004.0035.

83 I am currently investigating Anna Julia Cooper's dissertation in the course of my doctoral research. For the present purposes, however, the reader may compare the two works. See Anna Julia Cooper. "L'attitude de la France à l'égard de l'esclavage pendant la Révolution," (PhD dissertation, Université de Paris, 1925), https://dh.howard.edu/ajc_published/25; and C. L. R. James, *The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution* (New York: Random House, 1989 [1938]).

84 Her married name is Kofoworola Aina Ademola. See Gbemi Rosiji, *Lady Ademola: Portrait of a Pioneer: Biography of Lady Kofoworola Aina Ademola, MBE OFR* (Lagos: EnClair, 1996).

to obtain a B. A.[85], but more than that, she bore witness to a moment of transformation in British academia. In her contribution, Kofo More observed that Oxford was no longer "a city of dreaming spires" or "the secluded arbour of the privileged and the rich"[86]. With the arrival of the "scholarship undergraduate," she explained, the university's "outlook has widened" and "become openly more liberal." Oxford, in her view, was no longer aloof but "throbbing with interest" in the social questions of the day, whether a "hunger-march" or a parliamentary "debate on unemployment." Most striking was its attention to the imperial world: "India has recently been very much in the limelight; African questions are always at issue." Even if she was "disillusioned often by the Oxford Union," Kofo Moore admitted that she continued to retrace her steps there to hear debates on "problems of the Colonies"[87].

Eric Williams and Kofo Moore were contemporaries, with him arriving at Oxford around 1932[88]. Confronting this changing landscape, Eric Williams, as he later wrote in his autobiography, framed Oxford less in terms of relations among non-Western students (as Kofo Moore did) and more in terms of the tension between non-Westerners and the English establishment. He recalled, for instance, the exclusiveness of his college, where "no 'native,' however, detribalised, could fit socially into All Souls"[89]. Yet, paradoxically, Eric Williams himself came to embody the transformation of Oxford in this period. His doctoral dissertation, "The Economic Aspect of the Abolition of the West Indian Slave Trade and Slavery," directly challenged the "traditional view" held by authorities such as the Beit Professor at the time, Reginald Coupland (1884–1952): a confrontation portrayed as "a clash between generations"[90].

85 See Omolewa, "The Education Factor."

86 Kofoworola Aine Moore, "The Story of Kofoworola Aine Moore, of the Yoruba Tribe, Nigeria: Written by Herself," *Ten Africans,* edited by Margery Perham (Northwestern University Press, 1963 [1936]), 323–344.

87 Moore, "The Story of Kofoworola Aine Moore", 332.

88 Williams, *Inward Hunger*, 33.

89 Williams, *Inward Hunger*, 45.

90 Louis, Introduction to *The Oxford History of the British Empire*, 24.

Harlow, the Beit Lecturer and Keeper of Rhodes House, was Eric Williams's supervisor: "a relatively young man who was, as so few in Oxford really were, a genuine scholar," and "the premier colonial scholar," though occupying a position that did not fully reflect this status[91]. These were Eric Williams's words about him. This profile contrasts sharply with recollections from the 1950s. Bolanle Awe remembered Harlow with antipathy: "[h]e was the overall boss," sceptical of the value of teaching and researching West African history, intransigent in his attitude toward his students[92]. It is true, however, that Eric Williams's praise, besides referring to an earlier stage of Harlow's career, was closely tied to his specialization in West Indian history.

Dike recalled that his first supervisor was "a kind and courteous scholar, albeit rather aloof and official in his relations with students"[93]. Among "colonial" students, there was nevertheless a sense that he was "too close to the Colonial Office," which created unease when criticism of British rule arose[94]. Though Dike insisted in retrospect that "none of" them "was ever victimised," he admitted that the suspicion persisted at the time —until it was "dispelled by the impact of the very different temperament shown by GSG [Graham] when he succeeded Harlow as Rhodes Professor"[95]. From that point onwards, his recollections focus on Graham, who struck him as "approachable," indifferent to race or nationality, and widely respected among students for his modesty and abhorrence of arrogance. Graham, who was not only younger than Harlow but also had a very different trajectory: he came from Canada and had spent time at Harvard. According to Dike, Graham "understood and accepted the forces that were transforming the old empire into the Commonwealth"[96].

91 Williams, *Inward Hunger*, 49.

92 *Interview by Olawale.*

93 Kenneth Onwuka Dike, "Gerald S. Graham: Teacher and Historian," in *Perspectives of Empire: Essays Presented to Gerald S. Graham*, ed. John E. Flint and Glyndwr Williams (London: Longman, 1973), 5.

94 Dike, "Gerald S. Graham", 5.

95 Dike, "Gerald S. Graham", 5.

96 Dike, "Gerald S. Graham", 6.

Another North American figure with whom Dike developed a close relationship was Melville Jean Herskovits (1895–1963). This was especially the case after the publication of *Trade and Politics*, when Dike visited Northwestern University and took part in the Africanist group at the Twenty-Fifth International Congress of Orientalists[97]. Whether he had already established a personal connection with Herskovits during the research and writing of his doctoral dissertation is less certain. What is clear is that in *Trade and Politics*, Dike cited Herskovits's work: *The Myth of the Negro Past* (1941)[98].

In this context, it is important to stress the role of the Association for the Study of Negro Life and History in Chicago and its journal, the *Journal of Negro History*, patterned after the *American Historical Review*. The journal aimed to gather sociological and historical information about African Americans, to study populations of African descent, to publish works in this field, and to foster racial understanding by promoting mutual knowledge between groups[99]. During its first three years, the Association survived only because its founder, then a teacher at Armstrong High School in Washington, D.C., covered the annual deficits out of his own salary. Financial backing was later secured from the Laura Spelman Rockefeller Memorial and the Carnegie Foundation. Carter Godwin Woodson (1875–1950) gave the *Journal of the Negro History* a global outlook, evident in the numerous articles and reviews[100].

The *Journal of Negro History* and the Association for the Study of Negro Life and History provided a relevant platform for the publication of Black scholars. Ruth Anna Fisher (1886–1975) contributed regularly to the *Journal* in the 1940s, and she also edited a book published by the Association[101]. Like Anna Cooper, she had earned her B.A. from

97 Fage, "Obituary", 96.

98 Dike, *Trade and Politics*, 1966, 28.

99 See Earl E. Thorpe, *Black Historians: A Critique* (New York: William Morrow, 1971), 110.

100 See Robin D. G. Kelley. "'But a Local Phase of a World Problem': Black History's Global Vision, 1883–1950," *The Journal of American History* 86, n.º 3 (1999): 1045–77, https://doi.org/10.2307/2568605.

101 Ruth Anna Fisher (ed.), *Extracts from the Records of the African Companies* (Washington, DC: Association for the Study of Negro Life and History, 1928).

Oberlin College in 1906, then heading to London in 1920, first to study at the London School of Economics and Political Science (University of London), then to work for the Department of Historical Research of the Carnegie Institution of Washington and, later, for the Historical Mission of the Library of Congress[102]. At a time when photographic technology (photostats and microfilm) was reshaping practices of recordkeeping and storage, her archival labor focused on locating, identifying, selecting, and copying documents in British archives relating to American history, positioned her as a key actor in what contemporaries described as the "American missions in the European Archives"[103].

One of the major outputs of these American missions was the publication of *Documents Illustrative of the Slave Trade (1544–1808)*, a four-volume collection compiled and edited by Elizabeth Donnan. Elizabeth Donnan had earned a B. A. from Cornell University in 1907 and, between 1911 and 1919, she worked in the Department of Historical Research of the Carnegie Institution of Washington[104]. Both Donnan and Ruth Anna Fisher were hired by John Franklin Jameson (1859–1937), a member of the first generation of American academic historians, co-founder of the American Historical Association, director of the Carnegie Institution's Department of Historical Research (1905–1928), and later Chief of the Division of Manuscripts at the Library of Congress, where he also held the Library's Chair of American History (1928–1937).

The editorial work of Ruth Fisher and Elizabeth Donnan extended beyond the boundaries of national history, shaping both the subfield of imperial/colonial history and Negro History. An unsigned review of Elizabeth Donnan's *Documents Illustrative of the Slave Trade*, published in the *Journal of Negro History*, recommended that her volumes,

102 She is regarded as the first American woman to work in the Library of Congress. She started as Assistant researcher and then became a Consultant in Negro History. See Sylvia Lyons Render, "Afro-American Women: The Outstanding and the Obscure," *The Quarterly Journal of the Library of Congress* 32, n.º 4 (1975): 306–321, http://www.jstor.org/stable/29781646.

103 Roscoe R. Hill, *American Missions in European Archives* (Mexico, D. F.: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1951).

104 See the obituary in "Historical News," *The American Historical Review* 60, n.º 4 (1955): 1024–1036, http://www.jstor.org/stable/1844982.

together with Ruth Ficher's *Extracts from the Records of the African Companies*, "should be studied by students of Negro History"[105]. It is plausible that this review was authored by Woodson. As Earl Thorpe observed, he was "the largest single contributor of book reviews to this publication." Moreover, Woodson was a recognized specialist: he earned his PhD in History at Harvard in 1912, becoming the second African American to do so[106].

His dissertation on Virginia's secession[107] was supervised by Albert Bushnell Hart (1854–1943), who had also supervised Du Bois, the first African American to receive a PhD in History (1895)[108]. Unlike Woodson's dissertation, Du Bois's work was published as the inaugural volume of the Harvard Historical Series. As it turned out, this very first volume of the Harvard Historical Series was cited, as noted above, in the opening volume of the Oxford Studies in African Affairs series, *Trade and Politics*.

Finally, in the United States, the challenge of the foundational exclusionary patterns of academic careers took a *sui generis* form: institutions for African Americans that were at once products of segregation and engines of prestige. Howard exemplified this, being, as Eric Williams put it, both a "Jim Crow milieu" and a "Negro Oxford"[109]. The Negro Colleges played a significant role in employment opportunities for African Americans in particular, and for African people around the Atlantic in general. After several rejections, Eric Williams joined Howard University. Alain LeRoy Locke (1885–1954) —a fellow Oxonian, former Rhodes scholarship recipient, and longtime Howard professor— served as series editor for his

105 Unsigned review of *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America*, edited by Elizabeth Donnan, *The Journal of Negro History* 16, n.º 1 (1931): 100–102, https://doi.org/10.2307/2714004.

106 William B. Hesseltine and Louis Kaplan, "Negro Doctors of Philosophy in History," *Negro History Bulletin* 6, n.º 3 (1942): 59, http://www.jstor.org/stable/44246869.

107 See Carter Godwin Woodson, "The Disruption of Virginia" (PhD dissertation, Harvard University, 191), https://id.lib.harvard.edu/alma/990040203140203941/catalog.

108 See Hesseltine and Kaplan, "Negro Doctors", 59; W. E. B. Du Bois. "The Suppression of the African Slave Trade in the United States of America, 1638–1871" (PhD dissertation, Harvard University, 1895), https://id.lib.harvard.edu/alma/990038300410203941/catalog.

109 Williams, *Inward Hunger*, 57.

first publication, *The Negro in the Caribbean* (1942)[110]. Nnamdi Azikiwe (1904–1996), Dike's fellow countryman, likewise moved through the network of Negro college during the interwar period[111].

The changes from 1948

When Harlow addressed the British Historical Association in early 1948, he took the opportunity to report on the developments in the production of knowledge about the British Empire's past. His participation in the Association's proceedings suggests an intention to share his academic speciality, the "[imperial/]colonial history", with an audience beyond the "closed club of experts"[112]. Harlow began by claiming that "[a]t a time when western democracy is fighting for its life, we cannot afford, in teaching British history, which is the record of a worldwide experiment in democracy, to distort it by being insular"[113]. He appeared to make an inverse operation of Seerley's Lecturers, trying to "denationalize" colonial history, in favour of a *non-insular* mode of historical writing. At the same time, he validated colonial history by invoking the trope of "West" and "democracy".

Harlow carefully tried to clarify what he meant by "colonial": "I must define my use of the word 'colonial'"[114] which implied both a demographic scope —"not only colonies proper (i.e., areas of European settlement) but all dependent territories under the jurisdiction of the British Crown" —and, naturally, a historicity— "I am excluding the history of colonies after they had been granted responsible government"[115]. In dialogue with Seeley's program, Harlow recast "Greater Britain," avoiding an explicit Pan-English narrative.

110 Alain LeRoy Locke, foreword to Eric Williams, *The Negro in the Caribbean* (Washington, DC: The Associates in Negro Folk Education, 1942).

111 See Nnamdi Azikiwe, *My Odyssey: An Autobiography* (London: C. Hurst, 1970).

112 See Michael Bentley, "Shape and Pattern in British Historical Writing, 1815–1945," in *Oxford History of Historical Writing, vol. 4*, 220.

113 Vincent Harlow, "Recent Research in Colonial History since 1783," *History* 117–118 (1948): 83, http://www.jstor.com/stable/24402207.

114 Harlow, "Recent Research in Colonial History", 73.

115 Harlow, "Recent Research in Colonial History", 73.

By redefining imperial/colonial history, Harlow encouraged his audience to consider its current state through the emergence of what he calls "new post-graduate generation"[116]. This development, which challenges the foundational exclusionary patterns of academic careers, has already been discussed in this article. Yet, through Harlow`s eyes, different meanings of the same process are brought out. From him, three main factors could explain this generational shift among researchers in the field of imperial/colonial history.

The first factor derived from the war-time experience as an encounter, for the common people,with what Eveline Martin called "the Outer Empire"[117]. This exposure produced a new wave of researchers, particularly in the field of imperial/colonial history. As Harlow noted that "quite a number have been attracted to colonial history as the result of personal contact while on war service with colonial peoples and their present-day problems"[118]. This attraction was not limited to researchers but extended also to schoolteachers. Ultimately, the return of war veterans resonated beyond the university, shaping metropolitan public opinion and sensibilities regarding the colonial question.

The second factor would be the arrival of those researchers identified, in Harlow's account, by their otherness, *non-European* or *non-Western*: "representing an increasing diversity [...] of race from Empire territories overseas"[119]. In this regard, Harlow cited two works resulting from Ph.D. research, *Ceylon under the British Occupation*[120], by Colvin Reginald de Silva (1907–1989), under the supervision of Newton, and *Capitalism & Slavery*, by Eric Williams, who was his doctoral advisee at Oxford[121]. His commentary surrounding the former

116 Harlow observed, "Alongside the 'old hands' there is a new post-graduate generation making its initial essays in historical investigation." Harlow, "Recent Research in Colonial History", 73.

117 Eveline C. Martin, "The English establishments on the Gold Coast in the second half of the eighteenth century" (master's thesis, University of London, 1922), 167, https://archive.org/details/englishestablish00mart/mode/2up.

118 Harlow, "Recent Research in Colonial History", 73.

119 Harlow, "Recent Research in Colonial History", 73.

120 Colvin Reginald de Silva, *Ceylon under the British Occupation, 1795–1833: Its Political, Administrative and Economic Development*, 2 vols. (Colombo: Colombo Apothecaries, 1942).

121 Humberto García Muñiz, after consulting letters between the advisor and the advisee archived at the Eric Williams Memorial Collection (University of the West Indies), concluded that Harlow and Williams had enjoyed a cordial relationship during that period, notwithstanding

work suggests some difficulty in its classification[122]. Nonetheless, the English historian concentrated less on what the book argued than on the circumstances that surrounded it[123], with his comments concluding in the following observation: "It is encouraging to note that other non-European students from these islands are now coming to this country to undertake research into Caribbean history"[124].

Subsequently, Harlow turned his attention to another group of researchers under the same designation (non-European or non-Western): "A few Africans are doing likewise". Harlow went on to add: "Such studies of British administration by representatives of the communities concerned should be valuable and salutary"[125]. Yet, beyond this narrowly defined scope, Harlow relegated African history to the domain of "tribal history, deriving as it does from oral tradition". Since "tribe" was conventionally understood as the antithesis of the modern state[126], and given that "oral source" was not contemplated by the framework of *Quellenkritik*[127], such a form of inquiry fell, in his view, outside the competence of historians, instead belonging to ethnologists, as Isaac Schapera and SOAS's initiatives —very much in harmony with the spirit of Seeley's program.

These are the reasons for the scepticism, as Bolanle Awe recalled, of "the overall boss" toward the very idea of West African history. In any case, it becomes evident that, unlike Seeley, Harlow could no longer address his audience through the fiction of a homogeneous 'we'. The fact that his former students included both Eric Williams and Dike

Williams's thesis challenging well-established figures in the subfield, such as Sir Reginald Coupland. See Introduction to Eric Williams, *El negro en el Caribe y otros textos*, ed. Humberto García Muñiz (La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2011), 419–458.

122 Harlow observes: "A book of wider scope". Harlow, "Recent Research in Colonial History," 81.

123 Harlow, "Recent Research in Colonial History," 81.

124 Harlow, "Recent Research in Colonial History," 81.

125 Harlow, "Recent Research in Colonial History," 81.

126 See Dike, *Trade and Politics*, 43. A discussion about the idea of "tribe" in Dike and Diop, see Brito, "Uma leitura desde a diáspora," 229–231.

127 *De la tradition orale: essai de méthode historique* (1961) by Jan Vansina seems to be the first attempt of theoretical methodological systematization of studying oral traditions from a historiographical point of view. See David Newbury, "Contradictions at the Heart of the Canon: Jan Vansina and the Debate over Oral Historiography in Africa, 1960–1985," *History in Africa* 34 (2007): 213–254, http://www.jstor.org/stable/25483698.

only serves to confirm the extent to which the imagined unity of the Empire could no longer be sustained by an assumed ethnological unity, but was confronted with an ethnological diversity.

The participation of women historians constitutes the third factor in defining this new generation. In this context, unlike his approach to the contributions of war veterans and non-Western researchers, Harlow does not offer any diversity-based apologetic comments. This omission may be attributed to the absence of explicit overlap between the researchers' origins and their chosen object of study, as the impact of women's studies on British Imperial history begins to appear only in the late twentieth century[128].

Harlow, as shown elsewhere in this study, was a colleague and a supervisor to women historians. In his intervention at the British Historical Association, he named Margery Perham, Lillian Margery Penson and Eveline Martin. Unlike their male counterparts, also cited by Harlow, their roles were presented more in terms of professorship and editorship than as authors of substantive historical works[129]. This framing is striking, given that each already had published monographs: *The Colonial Agents of the British West Indies* (1924) by Lillian Penson, *The British West African Settlements* (1927) by Eveline Martin and *Native Administration in Nigeria* (1937) by Margery Perham.

If Science had been the driving force behind the transformations in the concepts of time and space that enabled Seeley to imagine a Greater Britain, War became the motor of similar transformations in Harlow's perspective. War was not only a moment of overseas encounters and exchanges but also blurred the frontiers between civilization and barbarism: crimes once thought to be committed against distant "primitive" people now occurred in the very heart of Europe. The idea of progress, once invoked as an extenuating circumstance for the global criminality of the European modern states, could no longer be sustained in the face of over-

128 See, for instance, Robin W. Winks, "The Future of Imperial History," in *Oxford History of the British Empire*, vol. 5, 665.

129 Harlow, "Recent Research in Colonial History," 81–82.

whelming destruction. Therefore, Harlow's non-insular history was also non-nationalist, with the effect of denaturalizing European rivalries: "the history of Britain overseas is part of the history of Europe overseas." As a result, his resilient faith in the Empire was recast on a Pan-European foundation with an openness to racial diversity.

His recognition of a new generation of historians also marked a difference from Seeley, but this acknowledgement remained bound by an intellectual division of labour: Caribbean historians were expected to write Caribbean history, Africans to write African history in the narrow sense of what Harlow described as "British administration in individual territories," each confined to their own region within the imperial geography. Even women, whose presence he noted, seemed to be valued more for their institutional positions than for their intellectual contributions, as they were largely excluded from authorship in the core outputs of recent research.

Thus, although his words were delivered in an academic environment where the imagined unity between speaker and audience —so strongly suggested in *The Expansion of England*— was no longer viable, Harlow closed off the possibility of writing the history of the Outer Empire beyond a Western-centric perspective and restricted the capacity of non-Western and women historians to engage with the Empire as a whole.

A year after Harlow's presentation, the issue of imperial/colonial history was revisited by a representative of this new generation he had witnessed. It was John William Blake (1912–1987) at another relevant academic forum for British historians: a meeting of the Royal Historical Society[130]. This time, however, a Copernican inversion had taken place: the emphasis shifted from the Empire as a unified whole to its constituent parts. Blake theorized the historical inquiry of "regional or tropical studies," which would be later formalized as "area studies," a geographic specialization within the imperial/colonial history that can be traced back to developments in the interwar period[131].

130 John William Blake even paraphrases Harlow's "Recent Research in Colonial History" at the beginning of his own paper. See John William Blake, "The Study of African History," *Transactions of the Royal Historical Society* 32 (1950): 49.

131 Louis, Introduction to *The Oxford History of the British Empire*, 24–25.

Blake directed his attention specifically towards the history of the West Coast of Africa. He also advanced a more radical version of Harlow's critique of insular history, advocating for a historical perspective independent of the historicity of Harlow's *British administration in individual territories* — one that embraces "history [...] through African eyes and for its own sake"[132]. In other words, Blake added a layer to Harlow's framing of imperial/colonial historical inquiry as "the history of the impact of western civilization, on both sides of the Atlantic, upon the rest of the planet"[133], a history of "the reaction of native cultures to alien culture"[134]. Speaking as a professor of Modern History at the Queen's University Belfast[135], located in North Ireland, in a region which, in Seeley's words, "the English" were once "but a colony in the midst of an alien population still in the tribal stage"[136], Blake also represented an unorthodox voice within the subfield, a stance that subsumes his intervention under the dominant group (blue) of cited works in *Trade and Politics*, as shown in Figure 1.

Indeed, Dike was among the attendees at the Royal Historical Society meeting: "I remember very well the astonished but delighted reaction of a young Nigerian scholar, Dr. Kenneth [O.] Dike, to an appeal I made in March 1949", Blake wrote in 1977, in the Preface of the Second Edition (1977), of *European Beginnings in West Africa, 1454–1578*[137]. This work was an M. A. thesis started in 1933 and finished in 1936 at King's College, when the author was a recipient of an Inglis scholarship. The volume was first published in 1937, being the fourteenth of the Imperial Studies Series, whose general editor, as already mentioned, was Newton. Dike cited this work as one of the studies on

132 Blake, "The Study of African History," 49.

133 Harlow, "Recent Research in Colonial History," 83.

134 Blake, "The Study of African History," 51.

135 Biographical notes on Blake, see Fage, "British African Studies", 402; P. E. Hair, "J. W. Blake: A Tribute," *History in Africa* 16 (1989): 413–414.

136 Seeley, *The Expansion of England*, 9.

137 John William Blake, preface to *West Africa: Quest for God and Gold, 1454–1578: A Survey of the First Century of White Enterprise in West Africa, with Particular Reference to the Achievement of the Portuguese and Their Rivalries with Other European Powers* (London: Curzon, 1977), xii.

the "diplomatic relations" between the Portuguese and the southern Nigerian states during the early Portuguese contacts[138]. Blake's paper at the Royal Historical Society was likewise used as one of the theoretical methodological references in *Trade and Politics*.

Blake's methodological proposition, in advocating for an African historical perspective, called for a *longue durée* narrative extending from the Stone Age to the Industrial Era, departing from the periodization of the First and Second British Empires proposed by Seeley, later endorsed by Harlow. Within this temporal framework, Europeans and Afro-Europeans' relations are treated as part of a global relationship between the "Negro race", "indigenous peoples" of Africa, or simply "Africans" and the alien cultures. Such an enterprise, Blake argued, required a new kind of historian: "the equipment of the historian by itself will not be enough. To complete the task properly the resources of the anthropologist, the philologist, and the archaeologist need also to be brought to bear"[139], Even within the intersection with the developments of the First and Second Empires, Blake applied Harlow's non-insular vision in more practical terms: "there is a very urgent need for centralizing and summarizing the somewhat isolated researches of British, Dutch, South African, French, Belgian and American scholars"[140]. In this context, he also drew attention to a topic largely overlooked by the English historian: the transatlantic slave trade and its aftermath, which he regarded as unavoidable for comprehending the modern history of the West Coast of Africa. It is important to note that Blake's use of the term "West Coast of Africa" does not refer to the British administrative territory known as West Africa, but rather to an Atlantic Africa encompassing the regions of Senegambia, Guinea, Congo, and Angola.

In contrast to Harlow, whose curatorial effort resulted in a bibliographical repertoire restricted to English-language materials, albeit with a wide range of places of publication, from Colombo (Ceylon)

138 Dike, *Trade and Politics*, 43.

139 Blake, "The Study of African History," 64.

140 Blake, "The Study of African History," 64.

to Toronto (Canada), Blake's assemblage was multilingual, drawing on Dutch, French, Portuguese, and Spanish scholarship. Moreover, his non-insular orientation made him attentive to intellectual debates beyond British Academia. For instance, he observed: "recently American historians have shown increasing interest in the tribal homelands from which the enslaved came and a draw by [Ulrich] Philips of long slave coffles marching down to the West Coast from the heart of jungle Africa"[141].

In Blake's utterance, one may encounter female authorship: books of authors already mentioned like *A Tropical Dependency* (1905) by Flora Shaw, *British West African Settlements* by Eveline Martin, *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America* (4 vols.,1930–35) edited by Elizabeth Donnan, and new mentions as Sybil Eyre Crowe and her *Berlin West African Conference, 1884–5* (1942) and Thora Guinevere Stone's M. A. dissertation "The struggle for power on the Senegal and Gambia, 1660–1713" (1921)[142].

At this point, tentative tendencies can be traced out of the group of women historians cited by Blake, Harlow and Dike. The former, as shown in Figure 1, cited eight publications of woman: again the above books of Eveline Martin, Flora Shaw and Elizabeth Donnan, and also Mary Henrietta Kingsley's *Travels in West Africa* (1897), Freda Wolfson's "British Relations with the Gold Coast, 19th Century" (unpublished thesis), Dorothy Wellesley's *Sir George Goldie* (1934) and Ethelreda Lewis's *Alfred Aloysisys Horn* (1929). Moreover, Dike was a contemporary and friend of Elsa Goveia in London, and he later worked with Lalage Jean Bown (1927–2021) and Aba Cecile Mchardy (1930–2015) on the Organising Committee of the First International Congress of Africanists, where he assumed the role of chairman[143].

141 Blake, "The Study of African History," 51.

142 It is reasonable to assume that Harlow and Blake were aware of the gender of the authors, given the scarcity of women authors in that male-dominated context. To underscore the significance of their womanhood for today's readers, I took the additional step of uncovering the complete names of these women.

143 See *The Proceedings of the First International Congress of Africanists, Accra 11th–18th December 1962*, ed. Lalage J. Brown and Michael Crowder (Evanston, IL: Northwestern University Press, 1964).

These observations underscore the ubiquity of women in the consolidation and subsequent developments of imperial/colonial history as an academic subfield, as well as in the particular case of Dike's socio-spatial trajectory. In this context, although women historians produced a notable number of biographies[144], their more decisive contribution seems to have been in area studies. Thora Stone and Eveline Martin were surely among the pioneers of the tendency, particularly with respect to West Africa[145]. They belonged to a circle at the IHR, under the patronage of Newton, alongside Caroline Skeel (1872–1951). It is said that the majority of the students in New's seminar inaugural session were women[146]. Beyond this regional emphasis, their unorthodox enterprise within imperial/colonial history can be characterized by an interdisciplinary orientation —primarily toward economic history— and by an intercolonial framework that sought to link the histories of the West Indies and West Africa[147].

Hence, the generational transition noted by Harlow parallels Kofo More's account of scholarship undergraduates arriving in the 1930s —a process that constituted a significant demographic innovation in terms of geographical, social, racial, and gender diversity, rather than merely a change in age. Moreover, it is fair to argue that the participation of non-Western scholars actually had less to do with Harlow's intellectual division of labor and more to do with establishing Blake's new kind of historian. This new historian was the main driving force of an unorthodox current to imperial/colonial history, which, I contend, finds its most developed expression in *Trade and Politics*. The book embodies a meta-

144 The most famous is Perham's *Lugard: The Years of Adventure, 1858-1898* (1956) and *Lugard: The Years of Authority, 1898–1945* (1960). It is also worth to mention the already cited Dorothy Wellesley's *Sir George Goldie* (1934) and Harlow give notice about a study of Eveline Martin about Sir James Stephen. See "Recent research," 82.

145 See Martin, "The English Establishments", 167, https://archive.org/details/englishestablish00mart/mode/2up.

146 See Sarah Stockwell, "The Imperial and World History Seminar," in *Talking History: Seminar Culture at the Institute of Historical Research, 1921–2021*, ed. David Manning (London: University of London Press, 2024), 177.

147 "Hence though our theme is essentially and exclusively Caribbean, it often carries us into the ill-explored recesses of West Africa's story, as it necessarily must." Arthur Percival Newton, *The European Nations in the West Indies, 1493–1688* (Adam & Charles Black, 1966 [1933]), xvii.

narrative of power defined by a decentering territoriality and ethnologically diverse politics. This worked not only through the much-discussed use of oral tradition but also by repurposing the puissant machinery of metropolitan libraries and archives, rehabilitating productions of pre-scientific and independent/amateur scholars as valid historical interlocutors and adopting an interdisciplinary approach to its crafting. Dike maintained a commitment to history as a science but in a fashion far less aseptic toward other forms of historical knowledge than Seeley.

Conclusion

This article has examined *Trade and Politics* genealogy, intending to open up an alternative way of understanding both the work and its author. Rather than approaching the book as the foundational expression of a nationalist historiography, it has explored how Dike's intervention can also be situated within a broader field of Atlantic historical production shaped by institutional transition, transimperial circulation, and shifting academic boundaries in the mid-twentieth century.

By analyzing the bibliography of the book and allocating it to classes with relevance to that particular site of production of history, the article has sought to reconstruct the environment in which Dike operated. This includes the development of imperial/colonial history as a subfield, the reorganization of academic institutions, and the growing presence of scholars from colonized regions, of non-European origins, and of women within the historical profession. The focus was mainly on the interwar period, also approaching the aftermath of the Second World War. These overlapping transformations formed the backdrop against which Dike crafted his research questions, selected his interlocutors, and positioned his argument.

In the development of imperial/colonial history as a subfield, two moments were decisive. The first was its emergence at the intersection of the intellectual ambitions of historians such as Seeley, endowments financed by imperial fortunes, and the restrictive social landscape of British universities. The second came with the arrival of new voices, coinciding with the rise of extra-academic arenas of intellectual exchange and political imagination of

Black Atlantic as Pan-African Congress, the Universal Negro Improvement Association, the Comintern, and *Négritude*, together with "a wide array of internationalists movements and institutions —liberal, socialist, communist, Chrisitan, feminist, and imperialist in their orientation"[148].

At the same time, the historical profession itself was experiencing its own form of internationalism, with the creation of associations such as the *Comité international des sciences historiques* (1926) and the International Institute of Social History (1935). Among these initiatives was an event organized by Henri Pirenne, in which Ruth Fisher participated[149]. In this context, the profession was increasingly exposed to divergent political orientations from within and from outside, it was no longer possible to claim historical truth from the narrow vantage point of white, male nationalism.

The inequality of power in the historical production was evident at different levels, as were the strategies devised to navigate it. Patrons were indispensable for gaining access to certain positions, yet these relationships were asymmetrical rather than one-sided, and not always obvious. This is illustrated by the material sources of the institutionalisation of imperial/colonial history, by Kofo Moore's reflections on Oxford's transformation, and by Harlow's observation of a new generation.

Nevertheless, single-sex and predominantly Black institutions —often the only professional avenues available to women and historians of African descent— together with parallel initiatives such as the *Journal of Negro History*, became crucial sites of historical authority for theses newcomers.

If, as Gilroy suggests, the ship was the central chronotope of the nineteenth century, then for academic historians in the late nineteenth and first half of the twentieth centuries, the chronotope of the (scholar)ship became the primary vehicle for mobility and exchange. Many historians of the Black Atlantic were its beneficiaries. The experience of displacement fostered cross-fertilization and provided access to the machinery of knowledge —libraries, archives, and related institutions.

148 Matera, *Black London*, 16–17.

149 "A Tribute," *J. Franklin Jameson: A Tribute*, ed. Ruth Anna Fisher and Willaim Lloyd Fox (Washington, DC: Catholic University of America Press, 1965), 1–8.

In this context, Dike was training as an imperial/colonial historian in a period of intergenerational tension. *Trade and Politics*, from the perspective of imperial/colonial historiography, could be classified as an area study, which brings the novelty of being concerned with the "position of power" of Africans and the progressive decline of that power, from the suppression of the traffic in men and the rise of "legitimate commerce."

It may also be read as a form of "Negro History" in the Woodson's sense, capturing the African positions of power in the formation of the Atlantic world. Like Eric Williams, who described *Capitalism & Slavery*, as at once English economic history, West Indian history, and "Negro history," Dike characterized *Trade and Politics* as a study of both Atlantic and tribal history[150]. Therefore, the fact that its topic is located at the intersection of various interests is not a point of mere academic debate; rather, it demonstrates that the work matters to a more diverse "us" as human societies.

The interdisciplinary nature of this historical writing is unequivocal. Yet within this interdisciplinarity, political history assumes particular importance. The book's principal argument locates power in territorial sovereignty, above all in the defence of the traders' frontier along the seaboard, and the capacity of Delta societies to adjust "to the new economy and changing society." As Dike himself observed, "Trade and politics are inextricably mixed,"[151] a view reflected in the book's very structure, which shifts back and forth between more economic and more political topics[152]. Nevertheless, *Trade and Politics* does not stem from a materialist, Marxist-inflected approach to economic and social history. Anthropology also figured prominently in this interdisciplinary outlook, as tribal organization was redefined and elevated to the status of a legitimate historical and political entity. In order to cope with unequal access to the means of historical production, the new kind of historian forges the hybridity of ideas that Gilroy discusses; this process is in the same vein as an interdisciplinary methodological choice, it

150 Dike, *Trade and Politics*, 20.

151 Dike, *Trade and Politics*, 80.

152 See A. Adu Boahen, "The African Association, 1788–1805," *Transactions of the Historical Society of Ghana* 5, n.º 1 (1961): 44, http://www.jstor.org/stable/41405737.

differs in that it can be extended to embrace an intercultural and less self-assertive scientific history.

The Decolonization and the Civil Rights Movement established a rupture in this regime of historicity. The second half of twentieth century saw the rename of *The Journal of Negro History* to the *Journal of African American History*, the imperial/colonial historians concerned with Africa became Africanist historians, as we saw there were the emergence of Ibadan and Dakar school of history, predominantly Black and single-sex high learning institutions came to an end; new multidisciplinary fields such as Gender Studies and Black Studies took shape, among other transformations.

On 9 March 1961, Du Bois sent a letter to Dike, then based in Ibadan, concerning the long-envisioned *Encyclopedia Africana* project. That was not the first time he sent a letter to Dike about the project. On this occasion, Du Bois expressed worry about the Arabic-speaking people of Africa. Nonetheless, his tone was optimistic: "I think our project is proceeding favorably, but, of course, there are lots of difficulties. I shall write in more detail later concerning our plans"[153]. Du Bois died two years later, coincidentally a day before the March on Washington, where Martin Luther King delivered his most iconic speech. The *Encyclopedia Africana* project remained unrealized in his lifetime. In a way, a poetic metaphor of the end of the regime of historical production this article seeks to reconstruct.

153 W. E. B. Du Bois, Letter to Kenneth Dike, 9 March 1961, in *W. E. B. Du Bois Papers* (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries, http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b153-i397.

Documentary sources

Acton, Lord. "German Schools of History." *The English Historical Review* 1, n.º 1 (1886): 7–42. http://www.jstor.org/stable/546982.

Azikiwe, Nnamdi. *My Odyssey: An Autobiography*. London: C. Hurst, 1970.

Blake, John William. "The Study of African History." *Transactions of the Royal Historical Society* 32 (1950): 49–69. https://www.jstor.org/stable/3678477.

_____. Preface to *West Africa: Quest for God and Gold, 1454–1578: A Survey of the First Century of White Enterprise in West Africa, with Particular Reference to the Achievement of the Portuguese and Their Rivalries with Other European Powers*. London: Curzon, 1977.

Brittain, Vera. *The Women at Oxford: A Fragment of History*. New York: Macmillan, 1960.

Caliver, Ambrose. "Collegiate Education of Negroes." *School Life* (March 1941): 183–185. https://books.google.com.br/books?id=WphI2lMFR2QC.

Cooper, Anna Julia. "The Higher Education of Women." *Southland* (April 1891): 186–202. https://dh.howard.edu/ajc_published/28.

_____. "L'attitude de la France à l'égard de l'esclavage pendant la Révolution." PhD dissertation, Université de Paris, 1925. https://dh.howard.edu/ajc_published/25.

Coupland, Reginald. Review of *The British West African Settlements, 1750–1821: A Study in Local Administration*, by E. C. Martin. *History* 13, n.º 49 (1928): 72. http://www.jstor.org/stable/24400511.

Dike, Kenneth Onwuka. *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830–1879: An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria*. Oxford: Clarendon Press, 1966 [1956].

_____. "Gerald S. Graham: Teacher and Historian." In *Perspectives of Empire: Essays Presented to Gerald S. Graham*, edited by John E. Flint and Glyndwr Williams, 1–8. Longman, 1973.

_____. "African History Twenty Five Years Ago and Today." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (1980): 13–22. http://www.jstor.org/stable/41971334.

Diop, Cheikh Anta. *L'Afrique noire précoloniale: étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et l'Afrique Noire, de l'Antiquité à formation des états modernes*. Paris: Présence Africaine, 1987 [1960].

Donnan, Elizabeth. Preface to *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America, vol. 1, 1441–1700*, edited by Elizabeth Donnan, v–vi. Washington, DC: Carnegie Institution of Washington, 1930.

Du Bois, W. E. B. "The Suppression of the African Slave Trade in the United States of America, 1638–1871." PhD dissertation, Harvard University, 1895. https://id.lib.harvard.edu/alma/990038300410203941/catalog.

_____. *Black Folk Then and Now: An Essay in the History and Sociology of the Negro Race*. New York: Henry Holt, 1940.

_____. Letter to Kenneth Dike, 9 March 1961, in *W. E. B. Du Bois Papers* (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries. http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b153-i397.

Fisher, Ruth Anna. "A Tribute." *J. Franklin Jameson: A Tribute*, edited by Ruth Anna Fisher and William Lloyd Fox, 1-8. Washington, D. C.: Catholic University of America Press, 1965.

Goveia, Elsa V. "A Tribute to Elsa V. Goveia." *Caribbean Quarterly* 30, n.º 3–4 (1984): 2–6. http://www.jstor.org/stable/40653546.

Harlow, Vincent. "Recent Research in Colonial History Since 1783." *History* 33, n.º 117–118 (1948): 72–83. http://www.jstor.com/stable/24402207.

Hesseltine, William B., and Louis Kaplan. "Negro Doctors of Philosophy in History." *Negro History Bulletin* 6, n.º 3 (1942): 59, 67. http://www.jstor.org/stable/44246869.

_____. "Women Doctors of Philosophy in History." *The Journal of Higher Education* 14, n.º 5 (1943): 254–259. https://doi.org/10.2307/1975170.

"Historical News." *The American Historical Review* 60, n.º 4 (1955): 1024–1036. http://www.jstor.org/stable/1844982.

James, C. L. R. *The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution*. New York: Random House, 1989 [1938].

Martin, Eveline C. "The English Establishments on the Gold Coast in the Second Half of the Eighteenth Century." Master's thesis, University of London, 1922. https://archive.org/details/englishestablish00mart/mode/2up.

Moore, Kofoworola Aine. "The Story of Kofoworola Aine Moore, of the Yoruba Tribe, Nigeria. Written by Herself." *Ten Africans*, edited by Margery Perham, 323–344. Northwestern University Press, 1963 [1936].

Newton, Arthur Percival. *The European Nations in the West Indies, 1493–1688*. London: Adam & Charles Black, 1966 [1933].

"Notes and News." *History* 14 (1919): 85–89. http://www.jstor.org/stable/24399060.

Olawale, Ronke. "Interview with Bolanle Awe." *Global Feminisms Project*, 31 October 2019. Posted October 2019. University of Michigan Library, Deep Blue Repositories, 71 min., 16 sec. https://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/163354.

Rhodes, Cecil John. *The Last Will and Testament of Cecil John Rhodes with Elucidatory Notes to Which Are Added Some Chapters Describing the Political and Religious Ideas of the Testator*, edited by W. T. Stead. London: Review of Reviews, 1902.

Seeley, John Robert. *The Expansion of England: Two Courses of Lectures*. London: Macmillan, 1883.

Stockwell, Sarah. "The Imperial and World History Seminar." In *Talking History: Seminar Culture at the Institute of Historical Research, 1921–2021*, edited by David Manning, 175–200. London: University of London Press, 2024.

Unsigned review of *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America*, edited by Elizabeth Donnan. *The Journal of Negro History* 16, n.º 1 (1931): 100–102. https://doi.org/10.2307/2714004.

Williams, Eric. "The British West Indian Slave Trade After Its Abolition in 1807." *The Journal of Negro History* 27, n.º 2 (1942): 175–191. https://doi.org/10.2307/2714732.

_____. *Capitalism and Slavery*. New York: Capricorn Books, 1966 [1944].

Williams, Wilson E. Letter to W. E. B. Du Bois, Los Angeles, 25 August 1940. In *W. E. B. Du Bois Papers* (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries. http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b093-i292.

Wolfson, Freda. "British Relations with the Gold Coast, 1843–1880." PhD dissertation, University of London, 1950. https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/.

_____. "A Price Agreement on the Gold Coast-The Krobo Oil Boycott, 1858–1866." *The Economic History Review* 6, n.º 1 (1953): 68–77. https://doi.org/10.2307/2591022.

Woodson, Carter Godwin. "The Disruption of Virginia." PhD dissertation, Harvard University, 1912. https://id.lib.harvard.edu/alma/990040203140203941/catalog.

_ _ _ _ _ _ _ _. Review of *Black Folk Then and Now*, by W. E. B. Du Bois. *The Journal of Negro History* 24, n.º 4 (1939): 460–463. https://doi.org/10.2307/2714368.

Bibliography

Acton, Lord. "German Schools of History." *The English Historical Review* 1, n.º 1 (1886): 7–42. http://www.jstor.org/stable/546982.

Ajayi, J. F. Ade. "'Towards a More Enduring Sense of History: A Tribute to K. O. Dike' Former President, Historical Society of Nigeria on Behalf of the Historical Society of Nigeria." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 12, n.º 3–4 (1985): 1–3. https://www.jstor.org/stable/44715364.

Armitage, David. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Barbosa, Muryatan Santana. "A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)." PhD dissertation, Universidade de São Paulo, 2012. https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-09012013-165600.

Behm, Amanda. *Imperial History and The Global Politics of Exclusion: Britain, 1880–1940*. London: Palgrave Macmillan, 2018.

Bentley, Michael. "Shape and Pattern in British Historical Writing, 1815–1945". In *The Oxford History of Historical Writing. Vol. 4, 1800–1945*, edited by Stuart Macintyre, Juan Maiguashca and Atilla Pók, 204–224. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Boahen, A. Adu. "The African Association, 1788–1805." *Transactions of the Historical Society of Ghana* 5, n.º 1 (1961): 43–64. http://www.jstor.org/stable/41405737.

Brito, Mario Eugenio Evangelista. "Por uma descolonização da história: a historiografia africana da década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop." Master's thesis, Universidade Federal de Goiás, 2015. http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5531.

_ _ _ _ _ _ _ _. "Uma leitura desde a diáspora sobre historiografia africana independentista na década de 1950, os casos de K. O. Dike e C. A. Diop." *Revista Transversos* 10, n.º 10 (2017): 205–235. https://doi.org/10.12957/transversos.2017.29520.

Brown, Lalage J., and Michael Crowder, eds. *The Proceedings of the First International Congress of Africanists, Accra 11th-18th December 1962*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1964.

Burroughs, Peter. "John Robert Seeley and British Imperial History." *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 1 (1973): 191–211. doi:10.1080/03086537308582372.

Chamberlain, Mary. "Elsa Goveia: History and Nation." *History Workshop Journal*, n.º 58 (2004): 167–190. http://www.jstor.org/stable/25472759.

Christen-Lécuyer, Carole. "Les premières étudiantes de l'Université de Paris." *Travail, genre et sociétés* 4, n.º 20 (2000): 35–50. https://doi.org/10.3917/tgs.004.0035.

Chuku, Gloria. "Kenneth Dike: The Father of Modern African Historiography." In *The Igbo Intellectual Tradition: Creative Conflict in African and African Diasporic Thought*, edited by Gloria Chuku, 137–164. Palgrave Macmillan, 2013.

Cirqueira, Diogo Marçal. "Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos". Master's thesis, Universidade Federal de Goiás, 2010. http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1857.

Contee, Clarence G. "The Encyclopedia Africana Project of W. E. B. Du Bois". African Historical Studies 4, n.º 1 (1971): 77–91. https://doi.org/10.2307/216269.

Darity Jr., William A. "Disposal of an Old Orthodoxy: Reading Eric Williams' Dissertation." *Review (Fernand Braudel Center)* 35, n.º 2 (2012): 169–175. https://www.jstor.org/stable/43551699.

Du Bois, W. E. B. Review of *Economics and Social Reform*, by Abram L. Harris. *Crisis* (May 1958): 314–315. https://archive.org/details/sim_crisis_1958-05_65_5.

Dunelmian 13. "Professor Vincent Harlow: Historian of the Commonwealth." July 1962, 195–196. https://olddunelmians.org.uk/#archives.

Fage, J. D. "Obituary: Kenneth Onwuka Dike, 1917–83." *Africa: Journal of the International African Institute* 54, n.º 2 (1984): 96–98. https://www.jstor.org/stable/1159914.

_____. "British African Studies since the Second World War: A Personal Account." *African Affairs* 88, n.º 352 (July 1989): 397–413. https://www.jstor.org/stable/722694.

_____. "The Development of African Historiography." In *General History of Africa, vol. I: Methodology and African Prehistory*, edited by Joseph Ki-Zerbo, 25–42. Oxford: Heinemann, 1995.

Fort, George Seymour. *Alfred Beit: A Study of the Man and His Work*. London: Nicholson & Watson, 1932.

Gilroy, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso, 1993.

Gray, Richard. "Christianity: Trusteeship and Education." In *The Cambridge History of Africa, vol. 7: from c. 1905 to 1940*, edited by Andrew Roberts, 182–190. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Greaves, Robert. "Penson, Dame Lillian Margery (1896–1963), historian." *Oxford Dictionary of National Biography.* 23 Sep. 2004. Accessed 3 June 2023. https://www.oxforddnb.com/view/10.1093/ref:odnb/9780198614128.001.0001/odnb-9780198614128-e-35468.

Grollemund, Philippe. "Paulette Nardal, les confidences de la femme des fiertés noires." *FLAME*, Mondes noirs: hommage à Paulette Nardal/Black Worlds: A Tribute to Paulette Nardal, 1. https://www.unilim.fr/flamme/94.

Hair, P. E. "J. W. Blake: A Tribute". *History in Africa* 16 (1989): 413–414. https://www.jstor.org/stable/3171799.

_____. "The Nigerian Records Survey Remembered." *History in Africa* 20 (1993): 391–394. https://doi.org/10.2307/3171985.

Hill, Roscoe R. *American Missions in European Archives*. Mexico, D.F.: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1951.

Iggers, George G., and Wang, Q. Edward. *A Global History of Modern Historiography*. New York: Pearson Longman, 2008.

_____. "The Intellectual Foundations of Nineteenth-Century 'Scientific' History: The German Model." In *The Oxford History of Historical Writing, vol. 4, 1800–1945*, edited by Stuart Macintyre, Juan Maiguashca and Attila Pók, 41–58. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Kapteijns, Lidwien. *African Historiography Written by Africans, 1955–1973: The Nigerian Case*. 1977. PhD dissertation, Universiteit Leiden, 1977. https://hdl.handle.net/1887/484.

Kelly, Robin D. G. "'But a Local Phase of a World Problem': Black History's Global Vision, 1883–1950." *The Journal of American History* 86, n.º 3 (1999): 1045–77. https://doi.org/10.2307/2568605.

Lingelbach, Gabriele. "The Institutionalization and Professionalization of History in Europe and the United States." In *The Oxford History of Historical Writing, vol. 4, 1800–1945*, edited by Stuart Macintyre, Juan Maiguashca and Attila Pók, 78–96. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Locke, Alain LeRoy. Foreword to *The Negro in the Caribbean* by Eric Williams. Washington DC: The Associates in Negro Folk Education, 1942.

Louis, Wm. Roger. Introduction to *The Oxford History of the British Empire, vol. 5. Historiography*, edited by R. W. Winks, 1–42. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Macintyre, Stuart, Juan Maiguashca, and Attila Pók. Editors' introduction to *The Oxford History of Historical Writing: vol. 4, 1800–1945*, edited by Stuart Macintyre, Juan Maiguashca and Attila Pók, xxii–16. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Matera, Marc. *Black London: The Imperial Metropolis and Decolonization in the Twentieth Century*. Oakland, CA: University of California Press, 2015.

Mbembe, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição." *Estudos Afro-Asiáticos* 23, n.º 1 (2001): 175–209. https:// doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007.

Muñiz, H. G. Introduction to *El negro en el Caribe y otros textos* by Eric Williams, edited by H. G. Muñiz, 419–458. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2011.

Neatby, Hilda. Queen's University. Volume 1, 1841–1917: To Strive, to Seek, to Find and Not to Yield, edited by Frederick W. Gibson and Roger Graham. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1978.

Newbury, David. "Contradictions at the Heart of the Canon: Jan Vansina and the Debate over Oral Historiography in Africa, 1960–1985." *History in Africa* 34 (2007): 213–254. https://www.jstor.org/stable/25483698.

Nwaubani, Ebere. "Kenneth Onwuka Dike, 'Trade and Politics', and the restoration of the African in history." *History in Africa* 27 (2000): 229–248. https://doi.org/10.2307/3172115.

Ogot, Bethwell A. "African Historiography: from colonial historiography to UNESCO's General history of Africa." *Groniek* 27, n.º 122 (1993): 71–78. https://ugp.rug.nl/groniek/article/view/16429/13919.

Omolewa, Michael. "The Education Factor in the Emergence of the Modern Profession of Historian in Nigeria. 1926–1956." *Journal of the Historical Society of Nigeria* 10, n.º 3 (1980): 41–62. https://www.jstor.org/stable/41971337.

Oyeniki, Adeyemi Bukola. "Awe. Bolanle (1933b)." In *Dictionary of African Biography, vol. 1*: *ABACH-BRAND*, edited by Emmanuel Akyeampong and Henry Louis Gates Jr., 300–301. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Pugh, Patricia. "Margery Perham and Her Archive." *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 19 (1991): 212–228. https://doi.org/10.1080/03086539108582856.

Queen Mary University of London. "Dr Eveline Martin, Reader in African & Imperial History, Westfield College." In *Women at Queen Mary Online: A Virtual Exhibition*. Accessed 1 February 2024. https://women.qmul.ac.uk/virtual/women/atoz/martine.htm.

Render, Sylvia Lyons. "Afro-American Women: The Outstanding and the Obscure." *The Quarterly Journal of the Library of Congress* 32, n.º 4 (1975): 306–321. http://www.jstor.org/stable/29781646.

Rhea, John M. *A Field of Their Own*: *Women and American Indian History, 1830–1941*. Norman: University of Oklahoma Press, 2016.

Rosiji, Gbemi. *Lady Ademola: Portrait of a Pioneer: Biography of Lady Kofoworola Aina Ademola, MBE OFR*. Lagos: EnClair, 1996.

Smith, Bonnie G. *The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice*. Cambridge and London: Harvard University Press, 1998.

The Universities Bureau of The British Empire. *The Yearbook of the Universities of the Empire*, 1938. London: Bell and Sons, 1938.

Torstendahl, Rolf. *The Rise and Propagation of Historical Professionalism*. New York and London: Routledge, 2015.

Thorpe, Earl E. *Black Historians: A Critique*. New York: William Morrow, 1971.

Trouillot, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 2015.

West, Michael O. "Global Africa: The Emergence and Evolution of an Idea," *Review (Fernand Braudel Center)* 28, n.º 1 (2005): 85–108. http://www.jstor.org/stable/40241620.White, Deborah Gray. Introduction to *Telling Histories: Black Women Historians in the Ivory Tower*, edited by Deborah Gray White, 1–27. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2008.

Winks, Robin W. "The Future of Imperial History." *The Oxford History of the British Empire, vol. 5. Historiography*, edited by R. W. Winks, 653–658. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Woolf, Daniel, ed. *The Oxford History of Historical Writing. Vol. 4, 1800–1945*, edited by Stuart Macintyre, Juan Maiguashca and Attila Pók. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Wormell, Deborah. *Sir John Seeley and the Uses of History*. New York: Cambridge University Press, 1980.

Referência para citação:

Brito, Mario Eugenio Evangelista Silva. "Kenneth Onwuka Dike as an Atlantic Historian: An Alternative History of the Formative Years of African Historiography". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 111-159. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.36422.

Práticas da História, n.º 20 (2025): 161-180

José Gueleka Kapetula

"Monangamba" e "Poema da alienação" na concretização do ideário da *Mensagem*

Uma ideia comum em torno da revista *Mensagem* (Luanda, 1951-1952) consiste no facto de ser considerada conciliadora de um conjunto de vontades para a afirmação de uma nova cultura angolana. É neste contexto que se enquadram poemas como "Monangamba" e "Poema da alienação" de António Jacinto, porquanto, os mesmos, pela tentativa de representação da negritude , pela militância em relação à condição da classe trabalhadora angolana e consequente exposição do colonialismo expressam a angolanidade cultural e literária. O facto de "Monangamba" e "Poema da alienação" serem ainda hoje bastante lidos, em contexto educativo em Angola, faz-nos crer que por seu intermédio seja possível promover discussões sobre os valores da *Mensagem*.
Palavras-chave: "Monangamba"; "Poema da alienação"; *Mensagem*.

"Monangamba" and "Poema da Alienação" in the Realization of *Mensagem*'s Ideals

A common idea on the magazine *Mensagem* (Luanda, 1951-1952) is that it represented a convergence of desires to affirm a new Angolan culture. It is in this context that António Jacinto's poems "Monangamba" and "Poema da Alienação" can be situated since they express Angolan cultural and literary identity through their attempt to represent Blackness , their militancy in defense of the Angolan working class and their denunciation of colonialism. The fact that 'Monangamba' and 'Poema da alienação' are still widely read in educational contexts in Angola leads us to believe that they can be used to promote discussions about the values of *Mensagem*.
Keywords: "Monangamba"; "Poem of Alienation"; *Mensagem*.

"Monangamba" e "Poema da alienação" na concretização do ideário da *Mensagem*

José Gueleka Kapetula*

1. Introdução

Neste artigo, referimo-nos à *Mensagem* de Luanda (1951-1952), cuja fundação resulta de um conjunto de iniciativas enquadradas num extenso movimento cultural, literário, social e político levadas a cabo pela Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). A revista *Mensagem* é conhecida como o marco iniciador de uma nova cultura literária angolana e teve como principais animadores Viriato da Cruz, António Jacinto, Agostinho Neto e Mário de Andrade (estes dois colaboraram com a revista a partir do exterior, o primeiro a partir de Lisboa e o segundo a partir de Paris), Mário António e Alda Lara, entre outros[1].

Como é referido por Francisco Topa[2], *Mensagem* surge num contexto global em que as revistas literárias eram tidas como veículo de lançamento de novos escritores e de tendências literárias, algumas delas em rutura com os sistemas literários dominantes.

No caso da *Mensagem* de Luanda, esta rutura era em relação à literatura colonial, pois os seus animadores se propunham afirmar uma

José Gueleka Kapetula (jose.gueleka@isced-huila.ed.ao). https://orcid.org/0000-0003-2626-5077. Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, Rua Sarmento Rodrigues, Lubango, Huíla, Angola. Artigo original: 4-08-2024; artigo revisto: 27-06-2024; aceite para publicação: 8-07-2025.

1 Russel G. Hamilton, *Literatura africana. Literatura necessária I – Angola* (Lisboa: Edições 70, 1975), 82.

2 Francisco Topa, "O projeto da *Mensagem* de Luanda e o seu número de estreia", *Vértices* 24, n.º 1 (2022): 36. https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n12022p34-43.

literatura assente nos valores da angolanidade, entendida como expressão da identidade nacional angolana e que pudesse expor questões sociais inerentes a Angola, como refere Francisco Soares[3]. Não sendo propriamente um ponto zero, *Mensagem* representou uma perspetiva diferente, com uma literatura anticolonial, baseada no espírito da angolanidade, verificada nas formas, nas circunstâncias e contextos evocados na sua poesia e criação literária.

A pretendida rutura estética e temática com o sistema literário e cultural europeu foi tão significativa e de tal forma sistematizada que se viu replicada nas criações da maioria dos seus autores, verificando-se similaridades temáticas em diversos poemas de diferentes poetas, como são os casos de Viriato da Cruz em "Mamã negra (canto de esperança)"[4] e Agostinho Neto "Voz de sangue"[5], na tentativa de os dois poemas ligarem-se à condição universalista do negro, ainda nos casos de "Namoro" de Viriato da Cruz e "Carta dum contratado"[6] de António Jacinto, ligação que pode ser verificada na estrutura dialógica de ambos, em pormenores considerados importantes no âmbito do conteúdo do poema: o uso de uma carta (nos dois poemas) como recurso para a expressão do amor dos sujeitos; a comparação da beleza das moças com elementos da natureza angolana[7]; a referência à questão das classes sociais (no caso de Viriato os dois intervenientes são de contextos sociais diferentes; e no caso de António Jacinto pertencem à classe desfavorecida, havendo uma crítica velada à privação de direitos a esse grupo social), o que é demonstrativo de uma atuação coordenada por parte dos seus propulsores.

3 Francisco Soares, "Para uma observação estética da poesia de António Jacinto", em *António Jacinto e a sua época. A modernidade nas literaturas africanas em l*íngua *portuguesa*, org. Ana Paula Tavares, Fabio Mario da Silva e Luís da Cunha Pinheiro (Lisboa: CLEPUL, 2015), 46.

4 Viriato da Cruz, "Carta dum contratado", em *Poemas* (Lisboa: UCCLA, 2014), 27-30.

5 Agostinho Neto, *A renúncia impossível* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda), 39.

6 Jacinto, *Poemas*, 18-20.

7 No caso de Viriato da Cruz, "Namoro", em *Poemas*, 15-17: "Mandei-lhe uma carta em papel perfumando/ e com letra bonita eu disse ela tinha/ um sorrir luminoso tão quente e gaiato como o sol de Novembro brincando de artista [...]/ sua pele macia era sumaúma/ sua pele macia, da cor do jambo/ seus seios laranjas – laranjas do Loje, seus dentes... marfim [...]." No caso de "Carta dum contratado" (1961): "Eu queria escrever-te uma carta de lembranças de ti, de ti, dos teus lábios vermelhos como tacula/ dos teus cabelos negros como dilôa/ [...] dos teus seios duros como maboque/ do teu andar de onça...".

É tendo isto em consideração que este estudo se propõe analisar, de forma comparativa, dois poemas de António Jacinto do Amaral Martins (1924-1991), "Monangamba"[8] e "Poema da Alienação"[9], nas possibilidades que podemos verificar nos mesmos, nas suas capacidades de prolongar os princípios evocados pela *Mensagem*.

Considerando esta perspetiva, na primeira parte deste estudo fazemos um enquadramento sobre a *Mensagem*, nos seus aspetos mais gerais, relacionados com a sua fundação e definição, assim como uma apresentação resumida do seu programa, como forma de assegurar uma compreensão fundamentada dos poemas escolhidos. Na segunda parte, fazemos uma abordagem sobre as influências da *Mensagem*, mais concretamente sobre a Negritude e sobre o neorrealismo, pois consideramos estarem estas referências mais destacadas nos poemas analisados. Procederemos, enfim, à análise dos poemas "Monangamba" e "Poema da alienação", tendo em conta as ideias e perspetivas gerais da *Mensagem*.

2. Revista *Mensagem*: um enquadramento geral

A revista *Mensagem* é frequentemente definida como um marco iniciador de uma perspectiva nova sobre a literatura angolana, em rutura com padrões estéticos e ideológicos veiculados pela literatura colonial portuguesa.

Apesar de a abordagem sobre a *Mensagem* parecer uma circunstância recorrente, achamos que a mesma se afirma de grande pertinência na atualidade, pois continua a ter incidência em contextos de sala de aula em Angola, por tratar-se de um conteúdo obrigatório nas aulas de Literatura Angolana, nos cursos superiores de Formação de Professores de Língua Portuguesa e, também, a nível do ensino médio, nas aulas de disciplinas análogas, nos cursos de Ciências Humanas e de Formação de Professores. Estes acabam por ser alguns dos espaços dominantes em relação ao estudo da historiografia da literatura angolana. Por meio desse uso didático, novas gerações de alunos angolanos

8 Jacinto, *Poemas*, 21-23.
9 Jacinto, *Poemas*, 34-38.

têm tido oportunidade de ter contacto com uma parte importante da história cultural e literária de Angola, o que se afirma importante para a fundamentação da nossa proposta.

A nível dos estudos literários sobre Angola, refere-se que o aparecimento da revista *Mensagem* correspondeu à concretização das aspirações dos jovens angolanos de criar um clima propício à produção intelectual baseada no espírito da angolanidade[10]. Neste sentido, *Mensagem* surge como veículo para a divulgação da poesia nacional angolana em contraponto com a poesia portuguesa que vigorava na ex-colónia. Pretendia-se que a nova poesia se voltasse muito mais para a criação de uma literatura angolana baseada em questões de igualdade social e de toda a ideologia política socialista. De acordo com Francisco Topa[11], mais do que a afirmação de uma vanguarda estética, *Mensagem* era essencialmente um movimento de afirmação de um sistema literário africano.

A criação da revista *Mensagem* é frequentemente associada a um conjunto de iniciativas que estiveram na origem do surgimento do MNIA (Movimento dos Novos Intelectuais de Angola), na sua perspectiva de "descobrir Angola", com primado assente numa ideia de refundação da angolanidade cultural e política. Deste modo, *Mensagem* pretendia afirmar-se como veículo de promoção de valores que se consideravam nativos, em reação ao apagamento cultural imposto pelo colonialismo, como refere António Jacinto em correspondência enviada a Mário Pinto de Andrade[12].

O programa da *Mensagem* alargava-se a outros planos, marcadamente sociais, com reflexos sobre a emancipação das populações de Angola por via da educação. Como é amplamente conhecido, este programa propunha entre os seus objetivos: i) a valorização e afirmação da cultura angolana, ii) a criação de uma cultura de Angola além-fronteiras;

10 Hamilton, *Literatura africana. Literatura necessária*, 82 e Manuel Ferreira, *No reino de Caliban II* (Lisboa: Plátano Editora, 1988), 14.

11 Topa, "O projeto da *Mensagem* de Luanda", 36.

12 Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade: uma entrevista* (Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997), 193.

iii) a alfabetização massiva das populações indígenas; iv) a publicação periódica da *Mensagem*; v) a realização de palestras; vi) a realização de conferências, recitais e saraus literários; vii) a criação de cursos livres de divulgação artística; viii) a fundação de escolas primárias, médias e técnicas; ix) a criação de bibliotecas[13].

Como se pode depreender pelo seu programa, *Mensagem* integra iniciativas e projetos que perspectivavam uma profunda descoberta de Angola, com grande preponderância para a valorização de aspetos culturais e sociais ligados à terra e de outros ligados à educação das populações. Esta será uma tendência compreensível, pois os seus promotores eram jovens intelectuais e entusiastas que acreditavam no poder transformador da educação das massas populares como fator preponderante para o alcance da prosperidade material da nação independente. Isto pode-se entrever no poema "Adeus à hora da largada"[14] de Agostinho Neto (1922-1979), um dos poetas mais ativos da *Mensagem*:

Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero
sou aquele por quem se espera

13 *Mensagem*: *A Voz dos Naturais de Angola*, 1 (julho de 1951), 1-2.

14 Agostinho Neto, "Adeus à hora da largada", em *Sagrada Esperança* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987), 47.

Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida[15].

Consciente do papel transformador do intelectual, o sujeito do poema assume sobre si a responsabilidade dos destinos imediatos da terra, colocando-se numa posição messiânica, como se pode verificar a partir dos versos que abaixo retomamos:

Eu já não espero
Sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida

Por este poema de Agostinho Neto nota-se uma atitude constante nos poetas dessa geração, de denúncia da falta de educação para a maioria da população, como comprovam as referências explícitas aos "garotos sem escola" e, sucessivamente, aos "homens negros ignorantes":

Hoje
somos as crianças nuas das sanzalas do mato
os garotos sem escola a jogar a bola de trapos
nos areais ao meio-dia
[...]

15 Neto, "Adeus à hora da largada", 47.

os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
[...]

Ao mesmo tempo que denuncia a condição de ignorância, o estado de miséria dos bairros e a frustração profunda à qual os angolanos estão relegados, o sujeito do poema não perde de vista as responsabilidades a si acometidas sobre os destinos futuros da nação, um futuro de liberdade assente na educação:

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
vão em busca de vida[16]

De acordo com Pires Laranjeira[17], nos seus dois cadernos publicados, *Mensagem* adquiriu um formato próprio, tornando-se, deste modo, a expressão cultural e literária da angolanidade.

Do nosso entendimento, a expressão cultural e literária a nível da poesia pode ser vista tanto em relação à forma, que maioritariamente apresentava uma estrutura dialógica, como a nível do seu conteúdo,

16 Neto, "Adeus à hora da largada", 48.

17 Pires Laranjeira, *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (Lisboa: Universidade Aberta, 1995), 71.

pelas escolhas linguísticas, pelos espaços e imaginário evocados, pelos anseios e utopias urdidas. A nível dos estudos literários angolanos, esta estratégia é vista como uma tentativa de aproximação dessa nova poesia à tradição narrativa oral africana.

Os tópicos mais explorados na poesia dessa época incidem sobre a opressão colonial, exploração laboral, pobreza, analfabetismo, memórias de tempos de infância (estratégia usada para o esbatimento de diferenças raciais)[18], uma vez que havia diferenças a este nível entre os próprios poetas, e porque se perspectivava um país multirracial, diferente da realidade colonial, assente no domínio de uma raça sobre outra e num modelo de imposição cultural. Portanto, *Mensagem* enquadra-se num projeto de recuperação e de valorização da cultura angolana, mas uma cultura moderna, com capacidade para relançar a nova nação no contexto internacional e no nivelamento de questões sociais entre os diversos segmentos sociais pelo viés da literatura.

2.1 Influências da revista *Mensagem*

Das várias influências apontadas à *Mensagem*, destaca-se a Negritude. Esta chega à revista pela frequência de meios francófonos por Mário Pinto de Andrade, nessa sua conhecida colaboração na *Présence Africaine*[19]. Segundo Pires Laranjeira[20], essa influência concretiza-se, a nível da poesia, pelo desejo de reencontro do poeta com a terra-mãe (lugar de inspiração e força propulsora para o relance sobre o mundo), sobretudo para aqueles que se encontram nas diásporas africanas, o que ocorre através da constante afirmação do próprio poeta como uma entidade social e culturalmente africana.

18 Consideramos esta uma estratégia recorrida atualmente. Um caso que nos parece apontar para isto verifica-se no romance de Pepetela *O planalto e a estepe,* em que o personagem principal, Júlio Pereira (um menino branco, natural do Lubango), na descrição que faz sobre a sua infância, apresenta-nos um contexto multiracial a nível do seu círculo mais íntimo, que compreendia, para além de si e da sua irmã, os filhos de um serviçal muíla (duas crianças negras), de quem Júlio era amigo e se referia aos mesmos como sendo iguais, o que não sucedia com a sua irmã, que manifestava reservas em relação à ligação de Júlio a essas crianças. Essa relação é importante para o personagem principal (Júlio), pois por meio dela pode observar e analisar as contradições desse seu mundo colonial, em que o racismo é uma constante e como essa relação de amizade entre um menino branco e crianças negras é desencorajada pelas pessoas que têm à volta.

19 Laban, *Mário Pinto de Andrade*, 110-116.

20 Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, 72.

A nível linguístico, verifica-se o recurso ao kimbundu como artifício que propicia maior proximidade aos contextos tradicionais e que a nível estético imprime à poesia dessa época a matriz de angolanidade pretendida, no sentido da ligação com a cultura, história e circunstâncias vividas no país.

A opção pelo kimbundu será determinada pelo facto de a maioria dos poetas dessa geração porvirem de regiões angolanas em que para a maioria da população nativa o kimbundu era a língua dominante, como são os casos de Agostinho Neto (Bengo), António Jacinto e Mário Pinto de Andrade (Golungo Alto) ou Viriato da Cruz (Porto Amboim).

Os usos do kimbundu são manifestos por via do uso de expressões lexicais, vejam-se os casos de *Monangamba*[21], *Beça-nganas*[22], ainda de onomatopeias, corporizadas nos pregões dos sujeitos retratados, por exemplo em "Poema da alienação": "ma limonje ma limonjéééé"; "ji ferrera ji ferreréééé"[23]; "tué tué tué trr arrimbuim puim puim"[24], ou mesmo do pregão "Kuakié!...

21 Título do poema em análise neste trabalho. Palavra de origem kimbundu que em português é equivalente a carregador ou moço de frete. *Infopédia. Dicionários Porto Editora*, em: www.infopedia.pt, acessado a 15.04.2025.

22 Expressão do kimbundu relativa às mulheres de Luanda que se vestem de forma tradicional. Para este trabalho, foi retomada do poema "Sô Santo" de Viriato da Cruz. Estes usos de palavras e expressões do kimbundu são elementos que visam conferir aos poemas a identidade nacional pretendida pelos poetas da *Mensagem*.

23 Grito de uma zungueira (vendedora informal que calcorreia as ruas e avenidas das cidades angolanas) anunciando a venda de limões: "ma limonje ma limonjéééé", enquanto "ji ferrera ji ferreréééé" será o anúncio de um certo tipo de peixe característico da região de Luanda. Temos essa intuição, tendo em conta que os outros nomes referidos na mesma estrofe são nomes de peixes; em se tratando de um pregão, será normal que na sequência o anúncio corresponda igualmente a um peixe. O que também se encontra no poema "Canção para Luanda" (1980) de Luandino Vieira. Se considerarmos que, no caso deste último poema, o grito também é proferido por um sujeito designado Mana Rosa Peixeira, fica evidente que se tratará de um tipo de peixe. Deixamos aqui as duas estrofes para efeitos de comparação:

O meu poema corre nas ruas
Com um quibalo podre à cabeça
Oferecendo-se
Oferecendo
"carapau sardinha matona
Ji ferrera ji ferreréééé"
In: "Poema da alienação", António Jacinto

"Olá almoço, olá almocéé
Matona calapau
Ji ferrera ji ferreréééé"
In: Luandino Vieira, "Canção para Luanda"

24 António Jacinto, "Poema da Alienação", em *Poemas* (Lisboa: UCCLA, 2015), 37.

Makèzú, Makèzú"[25] da "velhinha quitandeira" do poema "Makèzú" de Viriato da Cruz, na mesma língua nacional angolana (kimbundu). Há ainda, em termos linguísticos, o reaproveitamento de formas do português na perspetiva de recriação de formas e conteúdo poético de matriz africana.

Outra influência importante é a do neorrealismo. Neste sentido, a poesia da *Mensagem* converte-se em artefacto político, uma arma com propriedades múltiplas, em termos do conteúdo que veicula, voltando-se para a representação de contextos de pobreza, dos excluídos, dos injustiçados. Revela, ainda, uma forte tendência para centralizar o foco poético e de criação literária sobre contextos rurais e periféricos (*musseques*), ignorando a tentação de um retrato sobre a vida do centro das cidades africanas, uma vez que este era dominado pelo colonizador.

Como já referímos, para o contexto angolano a *Mensagem*, como projeto multidisciplinar, representou um marco literário importante. Teve como finalidade enfatizar a ideia da angolanidade e dar voz ao africano negro, para que os angolanos se pudessem identificar com essa nova poesia produzida. É no sentido da convergência e da promoção das ideias da *Mensagem* que situamos a poesia de António Jacinto que, como referido acima, foi um dos poetas mais destacados desse período, tendo uma presença-chave como poeta e contista.

Há hoje em Angola uma clara dificuldade em encontrar a revista *Mensagem*, o que em nosso entender configura-se num obstáculo importante para a compreensão do seu objeto e promoção dos seus valores, nomeadamente a afirmação de uma forma literária alicerçada na cultura, na história e nos anseios dos angolanos, pormenor seguramente necessário para a compreensão da literatura mensageira, enquanto instrumento de afirmação de identidades de uma nação. Consideramos ser este um argumento interessante para a formulação do presente estudo, que se detém sobre a análise de dois poemas de António Jacinto: "Monangamba"

25 Expressão retirada do poema de Viriato da Cruz, "Makèzú", em *Poemas*, 7. Segundo um informante (Manuel Mateus, falante nativo de kimbundu que é actualmente professor de Metodologia da Língua Portuguesa na Escola de Formação de Professores do Lubango), uma tradução possível para este pregão seria: "amanheceu, olha a cola". Cola é o equivalente em português para makezú, que é um alimento, consumido ao amanhecer.

e "Poema da alienação", para que por este meio se possa divisar o ideário da *Mensagem*, na sua qualidade de projeto fundador da angolanidade literária.

3. "Monangamba" e "Poema da alienação": dois poemas de Jacinto em análise

3.1 Monangamba

O poema "Monangamba" é um dos poemas mais revisitados em contexto de sala de aula em Angola. É dos poemas de leitura obrigatória nos diversos programas da cadeira de Literatura Angolana, nos cursos de formação de professores, integrando de igual modo manuais escolares de Língua Portuguesa a nível do ensino médio e tem tido excelente recepção por parte de novas gerações de leitores/alunos, quer pela sua linguagem considerada acessível quer por remeter para situações históricas vividas em contexto colonial.

Este poema beneficia também do facto de ter sido musicado por Ruy Mingas[26] e de ter novos usos poéticos e sociais. A atenção que tem sido capaz de concentrar é um ponto importante para que, pela sua análise, se possam veicular as ideias e princípios fundadores da *Mensagem*.

Uma primeira instância evocada no poema "Monangamba" está relacionada com a exploração laboral a que estavam sujeitos os contratados, nesse estratagema encontrado pela administração colonial portuguesa para prolongar formas de exploração da força de trabalho angolana.

A violência dessa exploração laboral é expressa por via da denúncia que empreende o sujeito do poema, afirmando-se protagonista da prosperidade agrícola de uma fazenda colonial, verificada na exuberância dos seus produtos, que se constituem como prolongamentos do seu corpo, o que se deduz a partir da equiparação entre a cor do café (em fase de amadurecimento), com a cor do seu sangue e da sua pele, em fase mais avançada no seu processo de preparação:

26 Ruy Mingas, *Monangambé*, 1974.

Naquela roça grande não tem chuva
é o suor do meu rosto que rega as plantações;
Naquela roça grande tem café maduro
e aquele vermelho-cereja
são gotas do meu sangue feitas seiva.
O café vai ser torrado,
pisado, torturado,
vai ficar negro,
negro da cor do contratado[27]

Também se pode depreender um sentimento de maior familiaridade do sujeito do poema (o contratado) com os elementos da natureza que evoca como seus próximos para consulta em caso de dúvidas sobre a condição de exploração em que se encontra submetido.

Perguntem às aves que cantam,
aos regatos de alegre serpentear
e ao vento forte do sertão[28]

Vemos na evocação destes elementos da natureza uma retoma do tema do analfabetismo, trabalhado, entretanto, em "Carta dum contratado", em que o sujeito do poema, mercê da privação de educação formal, tem nos elementos da natureza os seus interlocutores e confidentes, pois partilharão de uma linguagem equivalente à sua, caracterizada pela simplicidade das formas e de significados:

Eu queria escrever-te uma carta
amor,
uma carta que te levasse o vento que passa

27 Jacinto, "Monangamba", em *Poemas*, 21.
28 Jacinto, "Monangamba", 21.

uma carta que os cajús e cafeeiros
que as hienas e palancas
que os jacarés e bagres
pudessem entender
para que se o vento a perdesse no caminho
os bichos e plantas
compadecidos de nosso pungente sofrer
de canto em canto
de lamento em lamento
de farfalhar em farfalhar
te levassem puras e quentes
as palavras ardentes
as palavras magoadas da minha carta
que eu queria escrever-te amor...[29]

Esse destaque sobre os elementos da natureza pode ser entendido como referência ao estado de desespero e de sofrimento em que se encontra o sujeito do poema (o contratado), ao mesmo tempo que procura convergir com os princípios da *Mensagem*, na denúncia em relação à falta de educação da maioria da população, base para a prossecução da sua alfabetização massiva.

Há no poema, por via de perguntas retóricas muito bem aproveitadas pelo sujeito do poema, exposição da exploração laboral em que se encontrava o sujeito do poema/o contratado, que construía a base da prosperidade material do patrão colonial, o que se adequa a um quadro de denúncia sobre as desigualdades sociais existentes em Angola.

Quem se levanta cedo?
Quem vai à tonga?
Quem traz pela estrada longa

29 Jacinto, "Carta dum contratado", 20.

a tipóia ou o cacho de dendém?
Quem capina e em paga recebe desdém,
fuba podre, peixe podre,
panos ruins, cinqüenta angolares
"porrada se refilares"?
Quem?
Quem faz o milho crescer
e os laranjais florescer
Quem?
Quem dá dinheiro para o patrão comprar
Máquinas, carros, senhoras
E cabeças de pretos para os motores?

Quem faz o branco prosperar,
Ter barriga grande – ter dinheiro?

E as aves que cantam,
os regatos de alegre serpentear
e o vento forte do sertão
responderão:
- "Monangambéééé..."[30]

A estas referências à natureza africana (café, milho, laranjais) juntam-se um conjunto de expressões de origem angolana (fuba, dendém, maruvo) que afirmam o poema na linha dos princípios fundadores da *Mensagem*, isto é, dão ao poema uma dimensão lírica inequivocamente angolana, ao mesmo tempo que o seu teor prosaico e a simplicidade de formas lexicais e retóricas o tornam acessível aos leitores angolanos da época, que o podem percecionar por via da oralidade, fator pretendido pelos poetas mensageiros.

30 Jacinto, "Monangamba", 22.

Da exposição que faz sobre o seu estado de sofrimento, o sujeito do poema finaliza a sua denúncia com uma atitude resignada, suspirando por um estado de alienação que o redimensionaria para um estágio de desconhecimento da realidade que tem à sua volta, marcada pela sua condição de indignidade, sem o usufruto ajustado do trabalho que empreende.

> Ah! Deixem-me ao menos subir às palmeiras
> Deixem-me beber maruvo,
> e esquecer diluído nas minhas bebedeiras[31]

3.2 "Poema da alienação": retrato dos desvalidos da sociedade

De acordo com Laranjeira[32], no "Poema da alienação" evidencia-se "o velho tema marxista da alienação dos trabalhadores". Há no poema a apresentação de figuras sociais variadas, cada uma retratada no quadro da sua situação específica de exploração, numa estratégia de exposição da máquina colonial. Consideramo-lo, por isso, um poema de teor neorrealista, pois nele predominam causas sociais e simultaneamente políticas.

Os sujeitos retratados são os desvalidos da sociedade, "o meu poema anda por aí vadio/no mato ou na cidade"[33], é a quitandeira *vendendo-se*, num retrato com semelhanças ao que ocorre no poema de Agostinho Neto com o mesmo nome, "Quitandeira", com a diferença de que no poema de Jacinto as referências à quitandeira[34] não são explícitas. Esta pode ser identificada a partir da vestimenta, "panos garridos":

31 Jacinto, "Monangamba", 23.

32 Laranjeira, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, 85.

33 Jacinto, "Poema da alienação", 34.

34 Mulher que compra bens para revendê-los no mercado ou pelas ruas. Nesta última acepção (vender pelas ruas), é equivalente a zungueira. Adaptado do dicionário www.priberam.org, acessado a 26.06.2025.

O meu poema anda por aí fora
envolto em panos garridos
vendendo-se
vendendo[35]

Há ainda referência ao ardina que vende jornais nas ruas, sem que esses jornais falem sobre os dramas da sua vida, entendendo-se como entidade coletiva, não se configurando como objeto de reportagem. O poema é ainda sobre a lavadeira que presta serviços em casas coloniais, suportando o facto de ter de se prostituir em face do seu estado de precariedade:

O meu poema vem do Musseque
ao sábado traz a roupa
à segunda leva a roupa
ao sábado entrega a roupa e entrega-se
à segunda entrega-se e leva a roupa[36]

É ainda sobre o drama que vive a filha da lavadeira diante da iminência da violação por parte do patrão; sobre a prostituta, figura frequente na literatura mensageira; sobre o contratado, bastante representado na poesia de António Jacinto, na sua condição de trabalhador desterrado em contextos de exploração laboral, o que é outro tema recorrente na poesia mensageira:

O meu poema é contratado
anda nos cafezais a trabalhar
o contrato é um fardo
que custa a carregar
"monangambéééé"[37]

35 Jacinto, "Poema da alienação", 35.
36 Jacinto, "Poema da alienação", 35.
37 Jacinto, "Poema da alienação", 36.

Em relação às práticas repressivas da máquina colonial, destaca-se a figura do cipaio[38], por se tratar de uma figura que tem as suas origens nos musseques e ser conhecida pelos excessos da sua ação sobre os seus conterrâneos. No mesmo poema, temos ainda outra vez, e de forma muito explícita, a questão do abuso da autoridade, a condição de pobreza e a situação de ignorância em que viam envoltos os colonizados. E, por fim, um aspecto de autorretrato do poeta, o que manifesta assimilação de construção de uma sociedade multirracial assente nos princípios de igualdade:

> o meu poema sou eu-branco
> montado em mim-preto
> a cavalgar pela vida[39]

Considerações finais

Mensagem representou um marco importante para a definição da angolanidade literária. Este conceito é entendido como sendo representado pela ocorrência na poesia de aspetos de forma (destacando-se o carácter prosaico dos poemas, o uso de expressões lexicais com origem nas línguas nacionais da Angola, com predominância do kimbundu, ou o aproveitamento de expressões populares nos poemas) e pela constância de aspetos de conteúdo com referências explícitas sobre a condição social dos nativos, com foco descritivo sobre contextos que evocam a vida nos musseques e nos campos, sem grandes referências à vida das cidades. Os poetas da geração mensageira procuraram fazer desses elementos características da sua poesia.

Tendo em conta a escassez de exemplares da *Mensagem* no espaço cultural e académico angolano, e considerando que é esta uma referência importante pela definição que promoveu ao sistema literário

38 Cipaio, o mesmo que Sipaio, nas antigas colónias ultramarinas portuguesas, polícia ou militar indígena recrutado para policiamento local ou rural, ver: dicionário.priberam.org., acessado a 26.06.2025.

39 Jacinto, "Poema da alienação", 38.

angolano, achamos que o estudo dos poemas "Monangamba" e "Poema da alienação" de António Jacinto terá certamente a propriedade de restabelecer uma ligação às ideias difundidas nesse periódico, nomeadamente sobre a dignificação do povo, a valorização da cultura local, a recusa do colonialismo e da opressão social, cultural e racial, permitindo, deste modo, que as novas gerações se acheguem e aprofundem o conhecimento sobre os seus poetas e textos fundadores.

"Monangamba" e "Poema da alienação" têm a propriedade de, em muitos sentidos, quer a nível da forma como do conteúdo, estabelecerem relações intertextuais com os poemas da *Mensagem*, como procurámos demonstrar acima.

Nos dois poemas, quer a partir da sua estrutura que estabelece ligações com formas tradicionais da narração africana, quer a partir de marcas lexicais retomadas do kimbundu, ou ainda pelo tom de denúncia apresentados, António Jacinto procura alinhar-se aos princípios preconizados pela revista *Mensagem*, subentendidos na valorização e afirmação de uma cultura angolana forte, daí as referências à natureza e ao homem angolano na sua dimensão trabalhadora, apesar de esta estar em benefício do colonizador.

Bibliografia

Cruz, Viriato da. *Poemas*. 2ª Edição. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2014. https://www.uccla.pt/sites/default/files/poemas_viriato_da_cruz.pdf.

Ferreira, Manuel. *No reino de Caliban II*. 2ª edição. Lisboa: Plátano Editora, 1988.

Hamilton, G. Russel. *Literatura africana. Literatura necessária*. Lisboa: Edições 70, 1975.

Jacinto, António. *Poemas*. 2ª edição. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015.

https://www.uccla.pt/sites/default/files/colectanea_de_poemas_ant_jacinto.pdf.

Laban, Michel. *Mário Pinto de Andrade: uma entrevista*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

Laranjeira, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Mensagem: A Voz dos Naturais de Angola, 1 (julho de 1951).

Neto, Agostinho. *A renúncia impossível*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

Neto, Agostinho. *Sagrada esperança, renúncia impossível, amanhecer*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009.

Soares, Francisco. "Para uma observação estética da poesia de António Jacinto". Em *António Jacinto e a sua época. A modernidade nas literaturas africanas em língua portuguesa*, organizado por Ana Paula Tavares, Fabio Mario da Silva e Luís da Cunha Pinheiro, 43-55. Lisboa: CLEPUL, 2015.

Topa, Francisco. "O projeto da *Mensagem* de Luanda e o seu número de estreia". *Vértices* 24, n.º 1 (janeiro-abril de 2022): 34-43. https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n12022p34-43.

Referência para citação:

Kapetula, José Gueleka. "'Monangamba' e 'Poema da alienação' na concretização do ideário da *Mensagem*". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 161-180. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.38605.

Práticas da História, n.º 20 (2024): 181-191

Emma Ben Aziza

Monsieur l'agent, sachez que l'histoire ne se confisque pas aux enfants car elle se niche dans leurs maisons et leurs jeux

En Occident, les sciences, les modes de représentation et la compréhension de l'environnement découlent historiquement d'une opposition systémique à ce que les empires coloniaux construisent comme étant la nature, et aux peuples qu'ils considèrent comme non civilisés. Cette entreprise de partition du monde, loin d'être désintéressée, oriente le cours de l'histoire, sa transmission et son interprétation. Ainsi, il y a toujours une résonance particulière dans le fait de s'en emparer. Quelle forme prend cette résonance, et pourquoi est-il important de la situer ? En tant que diasporas, comment pouvons-nous nous l'approprier, afin de la déplacer sans cesse ? Où et pourquoi pourrions-nous en détecter les traces historiques ? Comment pouvons-nous y ajouter des couches pour en proposer une lecture entièrement différente ? Ce texte aborde l'expérience diasporique comme vecteur d'une historiographie subjective, rejetant la ligne chronologique linéaire et remettant en question l'idée que l'histoire ne peut être comprise collectivement, s'éloignant ainsi d'un récit unidirectionnel.
Mots clès: historiographie diasporique; diaspora; poésie; analogies végétales.

Officer, understand that history is not merely something taught to children – it is embedded in their homes, their games, and their everyday lives

In the West, sciences, modes of representation, and the understanding of the environment, historically stem from systemic opposition to what colonial empires construct as nature, and to the peoples they consider to be uncivilized. This endeavour of dividing up the world, far from being disinterested, guides the course of history, its transmission, and its interpretation. Thus, there is always a particular resonance in the fact of taking possession of it. What form does this resonance take, and why is it important to situate it? As diasporas, how can we appropriate it, in order to constantly shift it? Where and why could we detect the traces of history? How can we add layers to it to propose an entirely different reading? This text approaches the diasporic experience as the vector of a subjective historiography, rejecting the linear chronological timeline and challenging the idea that history cannot be collectively understood, thus diverging from a unidirectional timeline.
Keywords: diasporic historiography; diaspora; poetry; vegetal analogies.

Monsieur l'agent, sachez que l'histoire ne se confisque pas aux enfants car elle se niche dans leurs maisons et leurs jeux

Emma Ben Aziza*

En Occident, les sciences, les modalités et lieux de représentation (musées, théâtres...) et plus largement l'appréhension de l'environnement ou la création et l'usage des techniques se fondent historiquement par opposition systémique à ce que les empires coloniaux ont constitué comme étant la nature et par opposition aux peuples qu'ils ont désigné comme étant « non-civilisés ». L'impérialisme, tel que nous le connaissons aujourd'hui, prend pleinement racine dans cette dynamique destructrice. Toute cette entreprise de découpage du monde oriente le cours de l'Histoire, sa transmission et sa lecture. Le fait de s'en emparer résonne toujours de façon singulière : cela implique une manière de voir, de raconter le passé. L'Histoire officielle d'un pays ou son actualité la plus récente, quand elle est diffusée par les institutions du pouvoir en place, est extrêmement intéressante à analyser. Si l'on entend parler d'Histoire lorsque l'État a des intérêts économiques à défendre, il y a de grandes chances pour que cette Histoire ne soit pas destinée à l'ensemble de la population. Si on perçoit alors à qui elle se destine, et que les outils ou rituels mobilisés pour la transmettre et la faire perdurer dans les esprits sont bel et bien choisis sciemment, qu'elle se frotte au récit national pour parfois finir par l'épouser complètement, alors que faire ?

* Emma Ben Aziza (benazizaemma@gmail.com). Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Lyon, 8 bis quai Saint-Vincent 69001 Lyon – France. Essai original: 30-07-2024; essai révisé : 2-06-2025; accepté pour publication : 14-07-2025.

Nous ne sommes jamais en dehors de l'Histoire. En tant que matière constitutive de notre présent, elle n'est jamais passée au sens où elle n'existerait plus. Comment faire de cette dernière une matière qui nous entraîne, à partir de ce qui s'est matériellement déroulé, à imaginer ce qui serait possible pour la suite ? Comment, finalement, en faire une matière qui se pratique et qu'est-ce que cela sous-entend ? Cela pourrait commencer par une historiographie qui nous permet de nous constituer comme sujets prenant part à son déroulé.

Dans le souci des enfants, de celles et ceux qui viendront demain et qui feront face à la dose d'honnêteté intellectuelle dont nous auront fait preuve, je propose ici l'ébauche d'une méthodologie créative, très proche de ma méthodologie de travail en tant qu'artiste. Cette méthodologie émane d'un récit diasporique que les descendantes et descendants de familles ouvrières immigrées en France sont nombreuses et nombreux à connaître.

Si l'historiographie est l'étude de la façon d'écrire l'histoire, l'objet de ma proposition serait de m'inscrire dans une historiographie diasporique pour tendre vers sa dimension pratique. Elle serait une méthodologie d'écriture et de transmission de l'Histoire composée du croisement de faits et de matériaux qui ne sont à priori pas supposés se rencontrer. L'Histoire deviendrait une composition de fragments de vies, et s'éloignerait ainsi de la frise chronologique linéaire affichée au mur de la classe. Le vécu diasporique serait alors le vecteur d'une historiographie diasporique. Par ces allers-retours culturels ou géographiques, les vécus des personnes issues de diasporas s'opposent à une conception de l'Histoire de laquelle on ne peut se saisir collectivement car elle ne se destine pas à la collectivité, à l'ensemble de la population.

Bon arbre, bon fruit

décembre 2020

J'ai lu vos livres, je suis passée par vos chemins et vos savoirs, vos codes et vos méthodes de découpe. Mais je ne m'y vois pas. Je n'y vois pas

mes complexités, je ne vois pas mon histoire alors que vous produisez votre savoir à partir d'elle. Et plus encore, je ne vous vois pas vous plonger dans la mienne, je ne vous vois pas vous plonger dans mes chemins. Et d'ailleurs, quand vous le faites, c'est pour me faire entrer dans votre définition du spectaculaire, et faire de moi vôtre nouvelle aubaine. Je vous vois vous servir et produire à partir de ce que vous choisissez de mes histoires parce que vous avez la possibilité de choisir ce que vous voulez ou non. Et vous pouvez le faire sans courir le risque de subir une quelconque remise en question de ce que vous êtes ou de ce que vous possédez. Moi, je sais que ce que vous possédez provient des fruits d'un travail qui n'est pas le vôtre. Je ne vous vois pas vous plonger dans mon récit, car il vous faudrait en lâcher la maîtrise totale. Tout ceci m'a l'air d'être un continuum vers quelque chose qui ne m'est jamais destiné. J'ai toujours été frappée par la contradiction entre ce sur quoi on théorise et ce que l'on applique à partir des savoirs. Entre, plus concrètement, ce que l'on dit et ce qu'on fait. La dissimulation de cette contradiction avec l'appui de l'institution m'est toujours apparue comme une entreprise mortifère de récupération des savoirs et récits humains au bénéfice d'une bien-pensance hégémonique à un milieu social et intellectuel, et au service, toujours, du capitalisme. Au service aussi des restes de l'empire et de son découpage du monde en deux pôles. Si les critiques de la binarité, si la critique de la dominance d'un « Nord » sur un « Sud » produit elle-même un continuum délétère, elle joue le jeu de l'impérialisme et produit concrètement le contraire de ce sur quoi elle se base. Il ne s'agit pas d'atteindre un purisme éthique, mais de pointer avec honnêteté le fossé abyssal entre comment nous pratiquons, entre ce qu'on produit, et ce qu'on dit depuis sa pratique, depuis son contexte de production.

Je n'ai pas de temps ni d'énergie à accorder à travailler à des choses glissant vite de mes mains car on me ramènera toujours à ce que je ne maîtrise pas, alors même qu'il s›agit de ramifications directes de mon histoire. De toute façon, des gens n'abandonnent pas du jour au lendemain leurs dogmes et leurs intérêts, ceux-là même auxquels ils s'attachent au point de tout verrouiller autour d'eux. Ce que je vois,

en revanche, c'est que la contradiction s'agrandit, et que si les choses vont vite cela signifie également la fin de leur dominance intellectuelle et culturelle illusoire.

Ma loyauté est une frise chronologique circulaire qui s'étend et à chaque fois qu'on vient, l'atterrissage est tellement bon qu'il la ferait décoller.

Être issue d'une diaspora c'est avoir une conscience particulière de ce qui est sensiblement fragmenté en nous. Cette conscience peut se manifester très différemment. La méthodologie pour une historiographie diasporique pourrait en être une manifestation.

Le mot « diaspora », désignant un groupe d'individus vivant un présent croisé entre plusieurs cultures et zones géographiques, est ici envisagé comme le vecteur d'une historiographie subjective, comme la possibilité de faire autrement à partir de ce que l'on a ou de ce qui nous reste.

« Diaspora » est aussi un mot d'origine grecque, signifiant dissémination ou dispersion.

« Spora » (ensemencement) est issu du verbe « speírô » (semer) qui a donné spore en français. En botanique, la spore est un organe que possède certaines plantes pour se disperser, se multiplier et ainsi résister à un environnement qui leur serait défavorable.

La métaphore du citrus

L'analogie végétale est puissante, elle nous relie à un monde duquel nous nous coupons, celui du vivant. C'est en regardant les arbres du jardin de mon enfance que je comprends où je suis. Une diaspora se dissémine, fait pousser, coupe des racines, négocie, cueille ses propres fruits. Ses fragments gravitent comme les particules de l'air, s'attirent et se désunissent pour se retrouver ailleurs. Comme l'Histoire suivant son cours, une diaspora n'a jamais fini de changer, mais elle peut trouver d'autres façons de vivre tous ces fragments avec lesquels elle cohabite.

Une orange a des quartiers, qui ne sont pas seulement dépendants de la peau de l'orange entière (puisqu'on peut l'éplucher) et si on ne l'ouvre pas, poussés par notre curiosité, elle reste un seul et même fruit. Ces fragments, ces quartiers d'orange finalement tous différents, excitent notre sensibilité quand on les découvre et/ou qu'on les goûte. Une fois le fruit décortiqué, des possibles sont ouverts. Il y a de multiples façons de manger, éplucher et déposer le fruit sur une surface. Une fois que l'on fait des choix d'agencements une nouvelle forme apparaît, formant un nouveau tout, un nouveau fruit, une espèce d'orange étrange et hybride.

Cette réflexion à propos du fragment qui s'applique à l'orange s'applique aussi à l'historiographie diasporique.

On peut impliquer plusieurs couches temporelles dans lesquelles s'imbriquent plusieurs histoires, qui se traduisent par plusieurs supports soutenant ce qui est voué à être transmis et formant un tout. Les fragments collaborent pour cohabiter et soutenir une structure, un déroulé, une base historique matérielle.

L'importance de l'agencement pour une historiographie diasporique

Nous ne pouvons apprécier les phénomènes qui nous entourent que par les relations qui les lient entre eux. Cette appréhension est ce qui permet de rapprocher la méthodologie des artistes à celle des scientifiques, et de révéler l'aspect commun de leurs démarches. Le travail de l'artiste pourrait se résumer à ça : elle/il établit de manière constante, avec l'impossibilité de se défaire de cette manie, des relations entre les phénomènes d'ordre divers qui nous entourent et propose ou présente des façons de les lier. En collectant des éléments, en les classant, les emballant, il est en quelque sorte une/une professionnel.le de la science de l'échantillon.

Si l'Histoire pouvait parler, voici ce qu'elle nous dirait sans doute : « les éléments qui la composent prennent sens quand il y a du lien entre eux. Rien de vivant n'émane d'un amas d'éléments déconnectés car ils sont complexes, contradictoires et méritent de l'espace et du

temps. Je voudrais sortir d'un système qui contrôle l'accès au savoir et au fait de se déplacer sur différents territoires géographiques. Mon parti-pris est de me rendre accessible. Je ne suis pas faite pour les secrets. Pour travailler avec moi, il est nécessaire d'oser agencer des éléments contradictoires, d'essayer et d'essayer sans cesse sans jamais figer une version, mais d'y ajouter des clés de compréhension dont la vue globale, une fois ces dernières réunies, vous feront voir comment est-on allés d'un point A à un point E dans un contexte donné »

Lorsque la façon d'écrire l'Histoire nous semble omettre des faits relatifs à l'histoire coloniale constitutive de notre présent, il paraît important de pouvoir tisser nos propres liens entre des faits, que l'on soit historien.ne ou non. Nous ne pouvons pas ignorer les endroits où un point de la pensée se fige et ne s'articule plus avec rien. La maîtrise (au sens de contrôle) et la propriété vont de pair dans la construction d'un Empire et son maintien dans le temps. Cette rigidité relève d'un désir de constituer l'Histoire comme un domaine séparé de la vie, comme un dossier classé une fois la version qui nous conviendrait le mieux valorisée sans s'y confronter. L'objectivité scientifique ne devrait servir aucun opportunisme. On pourrait penser que la radicalité d'un positionnement réside dans le fait d'incarner une opposition sans négocier, dans le fait de se figer à l'endroit du refus et d'y rester, et que cela serait une position suffisante. Mais cette position seule n'a rien de radical (même si elle est parfois nécessaire en premier lieu) car elle ne produit rien à long terme. Ce qui est important mais qui demande un grand travail c'est ce qu'on fait après ce refus, à partir de lui.

Voici une conclusion diasporique : nous refaisons sans cesse une nouvelle synthèse à partir de ce que l'on a entre les mains.

Sachez que j'ai dî dire au revoir à toute une lignée d'arbres et que, par le même temps, j'ai dû refonder ma propre notion de la filiation

A la différence, par exemple, d'un récit ou d'un conte, l'Histoire est composée de faits. La croiser avec la fiction nous permet de nous rendre

compte que si l'Histoire ne peut plus être questionnée, si elle cache pourquoi et pour qui elle est orientée, elle ment forcément sur les faits ou en omet certains par choix. Il y a quelque temps, je me suis rappelé le désespoir que je ressentais en cours d'Histoire-Géographie à l'école. Plus les années passaient et plus je me figurais mon cerveau comme un entonnoir qu'on tentait de faire déborder sans que j'aie la place de voir ce qu'on y versait. Je n'avais plus aucun espace pour réfléchir à ce qu'on me proposait. Impensable alors d'isoler les éléments les uns des autres pour établir mes propres liens. Qui sait, peut-être auraient-ils questionné, au fond de la salle de classe, la base d'un système qui s'effondre très bien par lui-même. Le programme était beaucoup trop dense, mais me démoralisait surtout par sa prétendue neutralité affichée comme un sourire publicitaire.

Je ne suis pas historienne et c'est pour cette raison que je me permets de prendre des faits historiques et les mêler à la fiction, car les fictions ont aussi une base matérielle : elles sont toujours formulées par des personnes pour qui il est nécessaire, pour une raison ou pour une autre, de raconter quelque chose. En passant, par exemple, par l'observation des liens entre la fiction et l'Histoire ou par la mise en relation instinctive de faits historiques, nous nous autorisons pas-à-pas la projection de soi dans l'Histoire. Ainsi nous pouvons arriver à un recul progressif sur ce qui relève de la fiction dans l'Histoire, et sur le récit national.

L'horizon s'élargit même si tout n'est pas encore dessiné, et s'en dégage beaucoup d'espoir.

Sachez que c'est quand on veut effacer les preuves qu'elles se voient le plus

Plus on agit avec l'Histoire, plus le sol est fertile. Si nous nous sentons faire partie de l'Histoire par le biais de souvenirs et de leur dimension matérielle en résonance avec nos sens (un goût, un son, une odeur, une température...), alors elle n'est pas seulement une discipline à laquelle on pourrait accéder uniquement d'un point de vue intellectuel. Elle est faite de la vie des gens, profondément attachée à la réalité, aux sédiments de la terre où elle s'ancre.

À partir du moment où l'on retire à un souvenir ou à un fait la possibilité de le connecter à d'autres, il devient immuable et une partie de sa matérialité lui est retirée. En l'isolant, en l'hermétisant, on le tue en partie. Il devient moins tangible : on ne peut pas le transformer ni faire à partir de ce morceau là quelque chose de nouveau. Si on l'empêche d'être expérimenté par les sens, cela revient alors à contrôler ce qu'est la vérité d'une expérience. L'essence d'une expérience réside dans sa matérialité, dans le fait d'entrer en interaction avec notre organisme et nos sens. Le souvenir doit être une expérience touchée, entendue, vue pour pouvoir être compris et devenir autre chose. Cela nous en dit long sur ce que pourrait être le sens profond de l'Histoire et sa transmission.

Tout ce qui émerge durant l'expérimentation peut constituer de la matière pour réaliser des compositions. En ce sens, chercher à faire une historiographie diasporique peut être mis en lien avec ce qu'enfants nous faisions avec joie, sans honte ni a priori – à savoir: le jeu, l'appréhension naïve d'un sujet, poursuivi.e.s par l'intuition que l'incarnation, l'expérience était fondamentale pour construire une h(H)istoire qui se tient. En acceptant l'imposture – au sens d'un emprunt méthodologique ponctuel – comme une étape indispensable et nécessaire, nous redonnons à l'expérimentation son sens premier : elle est l'essence de la vie.

J'avais peur de toi jusqu'à ce que je te donne un nom

La latence peut être comprise comme un espace-temps entre un point A et un point B. Lorsqu'il y a de la latence entre deux éléments d'un récit, elle serait une sorte de gravité ou de matière (comme la matière noire) qu'on ne perçoit pas avec les sens, une sorte de spectre sur lequel se projettent nos fantasmes, ou bien la note de fond d'un parfum qui révélerait les autres. La latence pourrait donc laisser en suspens un endroit pour se constituer en tant que sujet d'un récit. Elle permettrait des endroits indéfinis pour le moment, plus souples. Sans elle, (comme sans gravité) rien ne tiendrait, tout serait sans relief, nous ne percevrions plus les choses du monde en dimensions.

Un bon récit a sa dose d'inconnu. Ses fragments sont en tension pour former quelque chose. Dans ce qui est latent, rien n'est encore terminé ou défini, mais quelque chose existe. Porter attention à ce qui ne se donne immédiatement à nos sens, ou différemment de ce qui est attendu, serait alors plutôt intéressant. Par exemple, les objets témoins du passage d'un événement ne font pas toujours partie de la course à la visibilité et se font parfois discrets, au fond de la boîte à souvenirs rangée dans la maison. Grâce à des espaces de latence, le doute est permis, une pause se fait, nous avons l'espace et le temps d'envisager ce qu'on nous a raconté autrement. Il devient possible de nous raconter à nous-même ou aux autres quelque chose qui nous touche.

Si vous êtes avec un.e enfant et qu'elle/il a peur de son ami imaginaire ou peur des fantômes, conseillez-lui de leur donner un nom et une histoire.

Lorsque l'on voit des fantômes, lorsque des choses nous hantent, accordons-leur un ancrage pour éviter de les arracher, les déraciner de l'Histoire. L'historiographie diasporique permettrait de retrouver, via des images qui se coordonnent, des images manquantes qui sont encore à l'état de fantôme. Elle pourrait nous aider à révéler ce qui nous habite.

Sans la latence, pas de fantômes. Ces derniers participent à donner du relief à ce que nous ne percevons pas avec nos sens et c'est pour cette raison qu'ils nous font peur. Ils ressortent lorsqu'on ne s'y attend pas et se heurtent à notre maîtrise de l'Univers. La latence, ce sont nos fantômes qui nous poursuivent, contenue dans leur présence. Ce qui est latent peut surgir de l'invisible, pousser à nouveau, sortir de sous le sol plat, le repousser pour former autre chose, faire surgir ce qui pourrait sembler ne pas exister. C'est ce qui vient après l'enterrement.

ici

Des bougainvilliers adorables
piquent de rose les larmes du blanc de mes yeux
le blanc de mes yeux brûlés

devant la révérence inévitable aux aller retours touristiques
La trottinette garantissant un voyage plus rapide
que le dos de mon bourricot de pays
trop têtu pour avancer
Le smartphone garantissant une meilleure communication
que mon téléphone arabe qui tord et déforme

L'ancien assis se repose
sous le bougainvilliers tâchant le blanc
et par dessus les bruits de trottinettes, il fume
et me dit
dans un nuage calme
que ma nostalgie de l'ancien garantit la mort à petit feu
de ma capacité de goûter à ma propre humanité.

Referência para citação:
Ben Aziza, Emma. "Monsieur l'agent sachez que l'histoire ne se confisque pas aux enfants car elle se niche dans leurs maisons et leurs jeux". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 181-191. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.38604.

Práticas da História, n.º 20 (2025): 193-221

Florencia Levín

Duelo y restitución: Michel de Certeau, *criatura textual*. Ecos de un diálogo furtivo

"¿Qué *fabrica* el historiador cuando 'hace historia'?" Con esta interrogación, Michel de Certeau inaugura su célebre ensayo sobre la operación histórica. Como anticipa, se trata de una "relación enigmática" que el historiador sostiene "con la sociedad presente y con la muerte gracias a la mediación de unas actividades técnicas". A 50 años de la primera edición de este famosísimo ensayo, deseo aportar a un necesario balance sobre los sentidos y usos de la operación histórica. A la luz del invaluable aporte de Andrés Freijomil en *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau* (Garnier, 2020), que alumbra ordenes de sentido más *verdaderos* para la comprensión de su obra me interrogo: ¿Qué hizo Freijomil para lograr este sorprendente giro? En este escrito intentaré develar los secretos de su mágica operatoria a partir de la misma materia que él aborda: el trabajo de Michel de Certeau.
Palabras clave: Michel de Certeau; operación histórica; hermenéutica e historia; tiempo e historia; muerte y sentido.

Mourning and Restitution: Michel de Certeau *Textual Creature*. Echoes of a Furtive Dialogue

"What does the historian *create* when he 'makes history'?" With this question, Michel de Certeau inaugurates his famous essay on the historical operation. As he anticipates, it is an "enigmatic relationship" that the historian maintains "with present society and with death through the mediation of technical activities." Fifty years after the first edition of this famous essay, I wish to contribute to a necessary balance of the meanings and uses of the historical operation. In light of Andrés Freijomil's invaluable contribution in *Arts de braconner. A material history of reading with Michel de Certeau* (Garnier, 2020), that illuminates truer orders of meaning for the understanding of his work, I ask myself: What did Freijomil do to achieve this surprising turn? In this essay, I will try to reveal the secrets of his magical operation based on the very material he addresses: the work of Michel de Certeau.
Keywords: Michel de Certeau; historic operation; hermeneutics and history; time and history; death and meaning.

Duelo y restitución: Michel de Certeau, *criatura textual*. Ecos de un diálogo furtivo

Florencia Levín*

Introducción[1]

"¿Qué *fabrica* el historiador cuando 'hace historia'?" Con esta conocida interrogación, Michel de Certeau inauguraba su célebre ensayo sobre la operación histórica trazando desde el primer párrafo la existencia de una "relación *enigmática*" que el historiador sostiene "con la sociedad presente y con la muerte gracias a la mediación de unas actividades técnicas" (el subrayado es mío).[2] El resto del ensayo lo dedicará, como bien se sabe, a develar el enigma planteado proponiendo una relectura de la disciplina que hoy conserva toda su vigencia. A 50 años de la publicación de la primera versión de este consagrado ensayo, parece oportuno revisar los sentidos y usos de la *operación histórica*. En este trabajo me enfocaré particularmente en esa problemática a la luz del invaluable aporte realizado por Andrés Freijomil con su obra *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau* (Garnier, 2020) que, a mi modo de ver, produce un giro que alumbra nuevos ordenes de sentido, más *verdaderos*, para la comprensión de la obra y el

* Florencia Levín (florencia.levin@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-1216-4710. Universidad Nacional de General Sarmiento, Juan María Gutiérrez 1150, Los Polvorines, CP 1613, Pcia de Bs. As, Argentina; Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Godoy Cruz 2290 (C1425FQB) CABA – República Argentina. Articulo Original: 5-10-2024. Versión revisada: 14-5-2025. Aceptado: 22-5-2025.

1 Quiero resaltar mi reconocimiento y gratitud para con Andrés Freijomil, quien me impulsó a esta fascinante aventura, y al mismo tiempo eximirlo de la responsabilidad por las consecuencias de mi lectura sobre su lectura de la lectura…

2 Michel de Certeau, "La operación histórica", en *Hacer la Historia. I. Nuevos Problemas*, coords. Jacques Le Goff y Pierre Nora (Barcelona: Laia, 1985), 15.

legado de Michel de Certeau y abre nuevos horizontes epistemológicos para la *operación histórica*. Retomando la figura del enigma, he decidido iniciar este escrito interrogándome: ¿Qué tipo de operatoria realizó Andrés Freijomil para lograr este sorprendente giro? ¿En qué sentido la imagen que emerge del Michel de Certeau es más *verdadera*? En las páginas que siguen intentaré develar los secretos de su mágica operatoria interpelando e interpretando sus aportes a partir de la misma materia que él aborda: el trabajo de Michel de Certeau. Se trata tanto de un análisis meta crítico como de un intento por recrear el diálogo entre Michel de Certeau y Andrés Freijomil que está allí encerrado.

Acerca de lo que cada quien hace ¿qué es lo que se escribe?[3]

El 9 de enero de 1986, a los 60 años de edad, moría Michel de Certeau en la ciudad de París. Días después del deceso, su cuerpo fue velado en la Iglesia de San Ignacio de esa misma ciudad siguiendo indicaciones que él mismo había preparado para la ocasión. Una imagen vívida de esa despedida ha cristalizado y se transmite entre distintas generaciones de deudos, transportando con ella un sentido común tan extendido como naturalizado: "atrás del féretro, había una cuarentena de jesuitas vestidos de blanco, y frente a éste, una multitud heterogénea conformada por algunos integrantes de la comunidad intelectual"[4]. Allí los jesuitas, y con ellos la cristiandad toda, se recortan espacialmente conformando un bloque homogéneo, monocromo y compacto, que se diferencia de la diversidad de asistentes que se amontona del otro lado del féretro: "sociólogos, historiadores, antropólogos, psicoanalistas, hombres y mujeres de izquierdas y derechas, etcétera"[5]. Entre ambos, ordenando esa espacialidad, los restos de Michel de Certeau, quien a los

3 Michel de Certeau, "Valerse de: usos y prácticas", en *La invención de lo cotidiano* (México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1980]), 48.

4 Fernando González, "Michel de Certeau: explorador de ausencias, pertenencias, límites identitarios y deudas", *Historia y Grafía* 40 (2013): 14, https://www.revistahistoriaygrafia.com.mx/index.php/HyG/article/view/44.

5 La imagen que presenta está tomada de François Dosse, *Michel de Certeau, le marcheur blessé* (París: La Découverte, 2002), obra muy difundida que ha dado amplia visibilidad a la figura de Michel de Certeau.

25 años de edad había elegido ingresar en la Compañía de Jesús y fue jesuita hasta el final de sus días, desafiando anticipadamente al sistema de clasificaciones que muy pronto lo consagraron como *Historiador*.

Michel de Certeau ha muerto. Ha perdido la capacidad de hablar. En ésta, su última morada, sólo hay detención. Un corte se efectúa. La muerte es excluida del presente, que redefine las condiciones de lectura de su legado, delimitando lo que de él pueda ser dicho por la historia[6]. Extraño procedimiento éste, habría dicho Michel de Certeau de haber podido, que "niega la pérdida, concediendo al presente el privilegio de recapitular el pasado en un saber"[7] *del* y *sobre* el otro. "Trabajo de la muerte y contra la muerte", excluida ahora de cualquier forma de participación en la vida. Trabajo en el cual la escritura "adquiere el valor de mito y rito a la vez", cuyo gesto "sustituye a las representaciones tradicionales que autorizaban al presente con un trabajo representativo que articula en un mismo espacio la ausencia y la producción". Trabajo que habitualmente supone de ante mano "la pérdida de una solidaridad viva con los desaparecidos", en este caso con Michel de Certeau que ha muerto.

No debería sorprendernos que para la mayoría de los miembros de aquel entorno heterogéneo y variopinto que esboza la imagen evocada fuera a ser mayormente imposible, en palabras del fallecido, "sostener la enunciación de la angustia, la desesperanza o el dolor"[8]. Es que la muerte, relegada "a lenguajes religiosos que ya no tienen curso" y a repertorios "diabólicos, hechiceros o fantásticos" asimismo marginados, "se ha vuelto impensable e innominable" en nuestro mundo contemporáneo[9]. No obstante, podría estar diciendo Michel de Certeau, es la división entre la vida y la muerte la que activará, sin solución de continuidad, los engranajes de un dispositivo de conocimiento que "se desplaza (o

6 Michel de Certeau, "Escrituras e historias", en *La Escritura de la historia* (México: Universidad Iberoamericana, 2010 [1975]), 18.

7 De Certeau, "Escrituras e historias", 19. Las siguientes tres citas textuales corresponden a la misma obra y página.

8 Michel de Certeau, "Lo innominable: morir", en *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer* (México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1980]), 207.

9 De Certeau, "Lo innominable: morir", 209.

'progresa') al modificar lo que constituye su 'otro'"[10]. "Los fantasmas se meten en la escritura sólo cuando callan para siempre"[11].

Michel de Certeau es ahora *un muerto.* Los restos materiales en los que ha cristalizado su pensamiento le sobreviven y atraviesan un proceso de *desnaturalización* que los transforma en materia prima al servicio de esa operación expansionista y colonizadora[12]. Transmutan en vestigios disponibles para que la historia ejerza allí su violencia y "haga hablar al cuerpo que calla por medio de los documentos que el historiador pudo ver [alguna vez] en una playa, donde ya no está [más] la presencia que allí [los ha dejado]"[13]. En ésta, *su* playa, se despliega ante lxs estudiosxs un inmenso y original paisaje de escombros que a primera vista "intrigan y desconciertan"[14]. No hay trazas de ningún tipo de dominio ni práctica acumulativa. Por el contrario, sus escritos, que proliferan en centenares de textos de diversa índole y extensión – desde estudios eruditos exhaustivamente documentados hasta ensayos sobre temas variados relativos a la espiritualidad cristiana tanto como al mundo contemporáneo y a las ciencias humanas –, siguen trayectorias inesperadas: se ramifican en los confines de una muy amplia y heterogénea constelación de revistas orientadas a públicos variados, (muchas de ellas vinculadas con el mundo de la espiritualidad) e incluso se repiten en nuevas publicaciones. En efecto, muchos de sus artículos reaparecieron total o parcialmente intervenidos en publicaciones posteriores y, salvo una excepción[15], sus libros, todos ellos publicados en los últimos años de su vida[16], fueron concebidos a partir de la práctica del *recueil* o reempleo[17].

10 De Certeau, "Escrituras e historias", 17.

11 De Certeau, "Escrituras e historias", 16.

12 De Certeau, "La operación histórica", 35.

13 De Certeau, "Escrituras e historias", 17.

14 Luce Giard, "Historia de una investigación", en Michel de Certeau, *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer* (México: Universidad Iberoamericana, 2000), XV.

15 *La Possession de Loudun* (1970).

16 *L'Absent de l'histoire* (1973), *La Culture au pluriel* (1974), *L'Écriture de l'histoire* (1975), *L'Invention du quotidien I. Arts de faire* (1980), *La Fable mystique, XVIe-XVIIe siècle* (1982).

17 Traducido como "reutilización", señala Freijomil que *recueil* es el término utilizado por Luce Giard, a partir del uso certaliano, en su estudio introductorio de la *Bibliographie complète de Michel de Certeau* (1988).

Partiendo de estos vestigios materiales devenidos en "fuentes primarias", la historia avanza prometiendo otorgarnos una mirada objetiva sobre lo dado. El espacio que organiza esta práctica es "dividido y jerarquizado": una frontera separa *lo mismo* (el presente de una práctica) de *lo otro* (un pasado estudiado) poniendo "en escena escriturística el discurso de [un] saber interpretativo [que] domina al pasado representado, citado, sabido"[18]. Cualquier pieza que no encastre en ésta, su región de la cultura[19], será forzada, deformada o simplemente desechada en tanto "pasado anterior" en el marco de un ordenamiento etapista. Pues la historia envuelve y oculta en su *sentido* la alteridad de este extraño, convertido en su obsesión[20].

Michel de Certeau es ahora *un objeto de estudio*. "Una frontera separa a la institución *actual* que fabrica representaciones de las regiones antiguas o lejanas que aquellas ponen en escena"[21]. Corte sobre corte, un lenguaje erudito, acreditado por su relación a un espacio social determinado, logrará *reducir* los restos incomponibles de aquella existencia hasta lograr, a partir de ellos, una imagen acorde a los preceptos de la moderna historiografía.

La resultante será un espectro domesticado: un "*Historiador*" desposeído de su propio sustrato gnoseológico, anclado en la espiritualidad cristiana, que ha quedado elidido y mutilado en su valor significante. En efecto, la historiografía, habitualmente sostenida en una temporalidad lineal, unívoca y excluyente, consagra el apogeo del *Historiador* en su etapa madura, concebida como "período clásico" y ubicada entre 1970 y el momento de su muerte. Según esta representación, la trayectoria de Michel de Certeau daría cuenta de la victoria de la ciencia sobre la religión, de la razón sobre la fe, del presente sobre el pasado[22].

18 Michel de Certeau, "Psicoanálisis e historia", en *Historia y Psicoanálisis* (México: Universidad Iberoamericana, 1995 [1987]), 78.

19 De Certeau, "La operación histórica", 35.

20 De Certeau, "Escrituras e historias", 16.

21 De Certeau, "Psicoanálisis e historia", 78. (Las itálicas son mías.)

22 La imagen es tan potente que desde los párrafos introductorios de Wikipedia hasta las reseñas biográficas incorporadas en varias de las solapas de las traducciones de sus libros al español se omite la mención de que Michel de Certeau fue, antes que nada y, sobre todo, un pensador jesuita.

Gesto especular éste, que arroja al objeto de estudio unas condiciones de intelección sujetas al modelo prestablecido por la disciplina[23].

Es preciso advertir que algunas decisiones tomadas por Michel de Certeau durante esos años, que como se dijo coincidieron con los de la publicación de la totalidad de sus libros[24], son de algún modo facilitadoras de esa imagen: por entonces él mismo había comenzado a borrar las marcas de su escritura anterior del aparato erudito de sus nuevas publicaciones, distanciándose cada vez más de la constelación de revistas cristianas en la que había participado activamente desde sus inicios. Sin embargo, a la luz del paisaje que han dejado sus vestigios, se advierte que el sentido atribuido al "giro" de los años '70 por gran parte de la historiografía ha consagrado una imagen desenfocada, tradicionalista, deprivada de la posibilidad de un encuentro con su referente sin solución de continuidad objetualizado. Pero, ¿sería posible *conocer* a Michel de Certeau *en su verdad*?

La idea de conocer a Michel de Certeau *en su verdad* surge de las palabras utilizadas por Luce Giard para referir al monumental trabajo que realizó Michel de Certeau sobre el místico jesuita Jean-Joseph Surin, quien debido a su papel como exorcista en el asunto de las posesiones de Loudon (1635-1637) "cayó durante un tiempo en la locura", y a partir de entonces sus dichos fueron deformados para argumentar en la discusión que se suscitó acerca de la posibilidad de confirmar fácticamente sus presupuestos sobre Dios y el demonio. Giard destaca que después de una amplia búsqueda de los manuscritos originales y de una minuciosa revisión de ediciones anteriores erróneas, de Certeau consiguió "explicar la historia de la circulación de los textos de Surin, restituir su cronología y literalidad, *y con ello restaurar una imagen más fiel de un jesuita que se había hecho demasiado famoso como para ser conocido en su verdad*"[25].

23 Huelga recordar que lo acá expuesto está narrado en términos de ficción teórica y haciendo una abstracción del objeto "historiografía", y que la misma excluye los *estudios certalianos* (ver más adelante).

24 Sin contar con sus innumerables colaboraciones en distinto tipo de publicaciones colectivas.

25 En Luce Giard, "A modo de introducción", prefacio a Michel de Certeau, *El extranjero. O la unión en la diferencia* (Madrid: Trotta, 2021), 12 (las itálicas son mías).

Como se anticipara, considero que el trabajo de cazador furtivo emprendido por Andrés Freijomil hace largos años y concretado en la fascinante obra *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau*[26], ha venido a concretar un cambio de paradigma, en latencia en el seno de la escuela certaliana como el mismo Freijomil advierte[27], que echa por tierra no solo la imagen canónica del Michel de Certeau *Historiador* sino también, junto con ella, los fundamentos ontológicos y epistémicos del tipo de operatoria que la constituyó. Al cabo de un arduo trabajo de lectura de la obra de Freijomil, *otro* Michel de Certeau se revela de modo nítido y contundente. Un Michel de Certeau que nos reclama nuevas formas de comprensión de su pensamiento. En las siguientes páginas intentaré descifrar las principales decisiones y procedimientos de esta mágica operatoria efectuada que le permitieron a Freijomil restituir y revelar un Michel de Certeau *más verdadero*, al mismo tiempo que honrarlo, redimirlo y abrazar su legado[28].

Estudioso y benévolo, tierno como soy con todos los muertos[29]

Un modo posible (y tal vez adecuado) de comenzar a indagar en los secretos y enseñanzas dejadas por las incursiones de Andrés Freijomil en las artes de caza furtiva es remitirse a su propio origen, ubicado sinérgicamente entre las latencias de todo aquello descartado por la

26 Resultado de largos años de estudio en el marco de su formación doctoral en la École des Hautes Études en Sciences Sociales, bajo la dirección de Roger Chartier, la misma fue defendida en 2011 en la ciudad de París, obteniendo la máxima calificación.

27 La *escuela certaliana*, con la que el autor se identifica, fue iniciada por Luce Giard y sus tempranos esfuerzos por recuperar y salvaguardar la obra dispersa de Michel de Certeau que dio origen a la mencionada *Bibliographie complète...* Freijomil aclara que es pertinente hablar de *escuela* en tanto las obras sobre la obra certaliana son, de una forma u otra, deudoras de su proyecto. Es relevante mencionar que el autor encuentra en los emprendimientos de esta escuela "discreta e inesperada revolución sobre la importancia de la materialidad de sus escritos" (2000: 25) que sin duda inspiraron su trabajo. Andrés Freijomil, *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau* (París: Garnier 2020), 19. Vale aclarar que todas las citas del libro provienen de una traducción propia, que he intentado realizar del modo más cuidadoso.

28 Se aconseja consultar la reseña de Lila Caimari, "Andrés Freijomil, *Arts de braconner...*", *Prismas* 26 (2022): 273-275, https://prismas.unq.edu.ar/OJS/index.php/Prismas/article/view/1319.

29 De Certeau, "Escrituras e historias", 15. Se trata de las palabras que Michel de Certeau retomara de un escrito de J. Michelet, "El heroísmo del espíritu" (1869), que no llegó a constituirse en el prefacio a la *Historia de Francia.*

historiografía, que la interroga y amenaza con retornar[30] al límite de su estallido[31]; y la despojada y generosa capacidad de escucha por parte de Freijomil, quien intuitivamente se interesó, desde los inicios de su recorrido intelectual, por la persistencia ininterrumpida de Michel de Certeau en la Compañía de Jesús, iniciando una investigación que daría lugar a una tesis de maestría, la primera sobre Michel de Certeau defendida en la Argentina[32]. La figura del enigma nuevamente resulta adecuada ya que su objetivo fue develar "la presencia *oculta* de la Compañía de Jesús"[33] en sus obras más conocidas, buscando los rastros de una intuida poética jesuita que, según presupuso, habría perdurado y definido la singularidad de su obra[34]. De este modo, el "escollo" de su permanencia hasta el final de sus días en la Compañía de Jesús se convertiría, desde la mirada curiosa y despojada de Andrés Freijomil, en el puntapie que abriría las puertas a una nueva comprensión de su legado.

Los fundamentos de semejante replanteo devienen, en primer término, de un orden de inspiración gnoseológico distinto al predominante en la historiografía occidental contemporánea, orden que se entrama con la deriva del pensamiento hermenéutico que hunde sus raíces en las profundidades del pasado. En efecto, Freijomil elige un encuadre distinto que, mediante un *giro ontológico*, articula magistralmente las herramientas de la disciplina histórica con el marco de intelección que fuera propiamente el de Michel de Certeau: la *espiritualidad cristiana*, y más específicamente *ignaciana*, que desde el punto de vista del autor cumplió una función matricial en el pensamiento de Michel de Certeau hasta el final de sus días[35].

30 De Certeau, "Psicoanálisis e Historia", 77-78.

31 Utilizo la expresión para vincular los pensamientos de Michel de Certeau sobre la historia y sobre el cristianismo. En el libro *El cristianismo estallado*, producto de un diálogo con J. M. Domenach (1974), de Certeau instaba a "los creyentes y a la iglesia de hoy a tomar en serio la lección [del estallamiento], trabajando en una invención del cristianismo que pase por un *trascender las identidades recibidas y las estabilidades contractuales*". González, "Michel de Certeau: explorador de ausencias",16. Las itálicas son mías.

32 La misma, realizada bajo la dirección de Darío Roldán y el acompañamiento de Lila Caimari, fue defendida en la Universidad de San Andrés con la máxima calificación.

33 El subrayado es mío.

34 Freijomil, *Arts de braconner*, 19.

35 Como explica, Michel de Certeau formó parte de un movimiento teológico innovador, "consciente de que son los cristianos y los jesuitas quienes se han convertido en la verdadera alteridad del mundo contemporáneo". Freijomil, *Arts de braconner*, 268.

Nutriéndose de la misma materia que analiza, su punto de partida consistió pues en abrazar aquella solidaridad viva que Michel de Certeau había reclamado (y practicado) con respecto a los que ya han partido, y rendirle tributo. Así, si en su vertiente naturalizada y más difundida la operación histórica ha tendido a excluir el pasado reforzando la potestad exclusiva del presente y su razón científica[36], Freijomil opera en el sentido inverso: se orienta a restituir en todas sus dimensiones aquello elidido de la existencia de Michel de Certeau, que le fuera expropiado. De este modo, el autor abandona la tópica de los mundos incomponibles y la epopeya del triunfo de uno sobre el otro, para ubicarse en una perspectiva más amplia y abarcativa, que lo llevará a plantear, de manera novedosa, que Michel de Certeau sólo ejerció la profesión de historiador en el marco de un proyecto más amplio concebido en términos de misión espiritual[37].

Como explicará Freijomil, la espiritualidad es para Michel de Certeau un concepto ontológico más que religioso, que se abre a un tipo de trabajo singular, vinculado a una poética única que se desplegará transversalmente entre espacios diversos, sean estos religiosos o laicos, a lo largo del tiempo. Particularmente, comenta, la espiritualidad ignaciana se vincula con una vocación gnoseológica que supone formas de crear conocimiento y de vivir la fe desde un compromiso político con la naturaleza viva del cristianismo, más que con un ideal denominacional dentro del marco de una institución, sea esta o no una institución religiosa[38].

36 En este punto, el autor diferencia la referida *escuela certaliana* fundada por Luce Giard del *movimiento angloparlante* y de la *corriente francesa*. Sobre el primero, arraigado en los estudios culturales y la teoría crítica en expansión desde los años '90, comenta que ha tendido a la construcción de un Michel de Certeau a menudo atemporal. Su principal mérito es la amplia difusión del pensamiento certaliano desde una perspectiva multidisciplinaria pero al precio de un cierto abandono del primer Michel de Certeau, y de una llamativa omisión sobre el carácter histórico y material de su obra (y con ello de los aportes de Luce Giard y su escuela). Con respecto a la *corriente francesa*, que ubica a partir de la mencionada biografía elaborada por Dosse *Michel de Certeau. Les chemins d'histoire* (Complexe, 2002), comenta que la misma forma parte de una historia intelectual de la carrera certaliana unida a la historiografía, la antropología y el psicoanálisis. Al igual que en el caso anterior, pondera la visibilidad dada a de Certeau por esta corriente, al precio de ofrecer una imagen *clásica*, emergente de una esfera pública aproximadamente secularizada que parece fagoticar la especificidad de la primera época. Freijomil, *Arts de braconner*, 39-40.

37 Freijomil, *Arts de braconner*, 466.

38 Freijomil, *Arts de braconner*, 271.

Una experiencia que, como demostrará, para Michel de Certeau estaba muy vinculada con el arte de leer y escribir. Es el deber de salir de las fronteras personales para ir al encuentro del "otro" dice Freijomil[39], lo que constituiría el impulso irrefrenable de su trabajo, y asimismo un elegido espacio de arraigo e identificación. Una simultaneidad de dos caras, dirá, consustancial a su recorrido intelectual[40].

Desde esta perspectiva, se vuelve comprensible una de las principales tesis de Freijomil, que confronta con la representación canónica: a diferencia de ésta, para la cual el Michel de Certeau "clásico" adviene *después* de la "ruptura" de 1970, para Freijomil el principal y más perdurable modelo de inteligibilidad en Michel de Certeau hasta el final de sus días será "el cristianismo como sistema de creencias, prácticas y lenguajes, vividos a la luz de la espiritualidad ignaciana", más allá que "la identidad ignaciana no pueda por sí sola [dice Freijomil] explicar la pluralidad de un camino complejo y entrelazado".[41]

Es necesario destacar que el *giro ontológico* que está en los cimientos del giro producido por Andrés Freijomil tiene un correlato pragmático *natural*: su decisión de enfocarse en el análisis de la naturaleza topográfica del trabajo realizado por Michel de Certeau hasta hacerlo inteligible. De este modo, sus herramientas se orientarán a distinguir, observar, conceptualizar e historizar las formas de distribución y circulación de

39 Freijomil, *Arts de braconner*, 395.

40 Freijomil, *Arts de braconner*, 466. Como expone, en la década de 1960, esta idea sobre el misionero se nutrió de un vasto movimiento occidental de acercamiento antropológico a las culturas no europeas, favorecido por los cambios impuestos por la descolonización, y en particular por la clásica expansión misionera animada por los círculos eclesiásticos entre los no europeos (*Arts de braconner*, 397). En este sentido, señala que es preciso situar la trayectoria de de Certeau en el marco de un movimiento más amplio, impulsado por un grupo de jesuitas (de los cuales algunos fueron sus maestros) que, sin llegar a una ruptura total, comenzó a alejarse de la metafísica suareziana que por entonces alimentaba el pensamiento ortodoxo (*Arts de braconner*, 247-248).

41 Freijomil, *Arts de braconner*, 33. Por eso, dice Freijomil, el término "jesuita" parece difícil de precisar: un problema que atañerá al propio de Certeau y a toda su obra. En realidad, observa, "deberíamos decir que ha habido y hay jesuitas particulares con un *modus procedendi* común que los lleva a orientaciones diferentes según la actividad religiosa o laica elegida por cada uno. La especificidad de su profesión laica – si es que existe – parece alejarlos en varias ocasiones de lo que se considera puramente religioso". Así, es posible encontrar, dice, jesuitas que fueron, entre otros, semiólogos, psicoanalistas, historiadores, sociólogos, teólogos o filósofos, una multiplicidad que el propio Michel de Certeau parece reunir en su propia figura, agrega (*Arts de braconner*, 263-264).

las prácticas de Michel de Certeau en el espacio[42]. Como explica, estas prácticas materiales constituyen "una parte indisociable de una gnoseología donde el conocimiento no es una simple entidad abstracta sino el producto itinerante de una experiencia material y concreta de lectura y escritura"[43]. "*¿Era posible construir un discurso histórico a partir de un lenguaje tan conmovedor, casi literario?*"[44]

Su resultado fue un reordenamiento *ilícito,* a la manera de Michel de Certeau, de los elementos que se integran en el espacio de la escritura: tiempo y materia, dado y creado, pasado y presente serán re-articulados de manera tan innovadora como restauratoria, a partir de un gesto de apertura hacia ese *otro* desde un horizonte gnoseológico que desestabiliza los protocolos que guían el trabajo disciplinar, habilitando la contaminación de sus elementos. En esta dinámica productiva, *la lengua natural de las fuentes* y *el lenguaje artificial de la ciencia*[45] se contaminan, se confunden, se nutren mutuamente. Dialogan. Las fronteras que delimitan y separan al objeto del sujeto de conocimiento se tornan flexibles, móviles y en cierto sentido reversibles: los pasados, y los futuros de esos pasados cristalizados en sus sucesivas reutilizaciones, se colarán en la co-producción de sentido en presente, a partir de un trabajo de cooperación activado por el investigador, que se basa en distintas formas de mímesis, desdoblamientos y multiplicación de los sujetos intervinientes en un proceso dialógico de producción de conocimiento.

En este sentido, Freijomil se hace eco, tanto en términos meta teóricos como metodológicos, de la protesta de Michel de Certeau en contra de toda forma de objetivación del otro. Es que, según Michel de Certeau en "La conversión del Misionero" (de 1963), no habría objeto o, al menos, un

42 Esta decisión aleja su abordaje de los tópicos centrales de la *identidad* y *pertenecía* como asimismo de un abordaje contenidista de su obra, y de este modo también las perspectivas tanto de la historia intelectual como de la biografía histórica.

43 Freijomil, *Arts de braconner*, 23.

44 Freijomil, *Arts de braconner*, 18.

45 De Certeau, "La operación histórica", 34-36.

objeto separado e independiente del sujeto que lo conoce[46]. El misionero, y podríamos decir que de modo homólogo Andrés Freijomil, no se orienta a la acumulación de conocimiento objetivo como en el caso del historiador (o el etnógrafo), sino que "permanece comprometido en [el] devenir [del otro] como sujeto"[47]. Hay un *feedback* entre ambos, diría Michel de Certeau. Por eso el misionero "no se contenta con observar y (con) conocer: se da [a sí mismo], pero el gesto que da es un gesto que busca". Un encuentro que también a él lo transforma. "*¿Qué importa que ese lazo espiritual se exprese* [...] *en un intercambio meramente humano?*"[48].

Asimismo, e igualmente innovador, resulta que Andrés Freijomil haya logrado adaptar su dispositivo de análisis de modo tal de poder acoger en él una forma de experiencia de la temporalidad diversa, en principio extraña desde el punto de vista disciplinar, que el autor vincula con el concepto de *experiencia espiritual* que Michel de Certeau desarrolló inspirado en el pensamiento de San Agustín[49]. En efecto, para Michel de Certeau ésta no tiene que ver con un momento particular o acotado, sino con un proceso, un transcurrir en el marco de una duración: "No se trata de un *esto* aislado [dice Michel de Certeau], sino de una evolución que va de un *antes* a un *después*." "Es el desplazamiento de lo que aún no soy; pero este futuro a su vez revela lo que fui, luego lo que soy; y así prepara una nueva trascendencia hacia el futuro y un nuevo retorno hacia el pasado"[50].

Por ello Freijomil destacará la importancia de la práctica del *recueil*, a partir de la cual Michel de Certeau se habría convertido a sí

46 Michel de Certeau en Freijomil, *Arts de braconner*, 509.

47 Michel de Certeau en Freijomil, *Arts de braconner*, 404.

48 Michel de Certeau, "La conversión del misionero", en *El extranjero. O la unión en la diferencia* (Madrid: Trotta, 2021 [1969]), 99. El destacado es mío.

49 En contra de la ortodoxia clerical, comenta Freijomil, Michel de Certeau había mantenido un estrecho vínculo con la espiritualidad agustiniana, entonces en el centro de la revolución teológica animada por su maestro H. Lubac, quien en 1948 había confrontado con J. B. Janssens, entonces Superior General de la Compañía de Jesús, a propósito de la eucaristía y la naturaleza de la de la transustanciación. Como advierte, la impronta lubaciana [y con ella la agustiniana] atravesará en ausencia, por su carácter ilícito en el marco de la purga desatada por la encíclica censuradora del papa Pio XII, el discurso de Michel de Certeau sobre la religiosidad cristiana (Freijomil, *Arts de braconner*, 289).

50 En Freijomil, *Arts de braconner*, 292. El destacado es de de Certeau; el texto citado es "L'expérience religieuse, *connaissance vécue* dans l'Église".

mismo en "un viajero que toma su propia experiencia espiritual como motor para unir tiempos y espacios diversos" a partir de desdoblamientos que ahora rebotan y trascienden las rajas demarcatorias de una temporalización etapista y se abren a la infiltración de nuevos presentes, incluyendo el introducido por un elemento originariamente ajeno y extemporáneo al sistema: Andrés Freijomil. Pero su extrañeza no es un problema en absoluto; más bien todo lo contrario. Porque es la alteridad, diría Michel de Certeau, la que crea la cesura gracias a la cual se puede establecer una comprensión diferente, es decir, la combinación entre un desplazamiento en la topografía contractual de los participantes y otra interpretación de los documentos[51].

Astucias milenarias[52]

De lo dicho se revela que no es con las herramientas tradicionales de la moderna historiografía con las que Andrés Freijomil podrá *conocer a Michel de Certeau en su verdad*. Por el contrario, su trabajo de acercamiento es, antes que nada, un trabajo de restitución y aprendizaje, de descolonización del pasado, de subversión del orden establecido, de investida en contra de la legitimidad emanada de la demarcación espacial del conocimiento científico: un modo acogedor y hospitalario, des-territorializante de confrontación con la muerte. Se anima a re-animar lo inerte, a dejarse contaminar por el "objeto de estudio", a devolverle a éste una imagen vívida, compuesta gracias a los trazos que proyecta su devenir a la luz de su propio sistema de pensamiento.

En cuanto a la metodología, su innovación más importante consiste en "leer" a Michel de Certeau *a la manera de* Michel de Certeau, dejándose empapar no sólo por su gnoseología de raigambre espiritual sino también por su dispositivo teórico metodológico. En efecto, serán de gran relevancia para el trabajo de Freijomil los esbozos de una "semiótica general de las tácticas" que de Certeau esbozara en el capítulo III de *La invención de lo cotidiano 1* ("Valerse de: usos y prácticas"), y

51 En Freijomil, *Arts de braconner*, 615.

52 De Certeau, "Valerse de", 45.

por su conocida teoría sobre la lectura, en gran parte desarrollada en el mencionado ensayo "Leer", que se integra como capítulo XII de la misma obra con el título de "Leer: una cacería furtiva". En este conocido ensayo, de Certeau expuso su famosa teoría de la lectura como una de las *artes de cazar furtivamente*, concepto que refiere a formas de pensar y de actuar (de las cuales la lectura es sólo un modelo ejemplar) que revelan lógicas diferentes "a las que funda la articulación de una razón sobre la delimitación de un lugar propio"[53]. Su paradigma: la ciencia y las mercancías culturales. Mientras que *la estrategia* refiere a la acción ejercida por el poderoso y administrada desde su lugar propio, base del cálculo y manipulación de las relaciones de fuerza, *el arte de las tácticas,* dirá, da cuenta de las "buenas pasadas del débil en el orden construido por el fuerte, arte de hacer jugadas en el campo del otro, astucia cazadora, capacidades maniobreras y polimorfismo, hallazgos jubilosos, poéticos y guerreros"[54].

De modo que, según de Certeau, la materialidad lingüística sobre la que reposa el arte de la lectura es sólo el componente tangible de un fenómeno más amplio y como tal inalcanzable, exuberante al de la textualidad de la cual es al mismo tiempo su indicio y que comprende no sólo la materialidad del texto, el espacio social desde el cual es producido y los espacios más amplios de circulación, ni la fenomenología en sí de la práctica lectora sino el invisible y clandestino espacio de la imaginación lectora[55]. Existe así una "desproporción entre las tácticas cotidianas y una dilucidación estratégica"[56]. Algo se escapa a lo que el lenguaje que domina puede controlar. Pero la marcha de un análisis,

53 De Certeau, "Valerse de", 46.

54 De Certeau, "Valerse de", 46. Con relación a esa semiótica general de las tácticas, dice Michel de Certeau, diversas referencias permitirán caracterizar mejor a la polemología del débil, entre ellas las figuras y giros que analiza la retórica, que permiten advertir las formas que toman, en el campo de un orden, los regresos del eliminado. "Cuando la gramática vigila la 'propiedad' de los términos, las alteraciones retóricas (desviaciones metafóricas, condensaciones elípticas, miniaturizaciones metonímicas, etcétera) señalan la utilización de la lengua por parte de los locutores en las situaciones particulares de combates lingüísticos rituales o efectivos. [...] Estas 'maneras de hablar' proporcionan al análisis de las 'maneras de hacer' un repertorio de modelos e hipótesis", que sin dudas inspiraron el trabajo de Andrés Freijomil (De Certeau, "Valerse de", 46).

55 De Certeau, "Valerse de", 37-38.

56 De Certeau, "Valerse de", 48.

continúa de Certeau, "inscribe sus pasos, regulares o zigzagueantes, sobre un suelo habitado desde hace (ya) mucho tiempo", en el que subyacen presencias implicadas en las estratificaciones del paisaje, que es al mismo tiempo memoria y palimpsesto[57]. Y son, precisamente, los trazos esbozados por los pasos de Michel de Certeau el centro de atención de Andrés Freijomil.

A partir de un presupuesto teórico metodológico tan original como *natural*, Freijomil va a proponer que Michel de Certeau fue él mismo un *cazador furtivo* que esbozó una poética basada en su propio comportamiento como lector[58]. Es así que propone que Michel de Certeau esbozó primero "el saber hacer de un lector que, al cazar furtivamente, hace de su práctica una profesión particular y separada del propio texto leído"[59]. Esta actividad, descubrirá el autor, impondrá en el trabajo de Michel de Certeau una forma específica de hacer la lectura: "el cazador furtivo creará así un nuevo comercio de saberes basado en un juego creativo y casi impertinente de usos y apropiaciones de sentido, cuya principal característica será su carácter ilícito"[60] en tanto, prosigue, sabrá aprovechar a su favor la tensión permanente en su recorrido entre la peregrinación y el nomadismo.

En otros términos, encuentra que la teoría de la lectura como *arte de caza furtiva* de Michel de Certeau constituye una objetivación tardía de sus propias prácticas de lectura[61], las cuales "encajan" con las lógicas de una práctica más general y ordinaria que él mismo había convertido en uno de sus principales objetos de estudio[62]. Es más, está convencido de que Michel de Certeau reflexionó sobre la naturaleza de la lectura y el papel del lector mucho antes de la publicación de la primera versión de su ensayo "Leer" en la revista *Project* en 1978[63]. Demostrando que

57 Michel de Certeau, Palabras preliminares, *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer* (México: Universidad Iberoamericana, 2000), XXXIX.

58 Freijomil, *Arts de braconner*, 28.

59 Freijomil, *Arts de braconner*, 91.

60 Freijomil, *Arts de braconner*, 91-92.

61 Freijomil, *Arts de braconner*, 57.

62 Freijomil, *Arts de braconner*, 212.

63 Freijomil aclara que utiliza el vocablo "*Leer*" para referir indistintamente a cualquiera de sus tres versiones publicadas: la más conocida es la incorporada a *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer* (1980). Previamente había salido primero en *Project* (1978) con el nombre de

el concepto vino después de la experiencia, Freijomil encontrará que existen huellas de esta práctica desde sus primeros textos publicados[64]. Y como asevera, sus artes de cacería furtiva se basaron, antes que nada, en la maestría de elegir cómo y cuándo borrar, y cómo y cuándo mostrar las señas de su propia presencia.

Desde esta perspectiva, el ingreso de Michel de Certeau en la Compañía de Jesús (1950) constituye para Freijomil un momento de inflexión mucho más significativo que el mencionado "giro" de los años '70, ya que su arraigo y permanencia en la Orden resultará ser el elemento clave para la comprensión del sentido que dibuja su trayectoria. Como argumenta, la lógica de la inscripción jesuita imprimirá en Michel de Certeau dos rasgos complementarios que funcionan a modo de dialéctica: por un lado, la permanencia institucional dentro de una orden regular que muchas veces engendra una conducta social definida desde su centro y, por otra, un trabajo de lectura y escritura definido desde la periferia de sentido[65]. A partir de entonces, dice, cualquier texto será para él "un espacio de tensión en el que se desplegarán dos formas de lectura estrechamente entrelazadas: la fijación espacial de la escritura, unida a la certeza de tener un lugar seguro al final de la lectura, y al mismo tiempo la necesidad de escapar de ella a través del deseo de seguir avanzando para captar un objeto más a menudo ausente"[66].

Podemos concebir entonces como un verdadero *hallazgo* de Freijomil el haber encontrado que las prácticas de Michel de Certeau revelan ser muy similares a las lógicas de una práctica más general y ordinaria

"Leer: caza furtiva y poesía del consumo", y luego como resultado de la transcripción de una conferencia impartida en la Universidad de Ginebra, titulada "Escuela y culturas: preguntas en movimiento" (1979).

64 Como aclara, utiliza el término *artes de caza furtiva* en un doble sentido: por un lado, para indicar su forma de concebir "objetivamente" el fenómeno social de la lectura y, por otro, para señalar una práctica más individual que él mismo ha llevado a cabo como lector. Freijomil, *Arts de braconner*, 23.

65 Freijomil, *Arts de braconner*, 262-263.

66 Como miembro de una nueva generación intelectual, dice Freijomil, de Certeau acogerá en su propia práctica la transición entre dos representaciones diferentes sobre el conocimiento: por un lado, conservará una tradición de apropiación específica de sus maestros a través de la acumulación académica; por otro lado, hará un uso plenamente difundido de cualquier saturación académica sometiéndola a condiciones cambiantes de movilidad periódica (Freijomil, *Arts de braconner*, 46).

que él mismo había convertido en uno de sus principales objetos de estudio[67]. Así, propondrá que Michel de Certeau se convirtió primero en un *cazador furtivo* y luego, *en un cazador furtivo de sí mismo.* Para comprender este pasaje culminante es oportuno volver a la conceptualización de *libros rapsodia* que utiliza Freijomil ya que, como explica, lejos de tratarse de "obras" consideradas en el sentido clásico, estas composiciones "imponen siempre la presencia de una entidad irreversiblemente diferente", que deviene de una "práctica de la alteridad que desafía sus propios límites"[68].

Ahora bien, si Andrés Freijomil logró concebir una obra de esta naturaleza fue porque antes que nada tuvo que convertirse él mismo en un cazador furtivo... Un hispanoparlante que incursiona, como extranjero, en los territorios de la academia francesa; un cazador que aprende a hablar y a escribir en la lengua del otro[69]; un advenedizo que incursiona en el mundo "esotérico" de la espiritualidad cristiana, un cazador en los espacios mismos de la ortodoxia historiográfica... Como podría estar diciendo Michel de Certeau al respecto de Andrés Freijomil, su lugar "no es ni aquí ni allá, ni un lugar ni otro, sino ni uno ni otro, al mismo tiempo dentro y fuera, perdiéndose el uno y el otro al mezclarse, asociando textos glamorosos". Los suyos propios, de los cuales Freijomil será "el despertador y el anfitrión, pero nunca su dueño"[70].

Uno en el otro[71]

En cuanto la temporalización de su dispositivo teórico metodológico, Freijomil decidirá comenzar por el final (Michel de Certeau cazador

67 Freijomil, *Arts de braconner*, 212.

68 Freijomil, *Arts de braconner*, 599. Y rematará: "La producción de una colección es un acto epistémico cuya materialidad busca representar la difusión y los límites del conocimiento" (Freijomil, *Arts de braconner*, 609-610). Por otro lado, con esta noción el autor intenta evitar ante todo una lectura de los libros de Michel de Certeau como si fueran el resultado lineal de un proceso continuo y homogéneo de escritura (Freijomil, *Arts de braconner*, 22).

69 No está de más destacar la que el libro fue pensado y escrito en francés, idioma apropiado como medio durante el proceso de investigación.

70 Esta frase, que es el primer epígrafe que utiliza Freijomil en el libro, corresponde a la primera versión de "Leer" (1978). En Freijomil, *Arts de braconner*, 17.

71 De Certeau, "Psicoanálisis e historia", 78.

furtivo de pleno derecho[72]), continuar por el principio (ingreso en la espiritualidad cristiana y primeras incursiones nómadas), ubicar un desenlace en el entrecruzamiento de espacios religiosos y académicos (encuentro definitivo entre el peregrino y el nómada) para finalizar en las conclusiones con un retorno al *origen*, resultante éste no de un inicio sino de un re-encuentro entre tiempos múltiples a partir del momento en que Michel de Certeau comienza, finalmente, a ser un cazador furtivo de sí. De todos modos, como aclara, cada uno de estos momentos del proceso no coinciden plenamente con las etapas cronológicas de su vida. Como explicita Freijomil, "el acto de *cazar furtivamente* sucede en la *intersección* entre peregrinaje y nomadismo, prácticas que tienen orientación temporal diversa. Mientras el peregrino conoce el punto exacto de su partida, cualquier incursión del lector nómada tenderá a borrar la dirección que llevaba su intención al inicio de la caminata"[73]. Es así que las fronteras cronológicas serán flexibles y porosas. Subrepticiamente aparecerán, por todas partes, estelas de pasados anteriores y de futuros todavía no acontecidos que desestabilizarán la fijeza de cada *presente*, incluyendo el de la lectura de la obra.

"Un bosquejo de la lectura", primera parte de la obra, es de una naturaleza distinta al resto, ya que es al mismo tiempo analítica y meta teórica. Freijomil nos ubica en el momento cronológico en que el dispositivo que conceptualiza Michel de Certeau coincide con sus propias prácticas lectoras (al tiempo que el dispositivo de conocimiento creado por Andrés Freijomil las retoma y las re-conceptualiza en sus mismos términos). Particularmente, el autor aborda en todas sus dimensiones dos de los principales dispositivos de lectura formalizados por Michel de Certeau que quedaron canonizados en dos de sus grandes obras: en primer lugar la lectura como *arte de caza furtiva* practicada por "el hombre sin cualidades del siglo XX"[74], que como fue dicho se integró como capítulo

72 Que se corresponde en términos de referencialidad con el Michel de Certeau *clásico* de la historiografía.

73 Freijomil, *Arts de braconner*, 239.

74 Entendido como aquel que está afuera del espacio productor de significaciones sociales; paradigma de quien no posee un lugar propio, el receptor de consumos culturales, incluyendo a los lectores de las revistas de espiritualidad cristiana en las que participó.

XII de *La Invención de lo cotidiano 1* (1980), y en segundo lugar lectura absoluta de los místicos que Michel de Certeau estudió y sobre la que publicó un conocido ensayo en 1982 con el título de "La lecture absolue. Théorie et pratique des mystiques chrétiens, XVIe-XVIIe siècles"[75], que luego fuera incluido en el segundo volumen, compilado *post mortem* en 2013 por Luce Giard, de *La Fábula Mística*[76]. No en vano Freijomil se concentra en el devenir de estos dos modelos de lectura, ya que su presupuesto descansa en el meta presupuesto de que ambos – y la dinámica resultante de su interacción – permiten describir y conceptualizar las prácticas lectoras de Michel de Certeau como cazador furtivo.

La atención principal esta puesta en el estudio de las transformaciones sufridas a lo largo del tiempo por las tres versiones publicadas de "*Leer*" mediante el exhaustivo seguimiento de cada uno de los estados del texto y del concepto, estudiando su descomposición en función de la variación de la comunidad a la que, cada vez, se dirige[77]. El autor enfatiza que este tríptico "no debe identificarse con la supremacía de un texto sobre otro: la última versión no corresponde necesariamente a un grado superior o definitivo con respecto a la primera, sino otro texto cuyas condiciones de producción, publicación y legibilidad son nuevas y diferentes [...]. Los textos cambian, pero esta movilidad tiende en cada ocasión a la estabilidad de lo dicho y depende de la materialidad de cada publicación: un proceso que nunca pierde su carácter histórico, sino que, precisamente, lo confirma"[78].

En cuanto al abordaje de la lectura absoluta, Freijomil se enfoca tanto en la metodología de trabajo como en el contenido de los estudios realizados por Michel de Certeau sobre la lectura absoluta de los místicos de los siglos XVI y XVII[79], cuyo resultado fuera el mencionado ensayo "La

75 Fue publicado en Lucien Dällenbach e Jean Ricardou (éds.), *Problèmes actuels de la lecture* (París: Clancier-Guénaud, 1982), 783.

76 Que primero había sido un ensayo, "La lección mística", presentado en una conferencia realizada en Cerisy-la-Salle en 1979 y publicado en 1982 en las actas con el título de "La lección absoluta. Teoría y práctica de la mística cristiana: siglos XVI-XVII" (Freijomil, *Arts de braconner*, 205-206).

77 Freijomil, *Arts de braconner*, 20.

78 Freijomil, *Arts de braconner*, 96.

79 Apunta Freijomil que en 1950 Michel de Certeau había comenzado a preparar una tesis patrística sobre San Agustín, pero la Compañía de Jesús le solicitó que investigara el pasado

lectura absoluta". Explorador de huellas invisibles, en el marco de esta investigación Michel de Certeau había estudiado una serie de *criaturas textuales* bien definidas, entre ellas las de Pierre Favre, Santa Teresa de Ávila y Jean-Joseph Surin. Su lectura será "absoluta" ya que está ausente o suelta, convirtiéndose en un verdadero desprendimiento de un sujeto espiritual que surge, dice de Certeau en *La Fábula Mística*, de "una retirada o [de] un retraso de los objetos del mundo; [que] nace de un exilio", ya que su "fórmula primera ha de ser sólo la decisión de partir"[80]. Por ello, esa práctica será mística, en tanto se configura a partir del vínculo entre un espacio de significados lingüísticos y una forma particular de comunicación, donde la lectura habría funcionado como un instrumento de resistencia al poder clerical[81]. Se aprecia que se trata de un modelo de lectura en el que la relación con lo ausente es distinta a la de la cristiandad ortodoxa contra la cual y a pesar de la cual, como muestra Freijomil, pudo escribir Michel de Certeau.

En efecto, Freijomil encuentra que la enunciación mística, tal como la entiende de Certeau, cristaliza no sólo en el triunfo de la lectura nómada practicada consigo mismo sino también en el modo en que éste forjaba a sus lectores: es el "camino no marcado" de sus propios libros, comenta, haciendo de cualquier itinerario de lectura una práctica desprovista de un *a priori* claramente identificable lo que caracteriza su trabajo[82]. Más todavía, encuentra una continuidad entre el texto de Michel de Certeau sobre la lectura absoluta y su noción de *caza furtiva*[83]. Particularmente relevante en este itinerario resultará ser, como advierte, el pensamiento teresiano según el cual la lectura como forma de la oración habilita un espacio otro en el que articular el deseo[84].

de la institución jesuita en Francia, por lo que tuvo que cambiar de objetivo y se abocó al estudio del cristianismo antiguo desde una perspectiva al mismo tiempo histórica y antropológica (Freijomil, *Arts de braconner*, 288).

80 Freijomil, *Arts de braconner*, 217. El autor toma la cita de la versión original del libro, *idem*, 243.

81 Freijomil, *Arts de braconner*, 224.

82 Freijomil, *Arts de braconner*, 239.

83 En efecto, resalta Freijomil, la revolución de la lectura propugnada por Michel de Certeau desde 1978 compartirá con la cristiandad antigua perseguida una identidad y un proceso: la huella de su revuelta institucional y el arte de apropiarse de la tradición escrita (*Arts de braconner*, 415).

84 Freijomil, *Arts de braconner*, 344.

De este modo, el cierre de la primera parte desemboca en la segunda, "Los jardines secretos del peregrino", donde Freijomil se dedica al estudio de la iniciación y los primeros pasos de Michel de Certeau en el mundo de la espiritualidad cristiana, como asimismo en los esbozos de lo que mucho después se llamaría *artes de cazar furtivamente.* Es decir, al Michel de Certeau olvidado por la historiografía y las ciencias humanas. A partir del análisis de la dinámica de sus movimientos entre los espacios universitarios y eclesiásticos, irá revelando de qué modo se perfilan los trazos de una poética singular e irrepetible sustentada en una matriz cristiana al mismo tiempo histórica y antropológica que, como se anticipara, considera constituye su principal y más persistente marco de intelección gnoseológica de la realidad social y cultural como asimismo del pasado histórico[85]. Como dice Freijomil, los primeros pasos de sus artes de caza furtiva llevarán la marca de un enfoque históricamente circunscrito para hacer legible una nueva práctica de espiritualidad[86]. Estamos recién en el momento del *lector peregrino*, que camina hacia este otro lugar frente al cual expresará la necesidad de recuperar un "otro" espacio, y para ello la fijación espacial a la Compañía de Jesús será su principal impronta ya que, como expresa, no habrá vagabundeo, sino un lugar cuyo término será asegurado y conocido de antemano[87].

Estamos ubicados en la etapa conocida como *peregrinatio académica* (1943-1950), en la que Michel de Certeau se arrojó a la aventura de una búsqueda de sí y de los demás que lo llevaría a entrar a la Compañía de Jesús. En términos de *corpus*, analiza minuciosamente sus publicaciones en las redes de revistas vinculadas a la espiritualidad cristiana, particularmente en *Pax. Bulletin du Séminaire Universitaire (Lyon)*, donde publicó sus primeros textos, y *Christus*, también de espiritualidad cristiana (y en menor medida histórica ya que tenía una sección de "Textos antiguos")[88], donde comenzó a publicar asiduamente desde 1957

85 Freijomil, *Arts de braconner*, 595.

86 Freijomil, *Arts de braconner*, 46.

87 Freijomil, *Arts de braconner*, 44.

88 Creada en 1954, *Christus* tenía como objetivo retornar a las fuentes de la espiritualidad ignaciana para enfrentar las dificultades del mundo contemporáneo. Su preocupación era la identidad interior de la Compañía de Jesús que se pretendía fortalecer tras la Segunda Guerra Mundial frente a una Iglesia Romana Rígida. Giard, "A modo de introducción", 11.

y de la cual más tarde sería su director adjunto (aunque también refiere en menor medida otras publicaciones). Lo que Freijomil nos mostrará a propósito de este momento es cómo, a partir de esta doble matriz cristiana, Michel de Certeau aprenderá a crear una práctica de lectura – y por tanto de escritura – en constante desplazamiento y fragmentación. La necesidad de producir un discurso diferente para los lectores de cada espacio de publicación se convertirá, dice, en una de las primeras formas de materialización de la presencia del otro en su pensamiento[89].

En la tercera, "Hacia una tierra incógnita", Freijomil estudia el proceso de tránsito en el devenir de Michel de Certeau. Inicia refiriendo a la importancia que tuvo en sus prácticas de cazador furtivo el trabajo de co-dirección de *Christus*, junto con François Roustang (1963-1966), habilitando abiertamente la asociación, con diversos niveles de autonomía, entre ciencias humanas y espiritualidad. Se trata de un momento en el cual Michel de Certeau se convertirá en un *lector profesional* que permanecerá, dice Freijomil, en un punto intermedio entre el peregrino que marcha seguro hacia un modelo legitimado de espiritualidad y el nómada que va más allá del campo espiritual a través de incursiones cada vez más envalentonadas hacia el exterior[90]. Por eso, *Christus* será considerada por el autor como el principal laboratorio de experimentación, ya que la considera un espacio de comunicación entre dos mundos que deben lograr lo que Michel de Certeau había mencionado como la "unión en la diferencia"[91]. Desde entonces, dirá Freijomil, sus escritos perderán su habitual tono edificante y tratarán de construir otro lector, con vistas a un nuevo perfil de fiel. El nuevo *Christus* proporcionará un nuevo lenguaje compuesto por elementos de un mundo extra religioso con el que los lectores tendrán que empezar a dialogar más abiertamente[92], a partir de un proceso de desterritorialización de la lectura que para Freijomil se asemeja al modelo del lector místico[93].

89 Freijomil, *Arts de braconner*, 595.
90 Freijomil, *Arts de braconner*, 383.
91 Freijomil, *Arts de braconner*, 386.
92 Freijomil, *Arts de braconner*, 386-387.
93 Freijomil, *Arts de braconner*, 244.

Mediante el puntilloso estudio de una serie de textos publicados entre enero de 1964 y octubre de 1966, entre los que se consigna el mencionado ensayo "La conversión del misionero", irá buscando cual detective los pequeños pero sucintos gestos a partir de los cuales Michel de Certeau habría comenzado su peregrinación hacia "*tierra incógnita*", apropiándose del lenguaje de las ciencias sociales para producir un texto, concebido como agente misionero, que interpela al lector mismo a efectuar un paseo por tierra desconocida. Y nos mostrará cómo, después del repentino cierre de *Christus*[94], la trayectoria de Michel de Certeau se habría visto torcida por medio de un importante proceso de transición durante el cual reformularía el modo de hacer visible su sistema de pensamiento. Particularmente a partir de sus contribuciones para la revista *Études*, de la que se convierte en redactor en 1967[95], Freijomil encuentra que "sus prácticas [de lectura] comenzarán a desprenderse de su impronta estrictamente religiosa, o al menos serán atenuadas por una incorporación nómada cada vez más articulada de las ciencias humanas"[96]. Sus desplazamientos hacia el territorio de las ciencias humanas serán cada vez más claros. El uso de temas y figuras religiosas se convertirán en la verdadera otredad de su discurso[97]. De hecho, fue el mismo Michel de Certeau quien alguna vez comentó que "la pertenencia sólo se afirma en la distancia, cuando se aleja de un suelo que identifica"[98].

Como había intuido Freijomil, a partir de este momento su conexión y compromiso con la Compañía de Jesús se volverán subterráneos. Gracias a un proceso de *desapego*, Michel de Certeau comenzará a

94 Según Freijomil, los causes a los que había llegado la revista desafiaban los límites de lo tolerable en el marco de la Compañía, incluso de su sector más progresista, que llegaron a calificarla de "esotérica" (*Arts de braconner*, 445).

95 *Études* era una publicación mensual fundada en 1856, pieza clave en la imagen pública de la Compañía de Jesús en Francia. Aunque su función era dar a conocer un punto de vista "autorizado" por Roma, lo cierto es que se interesaba por ideas y cuestiones de actualidad, siguiendo con atención los problemas de la Iglesia y sus efectos sobre la situación política y social de Francia. Giard, "A modo de introducción", 11.

96 Freijomil, *Arts de braconner*, 449.

97 Freijomil, *Arts de braconner*, 588.

98 De Certeau [1975], "La ficción de la historia", trad. Jorge López Moctezuma, en *La Escritura de la historia* (México: Universidad Iberoamericana, 2010), 305.

objetivar productivamente sus pensamientos "a la manera de un investigador"[99]. No obstante, como señala, ya desde sus primeros pasos como "historiador"[100] aparecerán rasgos peculiares, que diferencian su trabajo del trabajo del historiador "científico"[101]. Entre ellos, destaca su autonomía dentro de cada una de las instituciones por las que pasó, "a diferencia de los investigadores que buscan una institución (ya sea de origen eclesiástico o laico) en la que desarrollar, identificar o legitimar su enfoque de investigación"[102]. De esta manera, argumenta, su poética, que persiste en la continuidad de sus principales trazos, se convertirá desde entonces "en un territorio cada vez más cargado de tensión, un cuerpo de luchas epistemológicas que muchas veces parecerá destinado a aislar las huellas de lo religioso para que, paradójicamente, fracasen en el mismo momento en que intentan exponerse públicamente"[103]. Aunque es el momento del encuentro definitivo entre el peregrino y el nómada[104], advierte que falta todavía el componente esencial de la caza furtiva: su carácter ilícito[105].

Es así que, a partir de una temporalización circular, las "Conclusiones" van a ocupar el lugar de un desenlace que es al mismo tiempo un reinicio: un movimiento que reintegra el final a un origen y el origen a un final, permitiendo una nueva comprensión de la "ruptura" de los años '70. Desde el punto de vista del autor, el "nudo gordiano" que representan los años '70 en su trayectoria[106] no refiere a la efectuación de un *corte* sino solamente a un punto de inflexión que reconfigura las modalidades de ejercer su arte: no se trata de que Michel de Certeau

99 Freijomil, *Arts de braconner*, 419.

100 Freijomil resalta que, con notable excepción de "historiador", de Certeau eludió toda exposición, explicación o interpelación parcial o definitiva de su actividad intelectual (*Arts de braconner*, 534).

101 Utilizo las comillas para desligar el uso coloquial de la concepción que tenía Michel de Certeau sobre la ciencia: "El discurso 'científico' que no habla de su relación con el 'cuerpo' social no puede articular una praxis. No puede ser científico. Y este problema es central para el historiador." De Certeau, "La operación histórica", 22.

102 Freijomil, *Arts de braconner*, 535.

103 Freijomil, *Arts de braconner*, 590.

104 Freijomil, *Arts de braconner*, 52.

105 Freijomil, *Arts de braconner*, 392.

106 Freijomil, *Arts de braconner*, 588.

haya "quitado del camino los viejos ideales misioneros, sino que los reconfiguró para construir un nuevo paisaje intelectual"[107]. Un paisaje que le permitió desarrollar su "profesión" de historiador en términos de misión[108]. Es sólo "su mapa de legibilidad", dirá Freijomil, "el que ha cambiado; pero no la lógica de sus movimientos"[109] como así tampoco su matriz de pensamiento[110].

Para el análisis de este momento de *pasaje*, Freijomil retoma un peculiar texto escrito en 1973 que considera "un torrente de conciencia, un monologo interior" que nos permite apreciar "cómo Michel de Certeau se observa a sí mismo y reflexiona sobre la trashumancia"[111]. Es en este preciso punto, para Freijomil, que Michel de Certeau produce finalmente "una lectura más o menos prohibida de sí mismo, constatando la presencia de otro: otro Michel de Certeau que al leerse siente que se convierte en objeto de un acto clandestino, ilícito"[112].

Resuenan en sordina las palabras del Michel de Certeau, quien afirma...

"...que la novedad, siempre relativa a un estado más antiguo, supone un proceso de 'reempleo', que la experiencia anterior ha proporcionado las condiciones necesarias a la experiencia siguiente; que las estructuras precedentes subsisten en las reacciones e incluso en las refutaciones ulteriores; que las rupturas obedecen todavía a una continuidad implícita y que el pasado sobrevive tácitamente en el presente"[113].

El escritor es también el moribundo que busca hablar[114]

Michel de Certeau comenta que el hecho de que reprimida, la muerte deba volver en un lenguaje exótico; que deba evocarse en dialectos

107 Freijomil, *Arts de braconner*, 591.

108 Freijomil, *Arts de braconner*, 591.

109 Freijomil, *Arts de braconner*, 616.

110 Freijomil, *Arts de braconner*, 463.

111 Freijomil, *Arts de braconner*, 587-588. Titulado "Escrituras", el texto fue publicado *post mortem* en Luce Giard (ed.), Michel de Certeau (París: Centre Georges Pompidou, 1987).

112 Freijomil, *Arts de braconner*, 588.

113 Michel de Certeau, "Donner la parole", *Christus* 11, n.º 44 (1964): 450, en Freijomil, *Arts de braconner*, 422.

114 De Certeau, "Lo innominable", 215.

extraños; que resulte tan difícil de ser expresada en su lengua, es lo que define a un excluido, el cual sólo puede regresar disfrazado[115]. No obstante, agrega que entre la maquinaria que se detiene o revienta y el acto de morir hay la *posibilidad de decirlo*; que la *posibilidad de morir* se mueve en este espacio[116]. Creo que, con *Arts de braconner*, Andrés Freijomil encontró el "truco" que habilita un maravilloso espacio al mismo tiempo de diálogo, duelo y restitución. Michel de Certeau es ahora una *criatura textual.*

Por su etimología, nos explica Andrés Freijomil, una criatura textual es una entidad resultante de la interacción entre un acto creador con la materia significante[117] mediante un proceso que Michel de Certeau había concebido como de *coexistencia* y *reabsorción*[118]. El adjetivo textual, dice el autor, remite al valor fundamental que encarna el texto en el marco de la historia espiritual configurada por Michel de Certeau. "Un espacio material del que emerge una voz articulada (discurso) como la unidad mínima de comunicación de un idioma particular"[119]. Como criatura textual, dice Freijomil, Michel de Certeau tiene "múltiples rostros y sobre todo varios otros rostros *dentro* de cada uno de ellos"[120], a los que se han incorporado ahora los rostros múltiples del propio Andrés Freijomil como experto cazador furtivo.

Michel de Certeau podría haber dicho que el gran desafío de Andrés Freijomil fue "tener que avanzar a través del territorio enemigo, en la región misma de la pérdida, fuera del dominio protegido que había dividido la localización de la muerte en otra parte [...] producir frases con el léxico de lo perecedero, en la proximidad y hasta en el espacio de la muerte"[121]. Y es eso precisamente lo que logró Freijomil mediante este acto de creación creatural, en el que logra establecer un diálogo

115 De Certeau, "Lo innominable", 209.
116 De Certeau, "Lo innominable", 210.
117 Freijomil, *Arts de braconner*, 516.
118 De Certeau, "Escrituras e historias", 18.
119 Freijomil, *Arts de braconner*, 516.
120 Freijomil, *Arts de braconner*, 516.
121 De Certeau, "Leer, una cacería furtiva", 215.

con su criatura al mismo tiempo que aprender de ella. Un acto de duelo ya que revincula la escritura a la muerte, pero al mismo tiempo de regeneración y hospitalario acogimiento de este Michel de Certeau *más verdadero* en la escritura presente y en el horizonte de las discusiones por venir.

Se recuerda que en el velorio de Michel de Certeau sonaron las estrofas de una muy conocida canción de Edith Piaf[122], y que también fueron leídos fragmentos de un poema del jesuita Jean-Joseph Surin. Creo oportuno dejar en sus manos las últimas palabras para cerrar este escrito, ya que su prosa sella el vínculo nuclear entre amor y escritura que impulsa y consagra esta necesaria lectura de Andrés Freijomil:

> *Vuelvo a empezar de cero.*
>
> *Todo es igual. La vida o la muerte; me basta con que a mí el amor me habite.*

122 *Non, je ne regrette rien* Basándose en la biografía escrita por F. Dosse, González nos comenta que, según varios testigos, esta canción de Piaf fue profusamente escuchada por Michel de Certeau los días previos a su deceso. González, "Michel de Certeau: explorador de ausencias", 15.

Bibliografía

Caimari, Lila. "Andrés Freijomil, *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau*". *Prismas. Revista de historia intelectual* 26 (2022): 273-275, https://prismas.unq.edu.ar/OJS/index.php/Prismas/article/view/1319.

De Certeau, Michel. "Donner la parole". En Andrés Freijomil, *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau*. París: Garnier, 2020 [1964].

De Certeau, Michel. "La conversión del misionero". En *El extranjero. O la unión en la* diferencia, 94-102. Madrid: Trotta, 2021 [1969].

De Certeau, Michel. "La operación histórica". En *Hacer la historia. I. Nuevos problemas*, coordinado por Jacques Le Goff y Pierre Nora, 15-54. Barcelona: Laia, 1985 [1974].

De Certeau, Michel. "Escrituras e historias". En *La Escritura de la historia*, 15-29. México: Universidad Iberoamericana, 2010 [1975].

De Certeau, Michel. "La ficción de la historia". En *La Escritura de la historia*, 293-334. México: Universidad Iberoamericana, 2010 [1975].

De Certeau, Michel. "Palabras preliminares". En *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer*, XXXIX. México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1980].

De Certeau, Michel. "Valerse de: usos y prácticas". En *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer*, 35-48. México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1980].

De Certeau, Michel. "Leer, una cacería furtiva". En *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer*, 177-189. México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1980].

De Certeau, Michel. "Lo innominable: morir". Traducción de Alejandro Pescador. En *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer*, 207-215. México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1980].

De Certeau, Michel. "Psicoanálisis e historia". En *Historia y* Psicoanálisis, 77-95. México: Universidad Iberoamericana, 1995 [1987].

Freijomil, Andrés. *Arts de braconner. Une histoire matérielle de la lecture chez Michel de Certeau*. París: Garnier, 2020.

Giard, Luce. "Historia de una investigación". En Michel de Certeau, *La invención de lo cotidiano 1. Artes de hacer*, XIII-XXXV. México: Universidad Iberoamericana, 2000.

Giard, Luce. "A modo de introducción". Prefacio a Michel de Certeau, *El extranjero. O la unión en la diferencia*, 9-20. Madrid: Trotta, 2021.

González, Fernando. "Michel de Certeau: explorador de ausencias, pertenencias, límites identitarios y deudas". *Historia y Grafía* 40 (2013): 13-41.

(*) Salvo que se utilicen citas textuales, no se incluyen en el listado las referidas versiones en francés de la obra de Michel de Certeau retomadas de *Arts de braconner...* En esos casos la información correspondiente se incluye a pie de página. Dado que para el tipo de abordaje la mención de las fechas originales de publicación reviste gran importancia, se decidió incorporarlas mediante corchetes.

Referência para citação:

Levín, Florencia. "Duelo y restitución: Michel de Certeau, *criatura textual.* Ecos de un diálogo furtivo con Andrés Freijomil". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 193-221. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.38050.

Associação Tchiweka de Documentação

por Noemi Alfieri*

https://www.tchiweka.org

geral@tchiweka.org

Muito obrigada por aceitarem o convite para falarem do vosso projecto, por ocasião do número especial da *Práticas da História* "Retrospectivas (digitais) sobre a historiografia africana: descolonização, imprensa africana e os usos do conhecimento".

Estamos preocupados com a história da produção do conhecimento em – e sobre – África e com os discursos que têm sido produzidos sobre essa(s) mesma(s) história(s) no contexto da consciência da globalização desigual do pensamento intelectual. A proposta de volume focou-se – desde o início - no período da descolonização em África, na ligação entre os *media* e a emancipação, a democracia política, a liberdade de escolha e a consciência colectiva. Estamos atentos e atentas, contudo, para as possibilidades e os constrangimentos epistemológicos contemporâneos na escrita da história. Um dos nossos focos são os processos de preservação digital e a recirculação da historiografia a partir de África e das suas diásporas: queremos instigar uma reflexão sobre o seu impacto no alargamento da esfera pública e no empoderamento das

* Noemi Alfieri (noemialfieri@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0914-273X. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Av. de Berna 26C, 1069-061, Lisboa, Portugal.

comunidades. Por essa razão, esse volume contempla artigos académicos, contribuições e ensaios de artistas, visando também recolher o contributo de associações e projectos preocupados com questões históricas, epistemológicas, de justiça e acessibilidade social ligados ao continente africano e às suas diásporas.

Obrigada pela vossa participação e testemunho!

Gostaríamos de começar por pedir-vos que se apresentem e que introduzam brevemente o vosso projecto (objectivos e público-alvo).

A Associação Tchiweka de Documentação (ATD) nasceu em 2006 com o objectivo principal de albergar um Centro de Documentação que permitisse, numa primeira fase, organizar, gerir e preservar o acervo documental e bibliográfico de Lúcio Lara. A missão fundamental desse trabalho é a de divulgar a documentação relacionada com o período da luta de libertação (até às independências das colónias portuguesas em 1975).

No ano da sua criação, priorizando o acervo de Lúcio Lara, a ATD apoiou a publicação de mais dois volumes de "Um amplo movimento...", com documentos datados entre 1961 e 1964. Este trabalho foi iniciado pelo próprio Lúcio Lara e por Ruth Lara, que publicaram o primeiro volume em 1997, abarcando documentos até Fevereiro de 1961.

Entre 2009 e 2017, a ATD desenvolveu outros projectos de publicação (livros, artigos em jornais). Também disponibilizou um *site* muito simples com as listas dos documentos que foi organizando. Mas o projecto de maior dimensão foi, sem dúvida, o "Angola - Nos Trilhos da Independência", um projecto audiovisual desenvolvido em colaboração com uma jovem produtora (na altura), a Geração 80. Durou seis anos (2010-2015) e recolheu centenas de entrevistas feitas a antigos participantes na luta de libertação nacional e a diversas personalidades nacionais e estrangeiras com ela relacionadas, e fez filmagens de locais

onde a luta se desenrolou, tanto em Angola como noutros países. Este trabalho culminou com a realização de um documentário intitulado "Independência" (2015).

Em 2018 organizou, em Luanda, uma conferência e uma exposição fotográfica intituladas "Lúcio Lara. Trajectória de um combatente", tema escolhido pela Associação Tchiweka de Documentação (ATD) para assinalar o seu aniversário e juntar companheiros e a nova geração, dois anos após o seu falecimento.

E, a partir de 2019, a aposta foi a de criar um portal que disponibilize *online* grande parte da documentação existente na ATD. Este objectivo foi alcançado em Julho de 2021, e o portal tem vindo a ser "alimentado" com novos documentos sempre que possível. O nosso "público-alvo" é bastante variado (nomeadamente estudantes, historiadores, jornalistas, professores), tendo em comum o interesse na investigação e divulgação da história da luta pela independência de Angola e das lutas de libertação da África em geral.

De que forma é que julgam que o vosso projecto contribui para a construção e disseminação de narrativas históricas sobre os povos do continente africano e as suas diásporas?

O acesso a diferentes fontes é essencial para se construírem "narrativas" históricas. Com a abertura de arquivos antes classificados e com a divulgação de arquivos privados, é incontestável que o acesso a novos dados sobre a História desse período tem permitido novos estudos e incluir novos parâmetros nos estudos efectuados. Pensamos que arquivos pessoais, por mais pequenos que sejam, são sempre um contributo para essa "construção de narrativas". O vasto arquivo da ATD, com o arquivo de Lúcio Lara e de outros, e o projecto "Angola - Nos Trilhos da Independência" disponibilizam muitas fontes, das mais diversas (documentos textuais, livros, publicações, mas também fotografias, cartazes, diverso material iconográfico), muitas das quais não estão disponíveis em nenhum outro arquivo a nível mundial. Assim, dão a possibilidade

de se abordarem essas histórias de forma mais abrangente a partir de diversos ângulos.

De que forma é que o vosso trabalho desafia ou transforma a forma como o passado africano e diaspórico é representado e lembrado no espaço público, incluindo no meio digital? Qual a urgência desse trabalho na sociedade contemporânea, e quais os seus impactos no tecido social e no sentido da elaboração de uma consciência histórica?

Com o surgimento dos suportes digitais e das mais variadas plataformas que podemos encontrar *online*, passámos de um acesso limitado às fontes e à informação para uma abundância destas (quer sejam verdadeiras ou falsas). Se, por um lado, esta divulgação sem fim é benéfica, pois dá acesso alargado a materiais que apenas seriam conhecidos por alguns pesquisadores que tivessem a possibilidade de se deslocar aos arquivos, por outro lado, torna a escolha bastante difícil. Saber o que de facto é relevante ou não, para os mais diversos assuntos que se possa querer pesquisar, nem sempre é fácil.

Também é sabido que, com os "algoritmos" controlados nesse novo mundo virtual, cada um de nós não tem acesso imediato às mesmas escolhas, mesmo que estejamos a pesquisar a mesma coisa. A informação que circula *online* é sobretudo ligada aos países europeus e da América do Norte, e a África ainda é um continente pouco divulgado e representado nesse mundo. Ainda mais quando pensamos em África de língua oficial portuguesa.

Podemos dizer que, para uma pequena associação como a nossa, a concorrência que temos de enfrentar no espaço *online* é grande, mas não haverá em África um arquivo privado com tanta documentação, disponibilizada em formato digital, sobre a temática das lutas de libertação das ex-colónias portuguesas, com destaque para Angola, como o nosso.

Sendo a tarefa da ATD a preservação e divulgação da memória da luta do Povo Angolano pela sua independência e soberania nacional,

esperamos que, com o nosso portal, possamos contribuir de forma positiva para a representação do passado de Angola, enriquecendo os imaginários desse passado.

Que desafios têm encontrado nesse processo de reconstrução e narração colectiva do passado, mas também na digitalização, preservação e acesso a materiais históricos e culturais? Quais as vossas estratégias para assegurarem que os vossos conteúdos chegam ao público em geral, mantendo-vos fieis à vossa vocação?

Como referimos anteriormente, a nossa estratégia para permitir que o acervo da ATD chegue ao público é sobretudo a aposta no portal www.tchiweka.org, que tem facilitado o acesso *online* a grande parte do nosso arquivo. Temos continuado a colocar, no portal, nova documentação digitalizada (na sua totalidade ou pelo menos a capa), à medida que a vamos organizando. São mais de 12 000 documentos textuais, milhares de fotografias, de boletins, recortes, jornais ou revistas, entre outro material que está disponibilizado no *site*. Quando é possível, facilitamos a consulta *in loco* de material que não está no portal.

Tudo isso exige recursos humanos e financeiros. No aspecto financeiro, a ATD conta com as quotas dos associados e a venda das nossas publicações, o que pouco representa nas contas mensais. Também recebemos apoios do Estado desde que fomos reconhecidos como "instituição de utilidade pública". É uma quantia simbólica e nem sempre disponibilizada. Não teria sido possível sobrevivermos apenas com esses fundos. Não podemos desvalorizar o facto de estarmos em instalações particulares, sem pagarmos nenhum tipo de renda. Também temos gerido alguns "excedentes" dos patrocínios recebidos no projecto "Angola - Nos Trilhos da Independência", o que nos permitiu continuar a funcionar. Mas com este quadro, é difícil fazer projectos de futuro.

A gestão de um arquivo não se faz apenas com dinheiro. Envolve um enorme trabalho prévio. Levámos mais de 15 anos a organizar e a

classificar o acervo gerido pela ATD, e mesmo assim ainda não incluímos todo o material que temos. As listas que fazemos para cada tipo de material arquivado continuam a crescer à medida que se vão classificando mais documentos. Também há a digitalização, que implica uma escolha prévia do que vale a pena ser digitalizado. No final, um grande desafio é a preocupação com a preservação, em instalações sem as condições adequadas de luminosidade, temperatura e humidade.

Para além desse trabalho "de bastidores" essencial para alcançarmos os nossos fins, que é divulgar o conteúdo do nosso acervo, podemos dizer que um dos maiores desafios, desde o início da ATD, é o de conseguir manter a actividade da Associação apesar das limitações humanas e materiais (incluindo de espaço físico). Essas limitações são uma constante e não parecem ter solução tão cedo.

O vosso trabalho procura desafiar imaginários históricos e culturais estabelecidos. De que maneira a dimensão digital pode contribuir para reconfigurar as memórias colectivas sobre o passado africano? O que resta fazer fora do digital, nas ruas, nas escolas, nas casas?

Neste mundo cada vez mais "visual", sabemos que uma imagem pode tocar e "falar" muito mais do que palavras. E é verdade que o som, o movimento, a cor, nos aproximam mais facilmente de realidades que estão distantes.

O nosso portal tem fotografias, cartazes, postais, cartas manuscritas, comunicados, acordos, relatórios... um sem número de opções. Também temos todo o material recolhido pelo projecto "Angola - Nos Trilhos da Independência" que é audiovisual e é composto por depoimentos pessoais, por filmagens de locais históricos, de peças de teatro, de canções, de danças. Tudo isso pode despertar novos imaginários, ajudar na percepção desse período da nossa luta pela independência.

Importa referir que o acervo disponibilizado é muito variado e não se limita a material ligado ao MPLA (embora este seja predominante

visto que Lúcio Lara era dessa organização). A diversidade de fontes que a ATD oferece é importante para desfazer versões mais simplistas ou facciosas que frequentemente vão surgindo.

Como imaginam a evolução do vosso projecto nos próximos anos? Que impacto gostariam que tivesse na sociedade?

Manter a ATD "viva" e funcional tem sido uma constante batalha ao longo destes anos. Gostaríamos que os detentores de acervos públicos ou privados, de qualquer natureza (documentos, filmes, arte, bibliotecas, outros) tivessem consciência da sua importância e fossem incentivados a preservá-los ou, pelo menos, terem um local onde pudessem entregá-lo (por mais pequeno que fosse). A quantidade de documentação que vai parar ao lixo porque as pessoas não sabem o que fazer com as "velharias" dos seus parentes falecidos é triste, sobretudo num país com tão poucos arquivos pessoais como Angola. A ATD foi contactada algumas vezes para receber acervos (ou espólios) de pessoas, mas infelizmente não temos recursos para os receber. Escritores, pintores, antigos combatentes, tanta gente que tinha recordações, relíquias de esboços de livros, de desenhos e, provavelmente, tudo se perdeu.

Pensamos que, independentemente da sobrevivência futura de uma organização ou instituição, o património arquivístico tem de ser protegido e divulgado. E isso é, essencialmente, uma tarefa do Estado, que deve estar preocupado em conservar os arquivos para salvaguardar as memórias.

Em termos de impacto, gostaríamos que o nosso arquivo fosse amplamente usado por investigadores e outros interessados e divulgado não apenas na academia, mas principalmente sendo transformado em formatos mais acessíveis e atraentes para ser utilizado por outros tipos de público (por exemplo, em peças de teatro, filmes, artigos). O arquivo é imenso, as possibilidades são infinitas, precisamos de mentes curiosas e criativas que façam essa ponte, que é tão necessária e que pode ser tão poderosa!

Para concluir: querem sugerir um livro, um filme, uma música?

Relacionado com os nossos objectivos, recomendamos o filme "Independência". Este é um exemplo claro de como o acesso a diferentes fontes de informação presentes em arquivos permite criar um documentário sobre a luta de libertação e que integra o ponto de vista de quem participou.

Referência para citação:
Alfieri, Noemi. "Associação Tchiweka de Documentação". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 223-230. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.41970.

Djass – Associação de Afrodescendentes

por Noemi Alfieri*

https://djass.pt

associacao.djass@gmail.com

Gostaríamos de começar por pedir-vos que se apresentem e que introduzam brevemente o vosso projecto (objectivos e público-alvo).

A Djass – Associação de Afrodescendentes é uma organização sem fins lucrativos, criada em Lisboa a 25 de Maio de 2016, que tem como missão defender e promover os direitos das pessoas negras e afrodescendentes em Portugal e combater o racismo em todas as suas formas e dimensões, reivindicando políticas e práticas de igualdade.

Os nossos principais objectivos são combater e denunciar todas as formas de racismo, invisibilização e discriminação contra pessoas negras e afrodescendentes em Portugal; promover uma reflexão crítica e abrangente sobre as relações interétnicas em Portugal, de forma a contribuir para a transformação social e para a emancipação e afirmação das pessoas negras e afrodescendentes como membros plenos da sociedade portuguesa; combater a visão eurocêntrica da história,

* Noemi Alfieri (noemialfieri@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0914-273X. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Av. de Berna 26C, 1069-061, Lisboa, Portugal.

reivindicando o contributo dos povos africanos na construção do conhecimento, da cultura e da história; encorajar e promover a participação de pessoas negras e de ascendência africana nos processos de tomada de decisão política.

A nossa visão como organização sem fins lucrativos pretende promover uma leitura crítica da colonização, despojá-la de preconceitos romantizados, de narrativas mitificadas e estabelecer um pano de fundo discursivo que caracterize a efectiva natureza da opressão portuguesa nos territórios ocupados no continente africano. Contestar a construção e a reprodução da ideologia racista, assim como denunciar os seus guardiões. Queremos desmontar os processos de negação do racismo e das suas práticas que permanecem activos na sociedade portuguesa e, ao fazê-lo, contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais igualitária, mais tolerante, mais cooperativa, empática e solidária.

Desde a nossa fundação, em 2016, conduzimos e organizámos diversas actividades e iniciativas alinhadas aos nossos diferentes objectivos. Temos como missão a implementação de projectos sociais e educativos, desenvolvidos com pessoas e comunidades de ascendência africana. Candidatámo-nos e fomos vencedores do Prémio "IVLP Impact Awards", organizado pelo Departamento de Estado Norte-Americano, em 2024, com o projecto Centro Sankofa – Educação, Culturas & Memória. O projecto foi implementado na localidade de Vale da Amoreira (no concelho da Moita) com jovens Africanos e Afrodescendentes residentes na área. Trata-se de um território com grande presença de pessoas de ascendência Africana e Afrodescendentes com ancestralidade dos países africanos que foram ocupados por Portugal, nomeadamente Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde. Trata-se de um bairro maioritariamente constituído por habitações municipais, com alguns equipamentos sociais como bibliotecas e centros culturais.

O projecto Centro Sankofa – Educação, Culturas & Memória está assente na valorização da história e das culturas africanas. Centra-se na importância de conhecer o passado para compreender o presente, e assim potenciar novas aprendizagens e conexões, desafiando estereótipos. Com este projecto procuramos desocultar o contributo dos

povos africanos e por esta via colmatar a ausência, nos currículos e nos materiais escolares adoptados nas escolas portuguesas, de uma visão abrangente e descolonizada dos fenómenos históricos. Ao promovermos o pensamento crítico e a construção de novas narrativas pretendemos contribuir para um mundo mais inclusivo e justo, onde todas as vozes e perspectivas das pessoas de ascendência africana serão valorizadas.

Como objectivo geral pretendemos potenciar uma educação e formação que amplie os currículos escolares oficiais actuais, com ênfase na História de África e narrativas relacionadas às histórias, culturas e memórias de África e da diáspora africana.

Como objectivo específico pretende-se contribuir para um fortalecimento do processo de educação e formação, contribuindo para a diminuição do abandono escolar por parte dos jovens africanos e/ou afrodescendentes, e para a promoção do sucesso escolar com percursos mais longos que contemplem o acesso ao ensino superior.

Foram envolvidos jovens africanos e/ou de origens africanas, mas também jovens com *backgrounds* étnicos e culturais diversos de modo a potenciar a troca de experiências e perspectivas. Uma abordagem inclusiva foi materializada através da criação de um ambiente acolhedor, através de processos de escuta activa onde todas as vozes foram valorizadas e respeitadas, enriquecendo o diálogo e promovendo uma compreensão mais holística da diversidade e da riqueza do continente Africano e das suas diásporas. Estereótipos comuns vigentes sobre o continente africano e as pessoas africanas foram questionados na perspectiva de os superar, visando o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e ampla da diversidade e complexidade do continente africano.

De que forma é que julgam que o vosso projecto contribui para a construção e disseminação de narrativas históricas sobre os povos do continente africano e das suas diásporas?

Sob o lema "Vem conhecer a História de África!", na implementação e dinamização do projecto foi desenvolvido um programa educativo com

cinco sessões presenciais e recursos inovadores, visando disponibilizar aos participantes (jovens e seus educadores) contranarrativas sobre a história de Portugal e das suas interacções com os povos africanos e na diáspora, estimulando discussões e novos pontos de vista. Com recurso a metodologias participativas e colaborativas, procurou-se estimular a curiosidade para diferentes factos históricos, com variados actores e personalidades africanas, incluindo informação sobre a resistência das populações contra a opressão e a violência, assim como os processos de violação de direitos humanos nos territórios ocupados por Portugal.

Paralelamente, destacamos e aprofundamos as formas de representação de pessoas Africanas e Afrodescendentes na sociedade portuguesa, analisando processos sociais como a escravatura e o tráfico de pessoas escravizadas, o colonialismo, as lutas de libertação, dando destaque a figuras históricas (reis, rainhas, impérios, artistas, líderes políticos, heróis e heroínas anónimos) de diferentes países Africanos.

De que forma é que o vosso trabalho desafia ou transforma a forma como o passado africano e diaspórico é representado e lembrado no espaço público, incluindo no meio digital? Qual será a urgência desse trabalho na sociedade contemporânea e quais os seus impactos no tecido social e no sentido da elaboração de uma consciência histórica?

Com o projecto *Centro Sankofa – Educação, Culturas & Memória* pretendemos disponibilizar uma visão abrangente e não etnocêntrica dos fenómenos históricos, tendo em conta a diversidade social e cultural de Portugal e realçar narrativas que reconheçam a diversidade da população portuguesa. Julgamos ser necessário o estímulo para uma discussão alargada, a partir de projectos de educação não formal que contestem a visão hegemónica da história da expansão portuguesa e do colonialismo, que contribua para apoiar os jovens na construção de um pensamento autónomo e crítico, que interpela a narrativa oficial ensinada nas escolas, trabalhando ao mesmo tempo a auto-estima e a pertença identitária. Um pensamento que integre

o sentido da tolerância e a valorização da diversidade, e reconheça os efeitos destes processos nos quotidianos contemporâneos.

O Centro Sankofa beneficia directamente os participantes envolvidos, mas também promove valores fundamentais de diversidade, inclusão, igualdade e respeito mútuo, desconstrução de estereótipos, empoderamento da comunidade afrodescendente, promoção da igualdade e justiça social e investimento no potencial humano.

O projecto tem uma extrema importância e urgência, uma vez que pretende também combater os processos de exclusão e estigmatização dos bairros e espaços periféricos da Área Metropolitana de Lisboa, que ocorrem em simultâneo com uma desigualdade de oportunidades que afecta desproporcionalmente negros/as, africanos/as e afrodescendentes desde a infância.

E a escola pública é uma das muitas instituições onde se reproduzem as injustiças de uma sociedade assente na desigualdade estrutural, veiculada pelo racismo, xenofobia e discriminação.

Na educação pública em Portugal, nos primeiros anos do ensino básico, a taxa de reprovação das crianças nascidas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) é mais de três vezes superior à dos portugueses (16% vs 5% em 2013/2014). No ensino secundário, a esmagadora maioria dos alunos dos PALOP frequenta cursos profissionais (80% vs. 43% de estudantes portugueses em 2013/2014), destino menos prestigiado do que os cursos científico-humanísticos direccionados para o ingresso no ensino superior. Assim, a forte sub-representação dos afrodescendentes no ensino superior (16% vs. 34% dos portugueses, em 2011) não é um acaso da educação pública em Portugal. Pelo contrário, o sistema educativo está organizado para ser desigual, ao filtrar e seleccionar aqueles que vão conseguir ir além da escolaridade obrigatória. Relativamente ao abandono escolar, no ano de 2020 há registo de taxas superiores a 60% de alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)[1] que desistiram dos estudos e obtêm piores resultados.

1 Conselho Nacional de Educação, *Pareceres e Recomendações 2020* (Lisboa: CNE, 2020), 76. Disponível em https://www.cnedu.pt/content/edicoes/pareceres_e_recomendacoes/Pareceres_e_Recomendacoes-2020.pdf.

As dificuldades e os desafios enfrentados pelos jovens no seu dia-a--dia, assim como a riqueza das suas expressões culturais, são ignorados ou pouco aproveitados enquanto material didático. Temas relacionados com os problemas concretos dos alunos, como pobreza, racismo ou história da África, raramente são abordadas em sala de aula. Fechada em si mesma, a escola tem dificuldade em abrir-se às experiências juvenis desenvolvidas fora dos seus muros.

Esta realidade faz com que parte significativa do percurso escolar dos jovens que habitam territórios desfavorecidos seja marcada pelo insucesso, em consequência de uma sucessão de experiências negativas, agravadas pelos obstáculos colocados pela discriminação que resulta do racismo e da xenofobia.

A invisibilização das referências culturais dos países de origem dos seus pais reduz o sentido de pertença dos jovens e diminui a identificação com o conteúdo educacional transmitido pelas instituições de ensino. Para muitos a escola tem um ambiente racista, cujo programa pedagógico não amplia a sua condição de ser humano com uma história própria e anseios específicos. Pelo contrário, os seus antepassados são reduzidos à condição de pessoas escravizadas e colonizadas, subalternas sem subjectividade nem agência.

O impacto que o Centro Sankofa poderá gerar nos jovens, após a participação nas actividades do projecto, será traduzido na capacidade de reflectir criticamente sobre a realidade social que está colocada, compreender que as desigualdades e as barreiras que enfrentam são socialmente construídas resultando de um sistema estruturalmente supremacista e racista. Saberão identificar, combater e superar os obstáculos colocados ao seu sucesso e progressão escolar, prosseguindo a sua educação até ao nível superior. A diminuição das taxas de abandono escolar, e maiores oportunidades de sucesso escolar, terá um impacto significativo no desenho dos seus projectos de educação e formação, assim como nas suas vidas.

Pretendemos que sintam orgulho das suas origens Africanas e por essa via melhorem a sua auto-estima. Desta forma, o impacto gerado

será duradouro para os beneficiários directos, as suas famílias e comunidades onde estão inseridos.

Como imaginam a evolução do vosso projecto nos próximos anos? Que impacto gostariam que tivesse na sociedade?

A Djass – Associação de Afrodescendentes irá continuar a implementar o projecto, com fundos próprios, porque este projecto enquadra-se nos seus objectivos, mais concretamente numa intervenção de desenvolvimento comunitário a nível educativo.

Através de uma pressão política da sociedade civil, poderemos advogar por uma política educativa diferente, que irá sustentar os impactos positivos decorrentes do projecto.

De igual modo, irá continuar a colaborar com os parceiros envolvidos no projecto e outros que se irão juntar.

Os *outputs* desenvolvidos, nomeadamente o *ebook* com o programa educativo e o *flyer* com boas práticas, irão ser disseminados por outras organizações e associações locais, de forma que conheçam o projecto e queiram implementá-lo, para que o impacto gerado possa ser multiplicado. Esta documentação vai ajudar outros actores comunitários a replicar e a escalar o impacto do projecto em diferentes contextos e territórios.

Para concluir: querem sugerir um livro, um filme, uma música?

Ismael Lo – *Africa*: https://www.youtube.com/watch?v=wOfm9WRFRxA.

Referência para citação:
Alfieri, Noemi. "Djass – Associação de Afrodescendentes". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 231-237. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.41971.

Marissa J. Moorman from *Africa is a Country*

por Noemi Alfieri*

Marissa J. Moorman
Department of African Cultural Studies,
University of Wisconsin-Madison
mjmoorman@wisc.edu
https://orcid.org/0000-0003-0618-7358
Africa is a Country https://africaisacountry.com/

Thank you very much for accepting our invitation to talk about *Africa is a Country*, on the occasion of the Special Issue of *Práticas da História*, "(Digital) Retrospectives on African Historiography: Decolonization, African Press, and the Uses of Knowledge."

We are particularly concerned with the history(ies) of knowledge production in Africa, and with the discourses that have been constructed about these histories, especially in the context of the uneven globalization of intellectual thought.

This volume focuses on the period of decolonization in Africa, exploring the relationship between media and emancipation, political democracy, freedom of choice, and collective consciousness. At the same time, we remain attentive to contemporary epistemological possibilities and constraints in writing history.

* Noemi Alfieri (noemialfieri@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0914-273X. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Av. de Berna 26C, 1069-061, Lisboa, Portugal.

One of our key interests relates to digital preservation processes and the recirculation of historiography from Africa and its diasporas. We aim to foster critical reflections on their impact in expanding the public sphere and empowering communities. For this reason, our proposal includes academic articles, contributions, and essays written by artists. It now seeks to gather input from associations and relevant projects concerned with historical, epistemological, and social justice and accessibility issues related to Africa and its diasporas.

Thank you for your participation and testimony!

We would like to start by asking you to introduce yourselves and briefly present your project (its objectives and target audience)

My name is Marissa Moorman and I am a Professor of African Cultural Studies at the University of Wisconsin-Madison, where I am also currently the Faculty Director of the African Studies Program. While I work and teach in an interdisciplinary department, my PhD is in African History, and I am a specialist in contemporary Angolan history. For a decade, 2014-2024, I was an editor on the blog *Africa is a Country* and I have also served as one of the editors of *The Journal of African History* for five years, from 2020-2024.

In 2009, Sean Jacobs (Professor of International Affairs at The New School) founded *Africa is a Country*. While it started as a personal blog, he quickly expanded within a few years to bring on an editorial team and set of writers. *Africa is a Country* started out with a tongue-in-cheek adoption of Sarah Palin's gaff during her vice-presidential campaign when she referred to the African continent as a country. This was – is – a common mistake. And it is a telling one. AIAC used incisive writing, sometimes with a good dose of sarcasm, to call out such nonsense. But the project is bigger than naming Western stereotypes. Sean wanted to create a site that offered discussions and critique from and of the Left in thinking about issues – cultural, social, economic, and political – on the African continent. Since 2024, William

Shoki, based in Cape Town, is the editor, Boima Tucker the Director of Operations, and Sean is now the publisher.

In which ways does your project contribute to the construction and dissemination of historical narratives about the peoples of the African continent and its diasporas?

Africa is a Country is not first and foremost a site of historical writing. But several of the writers have been or are historians and the editorial team aims to identify and critique the legacies of colonialism and other forms of exploitation on the continent, as well as the complicities of postcolonial actors. The work of producing analysis of the current global and continental situation demands historical thinking. This means critically engaging not just ongoing colonial and imperial tendencies in historiographies but, perhaps most importantly, in official histories, whether in Europe or on the continent. You are as likely to find a piece criticizing ZANU-PF official histories as one pushing back against ongoing glorification of "The Discoveries" in Portugal. The *Africa is a Country* tagline on "X" reads "Left politics and culture, usable pasts." That's an apt description of a throughline in the work.

How does your work challenge or transform the ways in which the African and diasporic past is represented and remembered in the public sphere, including the digital space? What is the urgency of this work in contemporary society, and what are its impacts on the social fabric and the development of historical consciousness?

Taken as a whole, *Africa is a Country* showcases critical writing and thinking from and about the continent. Because stereotypes about Africa and Africans have a trenchant durability in the West and around the world and even on the continent, the material AIAC produces – whether

writing, short films, explainers, the podcast, or radio – always addresses those shorthand ways of representing the African continent and Africans. By and large, stereotypes deny peoples and places their historical dynamism and complexity. Even when writers don't address those images directly, and we made a very conscious decision to move away from so much direct engagement of such depictions, the fact of the work presses back. The digital space matters in this ongoing struggle. But it is not just a struggle around representation. It is a struggle over and about politics and power – who speaks, what ideas circulate, and how we might create a more just and equitable world.

What challenges have you encountered in this process of collective reconstruction and narration of the past, as well as in the digitalization, preservation, and accessibility of historical and cultural materials? What strategies do you employ to ensure that your content reaches the general public while staying true to your mission?

We are not an archive or site that digitizes historical and cultural sources and materials. And AIAC is not an academic endeavor. It is public-facing work. What *Africa is a Country* offers is critical, Left, thinking and analysis. The idea of useable pasts – those that engage the complex relationship between past and present, that don't just look to the past as prologue but see it as a resource to analyze the present and intervene in it – is what the site contributes. That said, we are a resource and an archive of new left thinking from and about the continent. Many historians, myself included, use work from the site in our teaching precisely because it offers new voices and sharp analysis of current issues.

Your work seeks to challenge established historical imaginaries. How can the digital sphere contribute to the reconfiguration of collective memories of Africa's past? What still needs to be done beyond the digital realm – in the streets, schools, and homes?

Africa is a Country was born digital. The idea was to create a space that existed neither on the continent nor elsewhere to bring writers and thinkers together. Much of what the site publishes could not easily find other outlets on the continent or outside it. Our chosen ancestors are Rajat Neogy and his magazine *Transition* and Ntone Edjabe and the publishing venture *Chimurenga*, both of which criticize local forms of exploitation, postcolonial politics, and historical misrepresentation. Both center culture as a key site and set of practices to understand and engage the workings of power. Posts on *Africa is a Country* often circulate widely, and they have been reproduced in South Asian, African, and European blogs and news sites. Beyond the digital realm, much work remains. Part of that work is to make history and historical thinking matter to our current world and our capacity to engage it. AIAC does this by sketching and populating alternative historical imaginaries. It creates a Panafrican sensibility that advocates for thinking across borders, beyond the nation-state, and through diaspora.

How do you envision the evolution of the project in the coming years? What impact would you like it to have on society and historiography in the broadest sense?

Since 2024, *Africa is a Country* has its editorial home in Cape Town, South Africa and acquires work through three regional editors: Wangui Kimari, Sa'eed Husaini, and Shamira Ibrahim. AIAC is deepening its digital forms and moving out in various directions – with podcasts, in person events, films and more. In 2024, the editors and some writers attended the Africa Cup of Nations in the Ivory Coast allowing for live-broadcasting and a more direct participation. This emerged in part from contributing editor Mehar Mezahi's African football podcast, "African Five-a-Side." In 2025, *Africa is a Country* will host an in person gathering in Nairobi in June. This festival will hold three public events: a literary reading, a film screening of AIAC's first documentary, *After Oil*, and a launch of an inaugural physical edition, *Revolution*

Deferred?: 15 Years of Mass Protest in Africa. With Nairobi LitFest, AIAC will present several other events and workshops. And Sean Jacobs and I are writing a book that emerges from the blog: *A People's History of Contemporary Africa* (under contract with Columbia University Press).

To conclude: would you like to suggest a book, a film, or a piece of music?

I recommend Abderrahmane Sissako's film *Rostov-Luanda* (1997). Sissako is a filmmaker from Mauritania who has made several important films. But I still love this earlier documentary of his. It casually blurs the boundaries of documentary and feature filmmaking and is based on the search for an old friend, Baribanga, who was from Angola but whom Sissako met in film school in the Soviet Union. Sissako brilliantly captures aspects of Angola's history, the missed encounters with the promises of independence, and how people still dream and persevere in a world rattled by civil war. And of course the film's conceit – the search for a friend from the continent triangulated through the USSR – reminds us that the Cold War created connections whose affective lives outlived the fall of the Soviet Union and even the institutions that initially put them in contact.

Referência para citação:
Alfieri, Noemi. "Marissa J. Moorman from *Africa is a Country*". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 239-244. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.41972.

NGAPA

por Noemi Alfieri*

https://www.revistangapa.com
ngapa@revistangapa.com

Gostaríamos de começar por pedir-vos que se apresentem e que introduzam brevemente o vosso projecto (objectivos e público-alvo).

Lançada em Luanda em Julho de 2024, a *NGAPA* é uma revista quadrimestral que pretende reflectir os desejos do mundo contemporâneo através da literatura, das artes plásticas e performativas (design gráfico, ilustração, fotografia, música, cinema, teatro, etc.) e de ensaios políticos e jornalísticos.

A publicação é propriedade da Kacimbo Editora, e é um veículo de divulgação e discussão de Angola, sobre Angola no mundo e sobre o mundo em Angola. Para tal, é prioridade absoluta estabelecer diálogos com esse mesmo "mundo", especialmente (mas não só) como o Sul global.

O nosso público-alvo inclui naturalmente artistas, pensadores ou estudantes, mas não se restringe (nem queremos restringi-lo) a estes segmentos. Queremos que a *NGAPA* permeie todas as barreiras sociológicas e de classe, e que se torne uma plataforma em que tenha lugar toda e qualquer pessoa dentro e/ou fora de Angola que ambicione participar em discussões e diálogos críticos, abertos e multidisciplinares sobre temas da contemporaneidade.

* Noemi Alfieri (noemialfieri@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0914-273X. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Av. de Berna 26C, 1069-061, Lisboa, Portugal.

De que forma é que julgam que o vosso projecto contribui para a construção e disseminação de narrativas históricas sobre os povos do continente africano e das suas diásporas?

Somos um espaço em que os nossos colaboradores contam as suas próprias histórias (visuais ou escritas) e expressam as suas opiniões com absoluta liberdade. Neste sentido, não há melhor forma de ser fiel às nossas narrativas que dar voz às pessoas e aos seus pensamentos. A diáspora participa activamente na revista, parte da própria equipa vive noutros países (México, Itália e Portugal).

No entanto, cabe dizer que encaramos o conceito "diáspora" de forma diferente. No questionamento das nossas realidades interligadas, que propomos, incluímos nesta "diáspora" da *NGAPA* não só os angolanos ou africanos que vivem fora do país ou do continente, mas toda a pessoa (angolana ou não, africana ou não), cujo pensamento contribui para a discussão sobre nós mesmos, e o nosso lugar e papel no mundo. A *NGAPA* não é uma revista angolana, sobre tradição, passado ou histórias angolanas. Há que quebrar o paradigma e as limitantes do conceito de país/nação que para nós, mais além de nos identificar e "dar casa", é uma armadilha que nos isola e debilita.

De que forma é que o vosso trabalho desafia ou transforma a forma como o passado africano e diaspórico é representado e lembrado no espaço público, incluindo no meio digital? Qual será a urgência desse trabalho na sociedade contemporânea, e quais os seus impactos no tecido social e no sentido da elaboração de uma consciência histórica?

Como referimos acima, a *NGAPA* tenta mudar este paradigma. Fazemo-lo de duas formas: a primeira, quebrando o conceito algo exógeno de "passado africano" – pesado, redutor, afunilado – analisando-o como parte de um contexto maior que o continente em si, e onde tanto a individualidade como o colectivo têm uma palavra a dizer. A segunda forma, de alguma maneira relacionada, é tentar escavar os temas que nos propomos

abordar na busca de perspectivas, ligações e relações fora das narrativas tradicionais. Queremos esquivar os erros que, ao longo do tempo, têm afectado em Angola a representação de nós para nós: superficialidade na análise, militância (de todos os tipos), politização, opinião por imitação, conceitos estanques (como "tradição africana", "africanidade", etc.) e aquela noção limitante e que nos vem sendo induzida constantemente de que somos uma realidade única, impermeável ao exterior, autista e sem vínculos externos, se não os que criamos com o nosso próprio umbigo.

Que os desafios é que **têm encontrado nesse processo de reconstrução e narração colectiva do passado, mas também na digitalização, preservação e acesso a materiais históricos e culturais? Quais as vossas estratégias para assegurarem que os vossos conteúdos chegam ao público geral, mantendo-vos fiéis à vossa vocação?**

Os desafios prendem-se, em primeiro lugar, com a própria concepção da revista em termos conceituais. Somos uma equipa multidisciplinar com metas bem definidas, mas somos fruto das tais narrativas hegemónicas que tentamos desconstruir. A preparação de cada edição é uma apaixonante desconstrução e reconstrução de ideias, pensamentos, narrativas que ajudam a definir a linha orientadora da edição.

O segundo desafio é transmitir a nossa visão aos colaboradores, de forma a que a edição reflicta essa ideia original. É uma etapa bastante interessante que leva a outras discussões que ampliam, muitas vezes, o próprio espectro editorial inicialmente definido (cumprindo, desde a etapa de produção, o objectivo de gerar pensamento).

Usamos várias plataformas, sobretudo a página *web*, as redes sociais, eventos da Kacimbo, ou o sempre eficaz "boca-a-boca", para fazer chegar os nossos conteúdos ao público em geral.

Desde a edição 1, temos também apostado numa dinâmica de "rodas de conversa" e eventos paralelos nos quais os conteúdos da *NGAPA* são o mote de debates, criando espaços até agora praticamente inexistentes, de discussões abertas, críticas e francas, que criam uma dinâmica interessante e frutífera.

O vosso trabalho procura desafiar imaginários históricos e culturais estabelecidos. De que maneira é que **a dimensão digital pode contribuir para reconfigurar as memórias colectivas sobre o passado africano? O que resta fazer fora do digital, nas ruas, nas escolas, nas casas?**

O digital tem uma voz cada vez mais potente que reconfigura e amplifica as narrativas, sim, mas sobretudo do presente e do futuro. O "passado africano" não é estanque porque, como qualquer passado, é uma construção política e ideológica, que há que pôr em xeque. Neste sentido, o digital dá um passo em frente. As vozes que dominam esse espaço soltam-se pouco a pouco dessas amarras de um passado traumático – colonialista, conflito civil, sistema político unipartidário, etc. – para pensar sobretudo o agora, e o lugar do indivíduo (através de colectivos) no espaço físico, rompendo a ligação umbilical das gerações anteriores com o peso do factor político e do passado na sua forma de estar, pensar e criar.

Fora do digital, ainda mais em países como o nosso onde o acesso às tecnologias de informação ainda é altamente restrito, falta ir às ruas, às escolas, às casas. Como referido na resposta anterior, a *NGAPA* já organizou eventos em associações culturais nos bairros de Luanda, ou em espaços de reunião de leitores. No nosso contexto, pensamos, é a forma mais eficaz de chegar a quem queremos – a todos.

Como imaginam a evolução do vosso projecto nos próximos anos? Que impacto gostariam que tivesse na sociedade?

A revista apenas começa, mas acreditamos que possa evoluir para uma publicação muito mais consistente a todos os níveis, incluindo produção e estrutura que a sustenta. Queremos uma revista mais profunda, onde colaboradores angolanos e não só gerem pensamento que nos confronte, como um espelho de vários prismas, onde cada imagem reflectida tenha nuances novas, e que seja relevante na compreensão de nós e do mundo.

Para tal, queremos abrir ainda mais a revista a criadores de diferentes origens, divulgar novos talentos, dar voz a quem tem algo novo, diferente e sentido a dizer, e que ponha em causa os próprios pressupostos da equipa. O impacto que isso pode ter na sociedade, caberá a cada indivíduo implicado neste movimento decidir.

Para concluir: querem sugerir um livro, um filme, uma música?

Música: "A Town" (música de Ohali; letra de Toy Boy). É a "banda sonora" da edição 1 da *NGAPA*, e para a qual estamos a criar um videoclipe (https://www.revistangapa.com/artigos/a-town).

Livro: *Caricatura*, de Gil H. Saurana. É um romance que retrata um dos episódios mais marcantes da história política de Angola: o escândalo envolvendo uma caricatura oferecida ao então presidente José Eduardo dos Santos, em 1982. A narrativa detalha os bastidores desse acontecimento, desde a sua concepção até às duras consequências para os envolvidos.

Documentário: *Fuckin' Globo*, de Kamy Lara. Em 2015, um grupo de artistas decide ocupar os quartos de um antigo hotel, na baixa de Luanda. Nasce assim o evento de arte multidisciplinar Fuckin'Globo, onde artistas independentes transformam os quartos do Hotel Globo em espaços expositivos únicos, numa produção artística que rejeita qualquer patrocínio ou apoio institucional. Este posicionamento radical deu lugar a uma abordagem livre e audaciosa sobre temas culturais, sociais e políticos, com obras criadas especificamente para o evento.

Referência para citação:
Alfieri, Noemi. "*NGAPA*". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 245-249. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.41973.

Passages and Destinations, Utopian Migrations

por Nuno Silas*

The photograph used for the cover of *Práticas da História* n.º 20, *Untitled*, was taken in Cape Verde in 2015, during an artistic residency at Catchupa Factory – an international residency programme for emerging photographers and artists from PALOP (Portuguese-speaking African countries).

My approach to photography encourages closer examination of frontiers, destinations and passages through the investigation of individual and collective experiences. My artwork often uses juxtaposition, layering digital images upon themes of contemporaneity, destiny and the movement of people. On some occasions, I use colonial landscapes as backdrops to question the use of digital imagery to retell history in the postcolonial time. It was a way to question the current functioning of borders, and to inquire migrant histories linked to narratives of crises in postcolonial times.

This photograph uses imaginary migration perspectives to reconsider contemporary diasporic community collectivism, its traces and trajectories, as expressed through digital photography. Throughout the development of this photographic work, I was interested in people's everyday lives and how they engage in the construction of representations of their lived experiences, making their stories visible. The photographs explore the history of migration from a spatial perspective: specifically, from the points of movement and transport within arbitrarily defined territories. It examines the experience of reconstructing and re-establishing the concept

* Nuno Silas (silas.fulane@gmail.com). https://orcid.org/0009-0007-3563-597X. Institute of Contemporary History, University of Évora / IN2PAST — Associate Laboratory for Research and Innovation in Heritage, Arts, Sustainability and Territory, Av. Berna 26 C, 1069-1061 Lisbon, Portugal.

of the human condition, which today stems from a distorted perception of capitalism. The movement of people reflects an unstable nature, while it also constitutes a mixture of experiences that translates into visual possibilities through lines, dots and symbols.

These elements manifest in a spiritual dimension, representing the convergence of culture and the reinvention of bodily memory. The way the picture is taken either portrays the face of everyday life or the forced and voluntary displacements involved, making the struggles and suffering experienced visible. The colour of the character's clothing in the photo reflects her daily survival activities, while the bucket kept on the right arm symbolises her ongoing search for survival. I also explore how urbanisation has transformed Cape Verde, its way of life and its forms of resistance. Cape Verde — specifically Mindelo — is not considered a megacity, with a population of around 62,970. I understood the city is a site of collective memory and a dynamic stage for global networks, relationships and histories. The legacy of colonialism, however, is still heavily present, leaving the city suspended between an uncertain present and a desired future. Through this photograph, I address this uncertainty by focusing on the environment and exploring alternative ways of being. In this sense, the photo also tells the story of our times, capturing dramatic and heroic moments in people's lives. People do indeed migrate, but we are, in a way, facing a different process: the exponential growth of global migrations revolt represents a major shift in postcolonial history. Through this visual image, I aim to encourage a broader understanding of migratory identities as lived experiences in present times. Yet photography is a tool of memory, as well as of resistance and imagination.

Referência para citação:
Silas, Nuno. "Passages and Destinations, Utopian Migrations". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 251-252. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.42412.

Alexandra Reza

Anticolonial Form: Literary Journals at the End of Empire

Oxford: Oxford University Press, 2024, 284 pp.

Daniela Spina*

Numa época em que as fronteiras disciplinares se tornam cada vez mais ténues, o primeiro livro de Alexandra Reza acolhe o desafio de interpretar duas experiências editoriais incontornáveis da luta anticolonial do século XX à luz da mais sofisticada teoria da literatura. *Anticolonial Form: Literary Journals at the End of Empire* é um livro de história que fala de literatura, mas poderia ser descrito também como um livro de literatura que fala de práticas de investigação historiográfica. A partir do estudo das revistas *Mensagem*, produzida no seio da Casa dos Estudantes do Império, entre 1948 e 1964, e *Présence Africaine*, fundada em Paris pela iniciativa de Alioune Diop, em 1947, o livro de Alexandra Reza lembra-nos da impossibilidade de pensar na história do colonialismo e da luta anticolonial senão em perspetiva comparada. Para Reza, a união entre estudos pós-coloniais e literatura comparada é indispensável para atender à complexidade de um fenómeno como o colonialismo europeu. Daí que a busca de ferramentas para a análise literária na tradição formalista seja necessária para a interpretação

* Daniela Spina (dspina@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0003-2094-3121. CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Av. Berna 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal. Este trabalho foi realizado com o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do contrato 2023.07812.CEECIND. Receção da recensão original: 12-11-2024. Receção da versão revista: 15-11-2024. Aceitação: 18-11-2024.

do programa político que as duas publicações se propuseram levar à frente, como expresso por uma frase do livro que pode ser usada como um guia de leitura da obra inteira: "with the way *how* things are said shapes *what* is said"[1].

A tónica na forma concretiza-se, em primeiro lugar, na *journal form* e na potencialidade da imprensa periódica enquanto escrita criativa, o que permite investigar todas as nuances da produção cultural nos processos de descolonização em causa. A tensão entre forma e conteúdo é mais gritante no caso da *Presénce Africaine*, revista que deve ser situada numa fase mais amadurecida do pensamento anticolonial e num contexto político democrático diferente daquilo em que operavam as individualidades africanas envolvidas em *Mensagem*. Operando em Lisboa num contexto ditatorial, estas encontravam-se ainda numa fase de descoberta não só da história e das culturas de África – como explica bem Reza ao ilustrar a experiência edificante do Centro de Estudos Africanos (CEA) – mas também das possibilidades de tornar a luta contra o colonialismo uma luta transnacional que não se limitasse ao império português. A imagem dos jovens editores/autores de *Mensagem* como leitores da *Presénce Africaine* é a imagem mais potente que sobressai do livro, lembrando-nos que o carácter transnacional da luta anticolonial prescinde da imediatez da ação militante, perpetuando-se na durabilidade da experiência da leitura. Ainda com ênfase na forma, para Reza o transnacionalismo da *Presénce Africaine* não pode ser estudado apenas à luz das conexões que os editores teciam com intelectuais africanos ou afroamericanos em vista de momentos agregdores internacionais, como o Congrès des Écrivains et Artistes Noirs em Paris, em 1956, ou em Roma, em 1959, mas sim nas práticas de tradução de textos que a revista incentivava. Exemplo disso são as traduções de português para francês publicadas por Mário Pinto de Andrade, o qual emerge do livro como imperiosa figura aglutinadora das duas realidades políticas e literárias. Reza informa-nos, também, que muitas das traduções publicadas na *Présence Africaine* foram realizadas por mulheres, cuja participação

1 Alexandra Reza, *Anticolonial Form: Literary Journals at the Ende of Empire* (Oxford: Oxford University Press, 2024), 11.

na revista foi eclipsada pela preponderância das intervenções masculinas. Contudo, o envolvimento ativo de agentes femininos na preparação do paratexto leva-nos a pensar que não será correto falar de invisibilidade das mulheres, sendo que o trabalho delas é palpável e visível na própria forma, e no protagonismo que as traduções ganham no projeto editorial em questão.

Anticolonial Form está organizado em duas partes: "A dialectic of literature and politics", onde a autora do livro explora, suportada por um abundante *corpus* teórico, a relação entre política e literatura; e "Cracks and fragments", onde investiga as dissonâncias intrínsecas às duas publicações, as discrepâncias inerentes aos papéis de género e a reconfiguração do espaço colonial propriamente dito. No primeiro capítulo, "An articulated journal form", é investigado aquilo que Reza chama "lateral and associative work"[2], isto é, o esforço que as duas publicações fazem ao empenhar-se na produção de conhecimentos práticos e teóricos, para tornar as experiências singulares em formas de conhecimentos partilháveis e, por isso, coletivas. A autora foca-se em duas contingências: a justaposição de diferentes lugares de escrita e a justaposição de escrita criativa e não criativa. No caso da revista *Mensagem*, a consciência da diversidade cultural dos atores envolvidos, e a vontade de conservar tal diversidade, embora numa ótica de união solidária, desafiava a retórica de fim-de-império que apelava à unidade nacional sem diferenças. A isso acresce o interesse pelo que acontecia fora do império português, o que se tornava matéria de reflexão e lição para aplicar em casa. Um dos exemplos oferecidos por Reza é a descolonização massiva dos territórios ocupados por britânicos e franceses a partir de 1960, a qual se refletiu num incremento de prosa política publicada em *Mensagem* nessa altura. No caso da *Presénce Africaine*, a autora destaca a posição preeminente da revista na divulgação do pensamento anticolonial – "the leading lights of the anticolonial cultural world published on its pages"[3] – numa ótica panafricanista e, a partir da conferência de Bandung (1955),

2 Reza, *Anticolonial Form*, 34.

3 Reza, *Anticolonial Form*, 40.

terceiro-mundista e explicitamente anticolonial – o que resulta numa maior exposição relativamente ao apoio à causa argelina. Nesse contexto de aspirações universalistas, cabe perguntar: onde se colocam, então, os nacionalismos africanos? Reza chama a nossa atenção para o facto de que a tensão entre nacionalismo e universalismo é uma constante dos números da *Présence Africaine* publicados após 1955, tendo isso uma grande repercussão, mais uma vez, na forma da revista, a qual oscilava entre textos de cariz nacionalista – como os do próprio Mário Pinto de Andrade sobre o nacionalismo angolano – e outros em que o discurso implicava a presença de um sujeito coletivo, colonizado, que prescindia das identidades nacionais.

No capítulo "Theorising reading, writing and society", a relação dialética entre política e literatura é esmiuçada até ao fundo. Aqui, a produção literária propriamente dita é entendida à luz de uma estratégia pedagógica que visa suplantar o modelo educativo colonial. Essa perspetiva política que resgata a função social da literatura é comum às duas publicações. A experiência do CEA dinamizada pelos poetas-militantes da revista *Mensagem*, a leitura de autores negros como Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire, a correspondência com os editores da própria *Présence Africaine*, ou a encenação de peças teatrais do panorama africano não lusófono, como *Le Maître d'École*, de Keïta Fodébas e traduzido para português por Noémia de Sousa – mais um exemplo de tradução de autoria feminina –, encarnam na perfeição o desenho político descrito por Reza e confirmam a vontade de articular a luta anticolonial através da palavra impressa. Na fase pós-Bandung, que Reza define como segunda fase editorial da *Présence Africaine*, é de salientar o aumento da produção textual que teoriza o papel e as responsabilidades do escritor anticolonial, um debate que não é sempre isento de fricções, e do qual é exemplo a disputa entre Aimé Césaire e René Depestre sobre realismo e formalismo: "des rapports de la poésie et de la Révolution/ le fond conditionne la forme"[4]. Uma polémica política que não deixa de ser um exercício metaliterário. Por outro lado, o debate

4 Reza, *Anticolonial Form*, 63.

entre realismo e formalismo – ou entre *rational prose*, como a define Reza, e escrita criativa – não é motivo de tensão em *Mensagem*. A ideia de uma literatura militante ao serviço do povo é, para Reza, consensual no grupo, tendo sido essa visão fortemente influenciada pela estética neorrealista. Aqui, Reza foca-se na figura de Francisco José Tenreiro – um nome quase esquecido dessa geração de poetas[5] – e sobretudo de Agostinho Neto, o qual, a partir de 1960, começa a insistir com mais veemência na função social da poesia, sem, porém, descuidar da forma, que continua a ser determinante na produção do próprio contexto.

Além do neorrealismo, outra corrente que Reza invoca é o modernismo africano. No capítulo "Multilingual modernism" são localizadas conexões transnacionais que se afastam do cenário europeu. A revista *Black Orpheus*, com o seu editor Abiola Irele e a sua ligação à *Présence Africaine*, constitui uma parte substancial desse capítulo. O que vem à tona é a presença ativa da *Présence Africaine* nas redes intelectuais africanas, nas quais a revista se afirma como ponte entre o mundo francófono e o anglófono, quando não como ponte entre a Europa e a África. *Mensagem* fica à margem dessa reflexão, por se encontrar excluída desse circuito artístico-literário. Conectando-nos com o que já foi dito sobre o papel de figuras carismáticas, como a de Agostinho Neto, que empurraram para uma explícita politização da literatura, Reza sustenta que a poesia de *Mensagem* foi considerada "overtly militant"[6], pobre do ponto de vista intelectual e insuficientemente madura do ponto de vista formal para suscitar o interesse de uma revista artisticamente conceituada e apolítica como *Black Orpheus*.

Em "Questions of method", capítulo que fecha a primeira parte do livro, Alexandra Reza questiona a sua própria prática investigativa à luz dos debates mais recentes sobre a politização da literatura no âmbito dos estudos pós-coloniais, sendo que os seus objetos de estudo parecem

5 De acordo com Reza, Tenreiro foi o único elemento do CEA que não se envolveu nas guerras de libertação nacional, e um dos poucos a não se tornar um líder político. Cabe perguntar se essa contingência não terá tido também consequências no esquecimento de Tenreiro enquanto poeta.

6 Reza, *Anticolonial Form*, 89.

constituir o pretexto perfeito para discutir o modo como encarar fontes que se colocam a meio caminho entre criação literária e produção teórico-política. Aqui, o conceito de literariedade é desafiado em todas as suas facetas e, embora a autora resenhe as vozes mais autorizadas do debate académico em questão, como Deepika Bahri e Peter Hallward, é de destacar que a lição maior chega de um escritor: Aimé Césaire. Reza faz referência à intervenção de Césaire no Deuxième Congrès des Écrivains et Artistes Noirs, organizado em Roma pela própria *Présence Africaine*, em 1959, quando afirmava que, nas sociedades coloniais, qualquer ato de criatividade artística e textual deve ser considerado um gesto disruptivo, porque subverte aquela dicotomia hierárquica entre produtores e consumidores que sustenta o projeto colonial e, com ela, a narração que legitima a subsistência desse projeto. Contudo, o aspeto mais interessante deste capítulo é o diálogo que Reza constrói entre os críticos contemporâneos e as vozes mais teóricas que assinavam nas duas revistas. Um bom exemplo é o debate entre as posições de Hallward (*Absolutely Postcolonial*, 2001), que apela a uma distinção entre cultura e política nos estudos literários, evitando assim uma hiperpolitização do pós-colonial, e as de Alioune Diop, que defendia que a separação entre as duas esferas fosse uma característica intrínseca ao projeto estratégico colonial. Aqui, a habilidade da autora está em tornar o debate teórico numa ferramenta de análise crítica para demonstrar o modo como, na forma-revista, a relação entre literatura e política seja uma relação eminentemente dialética. Talvez a sua única falha seja a de, numa reflexão mais alargada, excluir os jornais diários dessa relação dialética, tornando-a exclusiva das revistas literárias[7]. A relação entre prosa ficcional e prosa não ficcional foi algo que marcou a produção impressa desde a fundação dos primeiros jornais diários nas colónias do império português, primeiro na Índia e depois em África. A própria literariedade do texto jornalístico foi, de facto, fundamental para abrir caminho à instituição de hábitos de leitura e até de escrita criativa, e a relação entre ficção e texto noticioso, nos diários em questão, foi tudo menos hierárquica.

7 Reza, *Anticolonial Form*, 105.

Da segunda parte do livro, vale a pena dedicar algum espaço ao capítulo "A poliphonic history of articulated negritude", o qual constitui uma contribuição inédita para a história da negritude vista de uma perspetiva lusófona, sem esquecer que a intervenção de língua portuguesa nesse debate não se esgota com *Mensagem*, mas se prolonga até *Présence Africaine* sob a forma de tradução e de trocas intelectuais. A partir da ideia de "dépassement de la négritude"[8], defendida por Mário Pinto de Andrade no Congreso Cultural de La Habana em 1968, Reza pretende dar atenção ao processo que levou a ultrapassar as fases essencialistas da negritude, estudando a forma como esse debate se concretizou nas páginas das duas revistas. Uma transição de posicionamentos políticos que revela uma abordagem bastante conflituosa, sendo conveniente, para a leitura desse capítulo, ter em mente a conceção de *homem novo* de Amílcar Cabral, no caso português, e o pluralismo da negritude francófona frente à linha purista representada por Leopold Sénghor. Começando pela *Présence Africaine*, a autora descreve a abertura de Diop para publicar textos que contrariassem as posições de Sénghor, confirmando a vontade da revista de se colocar a meio caminho entre órgão de divulgação da tradição da negritude e lugar de crítica desta. A fase terceiro-mundista da *Présence Africaine*, da qual Reza fala logo no primeiro capítulo do seu livro, permite fazer novas leituras que superam a ideia de uma solidariedade exclusivamente negra, passando a encarnar uma solidariedade para com todos os povos oprimidos. É ulteriormente interessante notar a forma como a autora interpreta a negritude em resposta à insuficiência dos nacionalismos africanos, percebidos como limitantes face às possibilidades de renovação cultural, política, mas também económica, oferecidas pelo projeto terceiro-mundista. Nesse sentido, o que é partilhado pelas duas revistas é a ideia de negritude enquanto comunidade e maneira de estar no mundo, oposta a uma ideia sectária que limita a negritude à afiliação a um movimento político e cultural específico. Exemplo bonito que Reza oferece, em que a negritude se manifesta com todos os seus desdobramentos semânticos,

8 Reza, *Anticolonial Form*, 119.

é a antologia *Poesia negra de expressão portuguesa*, editada em 1953 por Andrade e Tenreiro e dedicada à figura de Nicolás Guillén, poeta cubano considerado "a voz mais alta da negritude da expressão hispano-americana"[9]. Embora o humanismo de Diop tenha tido um peso importante nesse entendimento da negritude, o projeto antológico de Andrade e Tenreiro comprova a forma como as influências nos poetas africanos de língua portuguesa chegavam também de outras latitudes, bem distantes do eixo Paris-Dakar. Além disso, Reza sustenta que as referências internacionais desses poetas seriam sinal de uma clara tomada de posição contra a ideia de um mundo lusotropicalista de língua portuguesa.

Em jeito de conclusão, cabe fazer alguns comentários sobre a forma do próprio livro. *Anticolonial Form: Literary Journals at the End of Empire* é uma narração tecida com minúcia crítica, brilhante análise textual e uma linguagem eloquente, mas não difícil, o que torna a leitura fluida como se de um romance se tratasse. As posições da autora são apoiadas num *corpus* científico atualizado, que varia da teoria da literatura à filosofia, da história aos estudos culturais. Mas o aspeto mais marcante do livro é o impressionante trabalho de arquivo que a autora terá feito durante a sua investigação, bem como a sua capacidade de dialogar com as fontes, tendo sempre em mente que a história da descolonização não é apenas um assunto de história africana, mas faz parte também da história europeia: "understanding the intellectual history of African decolonization as a body of work that theorizes European as well as African society can help us better understand our own histories and presents"[10].

Referência para citação:
Spina, Daniela. "Recensão a *Anticolonial Form: Literary Journals at the End of Empire*, de Alexandra Reza". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 253-260. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.41781.

9 Reza, *Anticolonial Form*, 135.

10 Reza, *Anticolonial Form*, 24.

Manuel Loff e Miguel Cardina, eds.
25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória
Lisboa: Tinta-da-china, 2024, 312 pp.

Sílvia Correia*

Manuel Loff e Miguel Cardina não propõem editar "um livro clássico de História" – do que foram o 25 de Abril e as dinâmicas do processo revolucionário –, mas "mostrar como a revolução é lembrada ou esquecida, celebrada ou contestada, apropriada ou combatida, narrada e inscrita na memória de diferentes setores políticos e sociais e das várias gerações que se sucederam ao longo dos últimos 50 anos. Este é, por isso, um livro sobre a memória da Revolução" (p. 15). O livro *25 de Abril, Revolução e Mudança em 50 Anos de Memória* situa-se num campo da historiografia da revolução – e, de forma mais ampla, do fascismo – que a define como movimento de base e popular, que se instala depois do golpe militar de 25 de abril, e inaugura "uma democracia em assumida ou potencial rutura com o passado autoritário, colonial, patriarcal e classista" (p. 17). Dedicados à história política do Portugal contemporâneo, Loff e Cardina têm publicado sobre as tensões na capitalização política e pública do passado mais recente. Os textos deste livro procuram refletir essa preocupação científica, *diagnosticando* 50 anos de (res)significações da revolução e do processo

* Sílvia Correia (scorreia@letras.up.pt). https://orcid.org/0000-0001-6118-4673. Faculdade de Letras e Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.
Receção da recensão original: 17-12-2024. Receção da versão revista: 26-06-2024. Aceitação: 2-07-2024.

revolucionário. Uns capítulos estão mais atentos aos processos interrompidos e/ou frustrados, como os de Manuel Loff, Paula Godinho ou Ana Sofia Ferreira. Outros estão mais concentrados na longa duração dos processos significantes, os de Miguel Cardina, Elsa Peralta, Luís Trindade ou Joana Craveiro. Não descurando a transversalidade coesa entre os contributos, identifico dois momentos nesta edição: um dedicado ao diagnóstico de uma revolução; outro dedicado a descortinar, numa longa duração, as camadas de memória.

Manuel Loff, em "Um país de loucos, a memória reacionária da revolução", analisa o modo como a Revolução de 1974-1976 e o fascismo foram reinterpretados por uma memória histórica reacionária, assente numa antítese entre a idealização da "estabilidade" autoritária e a deslegitimação das transformações revolucionárias. O historiador faz um duplo diagnóstico, também identificável noutros capítulos da obra, de uma transnacionalidade das revisões históricas e de uma patologização da revolução. As revisões da memória da revolução portuguesa refletem tendências globais impulsionadas por setores neoliberais e conservadores, herdeiros de posições políticas e historiográficas dominantes durante a Guerra Fria, que retornam com o colapso socialista nos anos 1990. Recuperando as teorias do totalitarismo dos anos 50, equiparam-se experiências totalitárias fascista e comunista. Da mesma forma, grupos conservadores portugueses localizam, no período revolucionário de 1974-1976, a possibilidade de uma inconsequente institucionalização de um regime totalitário. Dessa forma, patologiza-se o movimento como se se tratasse de "loucura coletiva", que perturbaria a sociedade e descaracterizaria a identidade nacional. A revolução resultaria, então, de um fenómeno alheio à realidade portuguesa, em decorrência de fenómenos revolucionários e totalitários internacionais. Enfraquece-se a sua legitimidade enquanto movimento popular.

Paula Godinho agrega a Reforma Agrária a um processo que identifica como revolucionário, regional e de base, não tendo sido impulsionada por um plano centralizado do poder político. A antropóloga elabora, também, uma crítica às propostas revisionistas que patologizam a revolução e suas ramificações, numa tentativa de deslegitimar a sua

importância histórica: projeto sedimentado em ações sustentadas na consciência de classe, na longa capacidade de organização e resistência, cujas raízes podem ser localizadas na luta antifascista. Para Godinho, a "subalternização" do revolucionário reflete um contínuo esforço de estabilizar e controlar uma certa ordem vigente, mascarando as potencialidades transformadoras do passado e o seu poder disruptivo.

Ana Sofia Ferreira, no seu capítulo "O 25 de Abril e as mulheres: uma revolução incompleta?", elenca direitos conquistados com a democracia, mas ressalta os limites que se colocaram e se colocam à garantia dos direitos das mulheres – a uma pauta feminista aquém de ser cumprida. Problematiza dois aspetos reveladores da complexidade destes processos históricos: a forma como grupos de esquerda, em prol da coesão da luta, marginalizaram as pautas de género, como se estas competissem com a mobilização de classe. Por outro lado, destaca o protagonismo, muitas vezes desconhecido, das organizações católicas femininas, não só na resistência antifascista como no processo revolucionário. Nota a necessidade de se complexificar as narrativas em torno das conquistas de Abril, fazendo uma crítica também à atuação da esquerda e salvaguardando a necessidade de se aprofundar os estudos de género.

Um segundo grupo de textos, sempre em estreito diálogo com os debates anteriores, procura descortinar camadas de memória, (res)significações da revolução na longa duração com múltiplos sujeitos implicados. Aproximações que são provocadas pelos próprios objetos de estudo. Descentra-se a revolução para se olhar para as implicações do fim do colonialismo, da descolonização e do retorno. Uma zona múltipla de mediações da experiência histórica, pouco afeita a formulações maniqueístas de usos políticos. Tal como Loff e Cardina introduzem, "[a] Revolução foi um processo histórico concreto, que teve o seu início e o seu desfecho, as suas materializações e os seus legados. Mas foi igualmente um espaço de utopia, no sentido em que convocou esperanças e vontades – e, consequentemente, ilusões e desilusões – sobre o que nela se poderia projetar" (p. 19).

Miguel Cardina trata dos itinerários de narrativas que rompem com o silêncio, desde o fim da Guerra Colonial, sobre os choques públicos e, também, privados em torno das memórias do conflito. Tendo

como horizonte o colonialismo, integra a revolução na longa duração do projeto colonial tardio e numa narrativa que tendeu a apagar a sua natureza violenta. Chama a atenção para a forma como, no imediato contexto pós-revolucionário, a luta anticolonial se associa à antifascista no enquadramento da experiência da guerra – e da violência associada às práticas das Forças Armadas em território colonial – num "pacto de esquecimento". Uma memória que gradualmente passa a circunscrever-se aos espaços privados, "no quadro da construção do Portugal democrático, europeu e pós-colonial" (p. 75). Situação que mudaria, a partir dos anos 90 do século passado, com a emergência de uma memória pública centrada no esforço – e, em algum movimento associativo, no sofrimento – dos antigos combatentes e de uma certa denúncia da violência na guerra. O terceiro momento do capítulo é dedicado à "colonialidade como problema", isto é, a um duplo "regresso da história": a uma erupção de memórias marginalizadas, que decorrem do lastro das violências coloniais, e a uma capitalização política conservadora do momento colonial.

Elsa Peralta evidencia o *retorno* – e os retornados – como "memória difícil". À semelhança de Cardina, a antropóloga faz uma cronologia dos regimes de memória, neste caso dos que enquadram a narrativa do retorno. Com a descolonização, mais de 417 mil retornados voltaram a um país que passava por uma crise económica e uma profunda transformação social e política. Até aos anos 80, a narrativa oficial celebra o "sucesso da integração", mas silencia experiências mais complexas, como as tensões com o Estado revolucionário e as perceções de traição. Silenciava-se uma integração marcada por tensões sociais e assimilacionismo. Peralta remete, ainda, para a mobilização da pauta do retorno, chamando a atenção para esforços de integração e/ou apropriação discursiva à esquerda e à direita do campo político-partidário. Nos anos 80, as reivindicações políticas dos retornados perderam força, especialmente com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. A antropóloga identifica, mais recentemente, uma memória mais plural, destacando a produção literária de autoras como Isabel Figueiredo, Dulce Maria Cardoso ou Aida Gomes, que desafia uma visão triunfalista, expondo as contradições em torno do tema; ao mesmo tempo, o retorno como

lugar de maior instrumentalização política, especialmente pela direita e extrema-direita, dificultando a inclusão dessa experiência numa narrativa democrática plural, questionando opções políticas da revolução e da descolonização e revisitando mitologias coloniais.

Luís Trindade analisa a evolução das representações culturais da revolução. Se nos anos 70 domina uma visão utópica – da realização possível –, os anos 80, no quadro de uma crise económica e social, retrata-se a revolução como falência e criminaliza-se o processo revolucionário. O historiador refuta, porém, a ideia de que submeter a revolução à narrativa histórica nacional — ao nacionalismo — signifique uma despolitização. Pelo contrário, essa mudança traria novas leituras, ampliando as perspetivas sobre o período nas múltiplas esferas da produção cultural, especialmente em momentos de "grandes celebrações". A revolução não estaria mais no centro imaginativo, aparecendo como legado de uma história mais longa, um legado entrelaçado nos efeitos da guerra e da experiência colonial. Trindade remete, no século XXI, a uma persistência da polarização de visões sobre a revolução – de um lado, momento idealizado e utópico; de outro, momento de caos e excesso –, enquanto se complexifica a narrativa. Aparece uma terceira via, a das memórias fragmentadas em narrativas urbanas marginalizadas, que se distancia da revolução e é difícil de categorizar. Aqui, a marginalidade atinge um patamar ainda "mais radical" (p. 240), denunciando um país pós-colonial onde a exclusão social e o racismo persistem. Produções artísticas mais recentes procuram abrir zonas de tensão e múltiplas perspetivas que atravessaram e moldam a sociedade portuguesa. Obras que exploram enquadrar os próprios enquadramentos rememorativos do passado revolucionário, fazendo a crítica das múltiplas mediações da experiência histórica. Assim faz Joana Craveiro, num lastro de exercícios de intervenção pública, muito além da esfera académica. A artista, num *capítulo-guião* para uma obra fílmica, diagnostica a persistência de memórias fortes, remete para as ditas memórias fracas e para a necessidade de múltiplas vozes, escalas e camadas, que espelhem aquilo que foi o processo revolucionário – um processo que implica um movimento de massas, evitando discursos simplistas e maniqueístas.

Obra orgânica, este livro situa-se no campo da historiografia que localiza a revolução na agência dos movimentos populares, que iriam mudar profundamente as estruturas políticas, sociais e culturais existentes. O que não quer dizer que haja, por parte de cada um dos autores, a defesa das mesmas cronologias do processo ou os mesmos passados e futuros que enquadram o presente das experiências analisadas. É elucidativa a forma como, a meu ver, dois eixos atravessam a obra. A identificação dos modos de ressignificação histórica, pública e política que patologizam a ação coletiva, que originaria uma crise e que obrigaria à intervenção moderadora e de contenção. Segundo Fernando Rosas (que prefacia a obra), a forma como se desenha o imaginário da revolução, na atual ascensão da extrema-direita, reflete, mais uma vez, a capacidade de regeneração do neoliberalismo – um assalto ao poder no sentido de construir uma hegemonia e lançar um consenso viabilizador da destruição da democracia. E ainda a leitura-diagnóstico de como, nos últimos cinquenta anos, se tem mediado a experiência da revolução procurando apagar as tensões e as complexidades dos contextos históricos – repete-se uma admoestação da diversidade e moderação dos campos. A obra importa pela sua capacidade – diria pedagógica – de descortinar processos múltiplos de rememoração do processo revolucionário. Assinala, hoje, o *boom de memória* de reação à crise – sublinhe-se que não se entende revolução como crise – de um sistema que persiste em regenerar-se.

Referência para citação:
Correia, Sílvia. "Recensão a *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória*, de Manuel Loff e Miguel Cardina, eds.". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 261-266. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.42411.

Robert Houghton, ed.

Playing the Middle Ages: Pitfalls and Potential in Modern Games

London: Bloomsbury Academic, 2023, 288 pp.

Tess Watterson*

Playing the Middle Ages is a collection of varied essays on medievalism and video games that overall reflects both the expansive scope and critical nuance of the past decade of scholarship on this topic. This volume is one of the editor Robert Houghton's three book-length projects on medievalism and games in as many years: preceded by another collection edited by Houghton, *Teaching the Middle Ages through Modern Games: Using, Modding and Creating Games for Education and Impact*, published in 2022 in De Gruyter's *Video Games and the Humanities* series, and then followed in 2024 by his monograph *The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism*, published in Boydell & Brewer's *Medievalism* series[1]. *Teaching the Middle Ages* is pitched at a much broader audience and deliberately positions its pedagogical suggestions as widely applicable—or at least adaptable—to other historical games[2]. *Playing the Middle Ages* and *The Middle Ages in Computer Games* are both published in medievalism-themed series,

* Tess Watterson (tess.dunbar@adelaide.edu.au). https://orcid.org/0000-0002-5413-8481. Department of Historical and Classical Studies, School of Humanities, Faculty of Arts, Business, Law and Economics, Level 7, Napier Building, The University of Adelaide, SA 5005, Australia. Original review: 16-05-2025. Revised version: 26-05-2025. Accepted: 27-05-2025.

1 Robert Houghton, *The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism*, (Cambridge: D.S. Brewer, 2024), https://doi.org/10.1515/9781805434498; Robert Houghton, ed., *Teaching the Middle Ages through Modern Games: Using, Modding and Creating Games for Education and Impact* (Berlin: De Gruyter, 2022), https://doi.org/10.1515/9783110712032.

2 Robert Houghton, "Introduction: Teaching the Middle Ages through Modern Games", in *Teaching the Middle Ages through Modern Games*, 1–28.

unlike the *Teaching* collection, and are both framed much more specifically as part of a concerted effort towards field cohesion for "ludic medievalism", as Houghton describes how scholars have often ended up "talk[ing] past each other" while working on this topic in "parallel" in varied disciplines[3]. While the volume as a whole offers a range of valuable contributions to the literature, there is some disconnect between the editorial vision of the introduction and the varying approaches of the chapters authors.

As Houghton himself also notes in the first paragraph of his introduction, the most analogous predecessor to this volume is the 2014 collection *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages*, edited by Daniel Kline, though there has been a wide range of scholarship in the intervening decade in medievalism studies and in historical game studies more broadly[4]. *Playing the Middle Ages* follows some similar themes as Kline's volume, including some case studies that have remained prominent in the field (especially *Crusader Kings, Assassins Creed,* and *The Elder Scrolls*), but overall, comparing the two volumes usefully demonstrates the diverse expansion of this area of study. Reflecting the editors geographical contexts, Kline's volume had a higher proportion of contributions from North America, whereas Houghton's *Playing the Middle Ages* skews slightly more towards the UK, however it also notably includes contributors from Europe and India.

This diversity is likely reflective of the international involvement in *The Middle Ages in Modern Games* (*MAMG*) network of events that is enabled by their virtual or hybrid nature, and of which Houghton is the central organiser. Indeed, the *MAMG* strand of panels at the International Medieval Congress (IMC) conference in Leeds in July of 2024, culminated in a Roundtable Discussion, chaired by Houghton, titled "The Middle Ages in Modern Games: An Adolescent Field?" – the title

3 Robert Houghton, "The Middle Ages in Modern Games: An Adolescent Field", in *Playing the Middle Ages: Pitfalls and Potential in Modern Games*, ed. Robert Houghton (London: Bloomsbury Academic, 2023), 3.

4 Daniel T. Kline, *Digital Gaming Re-Imagines the Middle Ages* (New York: Routledge, 2013).

of his introduction to *Playing the Middle Ages*[5]. This re-framing to a question is a good example of Houghton's inclusive and collaborative approach to organising *MAMG* and to his work in this space more broadly, welcoming diverse perspectives and platforming underrepresented voices. *MAMG* events are designed to "support engagement between medievalists, games scholars and developers at any point in their career" and to share accessible reflections and discussions on medievalism and games in a public forum[6]. Its key organisational effort is the "Twitter Conference" first established in 2020, which shifted in 2024 to its current "Asynchronous Conference" format, hosted on the *MAMG* website. Some trends from recent years in *MAMG* events are evident in this volume, such as the innovative work on sound design in medievalist games, especially by Mariana Lopez who has ensured the topic's consistent presence in *MAMG* contexts[7]. Houghton's introduction foregrounds the challenges of linguistic barriers and the commonplace privileging of anglophone scholarship in work on medievalism and games, and notably in the two years since this publication, the *MAMG* asynchronous conference's calls for contributions has expanded its linguistic scope from only English to six possible languages[8]. A more expansive

5 Houghton, "Playing the Middle Ages". Past Call for Papers and strand programs for the Middle Ages in Modern Games at IMC are available on the website https://middleagesinmoderngames.net/mamg-leeds-imc/.

6 "About MAMG", The Middle Ages in Modern Games, accessed 29th April 2025, https://middleagesinmoderngames.net/what-are-the-middle-ages-in-modern-games/; "The Middle Ages in Modern Games" The University of Winchester, accessed 29th April 2025, https://www.winchester.ac.uk/research/Our-impactful-research/Research-in-Humanities-and-Social-Sciences/Research-centres-groups-and-networks/Centre-for-Medieval-and-Renaissance-Research/The-Middle-Ages-in-Modern-Games/.

7 Houghton, "Playing the Middle Ages", 4–5.

8 Houghton, *The Middle Ages in Computer Games*, 6.they can engage their players in a manner that is not only different, but in certain aspects, more profound than traditional literary or cinematic forms of medievalism. However, although it is important to understand the versions of the Middle Ages presented by these games, how players engage with these medievalist worlds, and why particular representational trends emerge in this most modern medium, there has hitherto been little scholarship devoted to them.This book explores the distinct nature of medievalism in digital games across a range of themes, from the portrayal of grotesque yet romantic conflict to conflicting depictions of the Church and religion. It likewise considers the distinctions between medievalist games and those of other periods, underlining their emphasis on fantasy, roleplay and hardcore elements, and their consequences for depictions of morality, race, gender and sexuality. Ultimately the book argues that while medievalist games are thoroughly influenced by medievalist and ludic tropes, they are nonetheless representative of a distinct new form of medievalism. It engages with the vast literature surrounding his-

vision of a global Middle Ages has long been a project in medievalism and medieval studies, including grappling with Eurocentrism (and how to analyse it while avoiding inadvertently propagating it) shaped by a generally self-reflexive nature that is carried into this ludic medievalism research.

The chapters in *Playing the Middle Ages* collectively demonstrate a real strength of medievalism studies approaches for this research, which is a sensibility that is comfortable with uncertain origins and ever evolving stories, and that allows for analysis to focus on *how* representations over time re-mediate ideas about the past without pressure to legitimise or disqualify these adaptations solely based on their fidelity to the known historical record. This sensibility shapes this volume, as the medievalism lens conceptually allows scholars to be comfortable with rhizomatic "original" texts and to trace the development of stories over time. Blair Apgar's chapter is a great example of this in analysing how certain aspects of the legacy of the figure of Matilda of Canossa shapes the way she is depicted in Paradox Games' *Crusader Kings* – this felt effortlessly conducted by Apgar as it is the mode of good medievalism research, but it is certainly not a balance that all scholarship on historical games typically achieves[9]. As is common in medievalism work, the authors here that call for more "accuracy" clearly articulate

torical game studies, game design, and medievalism, and considers hundreds of games from across genres, from Assassin's Creed and Baldur's Gate to Crusader Kings and The Witcher series. In doing so, it provides a vital illustration of the state of the field and a cornerstone for future research and teaching","collection-number":"28","collection-title":"Medievalism","ISBN":"978-1-80543-449-8","language":"eng","note":"DOI: 10.1515/9781805434498","publisher":"D.S. Brewer","title":"The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism","title-short":"The Middle Ages in Computer Games","author":[{"family":"Houghton","given":"Robert"}],"issued":{"date-parts":[["2024"]]},"locator":"6","label":"page"}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"} The call for papers are open to contributions in English, French, German, Italian, Portuguese, and Spanish, as these are the languages able to be facilitated by the organising committee. This deliberate awareness and efforts to improve diversity are also prominent in other adjacent spaces, such as the *Coding Medieval Worlds* workshop series that Houghton mentions earlier in his introduction, created and run by James Baille to facilitate collaboration of historians and game designers. For example, for the 2024 CMW4 theme of "Monsters and Outsiders", Baille organised panels with a wide range of topics including Chinese and East Asian history, and Indian-language folklore. Previous workshops are well documented (and partially recorded) on the Exilian website: https://exilian.co.uk/codingworlds/.

9 Blair Apgar, "Matilda of Canossa and Crusader Kings II: (Papal) Warrior Princess", in *Playing the Middle Ages*, 245–64.

their analysis as part of a necessary resistance to the popular dominance of invented narratives of homogeneity or conservatism about the period, as these are so often weaponised to legitimise harmful modern beliefs. Highlighting discrepancies between the historical record and modern historical imagination, in this context, is to encourage the expansion of ludic medievalism's repertoire into what Johansen Quijano's describes in his chapter as the "rich tapestry of diverse networked cultures with unique arts and literatures" that constitute the Middle Ages[10]. Houghton's introduction offers a well-articulated argument for the ongoing, nuanced consideration of "accuracy" in historical games, with a thoroughly-referenced summary of the well-trodden ground of "accuracy" or "authenticity" debates. This explanation, as well as the thread throughout these chapters of discussions about ideological uses of the imagined medieval past[11], demonstrate a model of productive "accuracy" analysis that maps ludic historical accuracy as part of analysing the nature and utility of its claims to accuracy.

From the outset, the volume is framed through a clear vision for the future of this research: that while the study of medievalism in games has expanded significantly, future "development and recognition" depends upon improved field cohesion[12]. However, this call to action does not really sit comfortably with much of the work in this volume itself, and there are some unresolved tensions in how this cohesion could operate in practice. Houghton suggests that a barrier to the field's maturation has been contributors working in parallel to all reinvent the wheel, rather than truly building on existing literature, which is often due to the siloing of different approaches under different parent fields[13]. Houghton raises a similar concern in his monograph, especially about

10 Johansen Quijano, "Virtually (De)Colonized: Racial Identity and Colonialism in the Middle Ages and as Depicted in Kingdom Come: Deliverance, Innocence: A Plague Tale, The Elder Scrolls, and Black Desert Online", in *Playing the Middle Ages*, 195–210.

11 See for example, in Mariana López, "Playing the Sonic Past: Reflections on Sound in Medieval-Themed Video Games", in *Playing the Middle Ages*, 68; Liam McLeod, "Subverting the Valiant Crusader: The Sarafan in the Legacy of Kain: Soul Reaver Series", in *Playing the Middle Ages*, 108.

12 Houghton, "Playing the Middle Ages", 3.

13 Houghton, 3.

isolated and siloed work, and indeed opens *The Middle Ages in Computer Games* (and much of its marketing) with the statement that "we need to talk about the Middle Ages in computer games"[14]. This statement's emphatic urgency implies that this topic is not currently being talked about, clearly with the intention of prompting more "big picture" analysis in a space largely dominated by case studies and genre-specific studies. However, it still feels a little at odds with the very thorough literature review that Houghton effectively and generously weaves throughout his introductions and his continual re-assertion of the substantial existing work on these topics. Houghton is suggesting that this need is specifically for discussions about medievalist games as unique products of the intersection of "the medium of digital games and popular medievalism" in such a way that sets them aside from other historical games and other forms of medievalism[15]. Indeed, Houghton argues

14 Houghton, *The Middle Ages in Computer Games*, 1.they can engage their players in a manner that is not only different, but in certain aspects, more profound than traditional literary or cinematic forms of medievalism. However, although it is important to understand the versions of the Middle Ages presented by these games, how players engage with these medievalist worlds, and why particular representational trends emerge in this most modern medium, there has hitherto been little scholarship devoted to them.This book explores the distinct nature of medievalism in digital games across a range of themes, from the portrayal of grotesque yet romantic conflict to conflicting depictions of the Church and religion. It likewise considers the distinctions between medievalist games and those of other periods, underlining their emphasis on fantasy, roleplay and hardcore elements, and their consequences for depictions of morality, race, gender and sexuality. Ultimately the book argues that while medievalist games are thoroughly influenced by medievalist and ludic tropes, they are nonetheless representative of a distinct new form of medievalism. It engages with the vast literature surrounding historical game studies, game design, and medievalism, and considers hundreds of games from across genres, from Assassin's Creed and Baldur's Gate to Crusader Kings and The Witcher series. In doing so, it provides a vital illustration of the state of the field and a cornerstone for future research and teaching","collection-number":"28","collection-title":"Medievalism","ISBN":"978-1-80543-449-8","language":"eng","note":"DOI: 10.1515/9781805434498","publisher":"D.S. Brewer","title":"The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism","title-short":"The Middle Ages in Computer Games","author":[{"family":"Houghton","given":"Robert"}],"issued":{"date-parts":[["2024"]]},"locator":"1","label":"page"}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"}

15 Houghton, 7.they can engage their players in a manner that is not only different, but in certain aspects, more profound than traditional literary or cinematic forms of medievalism. However, although it is important to understand the versions of the Middle Ages presented by these games, how players engage with these medievalist worlds, and why particular representational trends emerge in this most modern medium, there has hitherto been little scholarship devoted to them.This book explores the distinct nature of medievalism in digital games across a range of themes, from the portrayal of grotesque yet romantic conflict to conflicting depictions of the Church and religion. It likewise considers the distinctions between medievalist games and those of other periods, underlining their emphasis on fantasy, roleplay and hardcore elements, and their consequences for depictions of morality, race,

that "ultimately, we need to look at medievalist games in the context of neighbouring fields, but also as part of a distinct media which forms a field in its own right"[16]. While the goal of a distinct and cohesive field theoretically opens up productive discussions about future research, this volume itself shows some of its challenges in practice.

The first tension is in the scope of the "distinct media" of "games" in this so-called field. The titles of the introductions to this volume and Houghton's monograph have a singular notable difference that neatly highlights this issue: "The Middle Ages in Computer Games" and "The Middle Ages in Modern Games". The terminology and scope of what is meant by "games" is challengingly slippery throughout scholarship in this area, with the term "games" often used in contexts that seem

gender and sexuality. Ultimately the book argues that while medievalist games are thoroughly influenced by medievalist and ludic tropes, they are nonetheless representative of a distinct new form of medievalism. It engages with the vast literature surrounding historical game studies, game design, and medievalism, and considers hundreds of games from across genres, from Assassin's Creed and Baldur's Gate to Crusader Kings and The Witcher series. In doing so, it provides a vital illustration of the state of the field and a cornerstone for future research and teaching","collection-number":"28","collection-title":"Medievalism","ISBN":"978-1-80543-449-8","language":"eng","note":"DOI: 10.1515/9781805434498","publisher":"D.S. Brewer","title":"The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism","title-short":"The Middle Ages in Computer Games","author":[{"family":"Houghton","given":"Robert"}],"issued":{"date-parts":[["2024"]]},"locator":"7","label":"page"}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"}

16 Houghton, 3.they can engage their players in a manner that is not only different, but in certain aspects, more profound than traditional literary or cinematic forms of medievalism. However, although it is important to understand the versions of the Middle Ages presented by these games, how players engage with these medievalist worlds, and why particular representational trends emerge in this most modern medium, there has hitherto been little scholarship devoted to them.This book explores the distinct nature of medievalism in digital games across a range of themes, from the portrayal of grotesque yet romantic conflict to conflicting depictions of the Church and religion. It likewise considers the distinctions between medievalist games and those of other periods, underlining their emphasis on fantasy, roleplay and hardcore elements, and their consequences for depictions of morality, race, gender and sexuality. Ultimately the book argues that while medievalist games are thoroughly influenced by medievalist and ludic tropes, they are nonetheless representative of a distinct new form of medievalism. It engages with the vast literature surrounding historical game studies, game design, and medievalism, and considers hundreds of games from across genres, from Assassin's Creed and Baldur's Gate to Crusader Kings and The Witcher series. In doing so, it provides a vital illustration of the state of the field and a cornerstone for future research and teaching","collection-number":"28","collection-title":"Medievalism","ISBN":"978-1-80543-449-8","language":"eng","note":"DOI: 10.1515/9781805434498","publisher":"D.S. Brewer","title":"The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism","title-short":"The Middle Ages in Computer Games","author":[{"family":"Houghton","given":"Robert"}],"issued":{"date-parts":[["2024"]]},"locator":"3","label":"page"}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"}

to functionally be referring specifically to digital games, in contrast to other instances where "computer games" are specified in broad field-defining claims that sometimes seem to forget about analogue games like boardgames or tabletop roleplay games. Dunstan Lowe's review of *Playing the Middle Ages* suggested that consensus on the terminology of "Middle Ages, Medieval and Medievalism" would be a crucial next step, but these definitions have been contested in medieval studies for quite some time and, on the whole, their varied uses don't seem to prevent nuanced analysis and sometimes may even prompt deeper reflexivity[17]. The varied uses of these terms have less of an impact on the scope of the field than its other key term, games, within which the relative positioning of analogue and digital games, and their respective development histories, fundamentally shapes any potential analysis. This is not to say that Houghton is dismissive of analogue games or their study – rather he specifically argues for their equal significance in this volume's introduction, and has included multiple chapters that focus exclusively on analogue games in this volume itself[18]. This scope question is a widespread underlying issue not just for historical game studies but often in game studies generally, and it would be unreasonable to expect a volume like this to resolve it. However, this issue needed deeper discussion here given the seemingly contradictory specificity of the argument in this volume and in *The Middle Ages in Computer Games* that video games are defined by their unique intersection of *digital* gaming with medievalism. Is this cohesive field one that includes all formats of games, or are analogue games instead one of the various neighbouring fields that we must consider?

This speaks then to the issue of disciplines. In this both introductions, Houghton emphasises the importance of the diverse disciplinary backgrounds of scholars working in this space, and clearly establishes

17 Dunstan Lowe, "Review: Playing the Middle Ages: Pitfalls and Potential in Modern Games", *Game Studies* 24, n.º 2 (2024).

18 Houghton, "Playing the Middle Ages", 2; Adam Bierstedt, "Making Friendships, Breaking Friendships: Exploring Viking-Age Social Roles Through Player Strategy in A Feast for Odin", in *Playing the Middle Ages*, 131–48; Gordon Smith, "All on Board for the Crusades", in *Playing the Middle Ages*, 89–102.

that "any consideration of the Middle Ages in computer games must consider the body of literature around historical games more broadly"[19]. In summarising the contributions to the *Playing the Middle Ages* volume, Houghton describes compiling "work from a range of disciplines and from industry around several key emergent areas of study", which is born out even in the first two chapters that are authored (respectively) by Ylva Grufstedt, who works in general on the concept of counterfactual history in games, and Mariana Lopez, whose work on medieval soundscapes is one aspect of broader research in sound production and sonic art[20]. While it is certainly a significant problem that scholars from interdisciplinary backgrounds are often reinventing the wheel with regard to fundamental issues, it is not clear here how that would be effectively resolved through attempts to differentiate ludic medievalism as a discrete or distinct field. Rather, this in itself seems to have the inverse potential to re-establish boundaries between disciplines that would further "silo" off medieval historical games from the work on intersecting themes and trends. Calling for field cohesion is framed as a way to improve the issue of interdisciplinarity "mean[ing] that we have a tendency to come to the field with limited knowledge of

19 Houghton, *The Middle Ages in Computer Games*, 14.they can engage their players in a manner that is not only different, but in certain aspects, more profound than traditional literary or cinematic forms of medievalism. However, although it is important to understand the versions of the Middle Ages presented by these games, how players engage with these medievalist worlds, and why particular representational trends emerge in this most modern medium, there has hitherto been little scholarship devoted to them.This book explores the distinct nature of medievalism in digital games across a range of themes, from the portrayal of grotesque yet romantic conflict to conflicting depictions of the Church and religion. It likewise considers the distinctions between medievalist games and those of other periods, underlining their emphasis on fantasy, roleplay and hardcore elements, and their consequences for depictions of morality, race, gender and sexuality. Ultimately the book argues that while medievalist games are thoroughly influenced by medievalist and ludic tropes, they are nonetheless representative of a distinct new form of medievalism. It engages with the vast literature surrounding historical game studies, game design, and medievalism, and considers hundreds of games from across genres, from Assassin's Creed and Baldur's Gate to Crusader Kings and The Witcher series. In doing so, it provides a vital illustration of the state of the field and a cornerstone for future research and teaching","collection-number":"28","collection-title":"Medievalism","ISBN":"978-1-80543-449-8","language":"eng","note":"DOI: 10.1515/9781805434498","publisher":"D.S. Brewer","title":"The Middle Ages in Computer Games: Ludic Approaches to the Medieval and Medievalism","title-short":"The Middle Ages in Computer Games","author":[{"family":"Houghton","given":"Robert"}],"issued":{"date-parts":[["2024"]]},"locator":"14","label":"page"}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"}

20 Ylva Grufstedt, "Unbending Medievalisms: Finding Counterfactual History in Sandbox Games Set in the Middle Ages", in *Playing the Middle Ages*, 29–50; López, "Playing the Sonic Past".

its breadth and historiographical trends", but that intellectual project of the book feels disconnected from the somewhat inconsistent cohesion between the chapters curated here.

While some chapters present thematic analysis that resonates with this concept, many are entirely case study focused and some do not feel grounded the kind of understanding of relevant scholarship that this very book calls for[21]. For example, one chapter published here has no endnote citations, and only a singular bibliography entry to a 2004 Espen Aarseth book chapter, which seems in stark contrast to Houghton's own thorough citation practices and like an example of scholars potentially talking past one another[22]. Another example is Markus Eldegard Mindrebø's chapter on "gender", which begins by distancing itself from research in game studies on "the link between representation and identification", cursorily citing Adrienne Shaw's *Gaming at the Edge* as an example, from the chapter's stated aim to highlight connections between female non-player characters in fantasy CRPGs and the gender archetypes of thirteenth century Old Norse-Icelandic sagas[23]. However, most of the substantive claims therein are then not isolated to comparison with medieval saga texts, or even to medievalism, such as the statement that "the image of the masculine woman in fantasy games serves as deliberate female inclusion in a male-dominated narrative space", made without any references to the extensive body of literature on gender balance in game texts and the industry. Mindrebø's chapter also does not cite or use any of the existing scholarship on medievalism or gender roles in *The Elder Scrolls* or *The Witcher*, which are two of the most examined texts of the genre. This is not to suggest that any scholarship can ever be across all possible interconnected literature, or that these chapters don't still offer a range of useful and valuable

21 For example, the nuanced analysis and informed citation patterns that support the chapter by Bierstedt, "Subverting the Valiant Crusader".

22 Smith, "All on Board".

23 Markus Eldegard Mindrebø, "Representations of Medieval Gender Archetypes in Fantasy Role-Playing Games", in *Playing the Middle Ages: Pitfalls and Potential in Modern Games*, ed. Robert Houghton, New Directions in Medieval Studies (London: Bloomsbury Academic, 2023), 211–26.

insights. These potential missed opportunities for deeper grounding in the existing scholarship only feel so notable because they are presented in the context of the volume's own framing advice warning against repeated reinvention due to surface level engagement with the field.

These tensions are reflective of longer running challenges in the study of historical games as to where these field/s should be nestled – should historical game studies fall under history or game studies? Does medievalism in games constitute a branch of medievalism or a branch of historical game studies? Or of game studies? Or all the above? The same questions can be asked of other themes – should the study of gender in historical games be considered part of the field of history, game studies, or gender studies? Many other interdisciplinary areas of research face similar challenges. Regardless of how these tensions are traversed in coming years, this volume is demonstrative of the continued importance of studying history in games, the Middle Ages in modern games, and the Middle Ages in modern games *in* history in games, as Houghton recently guest chaired the *Historical Game Network* theme of "medievalism", which was the first to focus on a specific period of history, rather than thematic concept like education or environment. It will certainly be interesting to see how this adolescence (or adolescents perhaps, if considering other subfields) matures over its next decade.

Referência para citação:
Watterson, Tess. "Recensão a *Playing the Middle Ages: Pitfalls and Potential in Modern Games*, de Robert Houghton, ed.". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 267-277. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.41785.